

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM HISTÓRIA**

RUDY NICK VENCATTO

**“MAS COM ISSO A GENTE COMEÇOU DUAS VEZES NO MEIO DO MATO”:
MEMÓRIAS DOS DESAPROPRIADOS DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU
(OESTE DO PARANÁ, 1970-2009)**

Marechal Cândido Rondon

2010

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM HISTÓRIA

RUDY NICK VENCATTO

**“MAS COM ISSO A GENTE COMEÇOU DUAS VEZES NO MEIO DO MATO”:
MEMÓRIAS DE DESAPROPRIADOS DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU
(OESTE DO PARANÁ, 1970-2009)**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (Mestrado em História) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História. Área de Concentração: História, Poder e Práticas Sociais. Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, Campus de Marechal Cândido Rondon, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

Orientador: Prof. Dr. Robson Laverdi

Marechal Cândido Rondon

2010

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)

Vencatto, Rudy Nick

V449m “Mas com isso a gente começou duas vezes no meio do mato”:
memórias dos desapropriados do Parque Nacional do Iguaçu (Oeste do
Paraná, 1970-2009). /Rudy Nick Vencatto. – Marechal Cândido Rondon,
2010.

170 p.

Orientador : Prof.Dr.Robson Laverdi

Dissertação (Mestrado em História)–Universidade Estadual do Oeste
do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2010.

1. Parque Nacional do Iguaçu. 2. Fronteira. 3. Oeste do Paraná. 4.
Memória. 5. Expropriação. I. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. II.
Título.

CDD 21.ed. 981.62
CIP-NBR 12899

Ficha catalográfica elaborado por Helena Soterio Bejio CRB-9ª/965



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46
Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>
Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR

Programa de Pós-Graduação em História - Nível Mestrado

Reconhecido pela Portaria Ministerial - MEC, nº 524, de 29/04/2008, publicada no DOU de 30/04/2008



Estado do Paraná

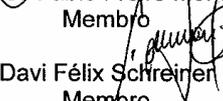
ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM HISTÓRIA

Aos dezessete dias do mês de setembro de 2010, às 08:30 horas, na Sala do Mestrado (60) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon - UNIOESTE, reuniu-se, em sessão pública, a Banca Examinadora da Defesa de Dissertação de Mestrado em História constituída pelos professores Dr. Robson Laverdi (Orientador) (UNIOESTE), Dr. Marcos Fábio Freire Montysuma (UFSC), Dr. Davi Félix Schreiner (UNIOESTE) e Dr^a Geni Rosa Duarte (UNIOESTE) aprovada pelo Colegiado deste Programa, para avaliar o trabalho "*Mas com isso a gente começou duas vezes no meio do mato: memórias dos desapropriados do Parque Nacional do Iguaçu (Oeste do Paraná, 1970-2009)*", apresentado pelo pós-graduando **Rudy Nick Vencatto** para a obtenção do título de "Mestre em História" do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História da UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon. A banca examinadora considerou o trabalho APROVADO. Nada mais havendo a constar, eu Robson Laverdi, orientador(a) do trabalho, lavrei a presente ata que vai assinado por mim, pelos demais membros da banca examinadora e pelo pós-graduando avaliado.

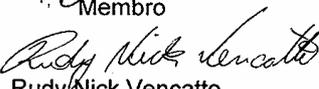
Marechal Cândido Rondon, 17 de setembro de 2010.


Robson Laverdi
Orientador


Marcos Fábio Freire Montysuma
Membro


Davi Félix Schreiner
Membro


Geni Rosa Duarte
Membro


Rudy Nick Vencatto
pós-graduando



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



Estado do Paraná

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH
UNIOESTE**

PARECER DESCRITIVO

Título da Dissertação: *“Mas com isso a gente começou duas vezes no meio do mato: memórias dos desapropriados do Parque Nacional do Iguaçu (Oeste do Paraná, 1970-2009)”*

Nome do concluinte: **Rudy Nick Vencatto**

Integrantes da Banca:

1. Prof. Dr. Robson Laverdi (Orientador) (UNIOESTE),
2. Prof. Dr. Marcos Fábio Freire Montysuma (UFSC),
3. Prof. Dr. Davi Félix Schreiner (UNIOESTE),
4. Profª Drª Geni Rosa Duarte (UNIOESTE)

Parecer:

<p><i>A banca considerou o trabalho uma contribuição importante e original, recomendando a realização de uma atividade escrita ortográfica e gramatical, assim como a adequação às normas acadêmicas vigentes.</i></p>

Marechal Cândido Rondon, 17 de setembro de 2010.

Aos desapropriados do Parque
Nacional do Iguaçu.

AGRADECIMENTOS

Durante esta pesquisa, muitas pessoas foram importantes para o desenvolvimento não apenas do trabalho, mas de minha própria personalidade enquanto pesquisador e sujeito histórico.

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me possibilitado este caminho. Uma experiência um tanto quanto distinta que permitiu medir minhas limitações e possibilidades.

Agradeço à minha família e em especial aos meus pais, Leni e Rui, por não medirem esforços e sempre se fazerem presentes quando solicitados.

Aos meus irmãos Riva e Roby, pelas inúmeras conversas que tivemos sobre nossas pesquisas e vidas acadêmicas. Bons momentos que serviram como inspiração e descontração.

Ao professor Robson, por acreditar na possibilidade desta pesquisa. Não somente um professor, mas uma pessoa que se revelou um grande amigo ao longo desse trajeto. Agradeço por confiar nas minhas limitações e possibilidades e, principalmente, pelo conhecimento que me proporcionou.

Ao grande amigo Antonio Lopes. Lembro de nossas conversas ainda na graduação, as quais me inspiraram neste caminho. Agradeço pelas inúmeras vezes em que me hospedou em sua casa quando tive que me deslocar até Foz do Iguaçu para fazer esta pesquisa.

Ao Rodrigo (Guiu), colega atualmente mestre. Pelas inúmeras conversas sobre nossas pesquisas e pelos bons momentos de descontração com a música.

Aos professores do Programa de Mestrado que contribuíram para a minha formação através das disciplinas proveitosamente cursadas: Prof. Robson, Prof. Paulo, Prof^ª. Yonissa e Prof^ª. Meri.

Aos professores Davi e Geni, pelas sugestões e contribuições que fizeram ao lançar olhares para este trabalho compondo minha banca de qualificação. Sinto-me honrado em compartilhar essa experiência com vocês e aprender com esse processo.

Ao Prof. Marcos Freire Montysuma, que mesmo não podendo participar da banca de qualificação, não mediu esforços para fazer apontamentos e enviar suas contribuições e sugestões.

Ao Danilo, primeira pessoa que conheci ao chegar em Marechal Cândido Rondon. Obrigado pelo companheirismo e por ter me ajudado a encontrar um lugar para ficar.

Ao Emílio, João e Diego, grandes colegas que conheci durante o período em que estava cursando as disciplinas. Obrigado por me acolherem na república.

Aos colegas e amigos do programa. Pelas inúmeras discussões de textos e por toda a ajuda dedicada.

Ao Aluísio Palmar, pelas fontes de pesquisa que me forneceu, as quais abriram novos horizontes neste trabalho.

A todos os entrevistados por compartilharem suas experiências de vida. Obrigado pela hospitalidade e por sempre terem me recebido tão bem em vossas residências. Que suas memórias jamais sejam silenciadas.

À minha amada esposa Franciele, pessoa que conheci durante esse caminho de pesquisa. Obrigado pelo companheirismo e por estar sempre presente dando o apoio necessário. Agradeço também pelas diversas discussões que tivemos sobre nossas pesquisas, comparando e pensando estratégias para abordar as problemáticas. “Cada dia é uma conquista”.

RESUMO

Esta pesquisa problematiza historicamente o processo de expropriação de agricultores colonos que viviam no interior do Parque Nacional do Iguazu (PNI), no Oeste do Paraná, ocorrido na década de 1970. Nessa direção, investiga memórias e dinâmicas socioculturais relacionadas à instituição do parque enquanto área de proteção ambiental. Apesar de oficialmente decretado desde 1939, pelo então Governo de Getúlio Vargas, foi somente na década de 1960, no processo mais amplo de ocupação das fronteiras, que muitas famílias, oriundas, principalmente dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ocuparam/colonizaram esse espaço. Nesse processo, algumas famílias estabeleceram núcleos populacionais na área demarcada do parque, que depois foram desapropriados pelo então IBDF e o INCRA. Situado numa região de fronteira entre Brasil e Argentina, sua constituição encontra-se relacionada às preocupações do Estado quanto aos domínios dessa fronteira nacional. Para isso, a pesquisa historiciza discussões ambientais que passaram a vigorar no Brasil a partir do final do século XIX, motivadas por embates e questões externas vividas pelo país. Assim, também, discute o movimento intelectual e político, que ao longo dos séculos XIX e XX, passou a construir valores e sentidos sobre natureza, que posteriormente a definiria em sua relação com a cultura enquanto instâncias dicotômicas. Metodologicamente, utiliza-se da História Oral, o que possibilitou pensar as diferentes maneiras como os próprios agricultores colonos rememoram as experiências da desapropriação vivida naqueles anos. Na dinâmica dos conflitos, as memórias possibilitam lançar olhares sobre a ocupação do Oeste do Paraná, assim como para as trajetórias dos desapropriados. Através de narrativas orais e outros documentos oficiais, a pesquisa se colocou a perceber as relações específicas envolvidas no processo de reassentamento dos antigos moradores do PNI, quando passaram a construir novas relações de pertencimentos e outros laços de reciprocidade.

Palavras-Chave: Parque Nacional do Iguazu; Oeste do Paraná; Fronteira; Desapropriação; Memória.

RESUMEN

“MAS COM ESTO NOSOTROS INICIAMOS DOIS VECES EN MEDIO DE LA MATA”:
MEMÓRIA DE LOS EXPROPIADOS DEL PARQUE NACIONAL DE IGUAÇU (OESTE
DE PARANÁ, 1970-2009)

Esta investigación analiza el proceso histórico de expropiación de los colonos agricultores que vivían dentro del Parque Nacional de Iguazú (PNI) en el Oeste de Paraná, que se produjo en la década de 1970. En este sentido, investiga las memorias y dinámicas socioculturales relacionados con la institución del parque como una zona de protección ambiental. Aunque oficialmente decretado desde 1939, por el entonces Gobierno de Getulio Vargas, fue recién en la década de 1960, en el proceso más amplio de la ocupación de la frontera, que muchas familias, principalmente de los estados de Santa Catarina y Rio Grande do Sul ocuparon y colonizaron este espacio. En este proceso, algunas familias han establecido asentamientos en la zona delimitada en el parque, que fueron expulsados más tarde por el entonces IBDF y el INCRA. Situado en una región fronteriza entre Brasil y Argentina, su formación se relaciona con la preocupación del Estado por los dominios de la frontera nacional. Por esa razón, la investigación historiza las discusiones ambientales que llegó a prevalecer en el Brasil de finales del siglo XIX, motivado por cuestiones externas vividas por el país. Así, también, discute el movimiento intelectual y político, que a lo largo de los siglos XIX y XX, comenzaron a construir los valores y significados acerca de la naturaleza, que posteriormente la definirán en su relación con la cultura como instancias dicotómicas. Metodológicamente, se utiliza la Historia Oral, que permitió pensar las diferentes maneras como los propios agricultores colonos recuerdan las experiencias de expropiación vividas en aquellos años. En la dinámica del conflicto, las memorias permiten poner los ojos sobre la ocupación del Oeste de Paraná, así como para las trayectorias de los expropiados. A través de narraciones orales y otros documentos oficiales, la investigación, se evalúa para comprender las relaciones específicas involucradas en el proceso de el reasentamiento de los antiguos residentes de PNI, cuando empezaron a construir nuevas relaciones de pertenencias y otros vínculos de reciprocidad.

Palabras clave: Parque Nacional de Iguazú, Oeste de Paraná; Frontera; Expropiación; Memoria.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPAS

MAPA 1: ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU.....	14
MAPA 2: DISTRITOS DO PROJETO OCOÍ LOCALIZADOS EM SÃO MIGUEL DO IGUAÇU - PR.....	23
MAPA 3: ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA DESAPROPRIAÇÃO (PNI) E DO REASSENTAMENTO (PIC-OCOÍ).....	24
MAPA 4: GLEBAS SANTA MARIA E SILVA JARDIM.....	61
MAPA 5: MAPA DA ÁREA TOTAL DE ABRANGÊNCIA DO PNI EM 1968.....	71
MAPA 6: MAPA DO PNI EM 1981.....	73
MAPA 7: MAPA DO PNI DEMONSTRANDO OS NÚCLEOS POPULACIONAIS EM SEU INTERIOR.....	75

FIGURAS

FIGURA 1: DESENHO DO ALUNO MAGNUS KNAPP, SETEMBRO DE 2008.....	20
FIGURA 2: GRÁFICO DE ÁRVORES COM MAIOR VALOR ECONÔMICO PRESENTES NO PNI.....	68
FIGURA 3: ESCRITURA DO SENHOR OTASIO KNAPP. PRIMEIRA PARTE.....	83
FIGURA 4: ESCRITURA DO SENHOR OTASIO KNAPP. SEGUNDA PARTE.....	84
FIGURA 5: ESCRITURA JORNAL BINACIONAL, 1974.....	85
FIGURA 6: DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS DE ROBERTO BERRES, SANTO ALBERTO, 1970.....	95
FIGURA 7: DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS DE ROBERTO BERRES, SANTO ALBERTO, 1970.....	96

FOTOGRAFIAS

FOTO 1: CONSTRUÇÃO DA CAPELA EM SÃO JOSÉ DO IGUAÇU.....	101
FOTO 2: ESCOLA EM SÃO JOSÉ DO IGUAÇU.....	102

LISTA DE SIGLAS

CPF – CENTRO DE PESQUISAS FLORESTAIS.

CITLA - COMPANHIA DE COLONIZAÇÃO CLEVELÂNDIA INDUSTRIAL E TERRITORIAL LTDA.

DPU – DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO.

IAP - INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ.

IBDF – INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL.

IBAMA – INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS.

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA.

PIC-OCOÍ – PROJETO INTEGRADO DE COLONIZAÇÃO OCOÍ.

PNI – PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU.

UFPR – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	13
CAPÍTULO I - A CONSTITUIÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU.....	34
1.1 HOMEM X NATUREZA: A CONSTRUÇÃO DE VALORES E SENTIDOS.....	34
1.2 EMBATES AMBIENTAIS E A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL.....	43
1.3 A FRONTEIRA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU.....	54
1.4 O RECONHECIMENTO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU.....	63
CAPÍTULO II – MEMÓRIAS DA DESAPROPRIAÇÃO.....	79
2.1 “TINHA GENTE QUE LEVAVA UMA SEMANA PRA CHEGAR”: O PROCESSO MIGRATÓRIO NARRADO	79
2.2 “NOS PRIMEIROS ANOS A GENTE SOFREU”: MEMÓRIAS DA OCUPAÇÃO/COLONIZAÇÃO.....	91
2.3 “O PESSOAL TAVA MEIO REVOLTADO, UNS QUERIAM VIM OUTROS NÃO”: NARRATIVAS DO PROCESSO DE DESAPROPRIAÇÃO.....	105
2.4 DOIS LUGARES AO MESMO TEMPO.....	119
CAPÍTULO III - “E O PESSOAL COMEÇOU DE NOVO”.....	127
3.1 O REASSENTAMENTO VIVIDO E CONTADO.....	127
3.2 “ERA UMA COMUNIDADE FORTE MAS POR CAUSA DA CRIAÇÃO DO LAGO DE ITAIPU, TEVE QUE SAIR TODO MUNDO”.....	139
3.3 “POR ENQUANTO NÃO TÔ INCOMODANDO VOCÊS, VAMOS VER O QUE VAI ACONTECER NO FUTURO”: OS EMBATES DO PRESENTE.....	149
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	159
FONTES.....	163
ORAIS.....	163
ESCRITAS.....	164
BIBLIOGRAFIA.....	166

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nos dias de hoje, com os debates instituintes de valores ambientais nos quais o homem e a natureza são vistos como duas esferas quase separadas, se pensarmos em uma desapropriação para a criação de um parque, em termos morais e políticos, ela talvez seja aceita pela maioria da população. Entretanto, a fronteira que separa natureza e homem é também fruto das relações sociais e seus significados e valores variam no espaço e no tempo de cada sociedade.

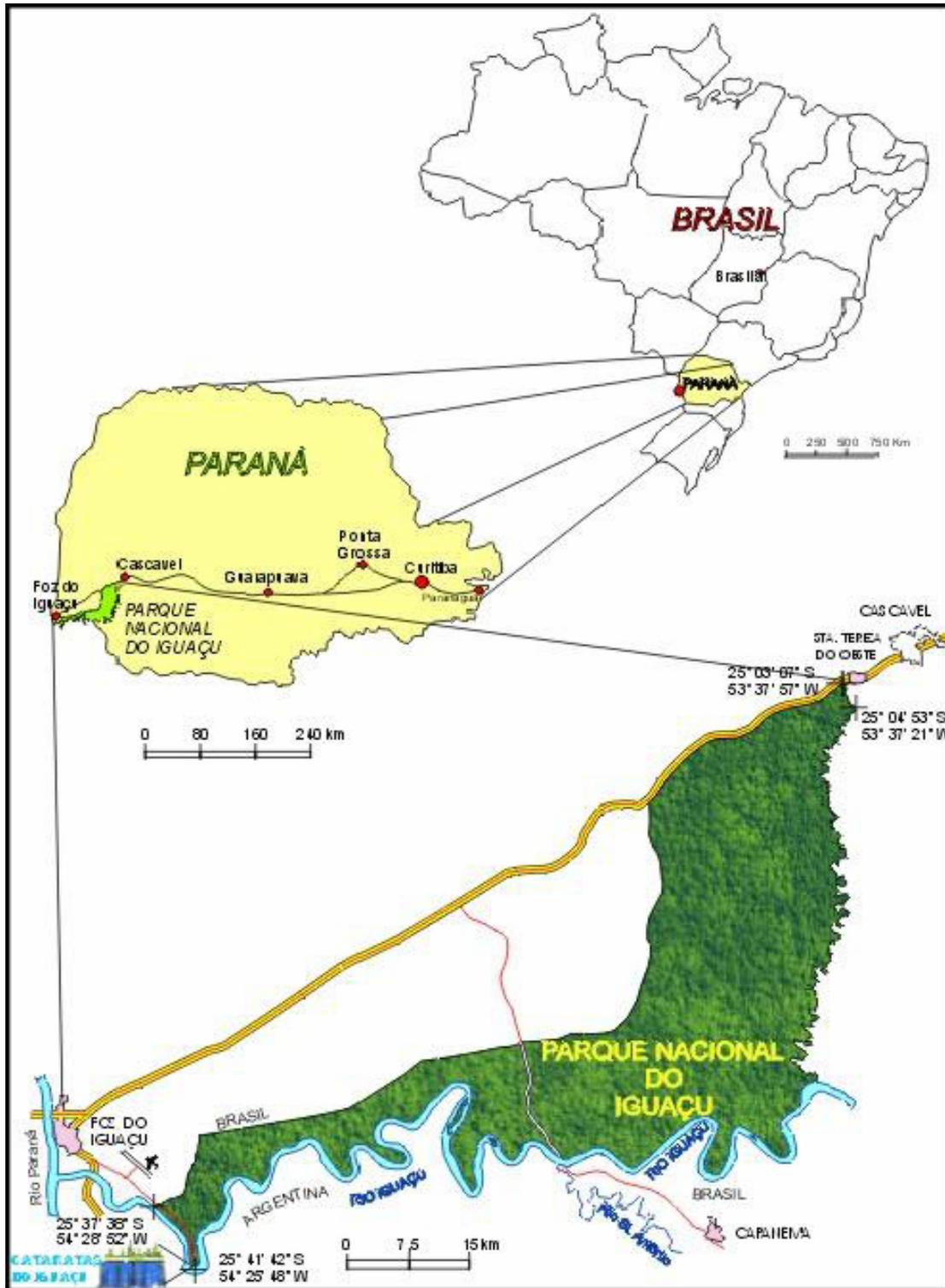
Tomando essa reflexão como ponto de partida, tenho como objetivo central nessa pesquisa investigar as memórias e dinâmicas sócio-históricas relacionadas à formação e instituição do Parque Nacional do Iguaçu, doravante PNI. Para isso, concentro esforços em analisar o processo de desapropriação ocorrido na década de 1970, de agricultores colonos¹ que viviam no interior do parque. Este movimento de desapropriação foi motivado pela expansão das áreas do parque que passaram a ser demarcadas enquanto pertinentes para a proteção ambiental. Um processo que de alguma forma foi silenciado pela memória pública difundida na região. Assim como, se encontra pouco discutido nos debates historiográficos sobre a questão agrária e do próprio parque.

Desta forma, em 10 de janeiro de 1939, através do Decreto-Lei Nº 1.035, durante o governo de Getúlio Vargas, o Estado brasileiro criou oficialmente o Parque Nacional do Iguaçu, localizado no extremo Oeste do Paraná. Sua extensão territorial ao longo do tempo sofreu diversas modificações, englobando questões de muitas temporalidades e projetos políticos com justificativas ambientais.

Atualmente, localizado a 700 km da capital Curitiba, o PNI constitui um conjunto de terras transfronteiriças de áreas naturais protegidas, englobando áreas de dois países, Argentina e Brasil. Assim, perfaz uma área total de 2.528,825 km² (252.882,5 ha), sendo

¹ O termo colono aqui está sendo entendido enquanto agricultores com pouca terra, os quais organizam a produção agropecuária através do trabalho familiar. É necessário estar atento para as palavras colono e colônia, pois possuem origem histórica bem definida. Para Giralda Seyferth, colônia refere-se a um espaço, uma região colonizada ou área demarcada pelo governo em terras devolutas. Nestas áreas, os imigrantes alemães e italianos e seus descendentes “adquiriram pequenas propriedades em projetos oficiais e privados de colonização, nas quais desenvolveram a produção agrícola tanto para a subsistência das suas famílias como para o mercado”. Segundo esta, a colônia continua sendo unidade básica do sistema econômico camponês nos espaços ocupados e colonizados por imigrantes italianos, alemães e poloneses ou de seus descendentes, na Região Sul do país. (SEYFERTH, Giralda. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: Editora da UnB, 1990. Apud. SCHREINER, Davi Felix. *Entre a Exclusão e a Utopia: Um Estudo Sobre os Processos de Organização da Vida Cotidiana nos Assentamentos Rurais (Região Sudoeste/Oeste do Paraná)*. Tese (Doutorado em História Social) Universidade de São Paulo - USP, 2002. p.51)

1.852,625 km² (185.262,5 ha) no lado brasileiro e 676,20 km² (67.620 ha) na área argentina.²
(Ver Mapa 1)



MAPA 1: Área de abrangência do Parque Nacional do Iguazu³

² RICOBOM, Arnaldo Eugenio. *O Parque Nacional do Iguazu como Unidade de Conservação da Natureza no Âmbito do Mercosul: os Problemas Decorrentes da Degradação Ambiental*. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal do Paraná – UFPR. 2001

Ao longo dos anos, vários foram os problemas e conflitos que evoluíram a demarcação e usos do PNI. Um exemplo destes embates está na problemática da “Estrada do Colono”, uma estrada que corta o atual PNI e que foi local de travessia utilizado por muitos daqueles que migraram para ocupar/colonizar o espaço Oeste do Paraná. Durante a década de 1980, a estrada foi fechada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais – IBAMA. No final da década de 1990 foi reaberta mas voltou a ser fechada em 2001. Este espaço foi palco de tensão e até os dias de hoje a questão encontra-se viva, principalmente para aqueles que tiveram suas vidas e famílias divididas.⁴

Falo isso, pois, me recorro de um tempo, antes mesmo de entrar na academia, no qual ouvia minha mãe, também migrante do estado de Rio Grande do Sul, falar da travessia que ela, meus avós e tios fizeram quando vieram para o estado do Paraná. Recordo-me das vezes que narrou como foi difícil depois do fechamento da estrada, pois, muitos familiares haviam ficado na cidade do outro lado do parque e para poder visitá-los o percurso era muito longo e o contato foi diminuindo.

Quero chamar a atenção, pois o PNI analisado nessa pesquisa, antes mesmo de ser pensado um espaço de reserva natural protegida, era um espaço que assumia outros significados e valores para muitas famílias. Entretanto, com o passar do tempo e com os debates ambientais em movimento, não apenas as famílias que viviam no PNI, mas muitas outras populações, e neste caso em específico no Brasil, passaram a ter suas vidas modificadas ou ameaçadas, com a formação de espaços que deveriam ser isolados da presença humana.

Porém, antes de debruçar-me sobre as conflituosidades da desapropriação remetidas pelas memórias, não posso deixar de dedicar algumas páginas ao processo que me encaminhou à problemática em questão. É interessante observar que o próprio movimento da pesquisa direcionou-me até um problema que, de certa forma, encontrava-se pouco discutido, ou até mesmo, silenciado nos debates historiográficos de âmbito regional. Um processo de pesquisa que não está deslocado de minha experiência de vida. Muito pelo contrário, encontra-se imbricado nas relações sociais com as quais me deparo neste espaço e tempo.

No ano de 2006, fui trabalhar como professor de História do Ensino Fundamental, no distrito de Santa Rosa do Ocoí. Este distrito está localizado no município de São Miguel

³ RICOBOM, op.cit., 2001. p. 83.

⁴ JORNAL MENSAGEIRO. *Audiência sobre Estrada do Colono traz esperança*. Medianeira, 12 de dezembro de 2009. Em novembro de 2009, o processo de fechamento da Estrada do Colono, iria ser julgado e encerrado. Porém, a desembargadora e relatora do processo Sílvia Maria Golçalves Goraieb reabriu os debates sobre o tema.

do Iguaçu, também Oeste do Paraná, a aproximadamente 40 km de Foz do Iguaçu, na fronteira com o Paraguai. Iniciei meu trabalho como docente na Escola Estadual Santa Rosa do Ocoí, a qual contava à época com pouco mais de 100 alunos. Esta, por sua vez, até o ano de 2008, recebia alunos da aldeia indígena guarani *Nhandéva*, localizada no mesmo distrito a cerca de poucos metros da escola.

Com relação à aldeia, esta foi fixada neste distrito por volta de 1982, devido ao alagamento de terras causado pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. No início dos anos 1990, muitas crianças pertencentes a este aldeamento passaram a frequentar o ensino fundamental nesta escola. Durante meu trabalho de docente neste espaço, chamou-me atenção os embates e tensões que aconteceram e perduram até os dias de hoje, entre indígenas e os moradores do entorno da aldeia.

Na situação em que me encontrava como professor e percebendo que em sala de aula a relação entre indígenas e não indígenas era marcada de preconceitos, muitas vezes resultando em situações que levaram à direção da escola a tomar medidas drásticas para amenizar os conflitos, resolvi investigar, na época, os motivos desses embates, o que acabou resultando em minha monografia de graduação.⁵

Assim, quando ingressei no Programa de Mestrado em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, no ano de 2008, tinha como objetivo continuar a discutir as relações e tensões vividas entre os indígenas da aldeia *Nhandéva* e não índios no município de São Miguel do Iguaçu, tendo em vista que ambos se utilizavam dos mesmos espaços.

Durante o processo da pesquisa para compreender a formação do município e do distrito de Santa Rosa do Ocoí, acabei percebendo que este último não fazia parte do processo de colonização mais amplo, pelo qual o município de São Miguel do Iguaçu havia passado, engendrado na ocupação do espaço Oeste através da migração, em sua maioria de famílias sulinas, impulsionadas nas décadas de 1940-1950.

Este distrito fora constituído cerca de duas décadas depois, por volta de 1972, estando, em um primeiro momento, separado da relação mais ampla de ocupação/colonização vivida no município. Esta informação só a obtive certo tempo depois através de uma conversa informal com um dos funcionários que trabalhava na escola, o qual, junto com a sua família, havia participado deste processo.

⁵ VENCATTO, Rudy Nick. *O indígena na sala de aula e suas fronteiras culturais*. Trabalho de conclusão de curso da Faculdade União das Américas – UNIAMÉRICA. Foz do Iguaçu, 2007.

Nesta conversa, o senhor Anolar, funcionário da escola, relatou que o distrito de Santa Rosa do Ocoí foi constituído na década de 1970, através de um Projeto realizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, denominado Projeto Integrado de Colonização Ocoí – PIC-OCOÍ. Este, por sua vez, trata-se de um reassentamento forçado, que resultou na formação de três distritos: São José do Ocoí, Santa Cruz do Ocoí e Santa Rosa do Ocoí. Desta forma, algumas perguntas começaram a rondar este pesquisador: Que projeto era este? Quem eram estas pessoas que o INCRA reassentou? De onde vieram? Por que até dado momento ainda não tinha ouvido falar neste processo de desapropriação?

Na busca por referências, encontrei no trabalho de Davi Felix Schreiner uma breve menção sobre este reassentamento.⁶ Ao trazer em sua obra alguns problemas agrários no Paraná, a partir da década de 1960, o autor expressa que até o ano de 1982, o INCRA havia implantado apenas um assentamento neste Estado, o projeto PIC-OCOÍ criado em 1973. Para Schreiner, estes problemas fundiários estariam relacionados à criação da faixa de fronteira, imprecisão e sobreposição de títulos, delimitação das terras e pulverização de títulos devido a discussões entre os governos federal e estadual.

Após 25 anos como morador da região e três anos trabalhando naquela escola, nunca ouvira falar da constituição daquele distrito. Muito menos da forma como esta ocupação ocorrera. Tendo em vista uma nuvem de incompreensão em meu caminho, resolvi junto com o orientador investigar o processo. Durante esta fase inicial de investigação acabamos descobrindo algo muito mais complexo, resultando daí uma mudança importante no foco de pesquisa. Quero salientar que esta mudança não foi fácil, gerando sentimentos de insegurança e medo, pois estaria ingressando num terreno novo e teria que correr atrás de indícios e, principalmente, contra o tempo.

Tomada a nova direção, resolvi iniciar o levantamento de informações mais concretas, por meio das pessoas que viveram esta experiência de desapropriação, lançando-me através da História Oral como principal método de pesquisa. Por outro lado, nem ao menos sabia onde procurar possíveis depoentes. Assim, minha primeira investida foi tentar, através

⁶ Segundo Schreiner, tanto o termo “reassentamento”, quanto o termo “assentamento”, foram incorporados pelos trabalhadores do campo principalmente durante os anos de 1980, nas lutas pela terra e reforma agrária, opondo-se à política de colonização. Para ele, foi nas décadas de 1950-60 que o termo assentamento surgiu na literatura no processo de expropriação de grandes contingentes do campo e, sobretudo, para referir, a transferência e instalação pelo Estado de um determinado grupo de famílias em outras propriedades, sejam elas privadas ou públicas. É com base nisso que utilizo o termo reassentamento, para falar destas famílias que foram expropriadas do Parque Nacional do Iguaçu. Apesar deste processo ter sido denominado enquanto “projeto de colonização” pelo órgão responsável, é importante levar em consideração que estas famílias já possuíam seus espaços de sociabilidades e suas propriedades, tendo que deixá-los contra sua vontade e fixarem-se em outra localidade. Assim, trata-se mais de uma expropriação seguida de reassentamento do que apenas um projeto de colonização. (MEDEIROS, Leonilde Servolo de & LEITE, Sérgio Pereira. Apud: SCHREINER, op.cit., 2002. p. 25)

dos próprios alunos, muitos deles filhos e netos de desapropriados, encontrar materiais ou simplesmente, quaisquer informações que fossem capazes de dar direcionamento na investigação e incitar novos olhares.

Realizei trabalhos com alunos de 5^a a 8^a séries que tinham como objetivo explícito trazer as trajetórias de vida de seus familiares. Por outro lado, devo deixar claro que minha grande preocupação, implícita neste trabalho escolar, estava centrada em encontrar elementos capazes de localizar o máximo de famílias possíveis que haviam vivido no PNI e tinham sido desapropriadas na década de 1970.

Ao receber os trabalhos e analisá-los minha surpresa foi grande. Os alunos não trouxeram simples trabalhos escolares. Pelo contrário, as redações estavam impregnadas por memórias narradas e escritas, ricas em detalhes, parecendo fazer menção não a um passado longínquo, mas a algo vivido no presente por eles. A experiência narrada apareceu nesta atividade escolar a partir das memórias de pais e avós, relembrando o processo desde a migração dos demais Estados do Sul do Brasil até o Oeste do Paraná, e principalmente, questionando a forma como a desapropriação acontecera.

Pude, assim, vislumbrar uma rede de possibilidades para a pesquisa. Através destes materiais passei a selecionar possíveis caminhos para investigação, seguindo rastros por meio dos nomes expressos nos trabalhos. Tendo em vista a minha figura como professor, neste dado espaço e tempo, o contato com os depoentes foi de certa maneira facilitado, o que mais tarde me ajudou durante as entrevistas. Muitos destes entrevistados eram pais ou avós de alunos e, assim, criou-se um laço de maior confiabilidade. Quero destacar que várias foram as vezes em que almocei ou tomei café nas residências destas famílias por onde passei, experiências que até os dias de hoje me fazem refletir.

Dentre os diversos trabalhos apresentados pelos alunos, um em especial me chamou atenção. Trata-se do trabalho do aluno Magnus Knapp que, no ano de 2008, estava na 6^a série. O trabalho do aluno apresentou uma série de nomes de famílias que viveram dentro do atual PNI, porém, trazendo estes nomes relacionados com o local ou, “vila” e/ou “comunidade”,⁷ onde estas pessoas haviam se fixado. Foi possível, assim, destacar neste primeiro momento alguns ajuntamentos populacionais que existiram, tais como: São Luiz, Santa Luzia, Santo Alberto, Dois Irmãos, Apepu e São José.

⁷ Como Davi Felix Schreiner alerta, as expressões “comunidade” e “vizinhança”, podem dissimular as desigualdades presentes nas relações sociais, obscurecendo os confrontos e tensões. Assim, utilizo-as no intuito de expressar a idéia de lugar e/ou espaço onde as relações interpessoais se expressam com maior força. “Ao invés de pressupor a existência de equilíbrio, deve-se atentar tanto para os aspectos determinantes da comunidade, quanto para os interesses nela contraditórios e conflitantes”. (SAMUEL, Raphael. História local e história oral. In: *Revista brasileira de história*, v. 9, n. 19. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, 1990. p. 219-243. Apud. SCHREINER, Ibid., 2002. p. 46.)

Além destas informações, o aluno trouxe na última página uma espécie de mapa, desenhado de próprio punho, do espaço ocupado/colonizado por estas famílias. De início ficou confuso entender. Mas depois, relacionando o desenho com mapas do atual PNI, foi possível compreender o que aquilo representava e também levantar questões. É importante destacar que, em 2009, quando passei a recorrer a diversos mapas que consegui junto ao PNI para identificar estes agrupamentos populacionais, em nenhum deles a quantidade e a diversidade destes assentamentos foi apresentada. O máximo encontrado foram os núcleos populacionais de São José do Iguaçu e Santo Alberto. Certamente, olhar para estas trajetórias, memórias narradas e escritas, possibilitou redescobrir o próprio espaço do PNI e o movimento de ocupação e colonização do espaço Oeste.

Este desenho passou a ser uma fonte importante para a pesquisa, pois se trata de uma memória narrada e escrita passada de pai para filho e encontra-se viva no presente. Um passado que foi rememorado, porém, imbricado nas questões da atualidade. A riqueza de detalhes da narrativa desenhada é impressionante, e mesmo depois de mais de 30 anos, as marcas desta experiência vivida pelo senhor Otásio, pai do aluno Magnus, agora são ressignificadas.

Analisando o desenho, o primeiro elemento que me chamou atenção foram algumas linhas traçadas na cor marrom que o cortam no sentido horizontal. Estas, por sua vez, referem-se a estradas e a pequenos riachos que deságuam no Rio Iguaçu. Entretanto, o aluno não faz diferenciação de cor, mas situa alguns nomes como, por exemplo: Rio Índio, Sanga Funda, Pipuzinho e São João. Ambos tratam-se dos riachos já mencionados. Com relação à Apipu, São José do Iguaçu, Dois Irmãos São Luiz, Santo Alberto e Santa Luzia, tratam-se dos núcleos populacionais que se encontram interligados por algumas estradas, também representadas na cor marrom. Estradas e rios que atravessavam o PNI. Na memória do senhor Otásio, registrada pelo seu filho Magnus, o espaço é reinterpretado e estimula novos olhares. Ainda assim, instiga a repensar como estas ocupações foram organizadas espacialmente na área atual do parque.

Até dado momento o PNI era por mim tomado como um espaço ausente da presença dessas famílias que migraram nas décadas de 1950-1960, ocupando/colonizando a região. Ao ver o desenho, pude perceber que havia um processo mais complexo e obscuro na memória pública difundida na região que deveria ser investigado. Assim, trago a seguir a imagem a que tanto me refiro, a qual foi, de certa forma, o grande estímulo para redirecionar a investigação.

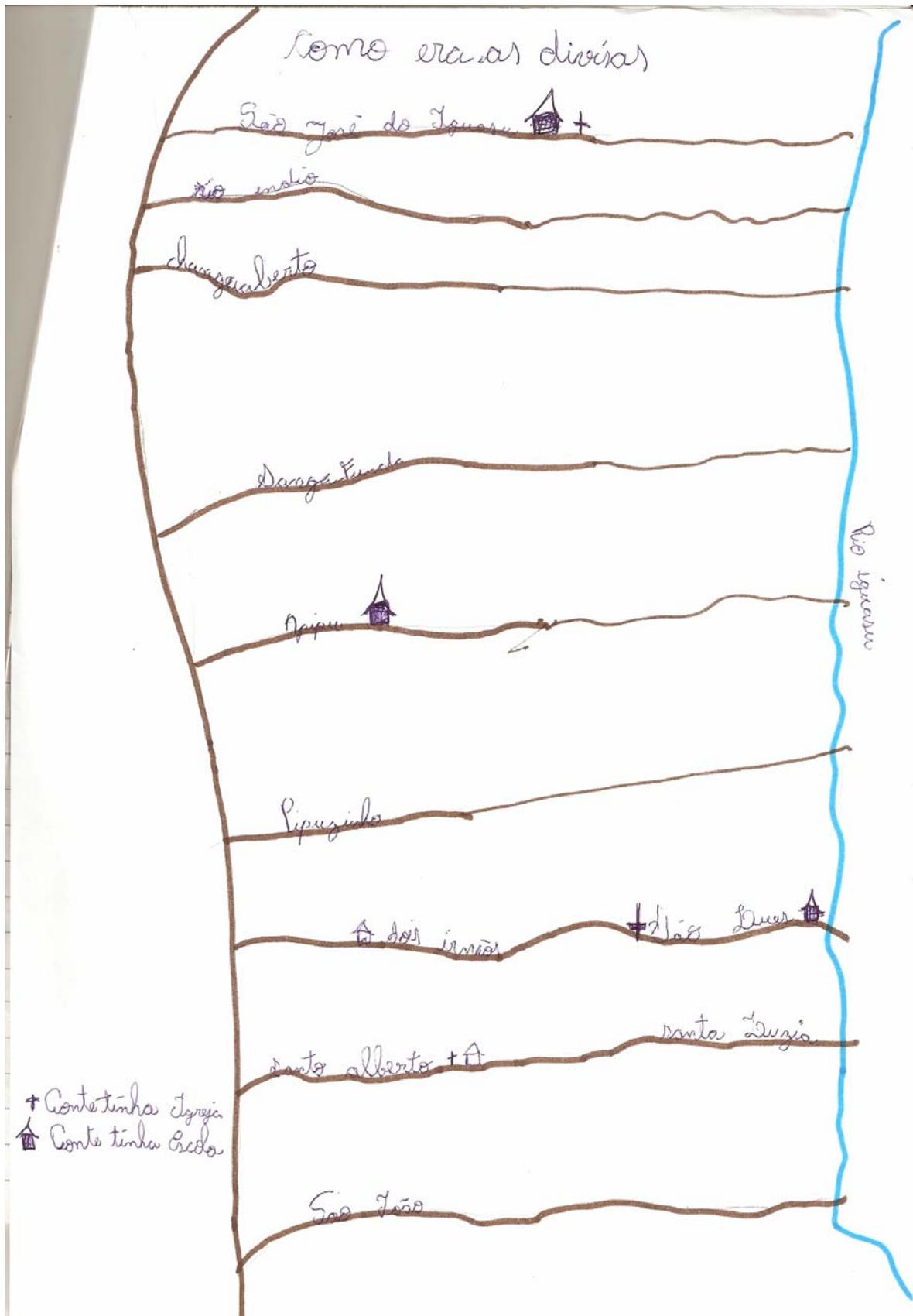


FIGURA 1: Desenho do aluno Magnus Knapp, setembro de 2008. Acervo do autor.

Quando me refiro à riqueza de detalhes que este desenho possui não faço isso apenas para dar ênfase a uma fonte, mas sim, pelo fato de que só através deste desenho pude perceber a quantidade de ajuntamentos populacionais estabelecidos dentro do PNI. É interessante notar que a legenda criada pelo aluno busca evidenciar os lugares onde se localizavam escolas e igrejas ou capelas. É possível pensar que, além do sentido de organização da imagem que isso representa, existe um sentido implícito em demonstrar os espaços ou lugares onde, de certa forma, as famílias estavam em maior número. Uma lembrança que tem por objetivo mostrar o quanto este espaço, hoje tomado como selvagem e intocado, algum tempo atrás estava ocupado pela presença humana.

Com isso fica pertinente pensar nas diversas famílias e formas de viver que já estavam constituídas naquele área. Pessoas que migraram dos demais Estados do Sul do Brasil e tentavam reproduzir suas formas e modos de vida no Paraná. É importante destacar que essa reprodução não deve ser tomada como sistemática e imutável. Muito pelo contrário, ocorre de diversas maneiras transformando-se no espaço e no tempo.

Desta forma, por volta de 1960, algumas famílias que migraram, principalmente do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, iniciaram um processo de ocupação de terras que mais tarde descobriram que pertenciam ao então PNI. Esses agrupamentos populacionais estavam dispostos numa área do parque compreendida entre os municípios de São Miguel do Iguçu e Foz do Iguçu. Dentre estes núcleos de povoamento, destacam-se dois, os quais obtiveram maior densidade demográfica: São José do Iguçu, localizado no então município de São Miguel do Iguçu, e Santo Alberto, fixado em Foz do Iguçu. Em ambos chegaram a habitar, na década de 1970, mais de 300 famílias.⁸

É importante destacar que estas pessoas estavam inseridas no processo de ocupação do então espaço Oeste, um espaço de fronteira nacional e agrícola.⁹ Este movimento, por sua vez, fora estimulado pelo Estado e o capital privado. Assim, as terras no

⁸ Este dado demográfico provém das narrativas levantadas durante a pesquisa. Entretanto, o próprio Plano de Manejo do PNI aponta para números semelhantes. Ver. (PLANO DE MANEJO, 1981. p. 11.)

⁹ Através da legislação, fronteira consiste em uma faixa de terra que compreende uma área de 150 Km de largura, paralela à linha divisória do território nacional. Fronteira não deve ser entendida apenas em seu sentido geográfico. Tratada como área de Segurança Nacional, é proibida, sem autorização do órgão federal competente, a concessão de terras, abertura de vias de transporte e instalação de meios de comunicação, construção de pontes, estradas internacionais e campos de pouso, estabelecimento e/ou exploração de indústrias que interessem a segurança nacional. (Cf. Lei nº 6634, de 02/05/79 e Decreto nº 85.064, de 26/08/80, que dispõem sobre a Faixa de Fronteira). Todavia, para José de Souza Martins, ela representa as complexidades do humano, um lugar das diferenças étnicas, socioeconômicas e até mesmo de classes. “Fronteira é, na verdade, ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos.” “É a disputa pela definição da linha que separa Cultura da Natureza, o homem do animal, quem é humano e quem não é. A fronteira é um dos raros lugares na sociedade contemporânea em que essa disputa ainda tem a visibilidade que em outros perdura apenas na discussão teórica e filosófica.”. (MARTINS, José de Souza. *Fronteira: A degradação do outro*. Editora HUCITEC. São Paulo, 1997. p. 11-12)

Oeste do Paraná eram vistas como possibilidades de melhoria de vida, possuindo um baixo custo em relação aos outros Estados do Sul. Com isso, movimentos migratórios foram bem efetivos, principalmente nos anos de 1950-1970.

Em 1967, por meio da iniciativa do Ministério da Agricultura, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, então IBDF, iniciou os trabalhos de demarcação da área do PNI. O objetivo era regulamentar a situação fundiária do parque. Neste levantamento, constatou-se oficialmente a presença de moradores em seu interior e iniciou-se, junto a estes, possíveis cálculos para o pagamento de indenizações das futuras expropriações.

Já em 1970, o INCRA, juntamente com o então IBDF, firmou um convênio que visava a destinação e preservação de áreas de parques nacionais. O convênio previa a transferência dos ocupantes das áreas dos futuros parques para outros locais sendo que, no caso do Oeste do Paraná, a área considerada prioritária foi a do atual PNI. No ano de 1972, após concluírem os levantamentos e avaliação das benfeitorias, o INCRA constatou a existência de 457 famílias, com a seguinte distinção: “158 com títulos oriundos do Governo do Estado e 299 sem títulos de propriedades, sendo simples ocupantes, arrendatários, parceiros e empregados rurais; a área ocupada era de 12.000 ha com mais de 4.000 ha de culturas”.¹⁰

Para retirar os moradores que lá estavam, foram desapropriados 12.500 hectares entre os municípios de Foz do Iguaçu e São Miguel do Iguaçu, área que deu origem ao PIC-OCOÍ. Porém, depois da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu com a formação do lago, este espaço foi reduzido para 4.500 hectares, ficando situado apenas no município de São Miguel do Iguaçu. Assim como já citado, este projeto deu origem aos atuais distritos de Santa Rosa do Ocoí, Santa Cruz do Ocoí e São José do Ocoí, todos pertencentes ao município de São Miguel do Iguaçu.¹¹

¹⁰ PLANO DE MANEJO. Parque Nacional do Iguaçu. 1981. p. 11.

¹¹ Com relação à documentação sobre o processo de desapropriação, ela encontra-se sob domínio do INCRA, órgão responsável por organizar a retirada dos moradores e o seu reassentamento. As primeiras tentativas para obter esses documentos junto ao INCRA, de Cascavel – PR, não foram bem sucedidas. Segundo este órgão, sua documentação sobre o processo estaria nos arquivos de Curitiba. Ao estabelecer contato com esta outra sede, na capital do Estado, os mesmos me informaram que a documentação estaria em Cascavel. Desta forma fiquei neste jogo de idas e vindas, sem conseguir, ainda, tal documentação.



MAPA 2: Distritos do Projeto Ocoí localizados em São Miguel do Iguazu - PR¹²

¹² A linha vermelha marca a estrada principal de ligação entre os distritos e a cidade. As linhas amarelas representam as estradas asfaltadas e/ou de pedras irregulares, que estabelecem a ligação principal entre os três distritos. A linha preta faz menção a uma estrada alternativa, constituída por cascalhos de pedras, que interliga os distritos. Esta por sua vez é a principal via de acesso para a aldeia Nhandéva. Fonte: Google Earth.



MAPA 3: Área de abrangência da desapropriação (PNI) e do reassentamento (PIC-OCOÍ).¹³

Segundo o Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu, de 1981, esse ato de desapropriação foi o que consolidou o PNI, ocorrendo uma desocupação quase total da área demarcada. Todavia, das propriedades incluídas na área do PNI, apenas duas, representando 459,80 ha, não foram desapropriadas neste período, por estarem classificadas e cadastradas no INCRA como empresas rurais. De acordo com o documento: “Nessas condições, não são passíveis de desapropriação por interesse social (como ocorreu com as demais) se bem que

¹³ Este mapa tem como objetivo, possibilitar ao leitor uma melhor compreensão do espaço vivido na desapropriação. A parte em verde escuro com contorno em verde claro marca os limites atuais do Parque Nacional do Iguaçu. Os pontos amarelos marcados dentro deste, referem-se a dois dos principais agrupamentos populacionais que se formaram em seu interior na década de 1960, os distritos de São José do Iguaçu e Santo Alberto. Para realizar tal marcação, tive como base o estudo e interpretação de outros mapas, os quais utilizo no primeiro capítulo. O outro ponto, marcado como Comunidade Santa Cruz do Ocoí, trata-se dos três distritos expressos no Mapa 2, local utilizado para o reassentamento dos expropriados do PNI. As linhas em amarelo marcam as fronteiras nacionais com o Paraguai, na parte esquerda, e Argentina, na parte inferior do mapa. Fonte: Google Earth.

expropriáveis a título de utilidade pública”.¹⁴ Assim, “No dia 22 de dezembro de 1978 desocupou a área do Parque o último dos colonos passíveis de desapropriação”.¹⁵

Desta forma, em 1981, através do Decreto nº 86.876, foram finalmente estabelecidos e demarcados os limites atuais do PNI, após um longo e duro processo de desapropriação das famílias que residiam em seu interior.¹⁶ Durante a década de 1980, o parque é oficialmente demarcado como livre da presença humana. Entretanto, estas questões ainda não estão resolvidas. Nos dias de hoje ainda existem pessoas vivendo em áreas demarcadas do PNI. Problemas fundiários pendentes neste processo.

Mas, e o PNI? Onde ele se encaixa nesta ocupação e colonização do Oeste do Paraná? Qual o motivo de sua constituição? Se era uma reserva ambiental, porque ainda se fixaram pessoas dentro de seus limites? Havia controle do Estado sobre estas terras? Essas foram algumas questões que passaram a ser lidas para refletir este problema e entender o processo de desapropriação trazido pelas memórias.

Com relação ao processo de desapropriação, outras perguntas passaram a emergir. Como aconteceu? Como foi vivido? Ao analisar os documentos escritos que passei a levantar, não era possível compreender a dinâmica contraditória deste processo. Aliás, eles não davam conta nem ao menos de falar dos embates e tensões que encaminharam estas famílias à desapropriação.

Foi no ano de 2008, ainda procurando referências sobre a desapropriação, que acabei me deparando com algumas informações que faziam menção a uma denúncia realizada em 1974 por um periódico denominado *Jornal Binacional*. O que me chamou a atenção foi o fato de que este veículo de imprensa, devido à vinculação da matéria sobre a desapropriação, em sua primeira edição, acabou sendo fechado e seu editor chefe, Waldomiro de Deus Pereira, foi acusado pelo poder político, nas mãos de militares em tempos de ditadura, de provocar “desordem” entre os colonos.

Esta referência me levou a conhecer o jornalista Aluísio Palmar.¹⁷ Devido à grande experiência de vida e às atividades como jornalista e pesquisador, alimentei a

¹⁴ PLANO DE MANEJO, loc. cit.

¹⁵ Id.

¹⁶ RICOBOM, op. cit. 2001. p. 36.

¹⁷ Aluísio Ferreira Palmar nasceu em 1943 em São Fidélis, no Rio de Janeiro. Estudou Ciências Sociais na Universidade Federal Fluminense e, devido à sua militância revolucionária, foi preso e banido do país. Com a anistia, voltou ao Brasil e se radicou em Foz do Iguaçu (PR), onde começou suas atividades como jornalista profissional trabalhando no semanário *Hoje Foz*. Em 1980, criou o semanário *Nosso Tempo* e, ao longo dos anos, atuou ainda em outros meios de comunicação do Paraná. Exerceu cargos de secretário de Comunicação e de Meio Ambiente na Prefeitura de Foz do Iguaçu e, atualmente, ocupa cargo de chefe de gabinete da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu. É autor do livro *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* (PALMAR, Aluísio. *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?*. 2ed. Travessa dos Editores. 2006.)

esperança de encontrar este jornal até dado momento desconhecido. Mais uma vez os passos foram dados na direção certa e, por meio de Aluizio, consegui uma cópia do jornal, que possibilitou levantar questões e novos indícios sobre a desapropriação tão obscura nos documentos escritos.

Ainda Aluizio Palmar, presenteou-me, se assim posso dizer, com mais um documento importante para a pesquisa. Segundo ele, durante o processo de levantamento de suas fontes de pesquisa, encontrou no Arquivo Público do Paraná, um documento de cunho confidencial que fazia menção ao *Jornal Binacional* e ao jornalista Waldomiro de Deus Pereira. O pesquisador, mesmo não utilizando este material, acabou guardando-o para compor o seu acervo pessoal e, assim, junto com a cópia do *Jornal Binacional* também recebi este documento.

Com estes elementos levantados parti para uma segunda fase da pesquisa: o levantamento de fontes escritas junto a órgãos de imprensa da região, Arquivo do PNI, Câmara dos Vereadores de Foz do Iguaçu, Biblioteca Municipal de Foz do Iguaçu, dentre outros. Apesar da dedicação, muito pouco foi encontrado relacionado em específico ao processo de desapropriação e, sem contar na impossibilidade de acesso à documentação de posse do INCRA.

Mesmo assim, no dia 23 de março de 2009, depois de algumas semanas de negociação, enviando pedidos de permissão e esperando respostas, pude finalmente encaminhar-me até o município de Foz do Iguaçu – PR para continuar a minha pesquisa, agora nos documentos do arquivo do PNI. Ao chegar no PNI, e depois de ser recebido, precisei aguardar cerca de 20 minutos por um dos ônibus¹⁸ que transporta os “turistas” para suas dependências, de onde eu deveria me encaminhar até a parte administrativa, que fica em um dos prédios do seu interior e não no portal de entrada, como eu antes acreditava.

Já no interior da parte administrativa, chamou-me atenção a arquitetura do prédio, o qual, mais tarde, pude constatar que se tratava, antes de sua reestruturação, de uma antiga residência de pessoas que viveram naquele espaço, em cujo local funcionava uma pequena usina que gerava energia para as redondezas. Neste local, fui encaminhado até uma pequena sala, uma espécie de biblioteca, onde havia vários textos, obras, dissertações e teses, em geral trabalhos que discutiam as ideias e legislação de parques nacionais. Neste momento, percebi

¹⁸ Para entrar nas imediações do PNI, não é permitido que se utilize veículo particular. A visita ocorre através de ônibus panorâmicos que levam os “visitantes” ao interior. Todavia, existe dentro do parque um hotel, bem próximo às Cataratas do Iguaçu, e para os hóspedes deste hotel a entrada com veículos de turismo, táxis e vans é autorizada.

que não estava em um arquivo, mas sim, num local usado para estudos e pequenas palestras pela equipe que administra o PNI.

Dentre os documentos encontrados, destaco para a análise o *Inventário de Reconhecimento do Parque Nacional do Iguaçu - 1968* e alguns *Planos de Manejo*, entre eles o primeiro, criado em 1981. Apesar de utilizar diversos documentos escritos como parte do conjunto de fontes, sem sombra de dúvidas a pesquisa teve como principal aporte documental as fontes orais. Foram realizadas nove entrevistas com moradores dos três distritos que formam o PIC-OCOÍ, com os quais busquei dialogar nos três capítulos, mas que ganharam maior ênfase no segundo e terceiro.

Os critérios para escolha dos entrevistados variaram com o tempo e com o próprio movimento que a pesquisa foi obtendo. A única prioridade que defini e que assim se manteve, foi conseguir dialogar com no mínimo duas pessoas ou famílias de cada distrito, para desta forma poder ter uma compreensão maior do movimento da desapropriação e do reassentamento.

Cabe ressaltar que a escolha dos depoentes, num primeiro momento, se deu através dos próprios funcionários da escola, os quais me indicaram muitas vezes parentes ou amigos como, por exemplo, o caso da senhora Reni, mãe da secretária da escola onde eu trabalhava. Este primeiro contato foi facilitado pela própria posição que eu ocupava naquele espaço chamado pelos moradores de “comunidade”.

Após os primeiros contatos acabei mudando os critérios de seleção de depoentes. Conforme as questões foram aparecendo os próprios entrevistados passaram a indicar novas pessoas, encaminhando a pesquisa por trajetos não esperados, me direcionado, em alguns casos, a pessoas com as quais não possuía laços como dantes com os funcionários da escola e os alunos. Acredito que este movimento foi importante, pois pude perceber a diferença enquanto pesquisador, ao chegar com diversas perguntas frente às pessoas que não conhecia, diferentemente com o que estava acostumado no início da pesquisa.

Durante as entrevistas realizadas não utilizei questionários ou roteiros prontos, apenas estabeleci algumas perguntas que tinham como objetivo levar o entrevistado a contar o seu processo de vida nos distintos lugares. As entrevistas, muitas vezes, se confundem com conversas informais. Porém, a carga de elementos significativos expressada nas memórias proporcionam novos olhares e reflexões.

Para lidar com este emaranhado de entrevistas ricas em significados, busquei principalmente em Alessandro Portelli um aporte que fosse capaz de suprir a discussão teórica sobre as fontes orais. Assim, o primeiro passo importante foi refletir não apenas com as

entrevistas isoladamente. Mas, também, a entrevista no seu conjunto que se faz na relação entre entrevistado e entrevistador. Para isso, utilizei Portelli e seu trabalho *Forma e significado na História Oral*, que possibilitou a este trabalho elementos reflexivos importantes.¹⁹

O primeiro ponto é entender a entrevista como uma troca de olhares em que tanto entrevistado, quanto entrevistador, estão investigando e sendo investigados. Deve-se olhar para a entrevista como uma experiência mútua, ou nas palavras do autor: “Uma entrevista é uma troca de dois sujeitos: literalmente uma visão mútua. Os dois sujeitos interagindo, não podem agir juntos a menos que alguma espécie de mutualidade seja estabelecida”.²⁰

Lidar com fontes orais requer uma gama de cuidados, assim como com qualquer outro documento. Porém, devido à riqueza de possibilidades que as fontes orais proporcionam, muitas são as críticas que ainda perduram entre diversos pesquisadores das ciências humanas. Para Portelli, em seu texto *O que faz a história oral diferente*, as fontes orais têm em comum características autônomas e funções que requerem instrumentos interpretativos diferentes e específicos.²¹

Segundo o autor, é necessário dar atenção à oralidade da História Oral. Ou seja, para Portelli, existem dois aspectos que devem ser levados em consideração e que ressaltam a importância de se trabalhar com fontes orais, são eles: a origem e o conteúdo presentes nas narrativas. Para ele, as fontes orais, muitas vezes, fornecem informações sobre grupos sociais iletrados ou cuja história escrita é, ou falha, ou deteriorada. Informações que proporcionam reflexões sobre a vida diária e a cultura material destas pessoas e grupos.²²

Assim, para Portelli, a História Oral conta mais sobre significados do que sobre eventos e as entrevistas revelam aspectos desconhecidos de eventos até mesmo conhecidos, mas que, de certa forma, muitas vezes na frieza dos documentos escritos, não emergem com tanta força quanto na oralidade. Para o autor, “Fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez”.²³ É importante destacar que esta memória reivindicada nas narrativas não é apenas um depósito de sentidos, é também um processo ativo de criação de significações.

¹⁹ PORTELLI, Alessandro. *Forma e significado na História Oral*. A pesquisa como um experimento em igualdade. In: Projeto História, São Paulo, 1997. P.7-24.

²⁰ Ibid., 1997, p. 9.

²¹ PORTELLI, Alessandro. *O que faz a história oral diferente*. In: Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC – SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). São Paulo, 1981. p. 26.

²² Ibid., 1981, p. 30.

²³ Ibid., 1981, p. 31.

De certa forma, lidar com as memórias narradas e buscar apreender a complexidade dos sentidos presentes que se ressignificam dentro de um espaço e tempo, constituintes dos sujeitos, é uma tarefa um tanto quanto passível de equívocos. Porém, através de Raymond Williams, um crítico literário, foi possível encontrar uma amplitude de possibilidades que estimulam formas de olhar para estas fontes e apreender muitos significados ou a significação pretendida pelas memórias.²⁴

As práticas cotidianas dos moradores provenientes do meio rural, bem como as narrativas que são construídas a partir delas, possibilitam perceber como este universo experimentado é ressignificado durante os processos de ocupação/colonização, desapropriação e, mais tarde reassentamento, mantendo uma intensa interrelação. As maneiras de se relacionar com os valores inerentes à terra não são de todo apagadas em suas lembranças ou vidas cotidianas. A terra, neste caso, não possui uma característica apenas como mercadoria, mas sim, como um espaço onde se cria e recria sentidos e valores para estes sujeitos.

Em Raymond Williams, além de encontrar um autor capaz de ajudar a refletir teórica e metodologicamente a pesquisa, somos instigados a refletir e questionar sobre o próprio movimento que o pesquisador desempenha relacionando-se com a pesquisa. Em outras palavras, Williams, antes de qualquer coisa, contribui neste trabalho nas formas como eu direciono olhares para meu objeto de pesquisa, estimulando algumas questões tais como: Qual é a estrutura de sentimentos que estou propondo pesquisar? Qual é o significado histórico e social de minha pesquisa? Como estou entendendo os conceitos e as formas que estes conceitos são utilizados?

Para Williams, conceitos são elementos historicamente constituídos, fixando sentidos, imagens e margens de significações que, muitas vezes, imobilizam o passado no passado. Os conceitos, antes de empregados como verdades ou paradigmas explicativos, devem ser vistos e problematizados em seu movimento, levando em consideração o espaço e o tempo em que foram criados. Só assim será possível aplicar análises que não venham a cristalizar os sentidos que são vividos em outras temporalidades.²⁵

Assim, ao utilizar nesta pesquisa o termo “cultura” de um determinado grupo, estou me referindo às práticas sociais desenvolvidas, seus modos de vida e sistemas de valores. Cultura passa a ser entendida enquanto um campo de disputas que se encontra em

²⁴ WILLIAMS, Raymond. *Cultura y sociedad*. 1780-1950. De Colerige a Orwell 1ª ed. Buenos Aires: Nueva Visión, 2001.

²⁵ WILLIAMS, 2001, passim.

movimento no espaço e no tempo. Através de sua obra *Marxismo e Literatura*, pude entender as práticas tomadas enquanto modos de vida no campo, a partir do que ele denominou de “residuais”, presentes e atuantes na cultura de um determinado grupo.

Em Williams, cultura é um campo dinâmico que se constitui a partir de três conceitos interrelacionados: residual, emergente e dominante. Para o autor, “residual” é aquilo que foi constituído no passado, mas que ainda está ativo no processo cultural, não apenas como elemento do passado, mas como efetivo do presente. Já a categoria “‘emergente’ compreende os novos significados e valores, novas práticas, aquilo que está sendo criado continuamente. Entretanto, a distinção entre aquilo que é novo e aquilo que permanece são difíceis de estabelecer. Para isso, as definições de ambas só podem ocorrer se relacionadas com um sentido pleno de ‘dominante’”.²⁶

Com relação ao historiador e ao olhar que lança sobre o objeto de pesquisa, é importante destacar que, muitas vezes, trata-se de um desejo individual. Porém, o sentimento que estimulou e/ou criou este desejo é fruto das relações sociais. Assim, por mais que a subjetividade do pesquisador esteja presente na pesquisa, esta, por sua vez, não está deslocada das relações sociais que se encontram imbricadas no processo de constituição desse sujeito.

Williams, em sua reflexão acerca das “estruturas de sentimentos”, discute os processos formadores da linguagem. Elementos que me possibilitam compreender como as narrativas são incorporadas ou até mesmo esquecidas, variando conforme a importância que os sujeitos dão para determinados eventos em determinadas temporalidades. Se, para Williams, cultura é um processo de disputas, nenhuma transformação ocorre sem uma transformação na cultura, devendo ser encarada não como uma esfera separada do social, mas como um processo central e uma luta política. Através disso, a língua e a linguagem são constituintes e constitutivas, ativos no processo histórico. História Oral, nesse sentido, constitui uma linguagem da experiência social.

Ainda com o mesmo autor, é possível pensar e dialogar com as diversas memórias apresentadas na pesquisa. Para Williams, memória não é apenas passado, assim como Portelli também alerta. É também um presente, um passado que se encontra em movimento, que, dependendo do campo de disputas, vai sendo ressignificado e passa a ressignificar relações. Numa narrativa rememorada, sentidos e valores são colocados em evidência ou muitas vezes silenciados, movimento o qual o pesquisador deve estar atento, pois através dele é possível levantar novas questões e reflexões.

²⁶ WILIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 125 et seq.

Outra categoria histórica importante para esta discussão é a memória. Destaco a influência de Michael Pollak, no qual memória pode ser entendida também enquanto um campo de disputas. Ainda por meio dele é possível refletir sobre os esquecimentos e silêncios que as memórias insistem em empregar.²⁷

Assim como no trabalho de Pollak, a construção de uma memória assumidamente pública de ocupação do espaço Oeste do Paraná e de formação do PNI silenciou as experiências de vida. Entretanto, elas não deixaram de existir, permaneceram, assim como ele denominou, de forma “subterrânea”. Memórias que apenas emergem em momentos específicos.

Os silêncios ou esquecimentos, por sua vez, não acontecem apenas com a intervenção do Estado. Eles ocorrem nas relações dos diferentes grupos sociais. Nesta pesquisa, são perceptíveis no jogo de relações utilizado para a construção das comunidades, que teve como base a luta pela permanência de alguns e a desistência de outros. Estas duas posturas levaram os depoentes a se utilizarem de silêncios durante a entrevista para justificar suas ações no passado, as quais deixaram marcas nas relações do presente.

Sobre a complexidade da construção de uma natureza idealizada que vislumbra a ausência humana, dialoguei, entre outras, principalmente com a obra de Antonio Carlos Santana Diegues, *O mito moderno da natureza intocada*,²⁸ que coloca um aporte conceitual que, de certa forma, esclarece questões e ajuda a pensar este processo instituidor da natureza e do homem como isolados. Utilizei também Simon Schama em sua obra *Paisagem e memória*,²⁹ a qual contribui para refletir sobre o processo de mitificação da natureza. Para Schama, natureza, antes de qualquer coisa, significa “paisagem”, algo construído a partir do social, da cultura dos sujeitos, de suas lembranças e lembranças, instrumentos criadores de sentidos para os espaços tomados enquanto naturais.

Com relação às fotografias utilizadas neste trabalho, emprego-as com o intuito de levar o leitor a uma melhor reflexão sobre o processo de ocupação que se sucedeu dentro do PNI. Por meio delas é possível vislumbrar um espaço marcado pela presença humana, ao contrário daquilo que a memória pública do PNI averba. As imagens para os depoentes apareceram como fontes de lembranças, as quais, durante as entrevistas, serviram como guia das experiências vividas naquele tempo.

²⁷ POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Edições Vértice, v.2, n3, 1989.

²⁸ DIEGUES, Antonio C.. *O mito moderno da natureza intocada*. 3ªed. HUCITEC. São Paulo, 2001.

²⁹ SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. Tradução: Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Para lidar com as imagens, utilizo como principal aporte José de Souza Martins em sua obra *Sociologia da Fotografia e da Imagem*.³⁰ Para ele, as imagens revelam as insuficiências da palavra como documento da consciência social e como matéria-prima do conhecimento. Entretanto, revela também suas próprias insuficiências. Mesmo assim, é possível vislumbrar, a partir das imagens, uma gama de possibilidades de sentidos e valores que constroem relações sociais dentro dos grupos nos espaços e tempos.

Para realizar esta discussão, a dissertação encontra-se dividida em três capítulos a partir dos quais busco, de forma relacional, pensar o processo de desapropriação ocorrido na década de 1970. Para isso, cada capítulo tem uma especificidade na análise, mas em nenhum momento optei por fazer uma divisão que viesse a separar metodologicamente as fontes empregadas. Todas as fontes utilizadas se entrecruzam, o que se altera são os olhares direcionados para elas em cada capítulo.

Tendo em vista o ímpeto que se deu durante a pesquisa de compreender os motivos que impulsionaram a desapropriação, apenas na década de 1970, houve a necessidade de abordar algumas questões relacionadas aos debates ambientais e ao movimento teórico e legislativo que estimularam a criação de parques nacionais pelo mundo e no Brasil. No primeiro capítulo intitulado “A constituição do Parque Nacional do Iguazu”, me lanço em refletir a criação de leis ambientais e questionar as justificativas que passaram a ser utilizadas para a efetivação da desapropriação.

É importante destacar que, ainda, neste primeiro capítulo, procuro refletir a construção do ideal de uma natureza selvagem e intocada no qual homem e natureza são vistos como duas esferas separadas. Ainda que de uma maneira simples, historicizar e analisar este processo de construção da dicotomia entre natureza e cultura, que se estendeu principalmente do final do século XIX e ao longo do século XX, emergindo com maior força a partir dos anos 1980, são elementos fundamentais para a compreensão das questões levantadas.

Assim, procuro apreender os embates e valores que ao longo do tempo instituíram o PNI e, de uma forma mais ampla, compreender como os processos de constituição do espaço Oeste do Paraná, como uma fronteira agrícola e nacional, se relacionam com este movimento. Com isso, busco discutir a participação de agentes que influenciaram e/ou justificaram e justificam o processo de desapropriação ocasionado pela constituição e reconhecimento do PNI nesta área de fronteira.

³⁰ MARTINS, José de Souza. *Sociologia da fotografia e da imagem*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 11.

No segundo capítulo intitulado “Memórias da desapropriação”, lanço mão, principalmente, das narrativas orais produzidas em entrevistas, para assim, apreender o processo social vivido de migração e ocupação do espaço Oeste do Paraná e, em específico, do interior do PNI. Analiso os valores e significados empregados pelos colonos no ato de desapropriação narrado, que levou estas famílias a constituir, segundo comenta-se, o primeiro reassentamento realizado pelo INCRA no Paraná.

Neste segundo capítulo é possível perceber as diferentes concepções que os colonos possuem sobre a desapropriação vivida. Apesar de viverem algo em comum, as memórias são múltiplas e possibilitam diferentes olhares para este processo. É nesse momento que as memórias narradas ganham mais força na discussão colocando os usos da história oral como principal aporte analítico.

O terceiro capítulo intitulado “E o pessoal começou de novo”, traz para esta pesquisa uma reflexão sobre o processo de reassentamento e a construção do novo espaço ocupado, o PIC-OCOÍ. As relações de reciprocidades e a construção de laços de pertencimento no novo espaço ocupado são os elementos que neste capítulo procuro trazer para a análise. Ainda neste percurso, investigo as novas desapropriações vividas pelos recém reassentados, a partir da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu na década de 1980, constituindo mais um processo compulsório de migração em menos de 10 anos.

Por último, procuro refletir sobre as questões que na vida desses colonos nos dias de hoje ainda não estão resolvidas, como os embates e tensões vividos dentro do Projeto Ocoí, entre colonos e indígenas e os problemas de reflorestamento imposto aos colonos a partir da ocupação da “reserva verde” do PIC-OCOÍ pelo assentamento da aldeia indígena. Para os depoentes, estas questões estão, de alguma forma, ou pelo menos assim rememoram, relacionadas com a desapropriação ocorrida ainda na década de 1970 para a formação do PNI.

Certamente o PNI, em termos legais fundiários, ainda possui suas pendências e, apesar dos processos que ao longo dos anos buscaram construir uma paisagem intocável e selvagem para esta reserva ambiental, ela não se encontra de forma hegemônica. Ao trazer estes elementos, quero discutir o quanto esta área de reserva ambiental envolve uma série de disputas no tempo e espaço. Estes embates relacionam-se com uma amplitude de questões que no decorrer do processo histórico foram sendo debatidas, gerando, neste caso, a desapropriação legitimada pela construção da dicotomia entre homem e natureza.

CAPÍTULO I

A CONSTITUIÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU

1.1 HOMEM X NATUREZA: A CONSTRUÇÃO DE VALORES E SENTIDOS

Antes de pensar na expropriação ocorrida para a formação do PNI, deve-se levar em consideração a problemática que ao longo dos anos vem constituindo atributos que legitimam o estabelecimento de Unidades de Conservação pelo mundo. Natureza e homem passaram durante o processo histórico social, carregando sentidos e valores que legitimam e cristalizam olhares.

A expropriação ocorrida na década de 1970 certamente causou desestabilidade para as famílias envolvidas, desconstituiu relações de vizinhança e, acima de tudo, negligenciou trajetórias de vida. Neste processo, cada envolvido, seja de um lado os agricultores, ou de outro órgãos federais e estaduais responsáveis, possuíam seus próprios conceitos e olhares sobre o que é natureza.

Para os agricultores colonos, em muitas das entrevistas realizadas, a floresta era o espaço selvagem que deveria ser domesticado pela presença humana para produzir as condições materiais de existência. As memórias narradas dão ênfase ao processo de chegada e fixação na terra, logo depois da jornada de migração. A reconstituição dos espaços, segundo modelos de organização social já preconcebidos, era a garantia de sobrevivência. Para isso, a derrubada da mata muitas vezes se fazia necessária para liberar espaço para o plantio.

Todavia, para órgãos como IBDF, na época, e os preconcebidos atributos que legitimavam a garantia de espaços de reservas naturais, o verde, a floresta, deveria estar distante da presença humana para que continuasse existindo. A ideia de uma natureza selvagem e intocada era o mote que deveria ser mantido. Neste movimento, as ações que ao longo da pesquisa foram colocadas para reflexão, eram legitimadas pela necessidade de se preservar uma natureza real, verdadeira. Mas que selvagem é este? O que define um espaço enquanto selvagem? O que define natureza? Quando e como natureza passou a ser entendida sem a presença humana?

Para pensar esta problemática é importante refletir sobre os debates instituintes de algumas questões ambientais que passaram a vigorar no Brasil, mas que de certa forma são modelos provenientes de debates feitos em outros países. Para isso, é necessário entender o processo de formação dessas chamadas Unidades de Conservação (UC), visualizando o

movimento que ao longo das décadas do século XX criou “sentidos” justificadores que motivaram e definiram as legislações ambientais.

Segundo Simon Schama³¹, é importante estar atento, pois, antes mesmo de estarmos lidando com uma natureza, estamos lidando com uma paisagem. Ou seja, olhares que foram lançados sobre esta natureza e que de alguma maneira, instituem significados para estes espaços. Assim, é possível entender que paisagem é cultura e memória. As lembranças, neste caso, tornam-se parte desse processo que constitui a paisagem e definem valores e sentidos para a natureza.

Schama proporciona um modo de olhar e de redescobrir o que já possuímos, mas que, de alguma forma, escapa-nos ao reconhecimento e à apreciação. Seu objetivo é apresentar uma exploração do que ainda pode ser encontrado e revelar, assim, a riqueza, a antiguidade e a complexidade da tradição paisagística com relação aos modos de ver a natureza. Para ele, “Nem todas as culturas abraçam a natureza e paisagem com igual ardor. O que os mitos da floresta antiga significam para uma cultura européia nacional pode se traduzir em algo totalmente diverso em outra cultura”.³²

Segundo o mesmo autor, é nos mitos criados e nas paisagens estabelecidas para esta natureza histórica que estão os segredos de se entender os olhares cristalizados e definidores da natureza. Paisagem não é algo dado, ela é construída na memória e se manifesta enquanto cultura, remodelando-se nas temporalidades:

Todavia, mesmo levando em conta essas variações, é claro que os mitos e lembranças da paisagem partilham duas características comuns: sua surpreendente permanência ao longo dos séculos e sua capacidade de moldar instituições com as quais ainda convivemos.³³

Para Schama, a grande dificuldade em se discernir a antiguidade dos mitos é que os lugares antigos, muitas vezes, são remodelados por elementos da contemporaneidade como, por exemplo, a criação de um parque selvagem no lugar de uma floresta tida como primitiva. Estes lugares muitas vezes passam a permear uma carga de mitos que o transformam em algo selvagem e ausente da presença humana. Nas palavras do autor: “Perceber o contorno fantasmagórico de uma paisagem antiga, sob a capa superficial do contemporâneo, equivale a perceber, intensivamente, a permanência dos mitos essenciais”.³⁴

³¹ SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. Tradução: Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

³² *Ibid.*, 1996, p. 25.

³³ *Ibid.*, 1996, p. 26.

³⁴ *Ibid.*, 1996, p. 27.

Assim, reconhecer o legado ambíguo dos mitos da natureza ajuda a pensar que a paisagem nem sempre é mero local de prazer. Ou seja, um cenário sedativo e uma topografia arranjada que estimula os olhos. Para Schama, os hábitos culturais da humanidade sempre garantiram um caráter sagrado para a natureza. Todas as paisagens, desde o parque urbano às trilhas na montanha, possuem a marca das obsessões humanas. Segundo ele, “paisagem” é cultura antes de ser natureza, ou seja, uma construção da imaginação que se projeta sobre mata, água e rocha.³⁵

Em sua obra, ao analisar um espaço tomado pelo discurso oficial enquanto selvagem e intocado, um lugar de fronteira nacional na Polônia, o autor conseguiu perceber que a área investigada nem sempre foi daquela maneira. Para ele, as florestas analisadas em seu estudo eram o oposto do que hoje se considera norma ideal de um habitat florestal, ou seja, a natureza bruta. As florestas em sua pesquisa demonstraram o contrário. Elas apresentavam marcas da presença humana, pois possuíam luz, espaço e variedade. Nas próprias palavras de Schama:

Havia gente nas florestas: assentada, ativa, ganhando a vida com os recursos a sua volta; uma sociedade robusta, com ritmos sazonais de movimento, comunicação, religião, trabalho e prazer. Mesmo nas matas mais extensas havia estradas para as carroças e trilhas para os pedestres, e seus adeptos as conheciam tão bem quanto as vias romanas.³⁶

Para Schama, a paisagem não é apenas um repouso para os sentidos, um lugar para se buscar a tranquilidade. Antes, é obra da própria mentalidade composta por uma variedade de lembranças. Assim, seguindo nesta reflexão, paisagem e cultura não podem ser vistas dissociadas e com isso, o ideal de natureza que vai instituir os parques pelo mundo afora não pode ser compreendido separado da cultura. De acordo com Schama:

Claro está que, objetivamente, a atuação dos vários ecossistemas que sustentam a vida no planeta independe da interferência humana, pois eles já estavam agindo antes da caótica ascendência do *Homo sapiens*. Mas também é verdade que nos custa imaginar um único sistema natural que a cultura humana não tenha modificado substancialmente, para melhor ou para pior. E isso não é obra apenas dos séculos industriais. Vem acontecendo desde a antiga Mesopotâmia. É contemporâneo da escrita, de toda a nossa existência social. E esse mundo irreversivelmente modificado, das calotas polares às florestas equatoriais, é toda natureza que temos.³⁷

³⁵ Ibid., 1996, p. 28

³⁶ Ibid., 1996, p. 151.

³⁷ Ibid., 1996, p. 17.

Segundo Schama, para os fundadores do moderno ambientalismo: Henry David Thoreau e John Muir, “A ideia era que a natureza selvagem estava em algum lugar, no coração do Oeste americano, esperando que a descobrissem, e que seria o antídoto para os venenos da sociedade industrial”.³⁸ Para o autor, estes sentidos que buscam uma natureza selvagem, são produtos do desejo e da elaboração dessa cultura em seu tempo.

Outro fator interessante de sua obra é a análise sobre aquilo que ele denominou de “primeiro éden americano”, o parque Yosemite. O autor problematiza a construção de uma imagem para este parque, que foi lançada através de pinturas e fotografias, as quais não apresentavam nenhum vestígio da presença humana naquele espaço. Schama convida a refletir: “É evidente que o próprio ato de identificar (para não dizer fotografar) o local pressupõe nossa presença e, conosco, toda a pesada bagagem cultural que carregamos”.³⁹

Para o autor, a natureza selvagem não demarca a si mesma, não se nomeia. Foi uma lei do Congresso dos EUA, em 1864, que designou o Yosemite Valley como o lugar de significado sagrado para a nação. Caso contrário, se este espaço fosse tão intocável e selvagem, e cultura e natureza são coisas dicotômicas, o homem não poderia nem ao menos falar dele, pois nem o conheceria. Todavia, o fato do elemento humano estar buscando estes lugares, até mesmo ressignificando-os, mostra que esta natureza selvagem, nos dias de hoje tão reivindicada, não é, e nunca foi, ausente da presença humana.

Cabe agora, problematizar a criação de valores que demarcaram e demarcam pelo mundo os espaços de proteção ambiental e neste caso em específico, no Brasil. Para isso, em Antonio Carlos Santana Diegues,⁴⁰ encontrei aportes que problematizam a criação de parques pelo mundo e ajudam a pensar a criação do PNI. Além disso, Diegues discute a própria construção de natureza e cultura enquanto distintas e separadas, um ideal de natureza selvagem e intocável que veio ganhando forças desde o final do século XIX. Desta forma, a desapropriação, que também está sendo pensada neste trabalho, pode ser compreendida e problematizada relacionando-se com os embates ambientais mais amplos.

A partir de Diegues, é possível pensar a criação de parques e reservas, pois o autor levanta uma série de questões que envolvem e definem a criação das unidades de conservação da natureza, principalmente em países que até então eram tidos como de Terceiro Mundo. De uma forma geral, para Diegues, o objetivo de delimitação destas áreas era e é preservar espaços com atributos ecológicos importantes, não sendo permitida moradia de pessoas em

³⁸ Id.

³⁹ Id.

⁴⁰ DIEGUES, Antonio C.. *O mito moderno da natureza intocada*. 3ªed. HUCITEC. São Paulo, 2001.

seu interior. Ainda segundo o autor, a concepção que defende a preservação destas áreas provém do século XIX, criadas primeiramente nos Estados Unidos, a fim de proteger a vida selvagem que, segundo seus idealizadores, estava ameaçada pela civilização urbano-industrial destruidora da natureza.⁴¹

Assim, para o naturalismo do século XIX, “a única forma de proteger a natureza era afastá-la do homem, por meio de ‘ilhas’ onde este pudesse apenas admirá-la”.⁴² Estes lugares tinham, também, como objetivo serem vistos como espaços “selvagens”, onde o homem urbano pudesse se revigorar do trabalho monótono das cidades. Desta forma, instituiu-se a ideia que Diegues denomina de “neomitos”, ou seja, a existência de um mundo natural selvagem e intocável, uma espécie de paraíso perdido.⁴³

Segundo Diegues, nos Estados Unidos do século XIX, os termos teóricos que buscavam discutir estes espaços ambientais estavam embasados em duas visões do mundo natural às quais exerceram grande influência no movimento de conservação dentro e fora deste país. Estas duas vertentes instituidoras das políticas ambientais foram: o “Conservacionismo dos Recursos Naturais” e o “Preservacionismo”.⁴⁴

Através do engenheiro florestal Gifford Pinchot, foi criado nos EUA o movimento de conservação dos recursos, tendo como objetivo o uso racional dos recursos naturais.⁴⁵ Para Diegues, este engenheiro agia dentro de um contexto que estava transformando a natureza em mercadoria. Com esta atitude, a concepção de natureza estabelecida por este criador do movimento de conservação baseou-se em três princípios: garantir o uso dos recursos naturais pela próxima geração, prevenir os desperdícios e utilizar os recursos naturais para benefício da maioria da população.

Chamando atenção para as ideias desenvolvidas por Pinchot ainda no século XIX, Diegues indica terem sido elas as precursoras do que hoje se chama desenvolvimento sustentável. De uma maneira geral, possuíam como enfoque garantir o maior bem possível para o benefício da maioria da população, incluindo até mesmo as gerações futuras, reduzindo a produção de dejetos e controlando o consumo dos recursos naturais não-renováveis.

⁴¹ DIEGUES, 2001, p.13.

⁴² Id.

⁴³ Segundo Diegues, esse neomito, ou mito moderno, vem impregnado do pensamento racional representado por conceitos como ecossistema, diversidade biológica, mas que parecem reproduzir o mito do paraíso perdido, um lugar desejado e procurado pelo homem depois de sua expulsão do Éden. É interessante observar, pois, assim como Diegues, Schama também traz em suas reflexões a ideia do paraíso perdido quando se refere à criação da reserva de Yosemite nos Estados Unidos como o primeiro Éden americano. (Ibid., 2001, p. 14.)

⁴⁴ Ibid., 2001, p. 28.

⁴⁵ Ibid., 2001, p. 29.

Por outro lado, a outra corrente teórica caminhava por ideias um tanto quanto distintas. Enquanto que a “conservação dos recursos” tinha como objetivo garantir o uso adequado destes recursos naturais, o “preservacionismo”, segundo Diegues, estava mais preocupado em reverenciar esta natureza, destacando o sentido estético e espiritual da vida selvagem.⁴⁶ Para o autor, esta corrente estava preocupada em proteger a natureza contra o desenvolvimento moderno, industrial e urbano.

No entanto, apesar de citar Henry David Thoreau e Marsh como grandes pensadores e influenciadores do preservacionismo nos Estados Unidos, para Diegues, o teórico mais importante neste movimento foi John Muir. “Para esse autor, não somente os animais, mas as plantas, e até as rochas e a água eram fagulhas da Alma Divina que permeava a natureza.”⁴⁷ Diegues ainda atenta para o fato de que estas ideias preservacionistas que constituem o homem separado da natureza passaram a receber um grande apoio científico da disciplina História Natural e, em particular, da teoria da evolução, de Charles Darwin.⁴⁸

Assim, apesar dos conflitos entre conservacionistas dos recursos naturais e os preservacionistas, as áreas de parques e outras unidades de conservação aumentaram significativamente nos Estados Unidos, passando de 14 milhões de acres de 1933 para cerca de 20 milhões em 1946. Quero destacar que este movimento que acontece dentro do território estadunidense foi algo que expandiu além das fronteiras nacionais, se disseminando em outros países, como o Brasil.

Por meio destes debates instituintes de valores ambientais, o primeiro Parque Nacional criado no mundo foi Yellowstone, em 1872, resultado destas ideias preservacionistas que ganhavam forças nos Estado Unidos. Os debates que vão instituir o PNI, desde sua criação, estiveram de algum modo muito relacionados com estes ideais de natureza intocada, sendo utilizados como argumentos para legitimar a expropriação dos agricultores colonos que viviam no seu interior desde a década de 1960.

A expropriação de agricultores justificou a necessidade de “resgatar” aquele espaço “selvagem” que, de certa forma, corria o risco de desaparecer. Uma natureza mitificada na qual a presença humana não era vista como um elemento integrador deste espaço, mas como o agente externo causador do fim das tidas “belezas naturais.”

O ideal de natureza selvagem não deve, todavia, ser tomado como um argumento unânime para todas as populações. Enquanto para uns o selvagem está presente como algo

⁴⁶ Ibid., 2001. p. 30.

⁴⁷ Ibid., 2001. p. 31.

⁴⁸ Id.

distante ou até mesmo perigoso, para outros ele é domesticado e faz parte de suas vidas. Diegues chama atenção neste sentido, quando fala das populações indígenas que viviam em áreas onde foi criado o parque de Yellowstone. Aquilo que para uma população urbano-industrial era tomado enquanto selvagem, para estes sujeitos estava ligado e fazia parte do seu modo de viver, não representava uma ameaça, nem tão pouco era algo assustador.

Segundo Diegues, a criação dos parques nos Estados Unidos foi criticada desde o início, principalmente pelos índios remanescentes, em sua maioria, removidos na “Conquista do Oeste”. Citando Kemf, o autor apresenta a fala de um chefe Sioux, que sobre esta visão afirma: “Nós não consideramos selvagens as vastas planícies abertas, os maravilhosos montes ondulados, as torrentes sinuosas. Para o homem branco a natureza era selvagem, mas para nós, ela era domesticada.”⁴⁹

Chamo atenção para a reflexão de Schama sobre paisagem, exposta nos parágrafos anteriores. É interessante perceber como a visão cristalizadora daquilo que passou a ser considerado enquanto natureza foi se debruçando sobre diferentes formas de viver e se relacionar com o espaço ocupado. No caso acima, para os indígenas, o espaço tomado enquanto selvagem era sua realidade de vida, da qual tiravam sua sobrevivência, produzindo sentidos e valores. Porém, para o habitante do espaço urbano-industrial, era o meio natural verdadeiro ainda existente, e em razão da grande diferença com relação ao espaço urbano, deveria ser preservado sem a presença humana.

O “primeiro parque nacional do mundo, Yellowstone, não foi criado em uma região vazia, mas em território dos índios, Crow, Blackfeet e Shoshone-Bannock.”⁵⁰ É possível perceber como este ideal de natureza intocada, o “neomito”, no dizer de Diegues, foi sendo implantado de maneira autoritária e violenta. Aos que viviam nos espaços que passaram a ser julgados por uma visão unilateral como áreas selvagens não modificadas pela ação humana, restou a desapropriação forçada.

De certa forma, tal modelo se espalhou pelo mundo, recriando e afirmando a dicotomia entre homens e parques, cultura e natureza. Para Diegues, a transposição de Unidades de Conservação Ambiental sem moradores para países denominados de Terceiro Mundo está na base não só de conflitos insuperáveis, mas de uma visão inadequada de áreas protegidas. O *neomito* aos poucos foi construindo a ideia de incompatibilidade entre as ações

⁴⁹ KEMF, 1993. Apud. DIEGUES, op.cit., 2001, p. 28.

⁵⁰ Ibid., 2001, p.27.

de quaisquer grupos humanos e a conservação da natureza. O homem passou a assumir o papel de destruidor do mundo natural que deveria ser mantido separado destas áreas.⁵¹

Seguindo tais pressupostos, em 1885 o Canadá criou seu primeiro parque nacional, a Nova Zelândia em 1894, a África do Sul e a Austrália em 1898, o México em 1903, o Chile em 1926 e o Brasil em 1937, todos com objetivos similares ao de Yellowstone: “proteger áreas naturais de grande beleza cênica para usufruto dos visitantes”.⁵² Contudo, este modelo transposto dos EUA para países como o Brasil encontrou situações ecológicas e sociais distintas. Os resultados foram diferentes embates entre moradores de áreas que passaram a ser demarcadas como reservas ambientais, promovendo a desapropriação de diversas famílias a fim de se “encaixar” nos parâmetros de conservação.

Todavia, para entender as primeiras reflexões sobre as relações entre homem e natureza no Brasil, é necessário voltar-se para um período mais longínquo em que estes debates passaram a ser formulados dentro do território nacional. Esta fase inicial acontece ainda no período colonial com a influência dos cronistas. Esta temporalidade marca o processo de criação de uma imagem atraente do Brasil, através de sua natureza, para os olhares europeus. As matas, animais, frutos e terras férteis foram marcadas por inúmeras louvações.⁵³

Segundo José Augusto de Pádua, mesmo com a exploração predatória neste período, permaneceu uma retórica de louvação à natureza que se iniciou com alguns cronistas, passou pelo nativismo colonial e penetrou no romantismo do século XIX.⁵⁴ É interessante, pois, o próprio movimento de admiração da natureza acaba por obscurecer a prática exploratória existente no Brasil nos séculos do colonialismo.⁵⁵ Segundo o autor, carregado por uma essencialização da paisagem natural, o romantismo no Brasil se apresentou de forma acrítica às reflexões da relação entre homem e natureza.

Todavia, ainda no século XIX, as relações entre cultura e natureza ganharam ares reflexivos com a figura de José Bonifácio. Este tinha entre suas preocupações “inaugurar um novo tipo de relacionamento entre o homem e a natureza no Brasil.”⁵⁶ Sua concepção estava

⁵¹ Ibid., 2001. p. 37.

⁵² Ibid., 2001. p. 99.

⁵³ PÁDUA, José Augusto (org.); VIOLA, Eduardo. et. al.; *Ecologia Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: IUPERJ, 1987.

⁵⁴ Ibid., 1987. p. 20.

⁵⁵ Segundo Pádua, o romantismo do século XIX será um dos grandes responsáveis por estigmatizar esta natureza brasileira, reverenciando e estabelecendo imagens com intenções que buscam construir identidades que valorizassem o país. (Ibid., 1987. p. 22.)

⁵⁶ SILVA, José Bonifácio de A.. *Obras Científicas, Políticas e Sociais*. Vol. II. Santos, Imprensa Oficial, 1963. p. 156. Apud. PÁDUA, 1987. p. 29.

mais próxima dos ideais conservacionistas apresentados anteriormente, que tinham como base utilizar o meio natural da melhor forma possível para garantir um desenvolvimento social e material.

Existiam também interesses políticos na conservação da natureza. Para Bonifácio, segundo Pádua, as matas estimulavam o aumento da renda do Estado, pois, garantiam uma auto-suficiência para arsenais, estaleiros e reduzia a dependência externa e as importações. Cabe destacar que, desfrutando de ideias que se aproximavam dos ideais conservacionistas, para que este modelo viesse a funcionar, Bonifácio pregava uma organização na estrutura de exploração destes meios naturais evitando desperdícios e o fim das reservas.⁵⁷

Segundo Pádua, “A ruptura com a dinâmica de destruição da natureza no Brasil, era um tema central para Bonifácio [...]”.⁵⁸ Para o autor, a figura de Bonifácio teve um papel fundamental nas intenções de criação de um projeto nacional que refletisse sobre o relacionamento com a natureza. Porém, mesmo que estas ideias não tenham sido alcançadas com igual ardor, deve-se levar em consideração o surgimento, ainda no século XIX, de uma equivalente discussão que já apresentava preocupações e buscava compreender a relação existente entre o homem e a natureza.

Foi ainda no século XIX que o cientificismo brasileiro ganhou espaço e se colocou de forma ríspida sobre os romancistas. Neste movimento de contestações, o movimento intelectual buscava, entre outras, estabelecer uma visão mais realista da natureza, reconhecendo que ela não possuía monstruosidades como desertos e vulcões, mas ao mesmo tempo, apresentava situações desagradáveis como o calor e a chuva em excesso.⁵⁹

Intelectuais como André Rebouças buscaram diminuir as imagens de louvação que foram atribuídas para esta natureza, construídas historicamente desde o período colonial. Contudo, segundo Pádua, foi somente por volta de 1914 que um pensamento mais crítico sobre a questão da natureza e homem emergiu no Brasil. Os escritos de Alberto Torres ajudaram a compor esta fase inicial, os quais combateram a civilização moderna apresentando-a como “[...] imoral, parasitária, monopolista e artificial”.⁶⁰

Para Alberto Torres, o Brasil deveria ter uma política ampla de conservação da natureza e de proteção ao homem. Para isso, seria necessário reflorestar, conservar recursos naturais e proteger os trabalhadores mediante criação de uma legislação que trouxesse benefícios financeiros e legislativos. Apesar destas observações, na prática, o início do século

⁵⁷ SILVA, 1963. Apud. PÁDUA, 1987. p. 33.

⁵⁸ Ibid., 1987. p. 36.

⁵⁹ PÁDUA, op. cit., 1987. p. 42.

⁶⁰ TORRES, Alberto. *A Organização Nacional*. São Paulo: Ed. Nacional, 1978. Apud. PÁDUA, 1987. p. 53.

XX não se apresentou desta maneira. No entanto, mesmo pouco influente, a discussão ambiental já estava lançada.

Em momentos reverenciada e louvada, noutros, tratada como mercadoria e/ou mecanismo de sobrevivência, estas foram e ainda são, as paisagens construídas para a natureza. No século XX, tendo como base uma civilização urbano-industrial, as populações do mundo passaram a ser julgadas sob um olhar unilateral. O ser humano adquiriu neste processo a imagem do destruidor, um sujeito “civilizado” que não se encaixa no espaço tomado como natural e verdadeiro e, por isso, deveria e deve ser mantido do lado de fora. As unidades de conservação surgem nessa instância como mecanismos institucionais que legitimam estas ideias.

1.2 EMBATES AMBIENTAIS E A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

Como já expresso, a discussão entre homem e natureza ganhou maior reflexão no Brasil no início do século XX. Entretanto, debates e reflexões externas ao país, não podem ser deixadas de lado, pois, influenciaram desde as narrativas de alguns cronistas no período colonial, até o pensamento de uma possível intelectualidade brasileira que se formara ainda no século XIX.

Cabe entender como estes debates foram ao longo do tempo instituindo critérios para a formação de Unidades de Conservação até chegar à constituição da Legislação Ambiental Brasileira. Neste processo, muitos eventos, principalmente na primeira metade do século XX, foram os precursores dos atributos que passaram a ser utilizados para instituir valores legais que definem o que é natureza e como deve ser preservada, formando diversos parques pelo mundo.

Para Maria Cecília Wey de Brito,⁶¹ existem outros elementos que possibilitam pensar este movimento institucional e ajudam problematizar a desapropriação ocorrida no PNI, na década de 1970. Segundo a autora, “[...] até 1933 já haviam sido estabelecidos parques nacionais em várias partes do mundo. Contudo, não estava estabelecido um conceito universal para essa área natural protegida”.⁶² Esta temporalidade, década de 1930, marca o

⁶¹ WEY DE BRITO, Maria Cecília. *Unidades de Conservação; Intenções e Resultados*. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 1995.

⁶² WEY DE BRITO, 2000. p.20

início das discussões mundiais em busca da definição de critérios objetivos para o estabelecimento de parques nacionais.⁶³

Engendrado neste movimento, três destes debates que ao longo do século XX passaram a definir e remodelar conceitos para a formação de Unidades de Conservação, influenciaram a legislação ambiental no Brasil e em outros países. São eles: *Convenção para Preservação da Fauna e Flora em seu Estado Natural 1933*; *Conferência para Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América – Convenção Panamericana 1940* e a *I Conferência Mundial sobre Parques Nacionais 1962*.

Assim, com a finalidade de definir conceitos para os parques nacionais, realizou-se no ano de 1933, em Londres, a *Convenção para Preservação da Fauna e Flora em seu Estado Natural*. Nesta Convenção estabeleceram-se alguns critérios para a formação dos parques nacionais, dentre os quais:

- a- que fossem controladas pelo poder público, e cujos limites não poderiam ser alterados, onde nenhuma parte poderia estar sujeita a alienação, a menos que decidido pelas autoridades legislativas competentes;
- b- que fossem estabelecidas para propagação, proteção e preservação da fauna silvestre e da vegetação nativa, e para a preservação de objetos de interesse estético, geológico, pré-histórico, arqueológico e outros de interesses científicos, para o benefício e o desfrute do público em geral;
- c- onde a caça, abate ou captura da fauna, e a destruição ou a coleta da flora, deveriam ser proibidos, exceto sob a direção ou controle das autoridades responsáveis;
- d- onde seriam construídas instalações para auxiliar o público em geral a observar a fauna e a flora.⁶⁴

Maria de Brito coloca que pouco tempo depois da Conferência de 1933, foi realizada em 1940, em Washington, a *Conferência para Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América – Convenção Panamericana*. Esta Conferência visou discutir as experiências dos países ali representados e os resultados da Conferência de Londres, comprometendo os países sulamericanos a instalar áreas naturais protegidas em seus territórios e a unificar os conceitos e objetivos dessas áreas, como por exemplo, o próprio conceito de parque nacional.

Assim, no âmbito da *Convenção Panamericana*, os *parques nacionais* foram definidos como áreas que deveriam ser estabelecidas para *proteção e conservação* das belezas cênicas naturais e da flora e fauna de importância nacional, beneficiando o público, que poderia usufruir de paisagens naturais, colocadas sob superintendência oficial. Com exceção

⁶³ Id.

⁶⁴ Ibid., 2000. p. 22.

da Guiana e da Guiana Francesa, todos os demais países sulamericanos assinaram o documento. O Brasil assinou em 27 de dezembro de 1948, mas só foi ratificada em 26 de agosto de 1965, entrando em vigor a partir de 26 de novembro de 1965.⁶⁵

É interessante, pois os parques nacionais apareceram nestas discussões apenas como objetos de visitação. O neomito, nos dizeres de Diegues, ou a floresta selvagem surgem quase naturalizados e o homem apenas pode observar este mundo selvagem. Seja o “Éden”, “o paraíso perdido”, a natureza é apresentada enquanto repouso para o homem urbano que busca refúgio da vida agitada do mundo moderno industrializado. Não aparece uma preocupação maior com o fator preservação para evitar futuras mudanças, como por exemplo, as climáticas. Ou então, preservar corredores de biodiversidade permitindo o equilíbrio ecológico e reprodução de diferentes espécies.

Seguindo neste movimento, em 1962 foi realizada a *I Conferência Mundial sobre Parques Nacionais*, em Seattle (EUA), visando entre outros objetivos realizar interpretações dos atributos dos parques nacionais e impedir modificações que viessem por em risco a fauna e a flora. Entretanto, foi só a partir de 1969 que um parque nacional deveria possuir uma área relativamente extensa e respeitar as seguintes condições:

- a- que um ou mais ecossistemas não estivessem materialmente alterados pela exploração e ocupação humana, e onde espécies de plantas e animais, e sítios geomorfológicos e habitats fossem de especial interesse científico, educacional, recreativo, ou contivessem paisagens naturais de grande beleza;
- b- que a mais alta autoridade competente do país tomasse medidas no sentido de prevenir ou eliminar, na medida do possível, a exploração ou a ocupação de toda a área, e mantivesse, efetivamente, os aspectos ecológicos, geomorfológicos ou estéticos que justificaram o estabelecimento da referida área;
- c- que fosse permitida a entrada de visitantes sob condições especiais, para fins educativos, culturais e recreativos.⁶⁶

Chama atenção o destaque dado aos interesses científico, educacional, recreativo e/ou paisagens cênicas. Estes, por sua vez atribuídos como elementos significativos para o estabelecimento e fixação de áreas de preservação. Ainda hoje, essas são algumas das justificativas utilizadas. Porém, o acesso para pesquisa em muitos destes espaços nem sempre é permitido, tendo em vista o interesse de quem controla essas áreas. No caso desta pesquisa, adentrar o parque e buscar resquícios dos antigos moradores foi algo que ficou apenas no planejamento.

⁶⁵ Ibid., 2000. p. 24.

⁶⁶ Id.

Assim, pode-se perceber que este movimento de âmbito internacional gerou mudanças também no Brasil, que buscou adaptar-se conforme as questões presentes nos embates de cada temporalidade. Desta forma, posso afirmar que a legislação ambiental brasileira e com isso, o PNI, sofreram pressões reconfigurando-se conforme o cenário proposto fora de seu contexto interno.

Para Tânia L. Bonassa,⁶⁷ estas inspirações de uma natureza mitificada marcaram o início da regulamentação ambiental no Brasil. Segundo a autora, tendo em vista estas influências externas, foi em 1933 e 1934 que o Governo Vargas decretou uma série de leis que regiam o uso dos recursos naturais, uma espécie de marco fundador da legislação ambiental brasileira.⁶⁸

Segundo José Augusto Drummond,⁶⁹ a primeira referência aos parques nacionais, estaduais e municipais na legislação foi feita através do Decreto Lei 23.793, de 23 de janeiro de 1934, o chamado *Código Florestal 49*. Por meio deste documento, os parques ou espaços demarcados para tais fins passaram a ser concebidos como monumentos naturais públicos, merecedores de preservação pelo seu valor estético e científico. Ainda através deste código, foi determinada a criação de uma guarda florestal e estabeleceu-se o Conselho Federal Florestal.⁷⁰

Foi na década de 1930 que a questão ambiental no Brasil ganhou olhares significativos do Estado, que criou mecanismos para regulamentar e administrar as áreas de preservação. A instituição de uma guarda florestal, mesmo que pouco eficiente, e o estabelecimento de um Conselho Federal Florestal, possibilitam perceber o Estado assumindo o controle sobre estes espaços muitas vezes ainda não ocupados/colonizados.

Entretanto, a criação de parques nacionais, estaduais e municipais, mediante determinação dos poderes públicos, foi estabelecida apenas pelo Código Florestal, Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965, mais precisamente disciplinado no art. 5º, cujo texto afirma que o Poder Público criará:

Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos

⁶⁷ BONASSA, Tânia L. *Estrada do Colono, ações e práticas discursivas na relação do homem com a natureza no Parque Nacional do Iguaçu*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Curitiba: UFPR, 2004.

⁶⁸ BONASSA, 2004. p. 25.

⁶⁹ DRUMMOND, J. A.. *A legislação ambiental brasileira de 1934 a 1988: comentários de um cientista ambiental simpático ao conservacionismo*. Ambiente & Sociedade, Campinas, v.2, n.3 e 4, jul./dez. 1998 e jan./jun. 1999.

⁷⁰ DRUMMOND, 1999. p. 23.

educacionais, recreativos e científicos; Florestas Nacionais, estaduais e municipais, com fins econômicos, técnicos ou sociais, inclusive reservando áreas ainda não florestadas e destinadas a atingir aquele fim.

PARÁGRAFO ÚNICO: Ressalvada a Parques Nacionais, estaduais e Municipais e reservas biológicas, com cobrança de ingresso a visitantes, destinada ao custeio da manutenção e fiscalização, bem como obras de melhoramento em cada unidade, é proibida qualquer forma de exploração dos recursos naturais nos parques e reservas biológicas criados pelo poder público na forma deste artigo.⁷¹

Mesmo na década de 1960 os argumentos utilizados para fixação de áreas de preservação não fogem as ideias preservacionistas de proteção de uma natureza “verdadeira”, o espaço ainda selvagem enquanto lugar de visitação para o homem moderno. Juntamente, seguindo ideias do conservacionismo, a preservação da natureza também possui como justificativa a garantia dos recursos naturais para a realização de um desenvolvimento sustentável no país. Estes são os principais elementos norteadores que embasam os projetos ambientais ao longo do século XX.

No Brasil, a preocupação com a formação de áreas ambientais protegidas só alcançou expressão significativa a partir de 1970, com as conferências da Organização das Nações Unidas para a Educação, e a Ciência e Cultura pela Unesco. Estes eventos tiveram como objetivo discutir o estudo das possibilidades de aproveitamento eficiente dos recursos da natureza.⁷²

Sobre este movimento de caráter legal que foi sendo estabelecido nos diversos países, Diegues afirma que a preocupação com a proteção da biodiversidade é somente parte dos motivos para criação de áreas protegidas. Para o autor, um outro fator que determina estas ações é a utilização de áreas como uma arma política nas mãos das elites dominantes de países declarados de “Terceiro Mundo”, que buscam na criação destas áreas ajuda financeira externa.⁷³

Estas reservas, em sua maioria, preservam recursos de grande valor para o país, no qual, através de uma exploração “consciente” e “racional”, coloca-se um discurso conservacionista que busca um desenvolvimento sustentável, atraindo capital estrangeiro para investimento em alguns destes setores.⁷⁴ Com isso, certamente muitas das áreas destinadas à preservação e utilização do Estado com fins científicos atraem outros setores como, por exemplo, na atualidade, as indústrias farmacêuticas que investem milhões dentro do país.

⁷¹ Cf. Lei Federal 4.771/1965.

⁷² DRUMMOND, op. cit. 1998. p. 135.

⁷³ DIEGUES, op. cit. 2001. p. 75.

⁷⁴ PÁDUA, op. cit. 1987. p. 58.

Para Paulo Procópio Burian,⁷⁵ o ambientalismo tal como é conhecido atualmente, surgiu e consolidou-se nas últimas décadas do século XX, quase paralelamente ao processo nomeado de globalização. No caso do Brasil, esse movimento veio se fortalecendo desde meados da década de 1980, motivado, na época, “principalmente pelo período de preparação para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD, realizada no Rio de Janeiro em 1992”.⁷⁶

Dentre as questões levantadas por Burian, a que mais chama atenção é a de que, embora reconhecidamente o modelo de crescimento intensivo e com maiores impactos sociais e ambientais, teve suas raízes ainda no final do século XIX, os problemas ambientais permaneceram em uma aparente calma durante boa parte do século XX, só emergindo com força num período mais recente.⁷⁷ Segundo Burian, apesar deste cenário alarmante, a questão ambiental durante boa parte do século XX colocou-se na marginalidade, até mesmo dentro do universo acadêmico.

No final do século XX, juntamente com a aceleração do processo de globalização, tornou-se cada vez mais perceptível o fortalecimento das questões ambientais, não só no Brasil, como no mundo todo.⁷⁸ Todavia, em termos institucionais, ainda não existe uma visão homogênea com relação ao processo, pois mesmo com o crescimento das preocupações ambientais estimulados pela pressão de movimentos sociais de cunho ambientalista, os resultados concretos destas políticas públicas ainda são discutíveis.⁷⁹

Para Enrique Leff, o movimento ambientalista assimilou o discurso do ambientalismo moderno internacional surgido na Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano (1972) e da Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1987). Segundo o autor, o movimento acabou tornando-se uma espécie de porta-voz das causas ambientais de desenvolvimento sustentável.⁸⁰

Entretanto, a capacidade de reversão dos processos degradadores do ambiente e construção de uma racionalidade produtiva sustentável é ainda limitada. Para Leff, os grupos

⁷⁵ BURIAN, Paulo Procópio. *Do estudo de impacto ambiental à avaliação ambiental estratégica – ambivalências do processo de licenciamento ambiental do setor elétrico*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campinas: Unicamp, 2006.

⁷⁶ BURIAN, 2006. p. 27.

⁷⁷ *Ibid.*, 2006. p. 28.

⁷⁸ *Ibid.*, 2006. p. 33.

⁷⁹ *Id.*

⁸⁰ LEFF, Enrique. *Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável*. Tradução Jorge Esteves da Silva. Blumenau: Ed. FURB, 2000. p. 309

ambientalistas forjam suas identidades ideológicas sem ao menos definirem uma política eficaz que possa desenvolver também as estratégias de poder.⁸¹

No Brasil, particularmente, os indícios apresentados no primeiro item deste capítulo mostram que este processo teve suas raízes em um período histórico mais remoto. Foi na fase colonial e também durante o Brasil Império que a preocupação ambiental já demandava alguma atenção durante o processo de formação da intelectualidade brasileira, sob influência de pensadores europeus do final do século XVIII.⁸² Foi nesta temporalidade que figuras como José Bonifácio, Joaquim Nabuco e André Rebouças elaboraram projetos significativos que buscavam estabelecer o desenvolvimento do país através do uso racional dos recursos naturais.

A preocupação estava centrada no uso racional do solo e preservação dos recursos naturais, possuindo como finalidade maior a manutenção das reservas para uso da nação e ampliação do seu “desenvolvimento”. Segundo Burian, o modo como se colocava a crítica ambiental na época colonial não tinha enfoque centrado na “necessidade de preservar a natureza devido ao seu valor intrínseco, ou então uma postura mais crítica quanto ao paradigma ocidental de progresso econômico”.⁸³

Para Burian, o desenvolvimento da crítica ambiental dentro da Sociologia foi um dos fatores condicionais para a emergência de ambivalências e contradições neste cenário de 1980. Ainda no final do século XX, houve o reconhecimento nesse campo em que as relações entre sociedade e natureza eram muito mais complexas, elevando à preocupações ambientais e promovendo consequências institucionais.⁸⁴

Segundo Roni Wunder,⁸⁵ o processo de licenciamento ambiental no Brasil obteve a incorporação de seus principais instrumentos e normas na década de 1980,⁸⁶ os quais,

⁸¹ Id.

⁸² PÁDUA, Apud. BURIAN, op. cit., 2006. p. 35.

⁸³ BURIAN, Ibid., 2006. p. 35.

⁸⁴ Id.

⁸⁵ WUNDER, Roni. *O Grupo de Estudos Multidisciplinares da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias: uma avaliação institucional do Setor Elétrico Brasileiro e da Legislação Ambiental no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). UFPR, Curitiba, 2003. O presente trabalho propõe uma reflexão sobre o Setor Elétrico brasileiro e a legislação ambiental no Brasil com relação ao estabelecimento e funcionamento de processos de interação social quando da implementação de projetos de desenvolvimento. A integração dos agentes sociais intervenientes nos projetos de desenvolvimento, como usinas hidrelétricas, por exemplo, é um aspecto de difícil resolução, haja vista que requer o reconhecimento mútuo sobre a importância dos interesses manifestados e sobre a legitimidade de ação dos participantes da interação.

⁸⁶ Sobre esta preocupação que eclodiu a partir dos anos 1980, com relação aos conflitos sócioambientais, existe uma quantidade significativa de estudos em diferentes áreas do conhecimento que ajudam a pensar algumas questões, contribuindo para lançar olhar aos processos que aconteceram até mesmo antes desta década. Lanço mão da referência a alguns trabalhos para refletir sobre problemas relacionados à legislação ambiental brasileira. A partir disso é possível avançar na análise do processo de desocupação de agricultores colonos na década de 1970.

contribuíram para fortalecer a diretriz adotada pelo país para garantir o chamado “desenvolvimento econômico” em relação à melhoria da qualidade ambiental e a proteção dos recursos naturais. Segundo o autor, a *Constituição Federal de 1988* é o marco mais importante em relação aos instrumentos jurídicos, pois, buscou estabelecer diretrizes para a exploração racional e menos nociva dos recursos naturais encontrados no território nacional.⁸⁷

O Capítulo VI, do Título VIII, da *Constituição Federal de 1988* trata especificamente sobre o tema, quando determina em seu Artigo 225 que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:
(...)

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.⁸⁸

Ainda segundo Wunder, na *Carta Magna de 1988* fica evidente uma preocupação com a preservação e a melhoria da qualidade ambiental no território nacional.⁸⁹ Entretanto, deve-se atentar para esta diretriz, que, segundo o autor, foi definida já na Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981, a qual dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Apesar do autor expor estes instrumentos e normas da legislação caracterizados pela busca de uma qualidade ambiental no território, ainda assim fica no ar uma pergunta: será mesmo a preocupação com o meio ambiente o objetivo das mudanças na legislação?

Para Wunder, a *Política Nacional do Meio Ambiente* tem como principal objetivo “compatibilizar o desenvolvimento econômico e social”, através da preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico. Assim, estabelece-se por meio desta Lei, a necessidade de definir as áreas prioritárias de ação do governo; do desenvolvimento de pesquisas e de tecnologias nacionais voltadas para o uso racional de recursos ambientais; divulgação de dados e informações ambientais e; formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação ambiental e do equilíbrio ecológico.⁹⁰ Fica assim estabelecido a imposição ao poluidor da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados ao meio

⁸⁷ WUNDER, 2003. p. 71.

⁸⁸ Cf. SENADO FEDERAL, 1988.

⁸⁹ WUNDER, op. cit. 2003. p. 71.

⁹⁰ Ibid., 2003. p. 72.

ambiente e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos. Como assevera Wunder:

Embora tenha sido promulgada em 1981, muitas das determinações contidas na Política Nacional do Meio Ambiente só foram regulamentadas em 23 de Janeiro de 1986, por meio da Resolução nº 001 do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, na qual foram atribuídas as responsabilidades aos órgãos públicos com atuação na área ambiental e se disciplinou os meios institucionais cabíveis para regulamentar a preocupação com a melhoria da qualidade ambiental.⁹¹

Entretanto, este desenvolvimento que busca se justificar na preservação de recursos, calcado em valores estereotipados de uma civilização urbana industrial, acaba homogeneizando as ações do “homem” nos espaços em que vive. As distintas formas de se relacionar com o meio são estigmatizadas e colocadas dentro de um único olhar, que veio, principalmente a partir do século XVIII, dissociando o homem e a natureza. As diversas populações que se interrelacionam com estes espaços tomados enquanto naturais acabam sofrendo com estes estigmas, culminando até mesmo em processos de expropriações.

Certamente, a movimentação por uma legislação ambiental é mais perceptível no Brasil a partir da década de 1980. Juntamente com esta reflexão de Wunder, cabe lembrar que o ano de 1981 foi o marco de criação do primeiro Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu, período em que o parque passou a ser visualizado oficialmente enquanto livre da presença humana.

Como já expressei, o PNI foi criado oficialmente na década de 1930, porém, este marco não deve ser encarado como o definidor dos seus limites espaciais e, nem tampouco, com uma temporalidade que marca o seu início. A formação, ou pelo menos a intenção de criação de um parque onde hoje se localiza o PNI antecede esta temporalidade, vindo a expressar-se ainda no final do século XIX.

Para Arnaldo Eugênio Ricobom, a primeira ideia de formação de um parque onde hoje fica a área da atual Cataratas do Iguaçu foi lançada pelo engenheiro e político André Rebouças, no final do século XIX. Este, motivado pela criação do parque de Yellowstone, lutou já em 1876 também pela criação do Parque da Ilha do Bananal e do Parque das Sete Quedas.⁹² Trata-se da intelectualidade brasileira citada anteriormente, no final do século XIX

⁹¹ Id.

⁹² O engenheiro André Rebouças tinha como preocupação atualizar o Brasil em relação ao progresso material e social da Europa e dos Estados Unidos. Formado pela Academia Militar do Rio de Janeiro, militou pela abolição e participou de várias associações abolicionistas, foi presidente do Centro Abolicionista, criado na Escola Politécnica onde foi professor. Apesar do racismo de sua época, foi provavelmente o primeiro homem negro do

e início do século XX, apresentando preocupações com o relacionamento da sociedade urbano industrial e a natureza.

Porém, apesar desta intenção de criação de um parque naquele espaço ainda no século XIX, foi apenas em 28 de julho de 1916 que o governo do Estado do Paraná, através do Decreto nº 653, desapropriou uma área de 1.008 ha à margem direita do rio Iguaçu, junto aos então Saltos de Santa Maria, que pertenciam a Jesus Val.⁹³ Assim, através deste documento, a área foi declarada como de utilidade pública para nela se estabelecer uma povoação e um parque.⁹⁴

Os saltos de Santa Maria são hoje conhecidos como Cataratas do Iguaçu,⁹⁵ ponto oficial de turismo no parque. Em geral, a maioria das pessoas que transitam por ali todos os anos não tem noção da área total de abrangência do parque e do contexto dos conflitos sociais que sua constituição engendrou. Entre eles, destaque para a desapropriação na década de 1970 e o fechamento da Estrada do Colono na década de 1980, que culminou no isolamento de duas cidades e rompeu os acessos que contribuía, entre outros elementos, para a manutenção dos laços de solidariedade e vizinhança na região. Na década de 1980, a estrada foi fechada com diversas justificativas que tinham como objetivo a proteção ambiental.

Segundo Edson dos Santos Dias, intensas mudanças que envolviam o país e o Paraná nos anos de 1930 estabeleceram diversas ações fundamentais para a implementação do PNI de forma institucional, enquanto uma área de preservação no Oeste do Paraná. Para o autor, quando as obras para a abertura da Estrada do Colono iniciaram, em 1954, o parque já estava com a sua delimitação praticamente definida, estabelecendo a estrada dentro do perímetro pertencente à unidade de conservação. Entretanto, antes de se tornar estrada, o local já era a via que interligava estas regiões por meio de picadas abertas em meio a mata, que garantiram a passagem de muitos migrantes.⁹⁶

mundo a possuir um diploma de engenheiro. Empenhou-se num projeto de modernização social, institucional e material do país. (RICOBOM, op.cit., 2001. p. 156.)

⁹³ Os documentos encontrados sobre o processo fundiário do parque não fazem menção em específico a figura de Jesus Val.

⁹⁴ PLANO DE MANEJO, 1981. p. 9.

⁹⁵ Atualmente os saltos que fazem parte do Parque Nacional do Iguaçu são conhecidos como Cataratas do Iguaçu. Entretanto, foi no século XIV, em 31 de janeiro de 1542, que o espanhol Álvar Nuñez Cabeza de Vaca comandando uma expedição que atravessou a região, habitada pelos índios Kaingangue e Tupi-Guarani, rumo à colônia de Assunção, batizou-a de Saltos Santa Maria. Mais tarde elas se tornaram conhecidas pelo nome definitivo, Cataratas do Iguaçu. YGUAZÚ, para os índios guaranis que havia mais de 2 mil anos habitavam a região, significa "água grande". <http://www.cataratasdoiguacu.com.br/descobrimto.asp>. Acesso em 12 de fevereiro de 2009.

⁹⁶ DIAS, Edson dos Santos. *Desenvolvimento regional e conservação ambiental: a "Estrada do Colono" como via de (dês)integração do oeste-sudoeste paranaense*. Presidente Prudente, 2006. 395 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de São Paulo, 2006. p. 15.

Para Bonassa, a intenção de criação de um parque na região nas primeiras décadas do século XX estava mais relacionada com a possibilidade de dominar as fronteiras, do que com interesses e preocupações ambientais. De certa forma, concordo com a afirmativa, tendo em vista que neste período o Brasil não possuía uma Legislação Ambiental e, principalmente, pelo fato de que a área pleiteada para se tornar reserva tratava-se de um espaço na divisa com outro país, a Argentina.

Segundo Bonassa, a criação oficial do parque, em 1939, pode ser atribuída a dois fatores: “1º) ao início de uma regulamentação ambiental no Brasil e 2º) sobretudo, devido as estratégias políticas dos governos (Federal e Estadual) a fim de dominar as fronteiras do Brasil/Estado do Paraná”.⁹⁷ Desta forma, estes fatores não devem ser vistos isoladamente, uma vez que tiveram base em questões políticas e econômicas mais amplas.

Assim como aponta Bonassa que a criação do PNI teve como motivação questões de segurança nacional, o trabalho de Simon Schama indica questões semelhantes. No texto de Schama, a criação e a demarcação da reserva ambiental estudada, localizada na fronteira nordeste da Polônia, fora motivada por fatores de divisão de fronteiras e estabelecimento de um espaço de segurança nacional. Como diz o autor, “Para o Estado soviético, no entanto, como para muitos de seus predecessores, a floresta era assunto de segurança nacional”.⁹⁸ Este espaço abordado era o local de limites fronteiriços, um lugar de fronteiras nacionais assim como é o PNI na fronteira agrícola de ocupação do Oeste do Paraná e na fronteira nacional com a Argentina.

Com relação à delimitação de uma área de segurança nacional no Brasil, este processo está vinculado à criação de algumas leis que ao longo dos anos foram sendo reestruturadas. A primeira delas, Lei nº 38, de 4 de abril de 1935, reforçada pela Lei nº 136 de 14 de dezembro do mesmo ano, pelo Decreto-Lei nº 431, de 18 de maio de 1938 e pelo decreto-lei nº 4.766, de 1º de outubro de 1942, que definia crimes militares e contra a segurança do Estado.

Com a preocupação aos limites fronteiriços criou-se uma área de segurança delimitada em todo o território nacional que estabeleceu um espaço nas regiões de fronteira demarcado como área sensível. Com isso, a criação do PNI, que faz divisa com a Argentina e está muito próximo do Paraguai, está imbricada nas intenções de criação de áreas utilizadas para manter a segurança do país. O PNI, com um vazio demográfico, passou a ser uma estratégia de segurança desta região de tríplice fronteira.

⁹⁷ BONASSA, op. cit. 2004. p. 22.

⁹⁸ SCHAMA, op. cit. 1996. p. 83.

1.3 A FRONTEIRA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU

Certamente, a fronteira atrai olhares para muitos pesquisadores. Um espaço de encontros e desencontros onde o “outro” é reconhecível com mais facilidade. Tensões, embates e enfrentamentos já foram e são alguns dos principais acontecimentos que marcaram inúmeras fronteiras nacionais. Entretanto, a fronteira, seja ela nacional ou agrícola, no caso desta pesquisa, antes de qualquer coisa, é uma fronteira de olhares de diferentes sujeitos. Um espaço envolvido em disputas e relações sociais. Para José de Souza Martins, “[...] fronteira é, na verdade, ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos.”⁹⁹

Segundo Martins, fronteira não se resume apenas a um espaço geográfico. Nas palavras do autor, “Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização, fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da História e da historicidade do homem.”¹⁰⁰ Elementos que emergem nessa pesquisa quando olhamos para as fronteiras existente nas visões lançadas sobre o PNI nas diferentes temporalidades, nos valores atribuídos ao espaço da desapropriação e acima de tudo, na fronteira entre natureza e cultura.

Entretanto, quando se reconhece que a situação de fronteira é uma situação de conflito ou fricção, é necessário entender que ambos os lados possuem seus olhares.¹⁰¹ Para os agricultores colonos, a ocupação do atual parque não era vista da mesma maneira que os órgãos federais. A natureza para eles não tinha os mesmos sentidos atribuídos pelos ideais preservacionistas e/ou conservacionistas. Uma fronteira de significados que foram utilizados para justificar ações ocorridas neste processo de expropriação.

Martins chama atenção para os sentidos que definem o direito de precedência à terra. A palavra “amansar” designa o “ato de derrubar a mata, fazer a coivara, limpar o terreno e prepará-lo para a agricultura, para o trabalho humano.”¹⁰² Esse ato, segundo o autor, proporciona uma espécie de senhorio sobre a terra amansada e sua ocupação por outra pessoa depende da licença daquele que amansou.

É interessante pensar através da questão levantada por Martins, pois, muitas das narrativas empregadas na pesquisa trazem estes argumentos para lutar pelo direito à terra. No

⁹⁹ MARTINS, op. cit. 1997. p. 11.

¹⁰⁰ Ibid., 1997. p. 12.

¹⁰¹ Ibid., 1997. p. 29.

¹⁰² Ibid., 1997. p. 54.

caso das famílias que não possuíam escrituras, o ato de “amansar” era a justificativa empregada. A migração, a fixação no novo espaço, a derrubada e o preparo da terra são elementos que aparecem com muita frequência, reivindicando com certa indignação, aquilo que perderam com a desapropriação.

Ainda sobre esta fronteira de tensão e disputas, é certo dizer que, principalmente, a partir da década de 1940, o governo brasileiro deu grande ênfase em ocupar o espaço Oeste, sobre a justificativa de ocupar para não entregar. Nas décadas seguintes, embora já viesse ocorrendo um lento processo de ocupação do Oeste, o regime militar decidiu acelerar e definir as características dessa ocupação. Segundo Martins, os objetivos eram econômicos, mas sobretudo, geopolíticos. “O lema da ditadura era integrar para não entregar”. Os militares falavam em ocupação dos espaços vazios, embora muitas destas regiões estivessem ocupadas por dezenas de grupos indígenas.¹⁰³

No caso em específico do Oeste do Paraná, o trabalho de Robson Laverdi, ajuda a refletir sobre estes aspectos que sintetizam a temática da colonização desta região. Para o autor, a temática condensa preocupações dos historiadores e cientistas sociais estudiosos da região Oeste do Paraná, em todos os tempos.¹⁰⁴ Mas, ao mesmo tempo alerta, lembrando que embora exista uma similitude nessas pesquisas voltadas aos processos de ocupação, esses trabalhos apresentam diferentes abordagens e problemas muito variados. É preciso lembrar que:

[...] a ocupação da região Oeste paranaense como fronteira brasileira é datada do início do século XX, realizada primeiramente por meio de empresas estrangeiras que utilizavam vários portos de navegação construídos às margens do rio Paraná. Até esse período, o território geográfico que abarcava a região era do domínio espanhol, iniciado nos idos do século XVII.¹⁰⁵

Em linhas gerais, nos estudos da colonização, do final dos anos 1940 até a década de 1960, como aponta Laverdi, os paraguaios que viviam na fronteira pareceram ceder lugar aos novos colonizadores à medida que as novas colônias foram sendo instaladas. Desta forma, a colonização passou a ser justificada como superação dos problemas de fronteira. Segundo o autor:

¹⁰³ Ibid., 1997. p. 85.

¹⁰⁴ LAVERDI, Robson. *Tempos Diversos: trajetórias itinerantes de vidas entrelaçadas. Trabalhadores no extremo Oeste do Paraná*. Curitiba: Aos quatro ventos, 2005, 341p.

¹⁰⁵ Ibid., 2005. p. 27.

Essas dimensões da história da ocupação no período anterior a década de 1970, acima de tudo, sublinham o campo da tensão e da complexidade que envolveu esses processos, ainda pouco estudados sob o ponto de vista da diversidade de sujeitos, e de suas práticas e dos significados que lhe são constituintes.¹⁰⁶

Ainda neste último aspecto, para o autor, existem grandes fendas neste processo, que persistiram nos embates do presente, principalmente em relação às lutas pela constituição de uma memória pública em detrimento de outras memórias esparsas e fragmentadas, mas, ricas de experiências. Certamente a presença destas fendas citadas e analisadas pelo autor são elementos que motivam a pesquisa, buscando na memória dos expropriados levantar novos olhares sobre este processo.

A preocupação com empresas extrativistas estrangeiras presentes no território brasileiro já havia sido indicada pelo Ministério da Guerra (RJ), ainda no século XIX, quando, em 1888, se estabelecia a Colônia Militar de Foz do Iguaçu, na tentativa de controlar estas áreas. Primeiramente, motivada pelas características geográficas que tornavam o local um ponto estratégico, devido às fronteiras com outros dois países, a Argentina e o Paraguai.

A Colônia Militar de Foz do Iguaçu tinha também como finalidade, alterar os costumes e depredação causados pela extração de madeira e pelo plantio do mate, principais atividades econômicas da época. Entretanto, em 1912 a Colônia Militar foi extinta e o Governo do Estado do Paraná passou a ser o responsável pela região.¹⁰⁷ Devo ressaltar que a proposta de criação do PNI nascida em 1916, significou também que as terras pertencentes à iniciativa privada logo seriam incorporadas pelo Estado, representando, assim, uma possibilidade de dominar tais fronteiras.

Até os anos de 1930 as concessões de terras, principalmente na fronteira Oeste, haviam sido feitas pelo Estado do Paraná a companhias privadas exploradoras de erva mate e madeira. Estas companhias, por sua vez, não demonstravam uma efetiva preocupação de ocupação e colonização do território concedido.¹⁰⁸ Tendo em vista apenas a exploração e extração de recursos naturais destes espaços, a partir dos anos 1930 o Governo Federal percebeu que era preciso estabelecer estratégias mais efetivas para colonizar de maneira planejada e ordenada os espaços de fronteira nacional.

Através do decreto n.º 300 de 3 de novembro de 1930, instituído por Mário Tourinho, um grande número de concessões de terras no Estado do Paraná foi anulado,

¹⁰⁶ Ibid., 2005. p. 33.

¹⁰⁷ WACHOVICZ, 1982, Apud. BONASSA, op. cit., p.25

¹⁰⁸ WESTPHALEN, Cecília Maria. (et. al.). *Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. Boletim do Departamento de História - UFPR*, v. 7, 1968. p. 217.

impulsionando assim a decadência das empresas de extração no Oeste do Paraná. Com isso, a *Marcha para o Oeste* pôde ser efetivada com maior ênfase, sendo realizada por meio de políticas que exigiam uma colonização “organizada”. Seguindo esta política de colonização, as concessões de terras passaram para grandes empresas colonizadoras particulares.¹⁰⁹

Para Davi Félix Schreiner, o Paraná teve sua ocupação lenta e esparsa, entre fins da primeira metade do século XVI, e suas primeiras cidades datam do século XVII.¹¹⁰ Já no século XX, intensificou-se a ocupação da região ao Norte e a propriedade privada expandiu-se como mercadoria. Com relação ao Oeste, foi nas décadas de 1940-1960 e 1970-1980, contendo, assim, diferentes contextos de migrações, que sua ocupação foi estimulada seja pelo capital privado ou pelo Estado.

Segundo Schreiner, a ocupação do Oeste em meados da década de 1940 ainda era rarefeita e o processo de colonização que se intensificou nesta mesma década, se deu a partir de empresas privadas. Com relação às famílias envolvidas neste processo de colonização, existiram diferentes formas de se relacionar com a terra. Neste quadro, de expropriação para formação do PNI, destacam-se duas: as dos posseiros, agricultores familiares que cultivavam uma área como se fosse sua, mas não possuíam títulos de propriedade; e a do pequeno agricultor, proprietário de pequena quantidade de terra que trabalha com sua família.¹¹¹

Ao longo dos anos, as políticas de migração passaram a definir diferentes significados e valores para as famílias migrantes. Enquanto que por volta de 1940-1960 o migrante era o agente de integração, ideal imposto pelo regime militar para a ocupação das fronteiras, a partir de 1960, frente às novas políticas de modernização, passou a ser visto enquanto causador de tensões da ação desenvolvimentista do Estado autoritário. Com isso, o regime militar promoveu expropriações de colonos ao mesmo tempo em que redefinia o espaço rural, readaptando-o aos interesses hegemônicos da expansão do capital.¹¹²

Para Martins, essa expansão em busca de ocupação das fronteiras, “[...] em vez de se constituir em uma abertura do território com base nos valores da democracia e da liberdade, formou-se num quadro fechado de ditadura militar, repressão e falta de liberdade política.”¹¹³ Para o autor, numa temporalidade imersa em um regime anticomunista, as classes trabalhadoras na cidade e/ou no campo, se tornaram alvos suspeitos de subversão da ordem política sempre que reagiam às más condições de vida que lhes eram impostas.

¹⁰⁹ Ibid., 1968. p. 168.

¹¹⁰ SCHREINER, op. cit. 2002. p. 33.

¹¹¹ Cf. STÉDILE, João Pedro & GORGEN, Frei Sérgio. 1993. Apud. SCHREINER, op. cit. 2002. p. 18.

¹¹² Ibid., 2002. p. 99.

¹¹³ MARTINS, op. cit. 1997. p. 88.

A fronteira, assim como Martins alerta, é um espaço no qual as disputas e tensões podem ser apreendidas com maior facilidade. Um lugar onde o outro aparece com maior evidência e, por isso, um espaço de preocupação para o regime militar. “Integrar para não entregar” diz respeito a esta preocupação na construção do território nacional e na manutenção de elementos que ajudem na legitimação de identidades nestes espaços.

Sobre esta discussão, através de um documento referente a uma aula inaugural proferida na Escola Superior de Guerra pelo presidente da República Mal. Castello Branco, sobre Segurança e Desenvolvimento, em 1967, é possível lançar olhares.¹¹⁴ Chamo a atenção para a temporalidade em questão, pois foi justamente neste período que muitas famílias migraram para ocupar terras dentro do que era demarcado como Parque Nacional. Este documento ajuda a pensar a problemática entre fronteira nacional e a criação de reservas ambientais, sem deixar de lado os interesses conservacionistas de preservar os recursos naturais de uma nação que transforma a natureza em mercadoria, como parte fundamental da ação desenvolvimentista do Estado.

Para o Mal. Castello Branco, o conceito de segurança nacional, de 1967, sofreu uma dilatação com relação ao conceito mais restrito de defesa nacional.

O conceito tradicional de defesa nacional coloca mais ênfase sobre os aspectos militares da segurança e, correlatamente, os problemas de agressão externa. A noção de segurança nacional é mais abrangente. Compreende, por assim dizer, a defesa global das instituições, incorporando, por isso, os aspectos psicossociais, a preservação do desenvolvimento e da estabilidade política interna; além disso, o conceito de segurança, muito mais explicitamente que o de defesa, toma em linha de conta a agressão interna, corporificada na infiltração e subversão ideológica, até mesmo nos movimentos de guerrilha, formas hoje mais prováveis de conflito que a agressão externa.¹¹⁵

Para o governo em vigor no ano de 1967, a Doutrina de Segurança Nacional, assim como o conceito de estratégia, não constituem um corpo rígido de princípios e comportam diferentes influências, tais como: ideológicas, tecnológicas e econômicas. Assim, o documento apresenta o Brasil enquanto possuidor de uma postura de segurança defensiva, o qual busca na memória de um passado pacifista suas justificativas. “No caso brasileiro, a nossa longa tradição pacifista leva-nos a uma doutrina essencialmente defensiva”.¹¹⁶

¹¹⁴ ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. *Segurança e Desenvolvimento: Conceito de Segurança Nacional*. Aula inaugural dos cursos de 1967. Mal. Humberto de Alencar Castello Branco, Presidente da República. 1967.

¹¹⁵ *Ibid.*, 1967. p. 2.

¹¹⁶ *Ibid.*, 1967. p. 3.

Entretanto, mesmo que na aula proferida pelo presidente Marechal Castelo Branco, o corpo rígido de princípios aparece enquanto flexível. Na prática, as memórias do período ditatorial no Brasil, expressas nas entrevistas, estão marcadas por lembranças de um aparato policial e militar rígido e autoritário. Um sistema político um tanto quanto dinâmico, que se revela atendendo diferentes interesses numa mesma conjuntura.

Quero chamar atenção para a doutrina “pacifista” citada no documento. É possível pensar nesta postura e, a partir disso, entender a criação e delimitação do parque num espaço de fronteira nacional, como uma área demarcada para a manutenção da segurança nacional. Um espaço fronteiriço em que o país precisa demarcar enquanto reserva para, de certa forma, manter o controle de suas fronteiras. Não pode ser deixado de lado o fato de que a região em questão era e é um ponto estratégico, tendo em vista que faz fronteira com outras duas nações, Paraguai e Argentina.

Recordo-me dos tempos em que servi o Exército Brasileiro justamente neste espaço em questão. Servi durante quatro anos alcançando a graduação de cabo no 34º Batalhão de Infantaria Motorizada, um batalhão de fronteira. Lembro-me das inúmeras vezes que realizamos treinamentos adentrando o PNI e simulando conflitos com um inimigo externo ao país.

Na época, 2002/2006, não refletia sobre estas questões, mas hoje, imerso nesta problemática de pesquisa, posso ponderar o quanto a preocupação pela segurança nacional são objetivos concretos e presentes para os órgãos responsáveis, neste caso, o Exército Brasileiro. Assim, ao trazer o documento que expressa as preocupações pela segurança das fronteiras nacionais em um determinado tempo, quero também chamar a atenção de que estão imbricadas no processo de formação do PNI e encontram-se ativas neste tempo presente, tendo em vista a grande quantidade de manobras que o Exército Brasileiro realiza neste espaço fronteiriço.

Outro ponto do texto do Mal. Castello Branco que chamou a atenção trata sobre a segurança e política internacional. Segundo o texto, “temos de buscar no exterior meios de economizar dispêndios de defesa através de esquemas associativos, e também financiamentos, capitais e tecnologias para o desenvolvimento econômico.”¹¹⁷ Sobre este aspecto, convido o leitor para refletir sobre a criação de reservas naturais em países ditos de Terceiro Mundo, já referenciada a partir de Diegues nos parágrafos anteriores. Esta, por sua vez, encontra-se relacionada com a busca de capital externo por membros das elites políticas e econômicas.

¹¹⁷ Ibid., 1967. p. 9.

Fica claro, a partir do texto proferido pelo Mal. Castello Branco, que as intenções de criação de reservas naturais também faziam parte da doutrina de segurança nacional. Seja ela para garantir um espaço na fronteira, através de uma postura de defesa ou, utilizá-la como mecanismo para conseguir capital externo.

Gradativamente, o processo de expansão da área demarcada com o objetivo de formação do atual PNI foi adquirindo novas proporções. Em 20 de outubro de 1930, através do Decreto nº 2.153, do General Interventor Federal do Paraná, foram desapropriados mais 3.300 ha, visando estabelecer uma futura povoação e um parque nacional. Quero chamar a atenção ao fato de que é neste período que oficialmente a palavra “nacional” surge em um decreto. Mais um elemento que fixa a ideia de criação do parque, instituindo os limites geográficos e reestruturando seu território.

Sobre o processo de ampliação do parque, após sua criação oficial, na década de 1940 ocorreu um movimento da comunidade científica brasileira, apoiada pelo Chefe da Seção de Parques Nacionais, do Serviço Florestal, que solicitou a ampliação da área total do parque. Assim, em 1944, a área do PNI foi ampliada através dos decretos nº 6.506, de 17 de maio, nº 6.587, de 14 de junho e nº 6.664, de 07 de julho, estendendo a área total quase aos limites atuais. Porém, como não houve indenizações por parte do Governo Federal aos antigos proprietários, estes acabaram vendendo as terras que lhes pertenciam para terceiros, os quais deram origem a vários núcleos populacionais, como Santo Alberto, São José do Iguaçu, Índios, Iguaçulândia, Capoeirinha, entre outros.¹¹⁸

Segundo este decreto de 1944, foram desapropriados por utilidade pública os lotes números 114, 115 e 116 dos terrenos da colônia São João pertencentes a Antonio Guilardi, Bento Guilardi e João Guilardi.¹¹⁹ Estes lotes deveriam e foram incorporados ao patrimônio do Parque Nacional do Iguaçu, estabelecendo uma expansão territorial considerável, mas não ainda definindo os limites atuais.

É importante dizer que a ampliação dos limites da área total do parque ocorrida no ano de 1944, frente às pressões de movimento da comunidade científica, incorporou outras áreas. Porém, a ausência de pagamento de indenizações àqueles que tiveram suas terras englobadas ao PNI motivou a venda das mesmas para terceiros. Neste caso, os migrantes que vieram do Rio Grande do Sul e Santa Catarina foram, em sua grande maioria, os compradores destes títulos. Com isso, acabaram comprando áreas de terras dentro do atual PNI. Sobre a

¹¹⁸ RICOBOM, op.cit. 2001. p.36.

¹¹⁹ DELEGACIA ESTADUAL DO PARANÁ - IBDF. Relatório de 1975. p. 135.

Os imóveis citados estão localizados na antiga Gleba nº 84, Gleba Silva Jardim de aproximadamente 12.500 hectares.¹²¹ Foi justamente nesta gleba que se estabeleceu o ajuntamento populacional denominado São José do Iguaçu. Com relação à Gleba Santa Maria, também marcada no mapa, esta por sua vez deu origem ao ajuntamento de Santo Alberto. É lógico que entre estes, outras áreas menores foram ocupadas e colonizadas. Apenas cito estas duas, pois foram as que adquiriram maior densidade demográfica.

Assim, na década de 1960 os colonos que migraram para este espaço não ocuparam o parque no sentido que hoje o conhecemos. Ocuparam uma área de fronteira, enquanto fronteira agrícola e fronteira nacional, considerada de proteção com os países vizinhos. Portanto, deve-se atentar para todo um conjunto de “problemas” que estes espaços representam para o Estado, pois são vistos como espaços de fragilidade em que a segurança nacional deveria ser reforçada. Desta forma,

O principal motivo para o estabelecimento do Parque Nacional do Iguaçu relaciona-se ao domínio de fronteiras. Inúmeras estratégias foram efetivadas na região, com a finalidade de assegurar a soberania nacional – através de políticas do Governo Federal e constituir um território paranaense - por meio de medidas adotadas pelo governo do Estado.¹²²

Segundo Bonassa, as ações do governo do Estado do Paraná e do governo federal a respeito de questões fundiárias entraram em conflito, estabelecendo oportunidades para fissuras no movimento de legalização de terras nesta faixa de fronteira. No caso específico, seja o governo estadual, federal ou municipal, o mais importante é perceber como essas políticas foram margeando fronteiras e como a ocupação do Oeste do Paraná, a partir da década de 1940, está inserida enquanto mecanismo ativo deste processo. Certamente, estes embates entre os diferentes órgãos e governos acabaram promovendo uma ocupação numa área que já estava demarcada enquanto reserva ambiental.

É possível neste momento ponderar que a instituição do parque, por decreto, na década de 1930, está mais relacionada com a consolidação desta fronteira nacional do que com as preocupações ambientais. Todavia, os debates de cunho ambiental instituídos do PNI não podem ser deixados de lado nesta análise e nem pensados de forma separada. Estes continuarão a ser empregados ao longo dos anos seguintes, instituindo um ideal de espaço

¹²¹ JORNAL BINACIONAL. *Veículo da região de Itaipu para o Brasil e Paraguai*. Diretor: Waldomiro de Deus Pereira. Editora Lítero Técnica. Foz do Iguaçu, 1974. Capa. Esta edição foi a primeira e a única que o jornal vinculou, devido à reportagem sobre a desapropriação. Assim, o jornal foi fechado sob acusação de que estava tentando causar a desordem entre os colonos.

¹²² BONASSA, op.cit. 2004. p.30.

selvagem e intocável onde o homem é uma presença externa que está de passagem para apenas contemplá-lo.

1.4 O RECONHECIMENTO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU

Após levantar tais debates que, ao longo dos anos, foram instituindo o PNI, criando sentidos, ampliando sua área total, redefinido limites, reestruturando a legislação ambiental brasileira, fica mais claro entender o processo de desapropriação ocorrido na década de 1970. Deve-se atentar que de uma forma mais ampla, estes colonos faziam parte das estratégias de ocupação/colonização e domínio da fronteira nacional. Outro fator que não pode estar ausente da análise é o desconhecimento que muitas destas famílias migrantes possuíam sobre as questões fundiárias do PNI. Enquanto para o governo federal o PNI era uma realidade, para a maioria dos agricultores envolvidos neste processo estavam apenas ocupando uma área de terra como outra qualquer.

Em um apanhado geral, o PNI foi criado oficialmente em 10 de janeiro de 1939 pelo Governo Vargas, por meio do Decreto nº 1035, e ampliado no ano de 1944 através dos Decretos nº 6.505 de 17 de maio, nº 6.587 de 14 de junho e nº 6.664 de 07 de julho. Todavia, com os assentamento populacionais ocorridos na década de 1960, somente no ano de 1967, em obediência à Portaria nº 42/67 do Ministro da Agricultura, iniciou-se o processo de regularização fundiária do parque.¹²³

No ano de 1972, concluiu-se o levantamento e através do acordo firmado entre IBDF e INCRA, iniciou-se a desapropriação dos moradores que viviam em seu interior. Este processo estendeu-se até o ano de 1978 quando o último colono passível destas desapropriações deixou o parque.

No entanto, gostaria de realizar uma análise mais aprofundada em dois documentos que fazem menção ao PNI, os quais ajudam a refletir e problematizar os embates já mencionados. São eles: *O Inventário de Reconhecimento do Parque Nacional do Iguaçu - 1968* e o *Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu - 1981*. Esta escolha não aconteceu de forma aleatória, muito pelo contrário, ambos trazem questões que demonstram fissuras interessantes para esta análise.

¹²³ PLANO DE MANEJO. Parque Nacional do Iguaçu. 1981. p. 11.

O Inventário de Reconhecimento do Parque Nacional do Iguaçu, elaborado em 1968, contou com a participação para a sua formulação dos seguintes órgãos: Centro de Pesquisas Florestais (CPF) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), e o então Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal (IBDF). Este documento encontra-se dividido em seis partes: *Apresentação*, *Agradecimento*, *Introdução*, *Método de Trabalho*, *Cálculo do Volume Médio de Madeira e do Erro Padrão por Unidades de Amostra de 2ha das Florestas do Parque* e, por último, as *Considerações Finais*.

O primeiro ponto a ser analisado refere-se ao próprio nome que é dado ao documento, ou seja, a palavra *Reconhecimento*. Isso coloca a ideia de algo que até dado momento existe, mas não era reconhecido. Para quem ele existia? Quem o reconhecia como parque? Estas são algumas questões que o documento instiga e faz refletir sobre a legislação ambiental brasileira e sobre os debates que, ao longo do século XX, passaram a instituir argumentos e justificativas para o estabelecimento de Unidades de Conservação (UC).

Apesar de ter sido criado oficialmente em 10 de janeiro de 1939, percebe-se que o seu reconhecimento, até mesmo oficialmente, não se deu de forma rápida, como muitas vezes se imagina. Posso ponderar que mesmo com quase três décadas, o conhecimento sobre a área total do parque era algo vago para muitos dos órgãos governamentais responsáveis, seja o IBDF e/ou a Polícia Florestal. O fato de estar definido institucionalmente não garante o controle total destes espaços de reservas. Nota-se que as políticas que envolvem o parque estão relacionadas com questões mais amplas de âmbito nacional e internacional. O parque ou a legislação que o rege foram sendo readaptadas para adequar-se aos padrões conceituais definidos e remodelados pelos debates ao longo das diferentes temporalidades.

Um dos argumentos utilizados para a desapropriação dos colonos, na década de 1970, teve seu embasamento e justificativa na data de criação do parque, ou seja, 1939. Com isso, os colonos foram enquadrados como “invasores”¹²⁴ destas terras que já estavam demarcadas. Porém, através do documento de *Reconhecimento*, é possível constatar que o parque não existia como tal na época em que estas pessoas ocuparam suas terras. Para os colonos, o espaço ocupado não era um parque. E, apesar de existir em termos legais, até mesmo para o Estado o conhecimento sobre o que existia neste espaço demarcado como reserva era ainda muito vago.

¹²⁴ Estes colonos estavam engajados em projetos de colonização com o objetivo de colonizar as fronteiras nacionais, o espaço Oeste. Apesar do documento tomá-los enquanto “invasores”, estes por sua vez foram incentivados por iniciativas do Estado e/ou privadas a participar deste processo que visava “ocupar os vazios demográficos”.

A *Apresentação*¹²⁵ traz um pequeno parecer sobre o objetivo do inventário. Porém, já no segundo parágrafo instiga a aprofundar a reflexão: “Para preservá-lo convenientemente, porém, a primeira condição era conhecê-lo bem.”. Trata-se do ano de 1968, e o parque na época, oficialmente já possuía cerca de 29 anos de criação. Apesar disso, era considerado território desconhecido. Quanto aos órgãos imbuídos de tal função e administração, fica claro entender que não possuíam conhecimento sobre toda a sua extensão, mesmo com uma demarcação já efetivada e reestruturada ao longo destes anos todos passados.

Para realizar este levantamento, o IBDF, juntamente com a equipe da Escola de Florestas da Universidade Federal do Paraná, promoveu estudos para elaborar o que seria um “inventário florestal preliminar” do PNI. Assim:

Com o conhecimento e divulgação desse levantamento, não só ficam removidas quaisquer dúvidas quanto à efetiva área do famoso próprio que é a atração internacional, como fixadas bases seguras sobre as quais a administração alicerçará seu comportamento.¹²⁶

Para o então IBDF, o levantamento realizado pelo Inventário de Reconhecimento permitiria tomar as medidas cabíveis para o controle e administração do espaço de reserva. Para este órgão, após os estudos estavam removidas quaisquer dúvidas quanto à efetiva área do parque. Entretanto posso afirmar que até os dias de hoje a área total do PNI, em função de sua grande extensão e dos problemas fundiários vivenciados nas décadas de 1960-1970 para sua formação, ainda apresenta fendas e, com isso, a certeza no controle sobre este espaço não pode ser tão fortemente garantida como expresso no inventário de 1968.

O primeiro capítulo do inventário busca dar um parecer sobre os aspectos físicos que contemplam o parque. Parte de uma breve historicização das questões fundiárias que delimitaram o PNI. Em um segundo momento, através de uma descrição “científica”, traz informações sobre as “Características ecológicas”, tais como, a geologia, solos e clima.¹²⁷

Existe neste capítulo uma preocupação com os valores comerciais que o parque possuía, através das árvores que nele estavam presentes. É possível deparar-se com a seguinte afirmativa: “As espécies mais importantes de ocorrência no Parque são o cedro, marfim, peroba e seguido por uma dezena de outras, de grande valor comercial.”¹²⁸ Trata-se da

¹²⁵ INVENTÁRIO DE RECONHECIMENTO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU, 1968. p. 5.

¹²⁶ Id.

¹²⁷ Ibid., 1968. p. 10.

¹²⁸ Id.

transformação da natureza em mercadoria, que teve suas raízes ainda no século XIX em ideais conservacionistas que buscavam desenvolver o território nacional através de políticas ambientais capazes de “garantir um desenvolvimento sustentável”.

Para Diegues, a formação de espaços destinados à proteção ambiental, seguida de um ideal de natureza mitificada, também é uma estratégia nas mãos de grupos das elites, principalmente de países denominados de “Terceiro Mundo”.¹²⁹ Estes espaços com recursos naturais são muitas vezes utilizados como atrativos de capital externo que buscam, através do argumento científico, descobrir novos agentes estimulantes do capital. Atualmente, as indústrias farmacêuticas são um exemplo desta exploração dos recursos naturais, imersas em discursos da procura do bem-estar para o homem moderno.

Já o capítulo II, “Método de Trabalho”,¹³⁰ procura de maneira geral, justificar a necessidade do estudo e elaboração do inventário, ao mesmo tempo em que está imbuído de realizar o levantamento científico da área. Ou, como o próprio documento, “[...] avaliar o potencial florestal do Parque Nacional do Iguaçu”.¹³¹ Mas, a quem serve descobrir o potencial do parque? O que determina aquilo que é potencial daquilo que não é? Seria o valor de mercado dos recursos naturais estudados o agente delimitador?

Seguindo com a análise do inventário:

Um dos objetivos básicos da Administração do Parque é o de usar as informações deste inventário para coordenar programas de recreação pública através de trabalhos de paisagismo nas florestas e áreas turísticas do Parque, bem como possibilitar programas de pesquisa dendrológicas, entomológicas, botânicas e outras.¹³²

A noção de parque já trabalhado anteriormente através de Diegues, no qual a presença de vida humana não é permitida, pode ser observada neste documento. Nota-se a construção de uma visão, onde tais espaços são tomados apenas como áreas de “recreação” ou “pesquisa”, e que de certa forma o turismo se beneficiaria. Assim, o parque, como bem público, passa a ser direito daqueles que têm condições de pagar para vê-lo.

É importante destacar que no ano de 1998, com a privatização do PNI pela empresa Cataratas S/A, a mesma teria investido cerca de R\$ 30 milhões na revitalização do espaço, adquirindo centro de visitantes, ônibus elétricos, espaço com lojas e um restaurante panorâmico. O centro de visitantes fica na entrada do parque e nos seus 3.000 m² é constituído

¹²⁹ DIEGUES, op. cit. 2001. p. 99.

¹³⁰ INVENTÁRIO DE RECONHECIMENTO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU, op.cit. 1968. p. 15.

¹³¹ Id.

¹³² Id.

por bilheterias, banheiros, centro de informações, ambulatório, lojas e posto bancário. Adentrar o parque depois deste período tornou-se uma atividade cada vez mais difícil, devido aos valores cobrados.

A pesquisa é um dos argumentos que, de certa forma, permite a entrada de pessoas não apenas no espaço destinado à exploração turística, mas nas demais áreas do interior do parque. Entretanto, devo salientar que na prática isso não ocorre com frequência. Apenas determinados grupos que atendam interesses diversos, seja da equipe que coordena e administra, seja de interesse do Estado, enfim, somente estes conseguem adentrar. No caso desta pesquisa, quando solicitada a entrada na mata em busca de resquícios de moradores, não foi obtido nenhuma resposta.

Com relação à importância dada às pesquisas, no gráfico a seguir é possível apreender as preocupações que buscavam reconhecer e identificar os valores econômicos presente na área do parque. Segundo o texto do inventário, “A administração do Parque tendo interesse em obter uma estimativa do volume mercantil das espécies de valor econômico na área, necessário se fez obter dados para esta estimativa.”¹³³ A pesquisa, neste caso, teve como principal objetivo identificar os recursos naturais reconhecidos como valiosos.

Como exposto no documento: “Os dados foram lançados por espécie e reportados somente para aquelas de maior valor econômico”.¹³⁴ As preocupações ambientais de cunho preservacionistas não ganharam tanta força naquele momento. Existe uma preocupação maior, por meio de uma vertente conservacionista, em identificar os recursos naturais para que possam, de alguma maneira, garantir um determinado desenvolvimento sustentável, ou apenas, selecionar o valor de mercado presente neste espaço. Estabelecer esta área de reserva parece estar mais calcada nos valores econômicos presentes do que nos ideais de preservação da natureza.

¹³³ Ibid., 1968. p. 16.

¹³⁴ Ibid., 1968. p. 23.

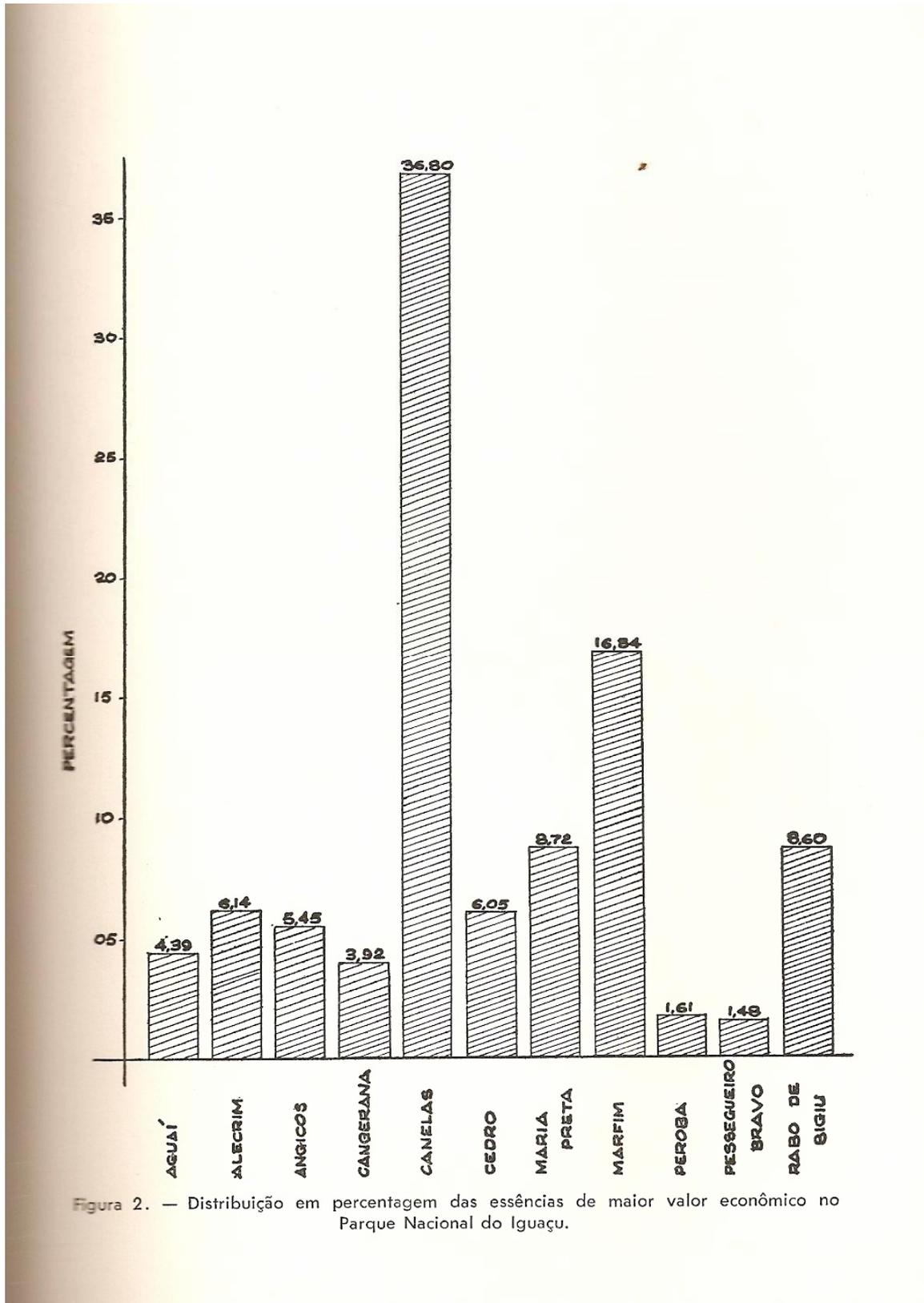


Figura 2. — Distribuição em percentagem das essências de maior valor econômico no Parque Nacional do Iguaçu.

FIGURA 2: Gráfico de árvores com maior valor econômico presentes no PNI, 1968.¹³⁵

¹³⁵ Ibid., 1968, p. 23.

Entretanto, é no último capítulo do documento, *Considerações Finais*,¹³⁶ que o discurso ambiental investido de uma carga simbólica de valores ou neomitos assume o controle, pelo menos, da parte inicial do texto. “Essa área, pela sua extraordinária beleza, mereceu ser preservada para que as gerações futuras pudessem admirá-la em seu estado original.”¹³⁷ Isto é, uma natureza ausente da presença humana, recortada e selecionada para que o ser humano possa apenas observar os espaços tidos como selvagens e naturais.

Parar encerrar, mais uma vez seu valor econômico é evidenciado: “Com a desmatagem intensiva das áreas circunvizinhas, as espécies de maior valor econômico vão rareando e a floresta do Iguazu se prestará também à coleta de sementes para suprir os replantios regionais”.¹³⁸ Sobre esta afirmativa cabe repensar que, atualmente, o acesso à floresta tomada enquanto selvagem está restrito apenas à Polícia Florestal e às instituições que atendam os interesses da administração do parque.

Após essa análise, uma pergunta ainda ficou em aberta. E os agricultores colonos que viviam no interior da área demarcada como parque? Onde estão? Quem lê esse documento, sem ao menos ter ouvido falar destas pessoas, pode cair no equívoco de pensar que a área total do parque é e sempre foi ausente de presença humana. Todavia, os indícios de que estes grupos migrantes estavam ocupando a área desde os anos de 1960 e que perdurou até a década de 1970 não podem ser negados.

O próprio documento de reconhecimento apresenta de forma sucinta indícios desta presença humana, os quais podem facilmente passar despercebidos por olhares desatentos. Ao trazer as características físicas do parque na década de 1968, o *Inventário de Reconhecimento* faz menção a uma considerável área denominada de roçados. “Roçados: Ocupa uma área de 1% a 2% da área total. Nesse tipo estão enquadradas as áreas de cultura e áreas de pastagens.”¹³⁹ Apesar da pequena citação é possível pensar a ocupação efetivada dentro do PNI.

Estas áreas são os locais onde as famílias migrantes, posseiros ou não, viviam neste período. Cultivo e pastagens só podem ser possíveis com a presença humana. Entretanto, em nenhum momento no documento a presença destas famílias foi referenciada. Mesmo assim, ao trazer as características físicas do parque, de forma implícita, fez menção às vilas já estruturadas dentro do PNI, com centenas de famílias ali presentes. Cabe refletir que, por se tratar de um documento que objetiva um reconhecimento enquanto Unidade de

¹³⁶ Ibid., 1968. p. 29.

¹³⁷ Id.

¹³⁸ Id.

¹³⁹ Ibid., 1968. p. 16.

Conservação, não seria interessante expressar a presença de um grande número de pessoas vivendo em seu interior.

O silenciamento da presença humana no PNI está imbricado na necessidade de adaptar-se às normas, muitas delas internacionais, que definem conceitos para parques nacionais. A presença humana, neste caso, ocupa um lugar de ameaça ao meio natural. Relatar a existência destas pessoas em 1968 em um documento denominado *Inventário de Reconhecimento* não era algo interessante, pois o mesmo tinha por objetivo apresentar o PNI como um espaço selvagem e repleto de recursos naturais intocados.

O documento ainda traz uma figura do que seria a área total do parque em 1968, com 156.235,77 ha. Hoje, a área total é de 185.262,20 ha. Mais uma vez o vazio demográfico dentro do PNI é mantido, estabelecendo a construção de uma natureza bruta e em seu estado mais puro. Entretanto, assim como foi para Schama, este espaço mostra o contrário. Ele apresenta as marcas da presença humana, cabe ao historiador olhar por trás das cortinas que cobrem esta natureza de neomitos. (Ver Mapa 5).

Em todo o mapa, não existe nenhuma marcação que faça menção às comunidades que já existiam em seu interior no ano de 1968. Já nesta temporalidade, os ajuntamentos populacionais de Santo Alberto, pertencente ao município de Foz do Iguaçu e a São José do Iguaçu, pertencente ao município de São Miguel do Iguaçu, estavam em pleno crescimento. Ao ler o documento da forma como está expresso, pode-se cair no engano e acreditar que toda a área demarcada em verde trata-se de uma vasta área de floresta selvagem, ausente da vida humana.

silenciou a presença de colonos na área demarcada como parque, este dedica cinco parágrafos tratando dessa desapropriação. Porém, este documento não fala sobre estas pessoas, apenas expressa que sua presença era algo que deveria ser resolvido por meio da desapropriação.

Um ponto interessante é a situação do parque apresentada no ano de 1981. Segundo esta fonte, “A área do parque não foi devidamente medida, havendo assim, divergências entre as fontes que a fornecem [...]”.¹⁴¹ Seguindo nesta afirmação, trago um trecho do *Inventário de Reconhecimento* que possibilita pensar e problematizar esta questão: “Com a obtenção dos mapas compilados dos mosaicos, tornou-se possível calcular a área real do parque.”¹⁴²

Por meio destas duas afirmativas pode-se perceber divergências entre estes dois documentos. Com relação ao inventário, de 1968, o qual justifica e garante sua legitimidade através do levantamento científico realizado com a participação de membros da UFPR, o mesmo garante o total reconhecimento de toda extensão do PNI. Por outro lado, o *Plano de Manejo*, de 1981, reconhece que os problemas ocorridos na década de 1970 (desapropriação) estão relacionados com as falhas e más demarcações e medidas das áreas consideradas como parque.

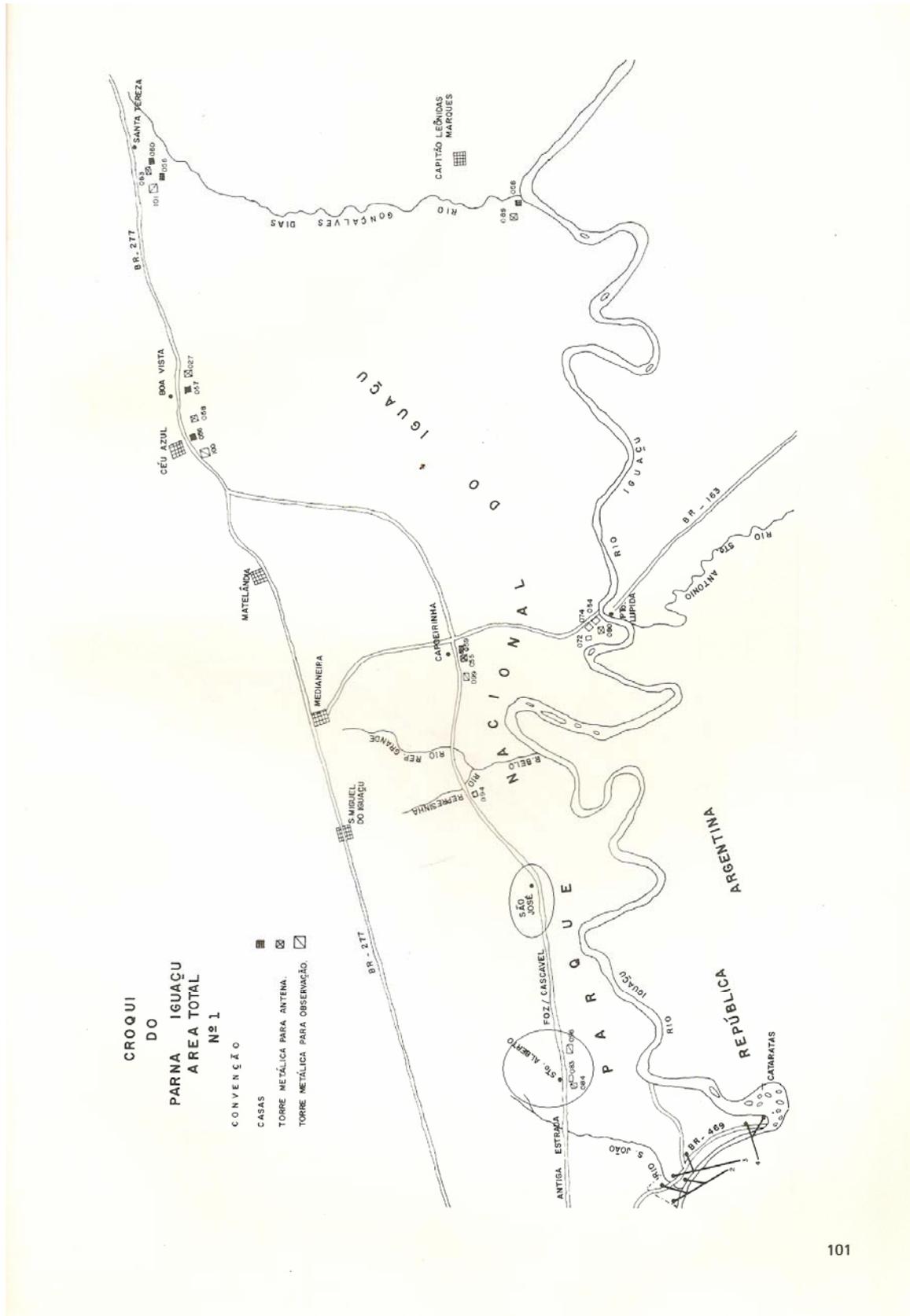
Entretanto, a mesma afirmativa realizada em 1968, que garantia e legitimava o conhecimento de toda a área do parque após realizar os levantamentos necessários, também foi empregada no discurso do *Plano de Manejo* de 1981. Como já expressei, a área do parque até os dias de hoje possui problemas fundiários, inclusive com moradores em algumas ilhas dentro de sua área de abrangência. Situações que, diante dos embates encontrados, demonstram o quanto estes estudos e levantamentos técnicos foram e ainda são falhos.

Outro fator que me chamou atenção foi um croqui representando a área total do parque.¹⁴³ Por meio deste, percebe-se que as comunidades de Santo Alberto e São José do Iguaçu, ambas que existiram dentro do atual PNI, estão marcadas como pontos, fora da área definida como parque. O marco divisor apresentado nessa imagem entre os pontos e o parque refere-se à “Antiga Estrada Foz Cascavel” ou “Estrada Velha de Guarapuava”, como é conhecida na região. Esta é utilizada como ponto definidor dos limites norte do PNI. Para facilitar a visualização, foi colocada uma circunferência em torno dos dois pontos referidos. (Ver Mapa 6)

¹⁴¹ PLANO DE MANEJO, 1981. p. 11.

¹⁴² INVENTÁRIO DE RECONHECIMENTO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU, op.cit. 1968. p. 19.

¹⁴³ PLANO DE MANEJO, op.cit. 1981. p. 101.



MAPA 6 : Mapa do PNI em 1981. [Mapa alterado] ¹⁴⁴

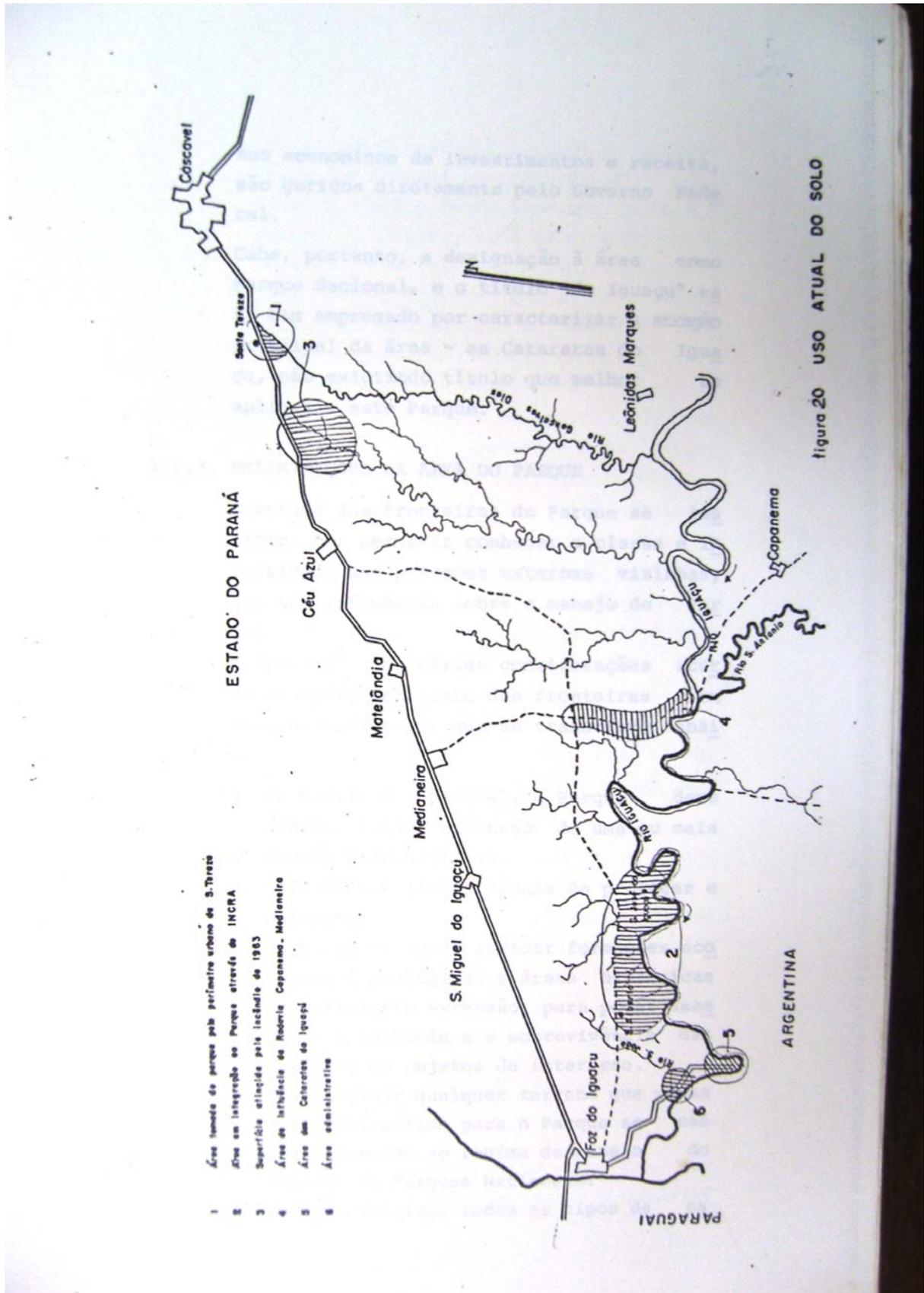
¹⁴⁴ PLANO DE MANEJO, 1981. p. 101.

Para quem olhar rapidamente, ou não souber da situação dos colonos que foram desapropriados, cairá no erro de pensar que estas comunidades nunca estiveram presentes onde hoje é demarcado o parque. Ou, pior ainda, esquecer ou nem ao menos ouvir falar destas experiências de desapropriação e violência que ocorreram.

É interessante pensar que a demarcação de tais pontos fora da área do parque tem a força de reconstruir sentidos para aquele espaço. Esse movimento tem a capacidade de construir um silenciamento entorno dos conflitos sociais experimentados em tal temporalidade. Reconstruindo estes lugares nos mapas, é possível talvez, tornar menos eficaz o grito daqueles que sentiram a desapropriação.

Entretanto, no movimento contrário, as memórias daqueles que viveram dentro do parque possibilitam reinterpretar tais documentos. Fazendo uso da História Oral, novos e distintos olhares são lançados sobre determinadas ações em um tempo e espaço. Porém, é necessário estar atento aos lugares sociais ocupados pelos depoentes, pois, assim como as demais fontes, as memórias narradas também reivindicam sentidos que devem ser cuidadosamente analisados.

Porém, outro mapa encontrado entre diversos nos arquivos do próprio PNI, traz estas mesmas áreas marcadas de outra maneira. Os aglomerados populacionais, identificados no Mapa 6, fora do parque, agora aparecem dentro deste. Erros ou estratégias? Questões que parecem se acumular neste processo de constituição do PNI. (Ver mapa 7.)



MAPA 7: Mapa do PNI demonstrando os núcleos populacionais em seu interior.¹⁴⁵

¹⁴⁵ ARQUIVO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU.

A circunferência em torno do número 2, com listras, representam as áreas de ocupação a que tanto me refiro. A legenda impressa no mapa define estes espaços como áreas em processo de integração ao parque através do INCRA. Apesar de não possuir uma marcação da data em que o mapa foi construído, acredito que deva ter acontecido na década de 1970, quando as desapropriações estavam em andamento. De qualquer maneira, estes lugares estavam constituídos por pequenos agricultores que viviam do cultivo e criação de animais marcando a paisagem por pastagens, plantações e vilas. Esses espaços estavam e foram repletos da vida humana.

O PNI, tal como hoje o conhecemos, não estava instituído da mesma forma no período em que estas famílias migraram. Cabe agora, através das narrativas, compreender estas experiências vividas. Como estes debates de valores ambientais, de ocupação de fronteira, de trabalho na terra, foram experimentados? Experiências que somente a partir das narrativas orais são possíveis de apreender.

As memórias do senhor Anairo Ferreira, residente atualmente no distrito de Santa Cruz do Ocoí, no município de São Miguel do Iguçu, dão luz a este processo. O senhor Anairo migrou do Rio Grande do Sul para o Paraná na década de 1960, juntamente com sua esposa, fazendo parte do processo de migração e colonização do espaço Oeste do Paraná, uma área de fronteira nacional com a Argentina. Na sua própria fala:

Eu saí de lá (*aqui ele se refere ao estado Rio Grande do Sul*) com 22 anos. Nós se casamos com 22 anos, dia 30 de outubro de 1962. E daí, nós tava comprando essas terras aqui no Paraná que tinha um senhor que fazia caravana pra trazer o pessoal aqui pra comprar as terras. Era o Ernesto Zanuz que trazia o pessoal pra cá, ver as terras e vender pra quem fizesse negócio com eles né, que não era bem deles a terra. Eles tinha pegado pra revender, vender, sei lá. Era do doutor Coutinho e Milton não sei do quê. Eles tinha pego essas terras pra vender e que a escritura, era terra legal, daí o finado pai comprou deles essas terras.¹⁴⁶

Para quem lê, pode-se cair no engano de enquadrar esta história de vida como mais uma, simplesmente, no processo de migração de sulinos na ocupação do território Oeste do Paraná, motivados por projetos de colonização privados com intuito de ocupar a fronteira nacional e agrícola. Porém, na continuação desta fala é possível perceber de qual espaço esta narrativa se refere:

¹⁴⁶ Entrevista concedida pelo senhor Anairo Ferreira e esposa Ana Regina Ferreira ao autor, em São Miguel do Iguçu, em 12 de fevereiro de 2009.

E depois com o tempo, fiquemos sabendo que era pra ser parque ali, não podia ficar lá dentro morando. Daí pra frente já começaram mexer e trabalhar pra tirar o povo de lá. Tinha mais de 400 famílias lá dentro. Daí então foi que eles, o INCRA, comprou essa terra aqui do Santos Guilherme e daí o povo foi *removido* pra cá, no Ocoí né.¹⁴⁷ [grifo meu]

Ao trazer o seu processo de migração e de ocupação dessa fronteira nacional, o senhor Anairo rememora experiências de um passado que, até dado momento, foram pouco referenciadas nos documentos escritos que fazem menção ao PNI. Ainda segundo sua fala:

E daí eles andaram casa por casa comunicando, queriam ver as escrituras tudo. E o pessoal tudo tava revoltado. Ninguém aceitou, ninguém aceitou! E por fim, mandaram chamar esse senhor lá do Rio Grande que vendeu as terras pros colonos ali. Daí, eles vieram ali. Daí foram pra Foz do Iguaçu, pegaram as escrituras dos colonos e foram a Foz do Iguaçu e de lá foram pra Curitiba. Daí aquilo abafou por uns anos. Quando chegou em 1970 e poucos, 72 por aí, daí chegaram de peso em cima dos colonos. Aí já vieram, já tinham as propostas tudo com é que tinha que ser feito e fazer né, eles iam indenizar lá. Quem queria dinheiro da terra e sair podia pegar e comprar em outro lugar. Quem queria a terra eles davam uma quantia de lá, [refere-se às propriedades no PNI] davam aqui. [PIC-OCOÍ]¹⁴⁸

Como já expressei, para muitos dos agricultores o espaço que estava sendo ocupado não era visto como uma reserva. Era apenas mais uma área de terra como as demais existentes. Sobre esta questão, o senhor Alfredo Matte, nascido no Rio Grande do Sul e que ainda jovem migrou para o Paraná, instiga a refletir:

É, sobre o Rio Grande do Sul não dá pra falar muita coisa que era essas coisas mais antigas sabe, eu nasci lá e me criei num lugar até 21 anos. Daí em 64 nós viemos pro Paraná e o meu pai comprou terras ali na *colônia de Santo Alberto que na época era colonização nova!*¹⁴⁹ [grifo meu]

Gostaria de chamar atenção para a frase em itálico. Se olhar com atenção, em nenhum momento o entrevistado coloca que nesta experiência de migração sua família e outros migrantes estavam cientes que o espaço ali ocupado estava demarcado enquanto uma área de proteção ambiental. Para ele era apenas mais uma colônia ou, em suas palavras, uma colonização nova.

Para muitos, a certeza era tão grande de que a área ocupada se tratava de uma terra como qualquer outra, devido às titulações adquiridas, que ao receber as notícias da

¹⁴⁷ Id.

¹⁴⁸ Id.

¹⁴⁹ Entrevista concedida pelo senhor Alfredo Matte ao autor em São Miguel do Iguaçu, em 28 de fevereiro de 2009.

expropriação não acreditavam que aquilo era possível. Para o senhor Alfredo Matte, a desinformação foi o agente que ludibriou os colonos. Em suas palavras:

É só que, a entrada no parque, isso nós estávamos, todo mundo tava desinformado. Porque ninguém não sabia que em 39, 40, foi decretado parque nacional, isso ninguém não sabia, porque na época informação era muito precária. Era só o rádio, rádio ou algum jornal. Mas isso era notícia que eles não interessavam muito e também ninguém não, não interessava, isso aconteceu lá no Paraná. A mesma coisa de hoje acontecer lá no Amazonas. Decretar uma área de reserva ambiental, um parque nacional, isso ninguém não dá bola. E de repente, quando nós vimos, nós estávamos lá dentro. Só que nós estávamos legalmente dentro. Nós tínhamos comprado, pago, escriturado com registro e tudo.¹⁵⁰

Na memória do senhor Alfredo, o registro da terra garante a sua posse legal. Para ele, mesmo estando dentro de uma reserva ambiental, tinha-o feito de maneira legal. Mas, como se pode estar dentro de uma reserva ambiental de forma legal? Certamente, possuir títulos da terra garantia sentimentos de segurança para aqueles que compraram tais propriedades. Ter essa documentação possibilitava, também, lutar em termos institucionais pela permanência e/ou pagamento de indenizações.

É cabível de reflexão a revolta narrada por estas famílias e o quanto isso foi difícil de aceitar, tendo em vista que aos seus olhares haviam realizado este processo de uma forma legal. Muitas delas viram-se enquanto vítimas do próprio processo de constituição do parque, ao mesmo tempo em que participavam do processo mais amplo de ocupação da fronteira nacional e agrícola no Oeste do Paraná. Para o senhor Severino, também migrante, resta-lhe estas palavras que são capazes de ensinar a olhar para este processo: “Não era verdade, porque Santo Alberto não era parque”.¹⁵¹

Ao se referir a Santo Alberto não está olhando para uma reserva ambiental na concepção formada pelo movimento intelectual e político de uma natureza dissociada do ser humano. Está ressignificando aquele espaço que hoje é tomado pelo Estado como uma Unidade de Conservação selvagem e intocada. Para o senhor Severino e muitos outros que viveram a desapropriação, as áreas desapropriadas eram, antes de qualquer coisa, espaços de sociabilidades, de constituição de modos de viver e lugares da presença humana.

¹⁵⁰ Id.

¹⁵¹ Entrevista concedida pelo senhor Severino Berres ao autor em São Miguel do Iguçu, em 29 de janeiro de 2009.

CAPÍTULO II

MEMÓRIAS DA DESAPROPRIAÇÃO

2.1 “TINHA GENTE QUE LEVAVA UMA SEMANA PRA CHEGAR”: O PROCESSO MIGRATÓRIO NARRADO

No capítulo anterior discuti sobre os valores que, ao longo dos últimos anos, construíram sentidos para as Unidades de Conservação, definindo atributos e conceitos legais para a formação de parques, como o PNI. De uma forma ampla, analisei como o processo de constituição do espaço Oeste do Paraná enquanto fronteira agrícola e nacional também se fez presente na constituição do PNI. Com isso, procurei apreender a participação de elementos que influenciaram e/ou justificaram o processo de desapropriação dos agricultores colonos na década de 1970, ocasionado pela constituição e reconhecimento do parque nesta área de fronteira.

Somente a partir das narrativas rememoradas por aqueles que sofreram a desapropriação que acabei deparando-me com esta problemática. Assim, lanço mãos neste capítulo para perceber o processo social vivido em torno da migração forçada que levou estas famílias a constituir, segundo as informações obtidas pelas esferas institucionais, o primeiro reassentamento realizado pelo INCRA no Paraná.

Penso neste momento no trabalho de Yara A. Khoury, quando a autora discute que, enquanto historiadores, muitas vezes buscamos compreender em profundidade as relações sociais que se engendram nos diversos momentos. Procuramos desvendar as diferenças e a pluralidade, sem perder de vista os antagonismos de interesses e as indagações do presente, que nos impulsionam a tentar traduzir e explicitar a dimensão do social com um olhar político.¹⁵² Segundo Khoury, na medida em que o historiador lida com processos sociais revividos na memória é possível repensar a própria noção de sujeito histórico. Como diz a autora, “Lidamos com sujeitos não compartimentados mas que se fazem socialmente, compartilhando experiências e memórias, moldando a realidade ao mesmo tempo em que são moldados por ela.”¹⁵³

¹⁵² KHOURY, Yara Aun. *O historiador, as fontes orais e a escrita da História*. In: *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006. p. 22-43.

¹⁵³ *Ibid.*, 2006. p. 24.

Para além da intenção de compreender os motivos que influenciaram a desapropriação dos agricultores colonos que ocupavam o PNI, cabe a pergunta: como ocorreu? A resposta apenas as fontes orais foram capazes de motivar a análise. Entretanto, as narrativas trazem mais do que lembranças. Elas dialogam com sentidos ressignificados nas memórias. O período em que viveram nas “comunidades” dentro PNI, por volta de 1960 – 1970, surge nas entrevistas, num misto de lembranças e reflexões dos próprios depoentes.

É importante lançar olhares para todo o processo, desde a migração dos demais estados do Sul do Brasil até a chegada no Paraná e sua ocupação/colonização. A partir disso é possível perceber que as trajetórias rememoradas empregam sentidos, ao trazerem para o momento da entrevista não apenas o ato da desapropriação em si, mas principalmente, o movimento que fizeram na migração.

Apesar da desapropriação aparecer nas narrativas como um ato imposto e cruel, estas pessoas rememoram trajetórias de vida e de lutas pela terra. Isso pode ser sentido durante as entrevistas, quando a migração, a desapropriação e o reassentamento se entrecruzam nas falas, muitas vezes não seguindo uma ordem cronológica, mas reivindicando papéis de protagonistas, como “pioneiros” e em muitos casos como “desbravadores”. Embora atento à elementos constitutivos da memória e desta forma, dos sujeitos, fica muitas vezes inevitável não olhar para o processo tal como as narrativas o expressam, em uma mistura de sentimentos e/ou ressentimentos, sejam eles de alegria, tristeza, medo ou entusiasmo pela nova jornada.

Para pensar este processo e os usos dessas memórias, inicio com o depoimento da senhora Irma Sauzen, hoje com mais de 60 anos, aposentada, residente no distrito de Santa Cruz do Ocoí, no município de São Miguel do Iguçu. O contato com a senhora Irma ocorreu através de sua neta, que foi minha aluna na escola Santa Rosa do Ocoí em 2008.¹⁵⁴ A entrevista com a senhora Irma, a princípio, era para acontecer somente com a sua presença. Porém, seu filho Eugênio, que tem mais de 40 anos, e a esposa Claudete, também com a mesma idade, ambos residentes na mesma casa, participaram da gravação.

Iniciamos a entrevista de uma maneira informal, apenas solicitando para a senhora Irma contar um pouco sobre sua chegada ao Paraná e o que ela e sua família vivenciaram no início da ocupação da terra. A entrevistada, que chegou aos 38 de idade e com oito filhos, falou das marcas do processo migratório, que ainda são muito fortes. Nas palavras dela:

¹⁵⁴ A Escola Estadual Santa Rosa do Ocoí – Ensino fundamental e Médio, como já mencionado, fica localizada no distrito de Santa Rosa do Ocoí, no município de São Miguel do Iguçu.

Nós tinha era acho que vinte e pouco, vinte e cinco hectares uma coisa assim. Nós vendemos e compramos aqui só... Era a nossa sorte que nós tinha as escrituras registradas, senão não sabia o que seria de nós. Do parque, eram escrituras registradas só que [...] de uma do parque que nós tinha, nós não tinha escritura registrada foi de outro homem. Mas o pai tinha pago, meu marido, seu Bernardo tinha pago essa terra e dessa aí nós não recebemos nada. Recebemos só daquela terra onde nós morava. Tinha escritura sim, mas era no nome do outro ainda. Essa não recebemos nada.¹⁵⁵

É importante observar que a senhora Irma e seu marido já possuíam terras no Rio Grande do Sul. Porém, neste período, imersos num movimento de ocupação da fronteira do espaço Oeste, as terras no Paraná apareciam como possibilidades de melhores condições de vida, principalmente para aqueles que não possuíam ou tinham apenas poucos hectares. Apesar desta questão não estar colocada de forma direta na narrativa é possível fazer a reflexão, levando em consideração outras questões já abordadas.

Além disso, é interessante lançar olhares para o conteúdo nos termos da legitimação de terras e o sentimento de segurança que a escritura, um documento oficial, passava para estas famílias. Neste caso, a senhora Irma e sua família estavam seguros de que suas condições de compra da terra eram legais. Isto é, possuíam as escrituras de suas propriedades. No entanto, o sentimento de desespero que os envolveu naquele período da desapropriação e a insegurança de que a qualquer momento poderiam perder tudo o que haviam conquistado emergem em sua memória.

Quando a fala da senhora Irma apresenta que a sorte de sua família estava na escritura que possuíam, ela não faz isso olhando apenas para o passado. Nesse momento, fala a partir do presente vivido, olhando para sua família que possui uma colônia de terras, com filhos criados, estudados e com suas famílias constituídas. É importante perceber que este passado de luta aparece lembrado na narrativa, imbricado com o presente e as condições sociais que ela e a família desfrutaram no presente.

As escrituras aparecem na fala como um elemento tranquilizador para suas emoções. Proporcionaram possibilidades e garantiram a legitimidade da compra e, neste caso, a permanência ou direito à terra. Não possuir o título significa perder a terra. Entretanto, para a senhora Irma não é apenas o papel que lhe dá direito, o “amansar”, ou seja, o trabalho em cima do espaço que antes era apenas de mata, também institui direito à terra.

¹⁵⁵ Entrevista concedida em conjunto pela senhora Irma Sauzen, Eugênio Sauzen e Claudete Terezinha Sauzen, ao autor em São Miguel do Iguazu, em 17 de fevereiro de 2009.

Nesse sentido, emerge em sua narrativa uma reflexão com relação a uma outra propriedade que compraram posteriormente e que acabaram perdendo durante a desapropriação por não possuírem a escritura. Segundo versou, haviam comprado de outra família que passava pelo mesmo processo e, por não terem realizado a transferência a tempo, acabaram perdendo. Neste caso, não foram indenizados. A terra não está relacionada apenas ao fator econômico, mas ao modo de viver, que neste caso, foi destituído pela desapropriação.

Seguindo esta análise, uma pergunta insiste em permanecer: como conseguiram os títulos da terra dentro de uma área de proteção e de quem as compraram? Os documentos a seguir, ajudam a refletir e possibilitam até mesmo entender o porquê de muitos colonos não acreditarem, na época, que a desapropriação seria efetivada. Como já citado, para estes colonos, eles estavam ocupando apenas mais uma entre as diversas áreas de terras existentes nesta fronteira.

A primeira escritura refere-se ao senhor Otásio José Knapp, um dos entrevistados. O senhor Otásio, migrante do Rio Grande do Sul, através de seu procurador José Ernesto Zanus comprou um lote de terras localizado na gleba Santa Maria, no município de Foz do Iguaçu. Esta pertencia a terceiros: o senhor Paulo da Cunha Mattos e sua esposa Isabel Carvalho Mattos, residentes em Marília, no Estado de São Paulo. Os mesmos tinham como procurador o senhor Dr. Gaspar Coitinho, residente em Dionísio Cerqueira, em Santa Catarina. (Ver Figuras 3 e 4)

A segunda escritura apresentada refere-se ao proprietário senhor Emílio Leichtweis e faz parte da reportagem exposta pelo Jornal Binacional em 1974. Segundo este documento, o senhor Emílio comprou sua propriedade, com cerca de 10 hectares, localizada na Gleba Silva Jardim, no município de São Miguel do Iguaçu, tendo como intermediário o senhor Dr. Gaspar Coitinho e a esposa Inocência Moojam Coitinho. (Ver Figura 5)

Ambas as escrituras se referem aos aglomerados populacionais que se formaram dentro do PNI. A primeira faz menção a Santo Alberto e a segunda a São José do Iguaçu. Apesar de se tratarem de áreas de terras situadas em glebas distintas, Silva Jardim e Santa Maria, possuem um mesmo procurador, que é o senhor Dr. Gaspar Coitinho, advogado e residente em Santa Catarina.

LIVRO N.º 12 FLS. 91.ª a 11

República dos Estados Unidos do Brasil

SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU  ESTADO DO PARANÁ

Limirio Martins da Silva
TABELIAO VITALICIO

ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA
QUE ENTRE SI FAZEM O DR. PAULO DA CUNHA MATTOS E -
SUA MULHER E O SR. OTASIO JOSÉ KNAPP, COMO ABAIXO-
SE DECLARA:-

SAIBAM quantos esta pública escritura de compra e venda virem, que sendo no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil novecentos e sessenta e seis, aos dezesseis 16 dias do mês de julho do dito ano, nesta cidade de São Miguel do Iguaçu, Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, neste Cartório, perante mim, Tabelião vitalício e as duas testemunhas adiante nomeadas e no final assinadas, compareceram partes entre si, justas e contratadas, a saber:- de um lado, como outorgantes vendedores, o DR. PAULO DA CUNHA MATTOS e sua mulher, dona Izabel Carvalho Mattos, brasileiros, casados, proprietários, residentes e domiciliados em Marília, Estado de São Paulo, neste ato representados por seu bastante procurador, Dr. Gaspar Coitinho, brasileiro, casado, advogado, residente em Dionisio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, conforme substabelecimento público de procuração lavrado nas notas deste Tabelionato, às fls. 210, do Livro nº 3, lhe outorgado pelo senhor Frediano Giometti, brasileiro, casado, proprietário, residente e domiciliado em Marília, Estado de São Paulo, substabelecimento esse, das procurações outorgadas ao mencionado senhor Frediano Giometti e ao ora-procurador, Dr. Gaspar Coitinho, pelos senhores Carlos Artêncio e sua mulher, Frediano Giometti e sua mulher; Hygino Musy Filho; Edson Artêncio Musy; Paulo Corrêa de Lara e sua mulher; Sra. Albertina Ferreira Xavier; Hospital Espirita de Marília; Antonio Artêncio e sua mulher; Dr. Agripino de Carvalho Mattos e sua mulher; e pelos ora outorgantes vendedores, Dr. Paulo da Cunha Mattos e sua mulher, lavradas nas notas do 1º Ofício da Comarca de Marília, Estado de São Paulo, às fls. 76 á 80, do Livro nº 280, e d'outro lado, como outorgado comprador, o senhor OTASIO JOSÉ KNAPP, brasileiro, solteiro, maior, agricultor, residente em Campina das Missões, Estado do Rio Grande do Sul, neste ato representado por seu bastante procurador, senhor José Ernesto Zanus, brasileiro, casado, motorista, residente em Candido Godoi, Estado do Rio Grande do Sul, conforme instrumento particular de procuração lavrado nas notas, digo, lavrado em Campina das Missões, aos 15 de junho de corrente ano e que fica arquivado neste Cartório. Os presentes, meus conhecidos e das testemunhas referidas, de cuja identidade e capacidade jurídica, dou fé.- E, perante as testemunhas, pelos outorgantes vendedores, na forma acima representados, me foi dito que a justo título, são senhores e legítimos possuidores de uma área de terras rurais, com 125.000m2 (Cento e vinte e cinco mil metros quadrados), que futuramente será denominada parte do lote rural nº 83 (Oitenta e três), parte de área maior situada na Glóba Santa Maria, município de Foz do Iguaçu, neste Estado, transcrita sob nº 4.679, no Registro de Imóveis de Foz do Iguaçu, tendo a área acima mencionada de 125.000m2, as seguintes divisões e confrontações:- Ao Norte, com a Estrada Velha Foz do Iguaçu-Cascavel; ao Sul, com outra parte da mesma área, de Tulsi Teresia Knapp; ao Leste, com uma área de terras que será denominada lote rural nº 6-A, e ao Oeste, com outra área de terras que será

FIGURA 3: Escritura do senhor Otasio Knapp. Primeira parte.¹⁵⁶

¹⁵⁶ Escritura concedida pelo senhor Otasio Knapp em Santa Cruz do Ocoí, São Miguel do Iguaçu, em 17 de fevereiro de 2009. Acervo do autor.

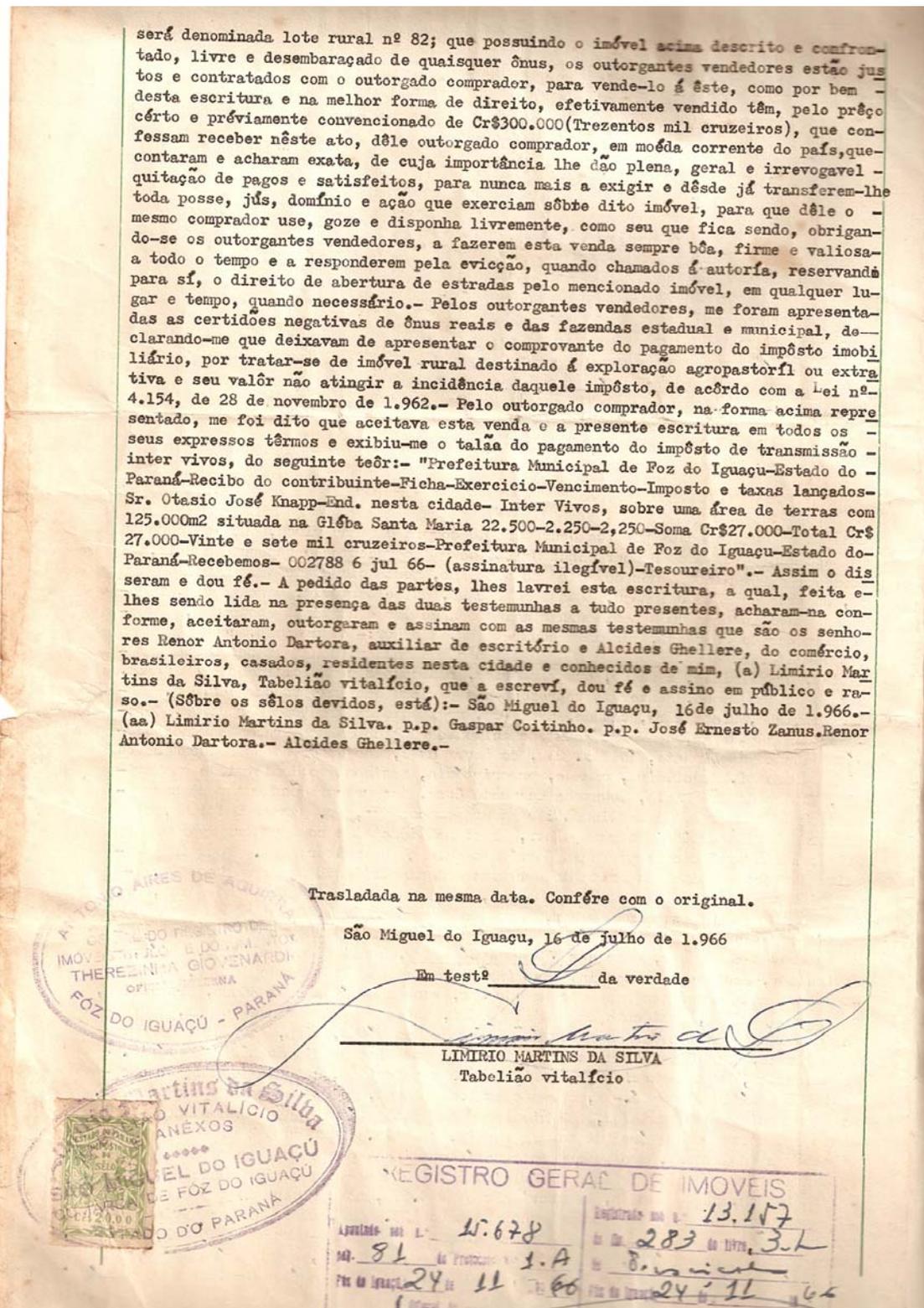


FIGURA 4: Escritura do senhor Otasio Knapp. Segunda parte.¹⁵⁷

¹⁵⁷ Escritura concedida pelo senhor Otasio Knapp em Santa Cruz do Ocoí, São Miguel do Iguaçu, em 17 de fevereiro de 2009. Acervo do autor.

Jornal N.º _____ Pág. _____

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

FOZ DO IGUAÇU — EST. DO PARANÁ

Antonio Ayres de Aguiar
OFICIAL

Therozinha Giovenardi
ESCREVENTE JURAMENTADA

Registro de Imóveis

CERTIFICO, que a fl. 239, - do Livro N.º 3-M, - foi lavrado hoje, sob o N.º 14.296, - a transcrição do imóvel seguinte:-

Consta uma fração de terras rurais, sem benfeitorias, com 10,8 hectares, ou sejam 100.000m² (cem mil metros quadrados), parte de área asiór, situada na Gleba Silva Jardim, no município de São Miguel do Iguaçu, nesta Comarca, denominada parte do lote rural nº62 (sessenta e dois), com as seguintes divisões e confrontações:- ao Norte, com outra parte do mesmo lote nº62; ao Sul, com o lote nº61; ao Leste, com o lote nº63, e ao Oeste, com o lote nº68 (sessenta e oito).-

FIGURANDO COMO ADQUIRENTE:- EMILIO LEICHTWEIS, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado em São Miguel do Iguaçu, nesta Comarca.

FIGURANDO COMO TRANSMITENTES:- Dr. GASPAR COITINHO, advogado, e sua mulher dona Inocência Mojmaz Coitinho, de legal idade, brasileiros, casados, residentes e domiciliados em Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina.

TÍTULO:- Escritura pública de compra e venda, lavrada em data de 8 de agosto de 1967, nas notas do Escrivão Distrital de São Miguel do Iguaçu, nesta Comarca, Sr. Lamirio Martins da Silva.

VALOR:- R\$1.000,00 (hum mil cruzeiros novos).

CONDICÕES:- Constatadas da Escritura.-

AVENÇAOES:- O imóvel acha-se cadastrado no IBRA sob nº520909850492.-

O referido é verdade e dou fé

for do Iguaçu, 3 de NOVEMBRO de 1967.-

FIGURA 5: Escritura JORNAL BINACIONAL, 1974.¹⁵⁸¹⁵⁸ JORNAL BINACIONAL. 1974. p. 4.

Assim como revela a primeira escritura apresentada, seus compradores adquiriram estas propriedades de terceiros. Porém, chama atenção o fato de alguns proprietários residirem em lugares tão distantes, como no caso do senhor Otasio, que comprou suas terras de Paulo da Cunha Mattos, residente no Estado de São Paulo. Como terceiros poderiam possuir estas terras dentro do PNI? De quem haviam adquirido?

Segundo Schreiner,¹⁵⁹ foi durante o governo de Moisés Lupion (1957-1961) que as companhias Comercial e Agrícola Paraná Ltda. e a Imobiliária Apucarana atuaram em parceria com a Citla¹⁶⁰ na regularização e titulação de terras tomadas por posseiros, principalmente na região Oeste e Sudoeste do Paraná. A maioria destas terras, por estar situada dentro do limite de faixa de fronteira, pertencia à União e somente por ela poderia ser titulada. Entretanto, segundo o autor, através da cumplicidade entre o Poder Executivo estadual e cartórios municipais, a autenticação de falsas procurações foi facilitada, transformando muitas destas glebas em terras griladas.¹⁶¹

Frente a tais documentações apresentadas pelos colonos e ao movimento de regularização de terras que ocorreu no Paraná nas décadas de 1950-1960, apontado por Schreiner, cabe ponderar que as terras pertencentes aos limites do PNI, provavelmente, se tornaram passivas de grilagens. Com isso, é possível que os agricultores que migraram justamente na década de 1960 acabaram se tornando alvos de aproveitadores.

Neste movimento de ocupação/colonização do espaço Oeste do Paraná, os colonos que se inseriram dentro do PNI adquiriram suas propriedades das mãos de terceiros e com isso, como no dito popular, acabaram comprando “gato por lebre”. Mas será que eles realmente não sabiam que estavam comprando terras dentro do parque? Esta foi uma pergunta que ouvi durante minha pesquisa. Cabe como pesquisador devolver: mas com estes títulos que passavam segurança em qualquer ato de compra, como não cair no engano? Como saber se era parque, se até mesmo tais órgãos responsáveis por titulações de terras legitimavam estes espaços como áreas de ocupação?

É importante lembrar que, para aqueles que não possuíam escrituras em próprio nome, e posso ponderar que neste caso específico o número de famílias era grande, o que não

¹⁵⁹ SCHREINER, op. cit. 2002. p. 86.

¹⁶⁰ Companhia de Colonização Clevelândia Industrial e Territorial Ltda.

¹⁶¹ Terras griladas é a denominação dada à apropriação ilegal de terras por meio de escrituras de transferências, recibos e outros documentos falsos. Esta conta com a participação de órgãos responsáveis pela gestão do patrimônio público e cartórios de Registros de Imóveis. O fraudador, depois de conseguir o registro de títulos nos cartórios, repete a mesma ação no Instituto de Terras do Estado, no Incra e na Receita Federal. Com a obtenção destes títulos, a legalidade das terras se torna quase inquestionável. (Cf. Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário/Incra. *O livro Branco da grilagem de terras no Brasil*. Brasília, 2000. Apud. SCHREINER, op. cit. 2002. p. 42.)

significava que haviam deixado de pagar por aquela terra.¹⁶² Para estes, o processo foi mais complexo, pois acabaram ficando à mercê dos ventos, por não possuírem um papel que os definia como proprietários. A senhora Irma Sauzen continuou rememorando o que sua família viveu até se instalar na nova terra:

Olha, as crianças iam tudo em cima do caminhão. A mudança tudo no caminhão e eu na cabina com o nenê pequeno, o Sérgio. Tinha nem um ano o mais novo que nasceu lá. [*este “lá” se refere ao Rio Grande do Sul*] Tinha meio ano e só chorava, chorava. E a mais velha ainda ruim, ruim, vomitava, não era acostumada. A gente nunca saía de casa, e assim fomos: dois dias e duas noites.¹⁶³

O relato é rico de sentidos. A senhora Irma, ao falar o que seus filhos estavam sentindo, traz para a reflexão os momentos da viagem, uma travessia, se assim posso chamar, do Rio Grande do Sul para o Paraná. Na forma de narrar a experiência, a travessia é colocada de maneira sofrida e cheia de dificuldades, mas que ela e sua família conseguiram superar. É este o ponto que a depoente levanta na narrativa. Depois de tantas dificuldades desde o momento que saíram do Rio Grande do Sul e o esforço empenhado para chegar e ocupar/colonizar, ainda assim foram desapropriados.

Quero chamar atenção a outro aspecto. A desapropriação das terras na memória da senhora Irma está imbricada com o passado de migração e com o presente no qual ela se reporta durante a entrevista. Os sujeitos que rememoram não olham para o momento da desapropriação como um fator separado do restante de sua vida. Assim como tento analisar, os próprios depoentes também analisam este processo ao rememorarem, contrapondo e/ou relacionando o passado ao presente. Após trazer esta experiência com as crianças durante a travessia, Irma Sauzen continua:

Daí fomos, colocamos uma lona, dormimos embaixo, tiremos as vacas. A gente tirava leite na viagem. É, e uma noite nós posava num conhecido nosso. Posamos num galpão. E daí fomos de novo, no outro dia de noite então chegamos, era só mato. Eu falei pro motorista: aonde que você ta levando nós? [*risadas*]. E daí um tinha que ir na frente com a foice cortando pra nós poder entrar onde nós morava. Onde que ia morar? Não era fácil.¹⁶⁴ [*grifos meus*]

¹⁶² O INCRA constatou em 1972 a existência de 299 famílias sem títulos e os enquadrou em simples ocupantes, arrendatários, parceiros e empregados rurais. PLANO DE MANEJO, op. cit. 1981. p. 11.

¹⁶³ Entrevista concedida em conjunto pela senhora Irma Sauzen, Eugênio Sauzen e Claudete Terezinha Sauzen, ao autor em São Miguel do Iguaçú, em 17 de fevereiro de 2009.

¹⁶⁴ Id.

O primeiro ponto que quero chamar atenção refere-se às palavras que coloquei em destaque na narrativa. Percebe-se que esta luta e dificuldades foram em conjunto, e ao trazer todas estas palavras neste pequeno trecho, a senhora Irma Sauzen rememora o sentido que este passado adquiriu hoje. O sentimento de que eles, enquanto família, enquanto colonos agricultores, lutaram juntos no processo. É uma narrativa que expressa o coletivo.¹⁶⁵

Outro elemento que deve ser observado são os episódios da “epopeia” da vinda ao Paraná. A prática de dormir debaixo de uma lona, tirar leite das vacas, dormir num galpão, são experiências que possibilitam apreender sentidos da vida no campo. Sentidos que ela quer mostrar e/ou que sua memória insiste em lembrar. É importante ressaltar que, neste presente, a senhora Irma e seu filho Eugênio são pequenos proprietários, possuindo pouco mais de 20 hectares de terras. Um presente que foi constituído a partir deste passado de lutas, no qual tanto o passado quanto o presente são móveis e estão imbricados nestas memórias.

Mesmo tomando cuidado para não sacralizar o passado como o heróico, não posso deixar de olhar para esta memória narrada, em que uma das ferramentas de trabalho, a foice, aparece evidenciada. Uma memória que carrega um sentido de luta pela terra e reivindica, de uma maneira geral, os papéis de protagonistas que estes atores representaram na ocupação/colonização do espaço Oeste do Paraná. Vir para o Paraná naquela época, para estes colonos, significava um lugar novo, um espaço não devastado e ainda repleto de floresta.

Há um sentido nesta narrativa, engendrado no sentimento de luta. Ao falar “daí fomos de novo”, a senhora Irma parece expressar que mesmo com as dificuldades impostas no caminho, o trabalho pela e na terra, continuou. A entrevistada não narra o processo pensando apenas no passado, mas refletindo o quanto este foi instituinte do presente em que vivem. A senhora Irma finaliza rememorando o assombro sentido ao chegar naquele lugar, uma área donde tiveram que abrir picadas no meio da floresta para o caminho entrar.

Para entender a narrativa é importante olhar para o presente da depoente. Apesar de narrar um processo vivido há mais de 30 anos, o faz imerso num contexto de questões que permeiam o seu cotidiano. Hoje, viúva, vivendo no mesmo local onde foram reassentados pelo INCRA na década de 1970, juntamente com seu filho mais novo, sua nora e netos, constituindo uma família de pequenos proprietários. Com relação aos outros filhos, todos já possuem suas famílias e pequenas propriedades.

¹⁶⁵ Ver. SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo, Hucitec. 1978. 206 p.. A partir de um estudo de caso de um núcleo colonial localizado no município de Bento Gonçalves – RS, investiga as relações socioeconômicas entre o camponês e a burguesia industrial. Em sua obra, o trabalho familiar, a propriedade da terra e dos meios de produção e a jornada de trabalho são situações que evidenciam os modos de vida no campo.

Na análise do depoimento da senhora Irma, muitas vezes, da forma como rememora, parece que este processo é algo interminável na trajetória de vida destes colonos. Interessante perceber sua narrativa da migração:

Num caminhão. Antigamente a gente não tinha aqueles móveis que nem hoje. Tinha o quê? Uma guarda loucinhas e umas camas, um guardarroupa pra toda a turma. Hoje é diferente. Cada um tem guardarroupa. Nossa! Até criança tem! É, mas a gente passou, ao menos nós éramos unidos. Toda a família tá bem graças a Deus.¹⁶⁶

Ao trazer a palavra “antigamente”, referindo-se ao passado, a senhora Irma coloca-se no presente, refletindo sobre o que possuíam e o que atualmente têm. Uma memória refletindo durante a própria entrevista, comparando as temporalidades do ontem e do hoje e realizando um balanço ao final da narrativa. Trata-se de uma memória na qual a luta conjunta apresenta-se imersa em um sentido de união que aparece no relato como um elemento justificador do presente. Somente através desta qualidade reconhecida no passado é que conseguiram superar os embates em suas vidas.

Além disso, ajuda-nos compreender o processo migratório que ao longo do século XX trouxe para o espaço Oeste do Paraná inúmeras famílias, que de uma maneira geral, compravam uma colônia ou até menos. Famílias sulinas que, em sua maioria, vinham para este espaço na tentativa de reproduzir os modos de vida que possuíam, uma vida que se constituía em conjunto com a terra.

O filho da senhora Irma Sauzen, o senhor Eugênio, hoje com mais de 40 anos, depois das falas de sua mãe, procurou fazer uma espécie de síntese de tudo aquilo que ela havia comentado. Em suas palavras:

Pra resumir, o pai foi lá pro Rio Grande. Ele tinha comprado as terras, ele não tinha nada desmatado lá [*refere-se às terras no Paraná, atual PNI*]. Aí ele desmatou um cantinho lá, não sei quantos hectares. E daí depois, os vizinhos que já moravam lá, que nem o meu tio, o pai do Odair, que era os primeiros vizinhos, eles fizeram a queimada. Daí, mandaram o recado não sei como, que tinham feito a queimada. Aí o pai foi até lá e construiu e plantou naquela rocinha que tinha feito. O milho, o pai plantou o milho porque precisava pra tratar as criação. Depois de construído ele voltou lá pro Rio Grande pegar a família. Aí nós viemos.¹⁶⁷

¹⁶⁶ Entrevista concedida em conjunto pela senhora Irma Sauzen, Eugênio Sauzen e Claudete Terezinha Sauzen, ao autor em São Miguel do Iguaçú, em 17 de fevereiro de 2009.

¹⁶⁷ Id.

O entrevistado inicia narrando que seu pai viera para o Paraná e comprara as terras, desmatou e depois voltou para o Rio Grande do Sul. Neste meio tempo, seus vizinhos, que eram parentes e já residiam onde hoje é o atual PNI, realizaram a queimada e enviaram o recado para o Rio Grande do Sul avisando que a terra estava pronta. Assim, o pai de Eugênio, hoje falecido, retornou ao Paraná para preparar o local onde mais tarde toda a família iria viver. Depois de realizado este processo, seu pai mais uma vez voltou para o Rio Grande do Sul e, juntamente com a família, lançaram-se na viagem final de migração para o Paraná.

No depoimento, o processo narrado apresenta-se com uma carga de dificuldades, devido às questões que, na atualidade, parecem simples de resolver. O problema em obter contato e a distância, sem deixar de pensar nas condições das estradas na época, são fortes elementos que perduram, marcados nas memórias do senhor Eugênio. Essas experiências, hoje talvez simples de serem resolvidas devido ao aparato tecnológico existente, nas décadas de 1960 e 1970 eram grandes barreiras a serem superadas.

A distância e a dificuldade de locomoção no período, além de representarem barreiras físicas, marcam também dificuldades emocionais. Ficar longe da família na tentativa de ocupar novos espaços, almejando a melhora de vida, não devia ser uma tarefa fácil. Fica difícil olhar para esta fala e não deixar de pensar nessas questões. O simples fato da ausência de notícias criava um sentimento de angústia tanto para quem vinha quanto para quem ficava.

À medida que estas experiências vão sendo lembradas, é impossível para o historiador deixar de pensar no significado de violência constituído no ato da desapropriação. Apesar de ser mais um episódio na vida destas pessoas, deixou grandes marcas, negou ou desqualificou experiências de vida que estes sujeitos construíram ao longo dos anos imbricados na ocupação/colonização do espaço Oeste do Paraná.

Na narrativa do senhor Eugênio, a figura de seu pai é muito enaltecida, diferente da narrativa da senhora Irma Sauzen, que rememora sempre um processo de união familiar. Talvez pelo fato do senhor Eugênio na época ser ainda uma criança, a figura do pai é mais forte na sua memória. O pai é o “desbravador”, visto como um “herói”, que depositou suas forças para o bem da família.

A fala do senhor Severino Berres hoje com mais de 50 anos, residente no distrito de Santa Rosa do Ocoí, no município de São Miguel do Iguaçu, possibilita apreender os sentidos compartilhados nessa experiência de desapropriação. Nas palavras do entrevistado:

Tinha gente que levava uma semana pra chegar. Pegava chuva, porque, época de mudança aquela vez era junho e julho. Então quando pegava a

semana de chuva, às vezes, levava uma semana inteira pra chegar. Só que nós no caso, veio às 4:30 da manhã. Começaram a carregar a mudança, quatro horas, começaram a carregar a mudança. E ali por meio-dia tinha carregado, daí *carregamo* o gado e *viemo* embora. Viemo até o lado do Uruguai. Daí, já parecia chuva e como não tinha asfalto, só estrada de chão, ele falou, [*refere-se ao motorista*] *vamo* descarregar agora aqui e *vamos* ficar. *Descarregamos* as vaca e *dormimos* embaixo do caminhão.¹⁶⁸ [*grifos meus*]

Sua narrativa é muito semelhante à da senhora Irma Sauzen, não apenas nas características da viagem narrada, mas nos sentidos que esta experiência marcou para o depoente. O senhor Severino também fala no coletivo. Seu passado rememorado traz as marcas da união familiar no processo. O sentido de travessia é muito forte na memória destas pessoas, um processo de mudança de espaço físico narrado, muitas vezes quase como uma epopeia.

Outro elemento interessante é o dormir debaixo do caminhão, muito semelhante com o dormir debaixo da lona citado pela senhora Irma Sauzen anteriormente. Apesar deste passado rememorado por ambos não acontecer em paralelo, suas memórias recorrem a sentidos compartilhados que estão imbricados no processo mais amplo de ocupação do espaço Oeste. As narrativas contadas a partir do presente trazem um tempo que ficou marcado pelas dificuldades, esforços e superações.

Com isso, este primeiro item constitui-se em despertar olhares para os sentidos presentes nestas memórias que experimentaram um ato de expropriação. Sentidos que insistem em retornar ao movimento desde a saída dos Estados onde nasceram, como uma forma de explicitar as injustiças vividas e causadas pelo processo autoritário que foi a desapropriação de 1970.

2.2 “NOS PRIMEIROS ANOS A GENTE SOFREU”: MEMÓRIAS DA OCUPAÇÃO/COLONIZAÇÃO

Como já mencionado, a maioria das famílias que vivenciaram o processo de ocupação do espaço do atual PNI era de pequenos proprietários ou arrendatários. A migração, rememorada pela superação das dificuldades encontradas, traz uma travessia longa e demorada, devido às condições das estradas, meios de transporte e situações climáticas.

¹⁶⁸ Entrevista concedida pelo senhor Severino Berres ao autor em São Miguel do Iguçu, em 29 de janeiro de 2009.

A entrevista realizada com o senhor Severino chamou-me atenção, pois, à medida que o tempo foi passando, estabelecemos uma conversa descontraída, chegando ao ponto dele me levar para conhecer a sua propriedade: os açudes onde cria peixes, os chiqueiros com criação de porcos, galpões de fumo, plantações de milho e estrebarias onde realiza a criação de vacas leiteiras.

Penso nesse momento na reflexão de Alessandro Portelli, que me norteia frente às complexidades e possibilidades da História Oral. Para o autor, o primeiro ponto a se atentar, para quem trabalha com narrativas orais, é em como lidar com o momento da entrevista. Esta não deve ser encarada como algo mecânico, mas sim como uma relação construída entre entrevistado e entrevistador, pois somente assim os caminhos poderão ser trilhados. Nas palavras de Portelli: “A comunicação sempre funciona dos dois lados. Os entrevistados também estudam os entrevistadores”. Cabe ao historiador saber como “olhar” para aquilo que foi falado durante a entrevista.¹⁶⁹

Para Marcos Fábio Freire Montysuma, é importante reconhecer “a existência de uma relação de poder entre os sujeitos”, entre o entrevistador e o entrevistado, mas em nenhum momento a eliminação da palavra narrada do outro. Apesar do historiador possuir o poder de manipular aquilo que foi contado, deve-se levar em consideração o poder que está do outro lado, ou seja, daquele que narra a experiência, interpretando-a conforme seus interesses.¹⁷⁰

Certamente a relação entre o senhor Severino e eu, assim como assinala Portelli, não foi sistemática e variou durante os momentos de nossa conversa. Em alguns momentos era eu quem acabava ocupando o lugar de entrevistado, respondendo às suas perguntas ou de sua esposa. Acredito que esta relação ajudou muito no andamento da entrevista e contribuiu no sentido de tranquilizar os depoentes e também a mim mesmo.

Durante a conversa, perguntei para o senhor Severino como foi a sua chegada no Paraná. Iniciou contando o processo que sua família viveu até conseguir construir uma casa para poder residir. Revelou a ajuda que receberam de outros que já estavam no lugar e, de certa forma, mostrou uma memória marcada por laços de reciprocidade e solidariedade que existiram neste início de ocupação no então espaço do PNI.

Assim, nas palavras do senhor Severino, ele rememora:

¹⁶⁹ PORTELLI, op. cit. 1981. passim.

¹⁷⁰ MONTYSUMA, Marcos Fábio Freire. *Um encontro com as fontes em História Oral*. In: Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v.XXXII, n.1, jun 2006. p. 120.

Quando viemos morar aqui no Paraná não tinha nada aberto ainda. Nós fomos morar aqui em São Miguel do Iguazu porque, lá onde é que nós morava, não tinha estrada, era longe, não tinha estrada pra chegar na terra. Aí nós ficamos aqui em São Miguel do Iguazu até maio [19]66. Daí nós fomos morar em 66, conseguimos entrar lá na terra. Nós entremo, comecemos, também ainda não chegemo lá mas já via onde era: ó nossa terra é aquela ali! Então no outro lugar ali, ajudemos o homem a construir uma casinha lá. O homem ia construir igual. Ele falo: “você me ajudam a construir essa casinha ali aí você podem ficar até você conseguir fazer a de você e construir a de você”, então fizemos. Conseguimos construir aí que foi que derrubemos o mato, tiremos as tora, aí queimô. Queimô um alqueire, queimô muito bem aquele mato. Fizemos tudo as tora ali levemos pra serraria. Vamo espera e daí construímos nossa casinha.¹⁷¹

Longe de sacralizar o relato como expressão de um processo de luta, fica difícil manter uma posição neutra. Se o processo narrado não marca uma luta, um período difícil na vida destas pessoas, o que ele representa? Para além de uma marca de luta, traz à tona experiências enfrentadas não apenas pelo senhor Severino, mas por cerca de 400 famílias que vivenciaram a ocupação deste espaço Oeste do Paraná.

Ao mesmo tempo, deve-se levar em consideração que o senhor Severino narra a partir do presente, olhando para o seu passado. Durante o próprio momento da entrevista, o depoente não está apenas narrando o que aconteceu. Está também ressignificando. Enquanto narra, analisa seu papel de ator social não só da ocupação do espaço do atual PNI, mas também, como migrante que veio para ocupar uma fronteira nacional e agrícola, em um lugar, muitas vezes tomado como vazio e selvagem.

Sua primeira frase, “Quando viemos morar aqui no Paraná não tinha nada aberto”, convida para uma reflexão. Vale lembrar que o depoente não está se referindo a todo o Paraná e sim ao espaço territorial no qual teve contato. Entretanto, enquanto sujeito que migra ainda jovem com sua família, é esta a imagem que surge em sua memória, pelo fato da inexistência de estradas adentrando o atual PNI, como um espaço vazio de pessoas e, por sua vez, ainda carregado de características que o tornavam selvagem.

O que me chama atenção nesta narrativa é o fato da família do senhor Severino ter de ficar um determinado período de tempo vivendo na comunidade de São José do Iguazu, pertencente na época ao município de São Miguel do Iguazu, mas localizado dentro da área do atual PNI, pois não conseguia chegar em suas terras. A colônia de terras que o pai do senhor Severino havia comprado estava localizada em Santo Alberto, no município de Foz do Iguazu, e mesmo com a existência de algumas pessoas vivendo ali próximas, suas terras

¹⁷¹ Entrevista concedida pelo senhor Severino Berres ao autor em São Miguel do Iguazu, em 29 de janeiro de 2009.

ficavam em uma posição mais afastada, encostadas ao rio Iguaçu, onde ainda o desmatamento não fora efetivado.

Durante este período de espera, ele, seu pai e irmãos, permaneceram alguns dias acampados no município de Foz do Iguaçu para poderem abrir picadas que chegassem até suas propriedades. Quando conseguiram visualizar suas terras puderam partir de São José do Iguaçu, onde estavam acampados, para Santo Alberto e mais uma vez ficaram alojados na casa de uma outra pessoa que, em troca da moradia, solicitou ajuda na construção de uma casa. Laços de solidariedade e reciprocidade que foram sendo construídos ao longo do tempo, no decorrer de seu trajeto.

Por outro lado, mesmo tendo localizado sua propriedade, estar trabalhando em troca de moradia e ao mesmo tempo derrubando a mata para construir, era preciso ainda conseguir madeira para fazer as benfeitorias, como: galpão, chiqueiros e a casa onde passariam a viver. Assim, com as próprias árvores que retiravam de suas terras e depois destas passarem pela serraria, foi possível alcançar estes objetivos. Marcas de um processo de migração que não se encerra com a chegada na terra, perdurando praticamente até conseguirem se instalar e começarem a produzir.

Depois de “tanto” trabalho, para o senhor Severino, conseguiram construir uma “casinha”. Neste sentido, não me refiro aqui a um grande proprietário ou de uma família com condições econômicas estáveis. Trata-se de pequenos agricultores que produziam através da terra os sentidos e modos de viver. A casa não é apenas uma casinha nesta narrativa, ela representa o símbolo da conquista do homem sobre a natureza e/ou sobre o espaço antes tido como vazio e selvagem e, depois, domesticado.

A imagem a seguir possibilita perceber a situação econômica da família do senhor Severino. Trata-se de uma declaração de rendimentos em nome de seu pai com relação ao ano de 1969, ou seja, três anos depois de terem ocupado suas terras no PNI. Nota-se uma família de pequenos proprietários com pouco mais de sete hectares, quatro cabeças de gado e 25 de suínos. (Ver Figuras 6 e 7)

De qualquer forma, após três anos de ocupação, possuir uma área de cultivo pronta e animais, sem contar as benfeitorias já construídas, marcava o fim da primeira etapa de ocupação, a qual é relembrada como sendo a mais difícil. Apesar de aparentar poucos bens materiais, a família do senhor Severino, segundo comentou, nesse período já estava em prosperidade financeira, tendo reestabelecido seus modos de vida no campo e vislumbrando novas possibilidades.

**DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS
PESSOA FÍSICA**

Ministério da Fazenda
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

EXERCÍCIO DE 19 **70** ANO-BASE DE 19 **69**

Nº DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS (CPF) **625296889** REPARTIÇÃO DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL EM **PA.**

PARTE DO RECEBIMENTO EM **14 MAI 1970**

NOME COMPLETO DO DECLARANTE **Roberto Berres**

ENDEREÇO PARA ENTREGA DA NOTIFICAÇÃO E ZC **Corrio** Nº **1**

MUNICÍPIO (CIDADE) **Foz** SIGLA DA UNIDADE DA FEDERAÇÃO **PA.**

NASCIMENTO DIA **12** MÊS **06** ANO **35** DOCUMENTO DE IDENTIDADE Nº **1** EMITIDO POR **Aguc.** OCUPAÇÃO PRINCIPAL **Aguc.**

SEXO MASCULINO FEMININO RESIDE EM PRÉDIO PRÓPRIO? SIM NÃO ESTADO CIVIL SOLTEIRO CASADO VIÚVO DESQUITADO DIVORCIADO REGIME DE CASAMENTO COMUNHÃO DE BENS SEPARAÇÃO DE BENS

ESTA DECLARAÇÃO ABRANGE OS RENDIMENTOS DO CASAL? SIM NÃO ANO E LOCAL EM QUE APRESENTOU A ÚLTIMA DECLARAÇÃO **19. 68** SIGLA DA UNIDADE DA FEDERAÇÃO **PA.** SE ESPÓLIO: INSCRIÇÃO DO RESPONSÁVEL NO CPF _____ ANO DO ÓBITO _____

ITEM (1)	CÓDULA (2)	RENDIMENTO BRUTO (3) NC-\$	DEDUÇÃO (4) NC-\$	RENDIMENTO LÍQUIDO (5) NC-\$
1	A			
2	B			
3	C			
4	D			
5	E			
6	F			
7	G	1.200,00		1.200,00
8	H			
9				
		RENDA BRUTA		1.200,00

ABATIMENTOS DA RENDA BRUTA	COD.	VALOR-NC-\$
10(*) JUROS DE DÍVIDAS PESSOAIS	10	
11(*) PRÊMIOS DE SEGUROS DE VIDA	11	
12(*) PRÊMIOS DE SEGUROS DE ACIDENTES PESSOAIS	12	
13 PERDAS EXTRAORDINÁRIAS	13	
14(*) CONTRIBUIÇÕES E DOAÇÕES	14	
15 GASTOS COM PROSPECÇÃO DE JAZIDAS	15	
16(*) DESPESAS COM INSTRUÇÃO	16	
17 PRÊMIO DE ESTÍMULO À PRODUÇÃO INTELLECTUAL E BÓLSA DE ESTUDOS	17	
18 APLICAÇÕES EM INVESTIMENTOS	18	
19 RENDIMENTOS DERIVADOS DE INVESTIMENTOS	19	
20	20	
21	21	
22	22	
23	23	3.744,00
24	24	
25	25	
26	26	
27	27	
28	28	
29	29	
30	30	
31	31	
32	32	
33	33	
34	34	
35	35	
36	36	
37	37	
38	38	

CÁLCULO DO IMPÓSTO NC-\$

31 IMPÓSTO - Calculado sobre a renda líquida _____

32 MENOS DESCONTADO NA FONTE _____

33 IMPÓSTO LÍQUIDO DEVIDO OU A RESTITUIR _____

34 D.L. 157/67 _____

35 B^o Nordeste Brasil _____

36 B^o Amazônia S. A. _____

37 _____

38 A PAGAR _____

A PRESENTE DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS E DE BENS É EXPRESSÃO DA VERDADE.

Foz 14 de 5 de 19 70

Roberto Berres

Assinatura do declarante ou do procurador

Cartório em que foi passada a procuração.

PARA USO DA REPARTIÇÃO

IMPÓSTO: DESC. PAG. NO ATO %

LÍQUIDO A PAGAR _____

MAIS MORA - Declaração fora do prazo %

TOTAL A PAGAR _____

27 TOTAL DOS ITENS DE A 30 _____

32 VALOR DO ITEM 7 (Renda) **1.200,00**

33 VALOR DO ITEM 23 (Renda) **3.744,00**

34 RENDA LÍQUIDA - SOMA DOS ITENS 32 _____

FIGURA 6: Declaração de rendimentos de Roberto Berres, Santo Alberto, 1970.¹⁷²

¹⁷² Declaração de rendimentos concedida pelo senhor Severino Berres em Santa Rosa do Ocoí, São Miguel do Iguaçú, em 29 de janeiro de 2009. Acervo do autor.

DECLARAÇÃO DE BENS		
EXISTENTES NO PAÍS E NO ESTRANGEIRO DO DECLARANTE E SEUS DEPENDENTES, COMPREENDENDO: prédios, terrenos, direitos reais sobre imóveis, dinheiro, depósitos bancários, créditos, títulos, sementes, jóias, pedras e metais preciosos, etc. Excluem-se os móveis e utensílios de uso doméstico, o vestuário e objetos de uso pessoal não suscetíveis de exploração econômica.		
DISCRIMINAÇÃO (inclui os acréscimos e decréscimos patrimoniais verificados durante o ano-base, indicando quanto aos últimos a operação e o preço ou a indenização recebida, bem como individualizando e destacando os investimentos que resultaram em abatimento da renda bruta).	SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO	
	DO ANO ANTERIOR NCr\$	DO ANO-BASE NCr\$
Uma prop. em Sto. Alberto m/mun. 27,5 hect. c/cadastro nº: 520901550 673' c/residência de madeira e demais sujeitorias	5.000,00	5.000,00
4 cabeças gado	1.000,00	1.000,00
25 cabeças suínos	1.000,00	1.000,00

FIGURA 7: Declaração de rendimentos de Roberto Berres, Santo Alberto, 1970.¹⁷³

Entretanto, enquanto a terra ainda não produzia, como estas pessoas sobreviviam?

O que fizeram, no caso da família do senhor Severino, durante os primeiros meses, enquanto nem haviam chegado em sua propriedade? Nas memórias do senhor Severino:

E quando chegamos aqui, não conseguimos comprar o milho. Chegamos em São Miguel, o milho tudo úmido, e se obrigamos a vende uns porquinho. Tinha trazido 12 porco, obrigou a vender esses porco pra outras pessoas pra não morrer de fome, porque não tinha como, não achava milho. Mandioca também não tinha pra comprar porque tinha que ir uns quatro, cinco quilômetros, buscar mandioca pra comer. Daí arrancava a mandioca e chegava em casa e enterrava ela de novo pra ela não estragar, porque, hoje em dia você pega, descasca e coloca no congelador, mas naquela vez não era. Aquela vez tinha que descascar todo dia pra comer. Pra não correr todo dia na estrada, tinha que ir muito longe pra pegar mandioca. Então a gente enterrava ela de novo, não cortava muito rente, cuidava pra não abri na frente e nem atrás. Aí podia ficar lá dois, três dias, jogava um pouco de água por cima da terra. E é a mesma coisa, quando matava o porco lá, não tinha geladeira, não tinha nada, então o que que a gente fazia? Matava o porco, fazia um charque, fazia uma linguiça, e pegava o resto da carne, fritava na banha e colocava dentro de uma lata. Jogava aquela banha quente em cima e fechava. E na lata essa carne ficava boa um meio ano.¹⁷⁴

É certo que muitas dessas pessoas vinham preparadas para passar os primeiros meses ou período de fixação no novo espaço com aquilo que traziam. Algumas até mesmo vinham com uma boa quantia em dinheiro. Assim, os primeiros meses eram superados através do consumo dos animais que traziam na viagem, que forneciam leite, ovos e carne. Com relação às demais necessidades, como, por exemplo, aquilo que ainda não podiam colher, esses produtos eram adquiridos, principalmente, nas cidades mais próximas.

¹⁷³ Id.

¹⁷⁴ Entrevista concedida pelo senhor Severino Berres ao autor em São Miguel do Iguazu, em 29 de janeiro de 2009.

A narrativa do senhor Severino é interessante, pois, enquanto conta este processo, o faz a partir do próprio movimento histórico que ele e sua família viveram. Em outras palavras, está olhando para o passado e comparando com o próprio presente em que vivem, relacionando as dificuldades de armazenar alimentos naquele tempo com a facilidade que os eletrodomésticos hoje introduziram na vida humana.

Assim, o senhor Severino continua a narrativa dando mais detalhes daquilo que marcou sua memória durante os primeiros anos de ocupação/colonização. Nas suas palavras:

Não, não, fome lá passava quem não trabalhava. Porque que nem te falei, feijão, arroz, tu colhia, mandioca quem plantava tinha. Aí vamos supor: tu tinha feijão, tinha mandioca, tinha arroz, daí tinha chuchu, pra come, tinha abóbora, então era assim. Comia bastante palmito. O palmito era pra fazer, como é que se diz, salada. Cortava pedacinho assim colocava numa panela e cebola, alho, uma pimentinha e fazia assim. Ficava gostoso pra comer. Ou senão, cozinhava ele e fazia salada. Eu me lembro hoje, não sei quem que tinha falado pro irmão do pai lá do Rio Grande o mais novo que de noitezinha nós ficava assim, olhava pro mato pra lá e pra cá, vê o que que nós fazia pra comer no outro dia, um ia caçar mosquito pra comer e o outro ia cortar palmito [*risadas*]. Não mas, tinha galinha, tinha ovo e tinha muito bicho, muitas aves no meio do mato, tu não perdia tempo. Então de noite você passava ali e armava a arapuca, os nambu grande tu pegava, pegava de monte.¹⁷⁵

Além de trazer para a entrevista narrativas deste processo que o marcou, o senhor Severino está também atribuindo significados e valores para aqueles que migraram. O depoente, de certa forma, coloca que, apesar das dificuldades, só não conseguia superar quem não trabalhava e não se identificava com a terra. Neste caso, a relação com a terra e o trabalho são atributos que identificam estes sujeitos. O trabalho aparece como elemento central de valor da identidade camponesa.

Mesmo na tentativa de reproduzir os modos de vida no campo caracterizados pela criação de animais e o plantio, estas pessoas, nos primeiros meses de ocupação/ colonização, foram levadas a realizar outras práticas de subsistência. Um exemplo foi a realização do extrativismo de palmitos e a caça de pequenos animais, atividades que complementavam os subsídios da família. Ou seja, passavam a sobreviver também da floresta.

Um fato que chama atenção é quando o senhor Severino rememora um pequeno acontecimento, ou em suas palavras, um “causo”. Segundo ele, para o seu tio que havia ficado no Rio Grande do Sul, àqueles que migraram para o Paraná só restava, no cair da noite, ficar pensando o que iriam comer no dia seguinte. Como o espaço estava constituído por florestas e

¹⁷⁵ Id.

era pouco habitado, cabia aos migrantes sobreviver daquilo que a floresta lhes oferecia, partindo em busca de comida. Em suas palavras: “um caçando mosquitos e outro cortando palmito”.

Longe de ser apenas uma piada de mau gosto, este pequeno “causo” traz também os sentidos existentes nas memórias destas pessoas neste espaço e tempo. Para aqueles que haviam permanecido no Rio Grande do Sul, a imagem que carregavam sobre esse espaço do Oeste do Paraná era aquilo que Simon Schama denominou de paisagem, marcada pela ideia de um lugar selvagem. Aos que se lançavam na tentativa de ocupar/colonizar eram também tomados como “loucos”, “aventureiros” ou “corajosos”, pois caberia a estes “amansar” o novo espaço.

Esta imagem não se reproduz do nada. Deve ser levado em consideração que muitas pessoas saíram de cidades e/ou lugares onde já haviam passado por processos de colonização e assim, tomados como espaços mais desenvolvidos. Desta forma, lançar-se para áreas onde a “presença humana” era menos efetiva, levava consigo uma carga de valores e sentidos. A natureza em oposição à presença humana e, com isso, o meio a ser “desbravado”.

O senhor Severino continua:

Isso era os primeiros dois anos que nós tava lá, não era direto. Isso era no começo. Isso era só os primeiros dois anos que nós tava ali, depois não. Caçava ainda mais pra... não só pra vê né, mas pra diversão. Mas nos primeiros tempo sim, primeiros tempo eu me lembro bem que a gente colocava arapuca pra pegar nambu. Então é, pegava dois, três nambu e daí o que que fazia? Daí a noite fazia um molho com polenta.¹⁷⁶

É interessante observar que se instalar e reproduzir um modo de vida não era tão simples. No caso da família do senhor Severino, levou cerca de dois anos para se firmar economicamente. O senhor Severino rememora também o processo a partir de práticas vividas como adolescente. Neste sentido, muitas são suas lembranças de um passado onde a prática da caça, além de ter um caráter de subsistência, também permeava outros sentidos na vida dos jovens naquele espaço e tempo.

Para o depoente, as caçadas significavam também diversão que, mesmo depois da situação financeira ter melhorado, permaneceu como prática. Desta forma, atividade que nos primeiros anos foi a ajuda na sobrevivência de muitas famílias, mais tarde passou a ser considerada forma de lazer.

¹⁷⁶ Id.

Ao mesmo tempo em que o depoente foi narrando o processo, ora como algo penoso, ora como algo divertido, ressaltou em um dado momento da entrevista a dificuldade da ocupação/colonização, quando trouxe para sua fala o fato de que muitos não aguentaram e retornaram. Acredito que este também seja um ponto importante, pois além de mostrar a heterogeneidade deste processo, tem um sentido de evidenciar e/ou glorificar ainda mais o seu papel como protagonista colonizador, não apenas de uma área dentro do PNI, mas também do espaço Oeste. Assim, nas palavras do senhor Severino:

Tinha alguns que vinha, vieram morar pra cá, ficaram um ano ali pegaram mudança e foram de volta. Sim, foram de volta de novo, não aguentavam. Acharam a coisa muito difícil porque lá no Rio Grande de onde é que nós saímos lá, a coisas era diferente. Lá tinha estrada, lá tinha comércio tudo pronto sabe! Que nem aqui, *se nós saíssemos hoje daqui e fosse pro meio do mato*, a mesma coisa, e lá pra nós era assim.¹⁷⁷ [grifo meu]

O primeiro ponto que quero chamar a atenção na narrativa é o emprego do tempo presente, “se saíssemos hoje daqui e fosse pro meio do mato”, mesmo estando falando de um tempo passado. O senhor Severino não olha apenas para aqueles que voltaram aos Estados de origem enquanto desistentes. Analisa, através de sua memória, o processo de mudança em que alguns ficaram e outros retornaram. Ao fazer isso, se coloca no lugar dos indivíduos, imaginando e comparando com o presente em que vive, onde hoje estão estabelecidos com suas propriedades e formas de viver constituídas.

Certamente o processo de mudança requeria uma forte adaptação das pessoas, que em sua maioria, saíam de lugares onde já havia certa infraestrutura, como estradas e instituições, para passarem a viver em espaços onde este tipo de materialidade não estava colocada. Uma narrativa que possibilita apreender um processo vivido e, agora rememorado, a partir do presente, no qual o próprio depoente é capaz de refletir sobre a sua saída do PNI. Importa perceber que este passado contado surge entremeado pelo desafio de pensar o processo de desapropriação.

Apesar da ocupação/colonização das áreas do atual PNI estarem relacionadas com práticas da vida no campo, também formou-se nestes espaços pequenas vilas, com comércio local, escolas e igrejas. A vida nestes espaços não era apenas de trabalho no campo. Existiam outros espaços de sociabilidade e espaços públicos, os quais estas pessoas de forma mútua ajudaram a construir, formando o que chamam no presente de “comunidades”.

¹⁷⁷ Id.

Ainda na fala do senhor Severino, tem-se um pouco do processo que ele viveu para construção do clube e da igreja no interior do PNI, entre outros espaços, em Santo Alberto:

Nós tinha um campo de futebol, nós tinha igreja aquela época. Nós tinha um salão que tinha construído aquela época lá era, era, não sei o tamanho. Não me lembro muito bem, mas era uns 15 metros de largura por 25 de comprimento e tudo construído por nós mesmo sabe. Tudo com madeira. Se associava, dava uma tora ali e deixava a tora pronta, o caminhão vinha, carregava e levava na serraria. Então, o que que a serraria fez, com essa madeira da igreja e do clube. Então o dono da serraria falou o seguinte: “eu vou fazer o seguinte, eu pego as tora a metade pra mim e a metade pra vocês, pra sociedade”. Foi feito assim. Daí não precisava pagar nada, ele pegava as tora, serrava e aí a sociedade ia pra pegar a madeira.¹⁷⁸

Antes de qualquer outra análise da fala, não dá para pensar neste processo sem levar em consideração uma forma de organização constituída pelas mãos dessas pessoas. Aos poucos os modos de vida foram sendo recriados sob forma de espaços de sociabilidade, que também forneciam sentidos e valores para a vida social, como por exemplo, a igreja.¹⁷⁹

O clube, além de cumprir um papel de diversão e descontração, principalmente nos fins de semana, tratava-se também de um lugar utilizado como centro de reuniões e organização para estes grupos. Estes espaços tornaram-se locais para reuniões feitas para discutirem os passos que tomariam durante a desapropriação. Aos poucos, os espaços institucionais e de sociabilidade foram sendo construídos, não de uma mesma forma, mas mesmo assim, no ambiente da vida comunitária.

Chama-me atenção as relações e estratégias adotadas para construir estes lugares. Ocorre uma ajuda mútua, uma rede de relações de reciprocidades em geral horizontais entre os agricultores e aqueles que possuíam meios de produção. Neste caso, o dono da serraria. Como os agricultores não possuíam condições financeiras suficientes para comprar madeira, construíram as benfeitorias particulares e os lugares de uso comum com as próprias árvores que retiravam de suas terras. Isso só era possível devido a acordos com donos de serrarias que preparavam a madeira e, em troca, recebiam como pagamento parte da extração. A doação da madeira também entra como pagamento na conformação da associação.

É interessante como este processo se apresenta tão vivo na memória do senhor Severino. Em alguns momentos, durante a entrevista, pela riqueza de detalhes que surgiu,

¹⁷⁸ Id.

¹⁷⁹ Ver SCHREINEIR. O autor analisa a construção de laços de solidariedade e vizinhança na experiência de vida dos assentados. Reciprocidades que se constituem a partir do convívio da vida cotidiana e nos enfrentamentos políticos.

parecia estar falando de algo experimentado alguns dias atrás. Por último, ao falar: “tudo construído por nós mesmo”, o senhor Severino mais uma vez reivindica aquilo que construíram e de certa forma, perderam. Não se refere apenas à sua família, mas sim a uma vida em comunidade experimentada e construída por diversas famílias.



FOTO 1: Construção da capela em São José do Iguazu, PNI, por volta de 1964.¹⁸⁰

A imagem acima (Foto 1), revela, em parte, o que as memórias narradas tanto insistem em trazer para o presente. Trata-se da construção de uma das capelas edificadas no PNI. O trabalho realizado pela associação de moradores e a imagem do sino sendo levantado ensejam as marcas da presença humana e religiosa. Elementos fortes que a imagem insiste em revelar e/ou “preservar”. Nesse movimento, os espaços da floresta passam a ser ocupados pela presença humana que o transforma e ressignifica na cultura desse grupo.

Outra imagem traz as marcas desta ocupação/colonização que ocorreu no PNI. É possível através da imagem da escola (Foto 2) realizar releituras de o quanto estes espaços estavam ocupados e, acima de tudo, deixar de olhar para eles enquanto pequenas vilas. Sim,

¹⁸⁰ Fotografia concedida pela senhora Reni Mallman ao autor em Santa Rosa do Ocoí, São Miguel do Iguazu, em 29 de janeiro de 2009.

estas também existiram, mas a presença de núcleos com densidade demográfica significativa não deve ser deixado de lado. O PNI teve no seu interior mais gente do que muitas vezes possa se imaginar. A imagem a seguir é de uma das escolas que existiram dentro do parque. Uma estrutura física interessante para pensar este processo.



FOTO 2: Escola em São José do Iguaçu, PNI, 1971.¹⁸¹

Chama atenção a forma como a imagem está organizada. Parece que a preocupação de quem a fotografou estava mais centrada em evidenciar a estrutura física da escola do que as próprias crianças que lá estudavam. O objetivo de trazer a escola como um todo na fotografia dificulta até mesmo a visualização das pessoas que estão presentes. De qualquer maneira, pensar nessa instituição escolar dentro do PNI já é elemento suficiente para instigar olhares sobre o espaço que atualmente é anunciado como selvagem.

Outra depoente, a senhora Reni Mallman, também traz consigo as lembranças deste processo de ocupação/colonização. Atualmente residente em Santa Rosa do Ocoí, viúva, mãe de cinco filhos e aposentada, trabalhou grande parte de sua vida como parteira. Mais tarde, atuou no posto de saúde existente em Santa Rosa do Ocoí como auxiliar de enfermagem.

¹⁸¹ Id.

A senhora Reni Mallman migrou do Rio Grande do Sul para o Paraná em 1971 juntamente com seus pais e mais nove irmãos. Chegou com 24 anos de idade e desde muito cedo trabalhou no campo. Sua família comprou terras no distrito de São José do Iguaçu (PNI), pertencente ao município de São Miguel do Iguaçu. Mais tarde, a senhora Reni se casou e foi morar com seu marido em outra localidade, porém ainda no mesmo distrito.

A narrativa da senhora Reni muitas vezes se confunde com a narrativa do senhor Severino, apresentando um processo vivido muito semelhantemente. Apesar de estarem vivendo em espaços e tempos distintos, as características desta ocupação/colonização são muito parecidas. Sua reflexão expõe alguns pontos destas memórias narradas.

O pai mandou derrubar um pedaço de... Mas já tinha um na vila, já era aberto e nós peguemo encostada na vila nossa terra, tinha um pedacinho já aberto e daí viemo, o pai veio comprá. Depois pra construir, ele veio de novo daí eu vim junto fazer comida pros peão, derrubando mato e cortando tora pra fazer a casa maior. Então daí ele fez uma meia água e nós se acampemo ali dentro. Daí o pai e nós fomos pra lá de novo buscar a mudança. Já tinha um pedacinho ali mas nós trouxemos de tudo de lá: foi chimia, melado e carne de tudo. Pra 30 dia nós tinha comida à vontade. E nós trouxemos vaca e tudo. Daí a gente não se apertô e o pai no Rio Grande vendeu a terra e aqui ele pagou em prestação essa terra e sobrou. Daí tinha dinheiro pra viver.¹⁸²

A semelhança entre este processo e o contado pelo senhor Severino é digna de atenção. Ambas as famílias possuíam terras no Rio Grande do Sul e as venderam em busca de melhores condições no Paraná. Outro ponto similar está no processo que busca recriar os modos de vida que possuíam, trazendo todo e qualquer meio necessário para isso, desde os animais, até os alimentos e as benfeitorias.

Assim como narrado pelo senhor Severino, existia uma grande preocupação com os primeiros meses. Com isso, a viagem era preparada também com o intuito de trazer todos os elementos básicos para se manterem até que a terra começasse a produzir. No caso da senhora Reni, o seu pai, além de trazer uma quantidade de alimentos, também tinha uma reserva em dinheiro para garantir o básico para os primeiros meses de adaptação.

O processo de ocupação parece dividido em momentos reconhecíveis. Longe de tomá-los como separados, apenas lanço este olhar para melhor entender o movimento que realizaram. Em um primeiro momento, existe a viagem de compra da terra e, mais tarde, uma

¹⁸² Entrevista concedida pela senhora Reni Mallman ao autor, em São Miguel do Iguaçu, em 29 de janeiro de 2009.

segunda, de preparo da propriedade. Por último, acontece a mudança, quando as famílias se lançam para ocupar o novo espaço.

A senhora Reni também traz este processo rememorado imbricado no presente em que hoje vive. Ao narrar, está também refletindo sobre o passado. Nas palavras da entrevistada:

No começo tava feio. Ixi, o pessoal sofreu lá. Por isso as pessoas ficaram muito revoltada, porque agora que tavam colocado todo mundo e a terra era muito boa lá. E daí depois sair de novo e começar tudo de novo aqui no mato. Quando nós fizemos essa casa aqui [*se refere à casa que hoje ainda reside*] não tinha estrada, não tinha nada. Nós abrimos um pedacinho ali e fizemo a casa. E daí nós por isso hoje a casa ela tá quase em cima da divisa, porque não tinha divisa. Não tinha nada aqui, só mostrava que ali era o lugar. Mas isso era difícil aqui.¹⁸³

Num primeiro momento ela apresenta a revolta não apenas dela e da família, mas de diversas pessoas. Depois do trabalho para construírem suas casas, escolas, igrejas, clubes, campos de futebol e prepararem a terra para cultivo, foram desapropriadas e mais uma vez teriam que começar praticamente do zero no meio do mato. O processo, neste caso, se tornaria algo repetitivo na vida de muitas destas pessoas, em menos de 10 anos. Surgem na fala da depoente pelo menos dois sentidos de migração. O primeiro, lembrado enquanto um projeto baseado na esperança de melhores condições e o segundo, uma migração forçada, marcada por um ato compulsório de expropriação.

Este é o ponto que mais está marcado para a senhora Reni. Ao trazer esta revolta à tona, a depoente está refletindo sobre a atual quantidade de terra que possui. No caso dela e do seu marido, foram um dos últimos a saírem: insistiram e resistiram, mas acabaram sendo desapropriados e só lhes restou comprar uma pequena propriedade com o dinheiro da indenização.

Significados que se reelaboram nas memórias da senhora Reni, como também de muitas outras pessoas que passaram por situações semelhantes em meio a este processo de mudança forçada. Experiências vividas e rememoradas, reestruturadas e analisadas, possibilitando perceber e apreender os embates vividos neste campo de ocupação e colonização que outras fontes escritas não conseguem expressar com igual ardor.

¹⁸³ Id.

2.3 “O PESSOAL TAVA MEIO REVOLTADO, UNS QUERIAM VIM OUTROS NÃO”: NARRATIVAS DO PROCESSO DE DESAPROPRIAÇÃO.

A partir da década de 1970, com o acordo firmado entre INCRA e IBDF e após realizado o levantamento demográfico das áreas ocupadas dentro do PNI, viver nesses espaços passou a ser entendido como um ato criminoso para os órgãos responsáveis pelo parque, no caso o IBDF. Por possuírem um modo de vida no campo e buscarem sua subsistência através da terra, estes agricultores começaram a ser perseguidos. Alguns foram presos, pois estavam ameaçando a natureza, que deveria permanecer intocável.

Os órgãos de imprensa que ousaram falar sobre isso pagaram o preço de um período marcado por um governo militar. O extinto Jornal Binacional, no ano de 1974, depois de ter realizado um levantamento de depoimentos junto aos colonos residentes na localidade de Santo Alberto, criticou duramente a forma como a expropriação estava sendo realizada. O jornal exigia uma postura dos órgãos responsáveis pela realização de uma sindicância no local para fiscalizar o encaminhamento que o INCRA dava ao processo.

A reportagem de capa levava a seguinte manchete: *Expropriados pedem sindicância federal*, acompanhada de um texto que mencionava que a intenção da matéria "não era contestar a ação do governo em desapropriar a área da antiga Gleba Silva Jardim, nem tampouco criticar ou fazer restrições, já que a confiança no Governo da Revolução é irrestrita".¹⁸⁴

O jornal questionava a atitude do INCRA, que qualificou os colonos como latifundiários, assim como o pagamento das indenizações. “A desapropriação está efetivada, porém, o que não efetivou-se, pelo menos de maneira mais humana, foi o pagamento justo, real, destes imóveis aos seus donos agora denominados expropriados”.¹⁸⁵ Sobre a qualificação de latifundiários aos colonos está escrito: “Não existe, ao que consta, alguém dentro de São José do Iguaçú, ou Santo Alberto com mais de 20 alqueires de terra.”¹⁸⁶

A presença de latifundiários dentro do PNI pode até ter ocorrido. Entretanto, esta pesquisa traz para análise as histórias de vida daqueles que viveram nos determinados núcleos populacionais já explicitados. Estes, por sua vez, motivados pelo processo de ocupação, se constituíam de pequenos proprietários, que tinham como sustentação a agropecuária constituída pelo trabalho familiar.

¹⁸⁴ JORNAL BINACIONAL, 1974. Reportagem de capa.

¹⁸⁵ Id.

¹⁸⁶ Id.

As atitudes do governo militar na época, impostas ao jornal, eram próprias do ambiente de tensão e repressão que foi estabelecido nestes espaços ao longo dos anos que perdurou a desapropriação. O próprio jornal, após vincular a reportagem, acabou fechado sob a acusação de que estava causando a desordem entre os colonos.

As seis páginas do Jornal Binacional dedicadas ao caso dos expropriados de Santo Alberto tiveram como objetivo mostrar, por meio de depoimentos e fotografias, a situação das famílias dos agricultores e o clima de medo que dominava na região. Desta forma, fez-se uso de sete depoimentos, sendo que alguns deles não foram colocados na íntegra, mas sim, relatados pelo próprio jornalista que assumiu o papel de intérprete das falas.¹⁸⁷

Uma das falas que me chamou a atenção foi a do José Seibert: “Como é ou pode ser Parque Nacional se eu tenho escritura definitiva dessa terra? E, além disso, ainda possuo financiamento do Banco do Brasil efetuado para estas terras aqui”.¹⁸⁸ O questionamento feito pelos próprios colonos que residiam nestas áreas foram situações que, durante as entrevistas que realizei em 2009, apareceram com frequência. Dúvidas e perguntas sem respostas presentes desde a década de 1970, mas que perduram até os dias de hoje, revelando indignação perante os órgãos governamentais, como o INCRA e o IBDF.

Em meio a este clima de dúvidas e inseguranças, muitas vezes os colonos seguiam na desinformação sobre os motivos que legitimavam a desapropriação. Através de um depoimento do senhor Plínio Roberto Hendges, levantado pelo Jornal Binacional, é possível pensar esta questão:

Relata Plínio Roberto que no dia 8 de junho de 1971, esteve em reunião com as altas autoridades, dentre elas o então Prefeito Municipal Antônio Carlos Toledo e alguns vereadores, além de colonos, os quais foram informados por essas autoridades que estavam proibidos de derrubar mato, até, motivo porque aquela área ia ser integrada ao Parque Nacional, e a causa desse adicionamento era devida ao Tratado Internacional da preservação da fauna e que os colonos que moravam ao lado do Parque estavam caçando do lado da Argentina. Por isso e por insistência da própria Argentina, iam ser desapropriados.¹⁸⁹

A postura adotada pelas autoridades institucionalizadas, neste caso o INCRA e a Polícia Federal, com relação ao jornal foi repressiva e resultou no fechamento deste veículo

¹⁸⁷ Os depoentes mencionados pelo jornal foram Maurício Nestor Schossler, Emílio Leichtweis, José Seibert, José Olivo Kaefer, Claudino Olbergman, Plínio Roberto Hendges e Otto Hendt. De uma maneira geral, a reportagem apresenta um relato da trajetória de vida de cada depoente até sua chegada à atual área onde viviam no PNI, e a partir disso, traça o que cada um teria relatado, destacando em alguns momentos do texto a suposta fala de alguns deles.

¹⁸⁸ JORNAL BINACIONAL, op. cit. 1974. p.5.

¹⁸⁹ Ibid., 1974. p. 4.

de imprensa, que havia realizado sua primeira e última edição. Deve-se levar em consideração o espaço (uma região de fronteira, constituída pela área de segurança nacional, um local tomado como instável e sensível para o olhar de controle do Estado) e a temporalidade vivenciada (um período de ditadura militar).

Segundo o INCRA, o determinado órgão de imprensa estava interessado em causar a desordem entre os colonos. O documento a seguir possibilita perceber a movimentação realizada pelo INCRA para combater as denúncias de irregularidades. Ele é de 10 de setembro de 1974 e trata da “Agitação de Colonos do Parque Nacional do Iguaçu”, Difusão: ASI/INCRA – SSP/PR.

O Sr. Waldomiro de Deus Pereira, portador da Carteira de Identidade nº 565788-PR, carteira de trabalho nº 27468, matrícula no Sindicato dos Jornalistas do Paraná nº 247-RG-139, esteve hoje nesta Coordenadoria ACOMPANHADO dos colonos José Aloysio Seibert, Emilio Leichtzweis e Olivo Kaefer do Parque Nacional do Iguaçu, dizendo-se jornalista da Folha de Londrina e O Estado do Paraná e, advogado dos colonos. Solicitado as suas credenciais de advogado, o Sr. Waldomiro retratou-se dizendo que não era advogado, sendo apenas jornalista que pretendia fazer um grande suplemento em torno do Parque Nacional do Iguaçu e respectiva transferência de colonos para o OCOÍ, tendo para tanto, procedido entrevista com mais de vinte colonos.¹⁹⁰

Segundo o mesmo documento:

O Sr. Waldomiro, cuja visita deixou transparecer claramente que tinha como objetivo agitar e não colher informações jornalísticas, entrou afirmando em alta voz, que os colonos do P.N.I. estavam sendo maltratados pelos Órgãos do Governo que, indignamente lhes atribuíam o trato de “Parceleiros”, cujo termo havia traduzido aos colonos como significando pessoa escrava, indigente, improdutiva, que nunca possuía terras, necessitando da conscientização, orientação do INCRA.¹⁹¹

O fechamento do jornal e o clima de medo e tensão estabelecido são indícios que ajudam a compreender o silêncio construído sobre este processo. Como já destacado, existe na historiografia regional e nos próprios documentos escritos, tomados como oficiais, um silêncio ou uma sombra sobre como ocorreu a desapropriação. Um vazio na memória pública difundida na região e do próprio parque.

¹⁹⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. *Agitação de Colonos do Parque Nacional do Iguaçu*. Difusão: ASI/INCRA – SSP/PR, 10 de setembro de 1974. CISEP, nº1429, 17 de setembro de 1974.

¹⁹¹ Id.

Posso ponderar que só o fato da década de 1970 ter sido um dos períodos mais duros da ditadura no Brasil, tornou-se um tampão nas vozes daqueles que viveram tal processo. Por outro lado, hoje, estas mesmas vozes silenciadas reivindicam uma publicidade de um passado vivido por esses colonos, marcado por lutas desde a migração dos demais Estados do Sul do Brasil até o reassentamento forçado no projeto PIC-OCOÍ.

É interessante pensar que até mesmo a própria construção do Projeto Ocoí ajuda, de alguma forma, a silenciar este ato de desapropriação. As famílias, tratadas à época pelo INCRA como colonizadoras e não como reassentadas, e as próprias estruturas físicas, mesmo que limitadas, construídas no Projeto Ocoí, acomodam estas vozes. Os próprios moradores do PIC-OCOI, ao se colocarem como pioneiros e desbravadores daquele espaço, exaltam a entrada na terra e amenizam o processo que os encaminhou até aquele lugar.

Sobre isto, alguns elementos emergem na narrativa do senhor Alfredo Matte, residente hoje no distrito de Santa Cruz do Ocoí, no município de São Miguel do Iguaçu. Hoje com mais de 50 anos, traz em um primeiro momento da narrativa suas experiências de luta para permanecer no espaço ocupado/colonizado dentro do PNI ainda na década de 1960. Quando questionado sobre como lidou com a notícia de que teriam de deixar suas terras, Alfredo Matte relatou:

Aquilo era muito revoltante, muito difícil! O povo se revoltou muito, tinha escritura registrada, tinha comprado, tinha pago, tava ali, muita gente tava ali uns dois, três anos, só então eles começaram a derrubar mato. Eles tinham que derrubar mato, tinha que abri, fazer mais lavoura. Daí teve uma vez, não sei se era em 71, a Polícia Florestal prendeu, prendeu umas pessoas. Daí o povo se revoltou, se revoltou e foi lá, foi lá no quartel da Polícia Florestal, lá no parque. Daí eles devolveram, soltaram as pessoas e devolveram motosserra, essas coisas. Só que daí a revolta tava feita, o povo já tava bravo sabe, tava nervoso e a Polícia Florestal também. Até um dia eu participei da liderança na época.¹⁹²

O clima de tensão e conflito é muito presente nesta fala, o que, de certa forma, se expandiu entre os colonos, estabelecendo uma organização de luta pela permanência no PNI. Para o senhor Alfredo, a justificativa da luta estava imbricada nos processos legais de compra das terras que haviam realizado. Ou seja, eles haviam trabalhado para conseguir suas propriedades, escriturado e mesmo assim, estavam sendo retirados ou impedidos de cultivar.

A palavra “povo”, para o senhor Alfredo, expressa todos aqueles que estavam vivenciando a experiência da desapropriação. Ao utilizar a expressão, o senhor Alfredo

¹⁹² Entrevista concedida pelo senhor Alfredo Matte ao autor em São Miguel do Iguaçu, em 28 de fevereiro de 2009.

também busca transmitir uma ideia de solidariedade estabelecida entre estas pessoas. União que não deve ser compreendida como algo homogêneo e/ou destituído de tensões. Porém, deve-se levar em consideração que estes sujeitos, durante o período de desocupação, estabeleceram relações de solidariedade e luta pela pertença e não destituição dos seus modos de vida.

A afirmação “A revolta tava feita” marca o clima que assolou a vida destes agricultores e transformou o dia-a-dia de trabalho na terra num ato criminoso. Mas, como viver no campo se não é permitido plantar? A fome, o abandono, o não fornecimento de crédito foram situações que começaram a rondar essas pessoas. Para além disso, o trabalho na terra também estimula sentidos, valores e pertenças. Quando a proibição do cultivo e criação de animais passou a vigorar, tanto a subsistência foi colocada em jogo como todo um conjunto de práticas que constituem e são constitutivas da cultura destes sujeitos.

Cabe salientar que qualquer forma de organização em conjunto pela permanência na terra não era um simples ato. Trata-se de uma atitude audaciosa e corajosa, tendo em vista as consequências que esses tipos de manifestações poderiam causar naquele tempo. O simples ato de cultivar a terra quando as autoridades locais, seja IBDF ou Polícia Florestal, proibiam essa atividade demonstra o quanto estas pessoas resistiram de diversas formas. Entretanto, mesmo descontentes, mantiveram-se organizados na tentativa de evitar a desapropriação. Ainda assim, ficavam receosos em chegar num processo que, para eles, não teria mais volta.

Para o senhor Alfredo, várias foram às vezes em que pensaram em organizar um confronto direto com a polícia ou outros órgãos do Estado. Porém, “tinha que ir até aos extremos, batalhar”.¹⁹³ No decorrer de sua fala, comenta:

Um dia marcamos uma audiência. Nós éramos três ou quatro pessoas. Marcamos uma audiência com o comandante do batalhão de Foz. Nós fomos lá. Ele nos recebeu e nós fomos lá. Era um cara, um cara muito, muito bom, muito sério, só que ele falou pra nós assim: “gente, não façam bagunça ali. Não façam mais porque se eu for chamado eu prendo vocês todos. Se ele for chamado, ele manda uns três, quatro caminhão de soldado lá, prende todo aquele povo lá e trás aqui”. Daí ele disse pra nós assim: “ó... olha gente, não façam mais. Vocês vão ter que sair. Com certeza vocês vão levar algum prejuízo, mas talvez o prejuízo não é tão grande assim”. E a partir dali eu me retirei. Eu me retirei e quando deu condições, isso era em [19]72, 73, quando deu condições de vir pra cá eu vim. Daí eu acabei sendo pioneiro aqui no Projeto Ocoí. Sim, eu fui pioneiro!¹⁹⁴

¹⁹³ Id.

¹⁹⁴ Id.

É interessante notar como o senhor Alfredo reivindica o seu papel de liderança nesse momento. Ao mesmo tempo, mostra que os colonos estavam organizados. Todavia, apesar da organização narrada, a figura que o militar, o comandante do batalhão, assume na memória do senhor Alfredo constitui a mão forte sobre este processo. Apesar da imposição, ele não é visto como alguém absolutamente ruim. Muito pelo contrário, o fato de ter dado conselhos daquilo que poderia vir a acontecer o tornou, em sua memória, um homem bom. O comandante, e consigo toda a figura do regime militar, é visto apenas como alguém cumprindo o seu papel enquanto parte de uma autoridade que deveria se fazer presente.

Ao analisar esta parte da entrevista, fica até mesmo confuso entender a postura que o senhor Alfredo assume durante a desapropriação. Mesmo expondo que, enquanto um grupo os colonos se organizaram para negociar com as autoridades locais, ele não vê na figura do militar algo que inibe e impossibilita ações. Muito pelo contrário, este militar é a segurança que deve estar presente. Algo contraditório a ser pensado, levando em consideração a postura do grupo que procurava inicialmente resistir à desapropriação.

Por outro lado, para compreender a profundidade desta fala é importante levar em consideração o presente do qual o senhor Alfredo se reporta ao passado. Atualmente, o depoente possui cerca de 80 hectares de terra e, durante este processo desde a saída do PNI, ocupou diferentes cargos de liderança dentro deste grupo que se constituiu em Santa Cruz do Ocoí, entre os quais foi o primeiro presidente do clube. Como ele mesmo coloca, o seu papel foi de “pioneiro”. Ao falar sobre isso, o senhor Alfredo está também negociando o seu passado. As ações que ele tomou naquela temporalidade tiveram e ainda assumem consequências no espaço social em que vive.

Desistir da resistência e aceitar a desapropriação foi a postura que o senhor Alfredo escolheu, pelo menos é a forma como narrou. Ao fazer isso, tornou-se um dos primeiros a serem desapropriados, reivindicando para si o papel de pioneiro. Busca, assim, talvez suprir a imagem da desistência que muitos lhe atribuíram. Em conversas informais com outras pessoas da comunidade, foi possível perceber que esta atitude custou-lhe caro. Até os dias de hoje, algumas pessoas que também viveram esta experiência não veem ele como uma liderança, mas como aquele que os traiu.

Essa mudança de atitude frente à pressão dos militares e a bagagem que isso trouxe para o senhor Alfredo dentro da comunidade em que vive atualmente, mostram o quanto estes espaços não são homogêneos. As divergências apresentadas nas narrativas trazem experiências, ora imersas na luta por algo em comum, outrora dissociadas, em que

cada qual busca o melhor para si e sua família. Certamente, estes espaços não foram e não são ausentes de tensões e embates sociais.

Cabe salientar que uma das estratégias utilizadas pelo INCRA foi garantir para as primeiras famílias que fossem desapropriadas os melhores lotes de terra ou, até mesmo, lotes maiores. Olhando para a narrativa do senhor Alfredo, o qual se beneficiou disso, é possível compreender os motivos da revolta que muitas famílias ainda possuem. Quanto mais cedo abandonassem o PNI, melhores seriam as condições de vida dentro do Projeto Ocoí.

Embora o senhor Alfredo rememore a figura pessoal do militar como alguém bom, não deixa de refletir sobre a retirada como um ato forçado. Estes agricultores colonos teriam e tiveram prejuízos com a retirada, mas não havia nada que pudesse ser feito. A desapropriação era inevitável e, tendo em vista o período ditatorial, as perdas poderiam ser bem maiores se insistissem com a revolta.

Quando acreditava que a reverência aos militares havia terminado, o senhor Alfredo trouxe alguns pontos que, mesmo com todo o cuidado metodológico, são difíceis de lidar. Em busca, talvez, de justificativas pelo abandono de sua liderança, ele prosseguiu:

Porque nós tínhamos um governo militar. O prefeito de Foz do Iguaçu era coronel do Exército. O comandante do Exército falou pra nós: “aguardam porque vocês vão sair dali e não vão ficar. E não façam mais folia porque eu vou prender vocês”. Aí é uma... É dizer, não adianta vocês espernear, vocês vão ter que espernear de outra forma. Porque senão ia acontecer pra nós que nem aconteceu pra alguns políticos na época e era justamente na época do presidente o Médici. Eu acho que era no governo Médici. E o governo Médici eles tiveram muito [...] Aquilo que o povo chamou de tortura. Mas no fundo, nós ia também entrar nessa fila, pra lista. Mas no fundo, esse governo ele foi um dos melhores governos. Ele limpou um pouco a política, fechou o Congresso.¹⁹⁵

O que mais chama atenção é a imagem do governo militar que o senhor Alfredo rememora. Apesar de expor o medo que possuíam com relação o entrar na fila da tortura, para o senhor Alfredo a ditadura militar e neste caso, o governo Médici, aparece como o bom político limpando o país. Todavia, é este mesmo poder autoritário do governo que o senhor Alfredo utilizou em suas narrativas para justificar a sua retirada da liderança na luta pela terra.

Possivelmente, isso está relacionado com a interpretação que o próprio depoente faz do Congresso na atualidade. Com base naquilo que passou durante os anos, frente aos escândalos de desvios de dinheiro público que seguidamente aparecem nos meios de comunicação, o senhor Alfredo coloca-se, durante a entrevista, analisando e comparando os

¹⁹⁵ Id.

períodos governamentais, refletindo e tirando suas conclusões daquilo que acredita ter sido, dentro dos pesares, o melhor governo para o país.

Refletindo sobre o ato de desapropriação, o senhor Severino Berres lança no ar uma série de outros elementos. Ao refletir sobre o período que alterou suas vidas, conta o que passou a acontecer depois daqueles dias:

Essas pessoas quando eram presas lá trabalhando no meio, carpindo na lavoura, plantando soja, plantando milho ou lavrando com arado de boi, quando era preso assim na lavoura pela polícia, como se diz, florestal naquela época. Então eles levavam lá na Polícia Federal e diz: olha nós prendemos essas pessoas lá no Parque Nacional. Tu vê que injustiça aquela vez!¹⁹⁶

Na memória do senhor Severino e em sua concepção, o espaço ocupado não fazia menção à ideia de área de proteção ambiental. Enquanto colono, se tratava de terra para trabalhar e ele não percebe nisso um ato criminoso, ao qual estava sendo subjugado. Hoje, ao pensar no fato muitas pessoas julgariam isso como crime ambiental. Mas, para estes colonos, naquela temporalidade e até mesmo estimulados pelo ideal de colonização dos espaços “vazios”, “integrar para não entregar”, tratava-se apenas de sobreviver a partir de uma determinada prática de vida no campo, a qual era muito bem vista pelo governo federal nas décadas de 1950-1970.

Plantar, lavrar, capinar: nas memórias do senhor Severino essas são práticas de subsistência no campo, contudo, estabelecem significados e valores. Ser preso por estar realizando alguma destas atividades, para além de ser uma humilhação, era um ato de injustiça que negligenciava sentidos comuns de sua história.

O que acontecia com essa gente que era presa trabalhando? Levantei esse questionamento ao senhor Severino, que rememorou sua experiência como uma rede de ajuda e lutas que ligou aqueles assolados pelo medo de perder suas propriedades.

Então, o pessoal geralmente se reunia quando isso acontecia e ia dois caminhão, três caminhão te falei. E levava o pessoal lá na Foz. E daí, na Polícia Federal: não, não, foi preso no parque, como é que pode destruir uma coisa que não é deles. Daí, a agente como já tinha um conhecimento no quartel [*se refere ao fato de que muitos já haviam prestado o serviço militar obrigatório*], uns servia lá. Outros chegaram a ficar oito, dez meses a um ano servindo o Exército. Já servia um pouco tempo e nós conhecia muito o coronel lá naquela época. Fazia uma comissão e acompanhava essa

¹⁹⁶ Entrevista concedida pelo senhor Severino Berres concedida ao autor em São Miguel do Iguaçu, em 29 de janeiro de 2009.

comissão. Chegava lá, só conversava. Ele já sabia mais ou menos o porque, como que era a história, ele mandava soltar então. Ele mandava soltar. As enxada, iam presas como comprovantes ou motosserra que levavam. Boi não podia levar né [*risos*]. Mas eu sei que então isso ele fazia devolver também. Foi uma sorte nossa que realmente os militar tavam um pouquinho favorável porque se fosse ruim mesmo do jeito que era a Florestal [*refere-se à Polícia Florestal*], Polícia Federal, podia ser pior.¹⁹⁷

O primeiro ponto a ser tratado é a concepção estabelecida pelo poder público, neste caso a Polícia Federal, com relação aos moradores do PNI. Para a polícia, os moradores estavam numa situação irregular e trabalhar na terra era algo que deveria ser punido com a prisão. Para o senhor Severino, os colonos não eram criminosos. Sua memória é de luta para trazer um passado constituído por pessoas que viviam do e no campo. Esta prática de vida não era algo que devesse ser tratada como crime, mas sim, como digna e como sinônimo de conquista. O trabalho enquanto constituinte de “bons” sujeitos.

Assim como em outras narrativas, a resistência emergiu nesta fala. Mesmo com a proibição das práticas de vida no campo, estas pessoas não se colocaram passivas. Suas práticas, que também dão significados às suas vidas, não deixaram de ser executadas. A vida no campo que se fazia pelo trabalho e pela relação com a terra, mesmo sendo considerada um ato criminoso, não deixou de ser praticada. A desapropriação, neste sentido, não foi ausente de tensão e resistência. Mesmo que os documentos escritos não o apresentem, as memórias deste passado foram marcadas pela experiência.

A organização destes colonos enquanto um grupo é cabível de reflexão. Estas famílias se reuniam e mesmo com as dificuldades de distância e deslocamentos, partiam em caminhões para o município de Foz do Iguaçu, reivindicar a devolução das ferramentas e/ou em busca de pessoas que haviam sido presas sem ao menos comunicar às famílias.

Não muito diferente do senhor Alfredo, o senhor Severino traz em sua fala a imagem do bom sujeito visto na figura do militar. Talvez se deva ao fato de que as prisões eram realizadas pela Polícia Florestal e depois os presos eram encaminhados à Polícia Federal. Sejam quais forem os motivos que justifiquem estas lembranças na memória do senhor Severino, elas atribuem aos militares uma imagem mais amena. Todavia, a atitude do coronel narrada por ele mostra que o controle da fronteira e, neste caso, do país, era exercido de maneira rígida e autoritária.

Na edição nº 264 do Jornal *A voz do Oeste*, de 21 de agosto de 1976, estas reivindicações levantadas nas entrevistas questionando as prisões daqueles que estavam

¹⁹⁷ Id.

trabalhando, também podem ser apreendidas. Sob o título: *Juiz denegou Hábeas Corpus preventivo a colono do Parque Nacional do Iguaçu*, chama atenção a postura deste veículo de imprensa, não apenas a esta reportagem, mas a outras que mais tarde passaria a vincular sobre o Projeto Ocoí. Ao contrário do Jornal Binacional, este realça as ações do governo da época. Segue abaixo:

O juiz Silvio Dobrowolski, substituto da Segunda Vara da Justiça Federal, denegou o hábeas corpus preventivo impetrado por oitenta colonos contra o administrador do Parque Nacional do Iguaçu. Como se sabe, os colonos, que ainda permanecem nas terras do Parque, se dizem maltratados, perseguidos e impedidos de plantar na região. A delegacia regional do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal informou que a sentença denegatória do Juiz Silvio Dobrowolski é a pá de cal nas pretensões dos instigadores, situando a questão nos devidos termos. Segundo o IBDF, muitos colonos que haviam concordado com as indenizações, para deixarem o Parque, demonstram agora desinteresse pela remoção, criando problemas como o verificado com a impetração do hábeas corpus, provavelmente aconselhados por terceiros interessados em tumultuar a ação do governo. Em sua sentença, o juiz realçou a competência do IBDF de administrar os Parques Nacionais, bem como realizar e promover o reflorestamento com fins econômicos e ecológicos e fazer cumprir as disposições do código florestal.¹⁹⁸

Dois pontos são destacáveis na reportagem do *A voz do Oeste*. O primeiro deles é a postura assumida pelos colonos ao longo da desapropriação. Assim como os próprios depoentes expressaram, muitos não estavam contentes com o andamento do processo. Por que algumas famílias no meio do caminho resolveram voltar atrás? Por que não queriam mais ser removidas? Longe de ser apenas causadores de tumultos, motivados por terceiros, como afirma o jornal, estes colonos estavam cientes das desvantagens que muitos iriam sofrer.

Além de receberem baixos valores sobre as benfeitorias não removíveis e/ou com relação à quantidade de terras que receberiam a menos no reassentamento, as relações de vizinhança construídas ao longo de 10 anos naqueles espaços não eram passíveis de valores econômicos. Ocupar uma nova área longe daqueles que estavam próximos e estabelecer um recomeço em todos os sentidos foram elementos suficientes para que estes colonos exercessem resistência e lutassem pela permanência.

Outro ponto de reflexão nesta reportagem é a postura atribuída ao então IBDF, realçada pelo juiz Silvio Dobrowolski. Segundo este, tal órgão federal era competente nas ações administrativas de unidades de conservação, as quais tinham como objetivo fins econômicos e ecológicos. Em nenhum momento os fins sociais são colocados em questão. A

¹⁹⁸ JORNAL A VOZ DO OESTE, nº 264, Toledo, 21 de agosto de 1976.

ideia expressa no capítulo anterior, que toma as reservas ambientais como espaços de garantia de um desenvolvimento sustentável e criação de renda ao Estado, também aparece nas justificativas da ação judicial.

Em uma entrevista realizada com outro depoente, o senhor Vitorino Kuhn, hoje com mais de 50 anos e residente no distrito de Santa Rosa do Ocoí, no município de São Miguel do Iguaçu, surgem novos elementos que instigam a análise. O senhor Vitorino Kuhn é natural de Porto Lucena, no Rio Grande do Sul, e migrou ainda jovem para o Paraná, em 1969. Ao contrário de muitos que migraram com suas famílias, o senhor Vitorino veio sozinho e se instalou na propriedade de um antigo vizinho. Aos poucos foi construindo sua vida.

O entrevistado rememora o processo, que posso chamar de “estratégia” utilizada pelo governo federal para efetivar a desapropriação com maior rapidez. Neste caso, a trajetória do senhor Vitorino possibilita apreender a situação de abandono e miséria que assolou estes “colonos” nos primeiros anos da década de 1970. Isso, depois de serem notificados que suas terras seriam expropriadas para a consolidação do PNI. Nas palavras do senhor Vitorino Kuhn:

Ah! Algum ficou bravo heim, ixi! Isso deu o maior bafafá lá. É porque não saio! Tem que primeiro me pagar e não sei o que! Mas daí aos pouco eles foram inteligente [*se refere ao poder público federal*], eles foram abandonando as comunidade, não faziam mais estrada. Nós mesmo tinha que fazer. Não sei se o pessoal comentou isso, principalmente lá em São Luiz era assim. Nós mesmo tivemos que pegar uma carroça, um carro de boi, uma carroça e ir lá pegar pedra assim [*indica com as mãos o tamanho das pedras*] no outro lugar e botar nos buracão pra nós conseguir passar. Aí então foram abandonando lá e o pessoal foi, assim, como se diz, perdendo aquela vontade de ficar lá e foi desistindo, desanimou o pessoal lá. Já não podia mais trabalhar, não podia derrubar um pau, nada né. Ah! Foi preso uma família inteira derrubando mato lá. Já era meio proibido e o pessoal não queria acreditar que eles, achavam que a terra ali era deles, tavam afim de trabalhar e veio o IBAMA ali, o florestal no caso na época, pegou e levou junto pra Foz do Iguaçu, ficaram lá eu acho uma noite ou duas lá. Colono trabalhador!¹⁹⁹

Para o senhor Vitorino Kuhn, apesar da luta adquirir feições de grupo, aos poucos foi perdendo as forças devido à situação de abandono instituído nas comunidades. Não era mais permitido derrubar a mata, cultivar e trabalhar em suas próprias terras.²⁰⁰ Isso de certa

¹⁹⁹ Entrevista concedida pelo senhor Vitorino Kuhn ao autor em São Miguel do Iguaçu, em 12 de fevereiro de 2009.

²⁰⁰ Para estes colonos estar em suas próprias terras possui pelo menos dois significados justificadores. O primeiro o fato de terem comprado e titulado, seguindo os padrões legais, já o segundo, um direito moral sobre a terra o

forma não foi por acaso. Trata-se também de uma estratégia empregada para desestimular a permanência destas famílias no espaço demarcado como reserva de proteção ambiental. Mesmo assim, muitas destas pessoas continuaram de diferentes formas a resistir, realizando até mesmo construções que antes eram obrigações do poder público municipal como, por exemplo, a manutenção das estradas.

É interessante notar o quanto para o senhor Vitorino este passado ficou marcado como um período de violência. O processo de prisões narrado se dá com o ato de trabalho no campo e, por isso, sua indignação e reflexão. O que para o Estado era um ato criminoso, para ele, assim como para muitos outros envolvidos, era uma forma digna de vida.

Sobre este aspecto gostaria de chamar atenção para a última frase que o senhor Vitorino expressa em seu depoimento: “Colono trabalhador!”. É este o ponto que busca tratar durante quase toda a entrevista. Ou seja, este passado na sua memória representa um ato de crueldade e injustiça vivido. Não eram quaisquer pessoas, mas trabalhadores da terra e neste sentido suas lembranças incitam a trazer este processo à tona. O colono trabalhador busca afirmar e construir uma identidade na contraposição do outro, daquele que não se identifica com a terra e o trabalho no campo.

Ainda através do depoimento do senhor Vitorino, a prática da derrubada é justificada pela necessidade do cultivo para a sobrevivência. Assim, mesmo depois de muitas famílias já terem sido notificadas sobre a expropriação e alertadas que a área ocupada era parte de uma reserva ambiental, a mata ainda era derrubada. Nas palavras de Vitorino:

Eu fui um dos últimos. Tava pouco tempo lá. Tinha uma pequena roça então não tinha como, tinha que derrubar mato pra fazer lavoura. E eles não deixavam. E daí eles foram [*os desapropriados*]. O pessoal começou. Aí foi obrigado a vim pra cá. [*Ocoí*]²⁰¹

O senhor Vitorino havia comprado cerca de uma colônia de terras, porém, nem ao menos conseguiu desmatar toda ela. Estas famílias estavam inseridas em práticas de vida no campo, onde a derrubada se fazia necessária para poderem realizar o cultivo e/ou criação de animais.

De certa forma, começar algo traz consigo sentimentos de insegurança. Ter que abandonar o pouco que já haviam construído e se instalar em um novo espaço trouxe medo e

qual é conquistado pelo ato de trabalhar, realizar a derrubada e limpeza da mata, garantido uma sensação de senhorio pelo “amansar” o espaço que antes era selvagem.

²⁰¹ Entrevista concedida pelo senhor Vitorino Kuhn ao autor em São Miguel do Iguçu, em 12 de fevereiro de 2009.

insatisfações. Para o senhor Vitorino, estas são marcas de uma atitude autoritária e violenta, “aí foi obrigado a vim pra cá”.²⁰²

Ao contrário do senhor Alfredo Mate, que resolveu sair da liderança e um dos primeiros a aceitar a desapropriação e que se intitula “pioneiro” no distrito de Santa Cruz do Ocoí, o senhor Vitorino Kuhn não se coloca de uma forma tão compreensiva e aceitável no processo. A insatisfação e indignação são elementos que aparecem de forma ativa durante a entrevista. Memória que deve ser também analisada levando em consideração sua situação no presente.

Nos dias de hoje, o senhor Vitorinho Kuhn possui apenas sete hectares, que são os mesmos que ganhou quando foi desapropriado na década de 1970. Mesmo aposentado, trabalha na sua terra e cria algumas vacas de leite como alternativa de renda, ou, em suas palavras: “não é porque tenho uma renda que vou ficar parado”. Diante dessa expressão, penso no trabalho enquanto agente construtor de sentidos para a vida, valores que o senhor Vitorino não quer deixar de praticar, ou simplesmente, porque o faz sentir-se bem.

Certamente as narrativas apresentadas, de uma forma geral, rememoram um passado marcado pelo descontentamento de um grupo, os colonos, trazendo à tona situações de tensão causadas pela constituição do PNI. Entretanto, não se deve cair no engano de generalizar e/ou homogeneizar estas memórias, que apesar de representarem sentidos comuns, possuem/apresentam suas especificidades, mesmo estando imbricadas no mesmo processo social.

O senhor Anairo Ferreira e sua esposa, a senhora Ana Ferreira, contribuem para pensar neste sentido. Ambos possuem mais de 50 anos e são residentes do distrito de Santa Cruz do Ocoí, no município de São Miguel do Iguçu. Para a realização da entrevista, a princípio tinha apenas como objetivo entrevistar o senhor Anairo. Porém, durante o andamento desta, sua esposa sentou-se junto e aos poucos foi contribuindo com suas experiências, direcionando a fala para uma conversa mais informal, o que julgo ter contribuído muito para o trabalho. Ao fim da entrevista, a depoente fez questão de mostrar-me um álbum de fotos referentes ao período que viveram na área onde hoje é o atual PNI.

Para o senhor Anairo, a desapropriação não ocorreu de forma violenta, mesmo narrando que tenha sido instituída aos colonos. Para ele, a violência ocorreu apenas para aqueles que insistiram em permanecer no local. Neste caso, o senhor Anairo se coloca ausente dos conflitos e mais aceitável à proposta da desapropriação. A senhora Ana, por sua vez,

²⁰² Id.

durante a entrevista mostrou-se em parte contrária e indignada com a desapropriação e até mesmo com o que seu marido falara. Por outro lado, não pareceu estar de acordo com os sentimentos de luta que foram rememorados nas narrativas anteriores.

Segundo a senhora Ana, “[...] uns tava unido, depois uns queriam vim outros não. É, uma turma teimou de não sair...”.²⁰³ Neste momento, seu marido, o senhor Anairo, continua: “A polícia fincou eles dentro do camburão e levou eles pra Foz. É, tavam teimosos, não queriam sair. Mas no fim tiveram que sair igual. Não teve jeito de ficar lá”.²⁰⁴

Esta narrativa da senhora Ana, um tanto quanto confusa e até mesmo ambígua, revela o quanto este passado é moldado de forma flexível e mutável no espaço e tempo. Para ela, ao lembrar este processo, além de trazer para a entrevista aquilo que considera pertinente, também está reinterpretando e ressignificando. Uma análise que parte do presente e não se constitui apenas a partir de um único evento, mas que leva em consideração a trajetória de vida até a atualidade.

Cabe pensar que viver a desapropriação não se deu de forma homogênea, até mesmo entre os integrantes de uma mesma família. A luta pela permanência não fora assumida com igual ardor. A narrativa contribui para a quebra de paradigmas e cristalizações que muitas vezes, ao analisar o passado, o historiador pode não perceber. Estas experiências de conflito e tensão social, apesar de estarem imbricadas, são experiências múltiplas que se entrecruzam em uma teia de conflituosidades interna do grupo.

A distribuição de terras dentro do Projeto Ocoí é um forte construtor destes sentimentos diversos e memórias heterogêneas. As influências materiais envolvidas no projeto de colonização realizado pelo INCRA, como por exemplo, melhores e maiores áreas de terras aos primeiros que partissem para o reassentamento, são fatores que impulsionaram a desapropriação. Em outros casos, desestimularam o caráter de grupo assumido no início por esses colonos, apresentando uma multiplicidade de interesses e relações sociais na luta pela transferência ou permanência na terra.

Vitorino Kuhn comenta um pouco sobre o processo de transferência e lembra o que o motivou. Em suas palavras: “Lá eu tinha cinco hectares e aqui eu peguei sete, então essas pequenas vantagens é...”.²⁰⁵ Seu Vitorino Kuhn não termina a frase, mas durante a entrevista fala que essas foram algumas vantagens que incentivaram os primeiros moradores a

²⁰³ Entrevista concedida pelo senhor Anairo Ferreira e Ana Regina Ferreira, ao autor em São Miguel do Iguçu, em 12 de fevereiro de 2009.

²⁰⁴ Id.

²⁰⁵ Entrevista concedida pelo senhor Vitorino Kuhn ao autor em São Miguel do Iguçu, em 12 de fevereiro de 2009.

se retirarem do PNI e partirem para o Projeto Ocoí. Mas, o interessante neste caso é que, ao mesmo tempo que uns se estabeleceram em propriedades maiores, outros por ficaram com menos: “[...] só que muita gente perdeu muito capital, ganhou bem menos terra do que tinha lá”.²⁰⁶ É certo afirmar que esta estratégia também se verifica em outros casos de desapropriação. Oferecer vantagens às primeiras famílias cria situações conflitivas entre os colonos.

O caso do senhor Anairo e sua esposa não foi diferente do senhor Vitorino. Também receberam mais terras com a transferência. Porém, ele rememora que isso teve o seu preço: “Foi um pouco mais até, nós ficamos com 22 hectares, lá tinha 20 e meio... tinha uma taxa só pra pagar. [...] Foi pago em prestação, foi fácil pra pagar, não foi difícil”.²⁰⁷ Ao contrário dos demais, o senhor Anairo apresenta outro aspecto desta memória, no qual este “ganhar a mais” na verdade não acontecia de forma tão simples. Os colonos tinham que pagar por estes pedaços que ultrapassavam a quantidade de suas antigas propriedades.

Através desta fala cabe pensar que o capital baseado na propriedade de terra foi uma estratégia utilizada para dissolver o caráter de luta do grupo. Neste caso, direcionando para os primeiros que se propusessem a sair do PNI as melhores propriedades ou até mesmo as maiores. Com isso, o INCRA conseguia anular a atuação dividindo e muitas vezes estimulando o conflito e tensão entre os colonos. Certamente, com o abandono das comunidades já citado anteriormente e o estímulo aos primeiros moradores, a luta pela permanência enfraqueceu. Estímulo ou não, penso que de fato eles não tinham outra opção a não ser abandonar suas propriedades.

2.4 DOIS LUGARES AO MESMO TEMPO

Por que falar de dois lugares ao mesmo tempo? Optei por trazer para esta reflexão algumas questões que somente a partir da História Oral pode-se perceber. São experiências de vida que outros documentos escritos não deram conta de expressar ou de possibilitar a reflexão sobre este movimento. Assim, através destas narrativas foi e está sendo possível perceber que a desapropriação, transferência, mudança, (des)enraizamento foi algo muito mais complexo, pois seu processo não ocorreu em um único dia. Este, por sua vez, representa

²⁰⁶ Id.

²⁰⁷ Entrevista concedida pelo senhor Anairo Ferreira e Ana Regina Ferreira ao autor em São Miguel do Iguaçu, em 12 de fevereiro de 2009.

uma modificação no modo de viver que foi experimentada durante um longo período, levando-me, assim, a apreender um universo de emoções e relações sociais que tomou conta do cotidiano destes agricultores colonos.

Estar em dois lugares ao mesmo tempo, apesar de ser uma impossibilidade física, para estas famílias foi a sensação vivenciada durante os meses da desapropriação. Preparar o novo espaço a ser ocupado sem deixar de lado o atual onde ainda viviam tornou-se uma tarefa árdua para as famílias envolvidas. Deixar os filhos e esposas foram divisões de trabalho que trouxeram angústias e inseguranças num tempo onde as distâncias pareciam maiores, devido às dificuldades de acesso e meios de transportes.

O primeiro ponto que destaco é a preparação da terra para a mudança, tanto na migração do Rio Grande do Sul para o Paraná, como na fase de reassentamento, uma experiência vivenciada em dois momentos. O primeiro deles é a “preparação”, na qual, um pequeno grupo vai à frente tornando-se responsável por algumas atividades, tais como: derrubada, destoca²⁰⁸ e construção de um galpão onde todos da família se alojarão até que a moradia definitiva seja construída. O segundo momento é a mudança em si, no qual os primeiros retornam para buscar os demais familiares e o restante dos bens materiais. Quero destacar que este processo não deve ser entendido como se fosse dividido em duas etapas. Apenas tomo esta postura como metodologia de análise para facilitar a apreensão das experiências.

Assim, partindo para análise, perguntei à senhora Irma sobre o momento da desapropriação e como sua família havia se organizado para enfrentar esta nova fase. Ela, em um tom de voz enérgico, começou a me relatar sobre as dificuldades que tiveram que passar para poder ter direito à terra e a ter suas práticas de vida restabelecidas:

Eu sei que quando eles trabalhavam aqui também, daí tinha barraquinha, e daí eu carneava um porquinho e mandava carne e daí tinha que fritar tudo porque não tinha congelador. Não tinha geladeira, não tinha nada. Daí eles fritaram a carne [*o termo eles se refere aos filhos que também ajudavam*] e eu tratando os porco. Nós construímos essa casa aqui com o dinheiro de porco, que eu tratava porco, cozinhava a lavagem, fritava em casa com os filhos e ele trabalhando aqui e deu tudo certo.²⁰⁹

²⁰⁸ Termo usado pelos colonos para denominar o ato de limpeza da terra e retirada de raízes após realizada a derrubada da mata, preparando a terra para o plantio.

²⁰⁹ Entrevista da senhora Irma Sauzen, Eugênio Sauzen e Claudete Terezinha Sauzen, concedida ao autor em 17 de fevereiro de 2009.

É interessante como ela inicia a narrativa rememorando o seu papel neste processo. A senhora Irma não parte contando daqueles que iriam fazer a derrubada, mas sim, de seu trabalho, sua lida diária, enquanto os outros estavam nas demais funções. Outro fator que chama atenção é a ênfase dada na construção de sua casa, a qual é a mesma onde reside atualmente. Suas memórias emergem com uma família se desdobrando em duas partes para superar as dificuldades, tendo suas preocupações em dois lugares: o novo, onde iriam ser reassentados, e o local onde ainda residiam, o PNI.

O filho da senhora Irma, o senhor Eugênio, fez questão de relatar o que ele, enquanto adolescente no período, vivera. Segundo ele, a primeira etapa era fazer a derrubada e logo em seguida a destoca, preparando a terra para o cultivo. Penso neste momento nas palavras de Souza Martins sobre o ato de “amansar”, o qual constrói a ideia de senhorio sobre a terra.

Porém, ao mesmo tempo que estavam empenhados nesta atividade no Projeto Ocoí, os colonos tinham que estar atentos às suas propriedades dentro do PNI. Segundo o senhor Eugênio, uma de suas terras localizada dentro do PNI, a qual possuía árvores de palmito, durante esta fase foi devastada por “palmiteiros”, causando-lhes transtornos mais tarde junto ao então IBDF. Marcas de um período conturbado no qual, para driblar as diversas dificuldades, uma das soluções encontradas foi se dividirem em grupos de vizinhança numa forma de solidariedade para realizarem as tarefas da recolocação.

Foi neste momento que se evidenciou a fase de “acampamentos”, consistindo-se na organização de pequenos grupos formados por parentes e vizinhos, os quais se deslocavam para o local em que iriam se fixar, no Projeto Ocoí. Estes grupos organizavam o trabalho de forma coletiva e trabalhavam durante os dias da semana naquela localidade, retornando às suas propriedades no PNI apenas aos finais de semana.

Enquanto isso, outra parte das famílias aguardava nas propriedades que ainda residiam, cuidando e retirando delas o sustento. É justamente neste momento que a ajuda mútua entre vizinhos e os laços de solidariedade entre estes ficaram mais claros, numa espécie de união de superação do processo ao qual estavam submetidos. Por outro lado, relações de reciprocidades horizontais que não estiveram destituídas de embates e tensões.

Para a senhora Claudete, nora da senhora Irma, a mudança forçada também deixou marcas significativas em suas memórias. Ela traz em sua fala o seu papel enquanto agente transformador e ativo neste processo. Apesar de viver estas experiências ainda como adolescente, o passado não parece longínquo. Em suas palavras:

Aquele trajeto até o parque nós fizemos alguma vez a pé, e a gente vinha aqui, trabalhava aqui na derrubada [*refere-se ao Ocoí*]. Vinha aqui com o pai aí sábado a depois do meio-dia a gente ia pra casa em São José. Aí nos dias de chuva, não ia ônibus. Aí a gente andava a pé, dá vinte e poucos quilômetros, trabalhando aqui. Aí pra ir pra lá não passava carro, era estrada de chão. Aí nós ia a pé. A gente chegava às vezes dez horas da noite em casa [*PNI*] e saía de meio-dia daqui. [*Ocoí*]²¹⁰

Claudete não parece estar apenas falando como era difícil o trajeto para chegar ao local e depois retornar à sua casa. Ela reivindica como este processo foi penoso para os moradores do PNI. Algo que exigiu empenho de todos os membros da família e que depois de tanto esforço, tanto trabalho, de certa forma estas experiências foram silenciadas.

A distância do trajeto explicitado por Claudete soma em torno de 20 a 25 quilômetros. Uma distância considerável para ser percorrida a pé, carregando ferramentas, entre outros objetos, quando não acompanhada dos irmãos menores. Esta forma de apoio não foi concedida pelo INCRA, órgão responsável pela transferência. Cada família teve que se organizar da melhor forma possível e, além de estarem deixando laços que já haviam construído, era necessário recriar outros em um novo espaço.

Sobre a fase dos acampamentos Eugênio relata uma série de experiências que contribui para pensar este momento. As relações estabelecidas entre os vizinhos ganharam ênfase em sua narrativa. Sobre este complexo sistema de relações, posso ponderar que foram estes que aos poucos construíram também valores e sentidos nas e para as “comunidades”. Estas, por suas vez, foram e ainda são moldadas por laços de apego e sentimentos. Uma sensação de pertencimento que foi sendo construída no esforço que emergiu desde o “amansar” o espaço, até a construção das vilas, casas, igrejas, clubes, entre outros espaços, frutos das relações sociais:

Eu sei que nós morávamos num acampamento aqui com o seu Edmundo Wagner. Primeiro acampamento aí era uma porção de famílias, era sogro da professora Juracilda. Então nós ficamos no acampamento dele e esse grupo sabe... Tinha um pessoal que roçava mato. Esses eram bóias-frias ou empreiteiros. Empreitavam por alqueire. Então sempre tinha um. Não ia uma pessoa sozinha derrubar o mato. Ia de uma forma mais coletiva. Ah! Vamo derrubar agora o tal roçado! Cinco alqueires ou dois alqueires que fosse. Dois ou três alqueires de fulano. Daí, a outra tava roçada. Então derrubava aquela. Nós, os Wagner, trabalhemos junto. E da mesma forma outros, formavam grupos assim. Até por causa do risco que o pessoal não aprendeu a trabalhar com motosserra, em mato. E quando entramos no parque, ninguém tinha motosserra, era tudo machado. Então aqui tinha que, até era uma máquina melhor, rendia mais, mas em função de ter que

²¹⁰ Id.

aprender digamos assim, o risco também era maior. Então não ficava uma pessoa sozinha no mato. Aí porque, se fosse se machucar, daí pra não tá sozinho. Era coletivo, era bastante coletivo, ao menos essa fase inicial assim fazer a derrubada e se acampar.²¹¹

Gostaria de chamar atenção para o momento da narrativa em que o depoente evidencia a participação dos empreiteiros. Mais adiante, durante a entrevista, perguntei ao senhor Eugênio quem eram estes empreiteiros e se eram pessoas da própria comunidade. Ele relatou que estes eram migrantes do “Norte” do Brasil, os “mineiros”, os “nordestinos”, pessoas que migraram para o Oeste do Paraná devido ao ciclo da hortelã e que ofereciam este tipo de trabalho.²¹² Assim, para Eugênio, o empreiteiro é um “outro”. Desta forma, não se encontra engajado na luta pela terra, não faz parte da identidade unificadora, construída através dos laços de solidariedade, daqueles que vivenciavam uma mesma realidade de desapropriação. O empreiteiro é o agente externo, o qual possui sua qualidade evidenciada apenas pelo trabalho braçal e a empreitada, paga em espécie, não remete a uma relação de reciprocidade horizontal. Esta por sua vez é medida pelo dinheiro.

Apesar desta identidade unificadora, o senhor Eugênio mostra em sua fala que, mesmo acontecendo de forma coletiva, o trabalho calcado em laços de reciprocidades horizontais surge com maior ênfase apenas na fase inicial da desapropriação. Não se manteve estável e permanente como em outras entrevistas fora apresentado. Existem experiências múltiplas que se entrecruzam neste processo e, com isso, os embates e tensões se fazem presentes no cotidiano vivido por estes sujeitos.

Posso ponderar que os sentidos comuns marcados pela experiência da desapropriação, e até mesmo as trajetórias de vida semelhantes desde os caminhos da migração, são elementos construtores destes laços de solidariedade e unificação. Porém, como o senhor Eugênio alerta, não estão ausentes de tensões, dando mostras de que são flexíveis e passíveis de modificações.

Mas, e aqueles que ficavam no parque? O que faziam? Como era a lida diária sem o marido e/ou filhos e filhas? A senhora Irma revelou algo muito maior do que ser apenas uma saída e uma chegada:

²¹¹ Id.

²¹² Sobre a hortelã no Oeste do Paraná ver BACKES, Gilson. *As plantações de hortelã e as dinâmicas socioculturais da fronteira: memórias, trajetórias e estranhamentos em Mercedes (Oeste do Paraná 1960-2009)*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2009.

Eu, naquela época, tinha água que puxava e eu cozinhava lavagem pros porco, e fazia o serviço de casa e mandava, às vezes, mandava umas galinhas viva pra cá. [Ocoí] Aí os jovens sempre ficavam bravo, diziam: “eu sempre tenho que carregar essas galinhas, tenho eu que passar vergonha”.²¹³

A senhora Irma desempenha papéis de pai e mãe durante o processo. Enquanto seu marido trabalhava com os filhos mais velhos na futura ocupação, ela permanecia nas dependências do parque, cuidando de todas as atividades da propriedade e dos filhos. Essa talvez seja a memória que mais pretende mostrar, levando sempre sua narrativa para um estágio que evidencia seu papel trazendo à tona as dificuldades que assumiu durante este movimento. “Esta versatilidade das mulheres da floresta [neste caso do campo], demonstra uma disposição, uma determinação em lutar pela melhoria de vida de suas famílias.”²¹⁴

Sua nora, a senhora Claudete, que durante a entrevista colocou sua experiência em contraposição ao que seu marido havia dito, rememora esses momentos e lembra o quão articulados tinham que ser para exercer essas funções o mais rápido possível. Ela, ainda adolescente, revezava-se, ora indo com o pai para o Projeto Ocoí, ora ficando no PNI para cuidar das irmãs mais novas. Em suas palavras:

É que tinha, que nem ele tinha irmã mais velha. Daí vinham pra cá que daí ela podia ficar em casa. Mas que nem minha mãe, às vezes vinha eu e minha irmã pra cá pra fazer almoço e lógico, fora isso tinha que ajudar, trabalhar na roça. Às vezes vinha minha mãe, trazia a nenê dela junto pra fazer almoço e nós, eu, com as minhas irmãs mais novas ficava lá sozinha. E daí, não era fácil, quem ficava lá ou quem vinha, a minha mãe ou a gente que ficava lá tinha uma responsabilidade com os menores que tinha com a gente. Daí a gente se virava lá, era porco, era vaca, era tudo, galinha, era tudo lá com a gente porque os pais vinham pra cá e ficava como de gerente lá. Do contrário, quando minha mãe ficava lá ela fazia lá e a gente então cozinhava pra cá. Se alguém precisava, se chegava ao meio-dia já tava com fome. A gente já fazia o almoço pra eles poder comer.²¹⁵

A senhora Claudete mais uma vez traz as memórias daquilo que viveu enquanto adolescente. A depoente não viu este processo acontecer, ela esteve envolvida e o sentiu. Teve, juntamente com sua família, que se desdobrar para poder superar a transferência, o desprendimento, e ainda assim, retirarem seu sustento do espaço onde habitavam.

²¹³ Entrevista da senhora Irma Sauzen, Eugênio Sauzen e Claudete Terezinha Sauzen, concedida ao autor em 17 de fevereiro de 2009.

²¹⁴ MONTYSUMA, Marcos; CRUZ, Tereza Almeida. *Perspectivas de gênero à cerca de experiências cotidianas no seringal Cachoeiro – Acre (1964-2006)*. In: História UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. V.4, n.2. jul.-dez.; São Leopoldo, 2000. p. 226.

²¹⁵ Id.

Os papéis que sua memória insiste em trazer para o momento da entrevista revelam o quanto ela, suas irmãs e sua mãe tiveram uma função ativa e importante neste movimento. Sem o desdobramento familiar e as divisões e ausências semanais, ocupar o novo espaço seria uma tarefa mais difícil, tendo em vista que os órgãos responsáveis não ofereciam recursos e assistência.

“[...] e daí não era fácil, quem ficava lá ou quem vinha [...]”. Esta frase pode ser utilizada para pensar “todo” este processo de desapropriação que as memórias insistem em revelar. A desapropriação não foi um processo simples, como as fontes escritas, Planos de Manejo do PNI, relatórios do IBDF e Delegacia Estadual do Paraná evidenciam. Pelo contrário, foi vivido e experimentado por centenas de famílias que tiveram suas vidas desestruturadas para a consolidação do PNI. As fontes orais possibilitam trazer para a discussão historiográfica não aquilo que foi dito, mas o que foi sentido.

Para o senhor Bruno Alfredo Bonflewler, esta experiência também se colocou de maneira difícil. O mesmo migrou do Rio Grande do Sul para o Paraná em 1969, e já viera casado. Em suas próprias palavras, viera “a procura de melhorias”. Chegou ao Paraná para atuar como professor em uma escola do município de Missal, guiado e motivado pelas informações de seu cunhado, que lecionava na mesma instituição. Após dois meses de espera na cidade, pois a escola estava em reformas, pegou seus pertences e seguiu em direção ao outro cunhado, na “comunidade” de São José do Iguacu, no PNI.

No seu caso, professor e com filhos pequenos que não podiam ajudar nas tarefas da vida no campo, ocupar/colonizar foi algo que lhe exigiu desdobramento e ausência até mesmo nas tarefas profissionais que exercia. Em suas palavras:

Olha! As principais dificuldades foram as crianças pequenas e eu trabalhando na escola e ter que abrir a terra lá. Ter que derrubar mato. Então tinha que tá atendendo lá, atendendo aqui, a família tudo, não era fácil não.²¹⁶

Diferentemente de outros, o senhor Bruno e sua esposa formavam um casal recém constituído e com filhos pequenos que não podiam ajudar nas tarefas de ocupação. Além disso, ele não vivia exclusivamente do campo, o que lhe dificultou ainda mais no reassentamento. Para que pudesse continuar vivendo, teve em alguns momentos que abrir mão

²¹⁶ Entrevista concedida pelo senhor Bruno Alfredo Bonflewler ao autor em São Miguel do Iguacu, em 15 de agosto de 2008.

do trabalho e depender das relações de reciprocidades horizontais construídas dentro das comunidades. Só assim conseguiu ocupar o novo espaço e ausentar-se do PNI.

E quanto ao novo espaço ocupado? Como estas pessoas viveram esta experiência mais uma vez? Quais foram as dificuldades encontradas ao novamente ter que ocupar/colonizar uma área em menos de 10 anos? Estas são algumas perguntas que lanço para iniciar a reflexão do próximo capítulo. Porém, palavras da senhora Reni já dão conta de incitar olhares sobre o corrido: “Mas com isso a gente começou duas vezes no meio do mato. Saímos, lá tinha roça tudo pronta, terra com escritura, pro governo tirar e jogar aqui no mato de novo”.²¹⁷

²¹⁷ Entrevista concedida pela senhora Reni Mallman ao autor em São Miguel do Iguçu, em 29 de janeiro de 2009.

CAPÍTULO III

“E O PESSOAL COMEÇOU DE NOVO”

3.1 O REASSENTAMENTO VIVIDO E CONTADO

Durante o processo de análise das entrevistas para a pesquisa, percebi que algumas frases utilizadas nos relatos eram semelhantes. Frases que foram ditas sem que as pessoas pudessem saber do que o outro havia falado. Mesmo assim são capazes de levar qualquer um a olhar para este processo narrado e perceber como foi rico de experiências vividas, muitas vezes em conjunto. Há sentidos comuns atribuídos às experiências nos tempos e espaços dos acampamentos e ocupações. Tratam-se de memórias socialmente compartilhadas reveladas nas narrativas.

Vejamos: “Mas com isso a gente começou duas vezes no meio do mato.” – Severino; “[...] e o pessoal começou de novo.” – Reni; “Tivemos que começar tudo de novo.” – Alfredo; “Tudo pessoal tiveram que começar tudo de novo.” – Bruno; “Nós começamos duas vezes no mato.” – Vitorino. O que mais chama atenção nas frases dos entrevistados é a partilha de sentidos comuns que as narrativas articulam. Além de revelar dimensões da luta pela ocupação e pertença ao novo espaço, versam também sobre uma memória socialmente compartilhada.

Pretendo, assim, analisar o processo do reassentamento vivido pelas famílias junto ao *Projeto Integrado de Colonização Ocoí – PIC/OCOÍ*, buscando a partir das memórias apreender o conjunto de significados e a forma que estas experiências vividas foram contadas no presente. Busco assim, compreender as tensões e embates que nos dias de hoje estes agricultores colonos ainda vivem, impulsionadas e/ou difundidas em todo o processo iniciado com a desapropriação para a criação do PNI.

Para melhor organizar a análise, optei por dividir o capítulo em três momentos. No primeiro busco refletir sobre os primeiros anos de vida no reassentamento, ainda na década de 1970. No segundo momento, trago para reflexão questões que passaram a emergir na década de 1980 com a formação do Lago de Itaipu, ocasionando até mesmo novas desapropriações. E no terceiro e último, analiso as tensões atuais narradas e vividas, as quais encontram-se articuladas em todo este movimento mais amplo que venho discutindo sobre as questões ambientais.

Início, assim, expressando algumas indagações que surgiram no fazer da pesquisa. Questões estas que foram capazes de (re)direcionar o olhar deste pesquisador. Como fora o processo de distribuição das terras no projeto Ocoí? Como estas famílias viveram os primeiros anos do reassentamento? Como foi viver um novo preparo das terras para cultivo? E os espaços de sociabilidades? Como os construíram?

Quanto à distribuição de terras, algumas narrativas obtidas dão conta de trazer de volta este momento. Mesmo muitas vezes entre os diferentes entrevistados este processo ainda parece um tanto nebuloso ou apenas pouco versado na época. Para muitos, a distribuição de terras aparece narrado como um sorteio. Para outros, a dúvida sobre esta origem ainda prevalece.

A família do senhor Bruno Alfredo Bonflewler, juntamente com outras centenas, vivenciou a desapropriação das terras, e assim como os demais, trouxe o acontecimento ainda muito marcado em sua memória, mesmo já tendo ocorrido há mais de 30 anos. Um processo de rememoração que pela riqueza de detalhes pode até ofuscar os olhares mais críticos.

É certo afirmar que até dado momento deste trabalho, as narrativas evidenciaram aspectos da desapropriação que estavam um tanto quanto obscurecidos na historiografia regional. Porém, cabe agora buscar apreender outras formas deste movimento. Nas palavras do senhor Bruno:

Aqui, dizem que foi meio por sorteio. Mas eu acho que foi por indicação do INCRA. Esse lote tal, a família tal. Então, aqui em Santa Rosa veio gente de São José do Iguaçu, do município de São Miguel e gente de Santo Alberto. A maioria era de Santo Alberto, município de Foz, e outros ali em Santa Cruz, assim por diante.²¹⁸

Chamou-me a atenção na fala, o fato do senhor Bruno já ter vivido a desapropriação e o reassentamento enquanto adulto, diferentemente de outros que vivenciaram o processo ainda crianças. Apesar disso, ao iniciar a narrativa dizendo: “aqui dizem”, transmite a impressão de que esteve ausente do processo.

Talvez o desconhecimento apresentado em sua narrativa se coloque de alguma forma, pois as decisões não ultrapassavam as paredes da burocracia do INCRA. Ao expor em sua fala a ausência de conhecimento sobre tais iniciativas, demonstra o quanto o projeto foi instituído de cima para baixo, restando aos desapropriados, à mercê das políticas construídas pelos órgãos encarregados, seja o então IBDF, ou o INCRA.

²¹⁸ Entrevista concedida pelo senhor Bruno Alfredo Bonflewler ao autor, em São Miguel do Iguaçu, em 08 de setembro de 2008.

Seguindo essa senda de compreensão, recorro à fala do senhor Eugênio, o qual também apresentou o mesmo grau de incertezas sobre a distribuição das terras. Porém, no caso desse entrevistado, isso pode ser justificado, pois viveu aquele momento ainda quando adolescente, cujos assuntos na época eram tratados pelo seu pai. Nas palavras dele: “Isso foi o INCRA quem indicou essa área aqui. Eu não sei se era através de sorteio, como que era ou proporcional à terra. Se era por sorteio como que era. Ou se era por cadastro”.²¹⁹

Uma questão que vem somar na análise é o cadastro do qual o senhor Eugênio se refere. Isso dá a entender que além do sorteio mencionado pelo senhor Bruno, existe a possibilidade de uma listagem formada por aqueles que lentamente foram aceitando a desapropriação. Certamente é algo a ser considerado, pois como analisado anteriormente, as famílias não vieram todas no mesmo momento. Algumas permaneceram por mais tempo e só saíram mediante as proibições que a elas foram impostas. Assim, para aquelas que primeiro se propusessem a sair, ficavam as melhores terras, pois eram os primeiros nomes a entrarem para o sorteio.

A senhora Claudete traz em sua fala elementos que amarram estas dúvidas e a ajudam a esclarecer este primeiro momento da transferência. Assim, na companhia do senhor Eugênio, ela passou por esta experiência ainda quando adolescente. Em suas próprias palavras:

O meu pai sempre dizia que era por sorteio, porque senão todo mundo queria a entrada. Lá a entrada do projeto. Daí era por sorteio e na medida que foram sorteados foram assentados. No projeto deles, só que muita gente foi e depois se trocou um com o outro. Aí podia entre eles, mas na época era por sorteio. Meu pai sempre conta que era por sorteio. Era por sorteio. Mas às vezes se tinha dois irmão ou dois cunhado e daí tinha alguma coisa junto, uma ferramenta, uma máquina. Aí eles iam lá e negociavam com o INCRA pra ficar aí junto, com o vizinho, pra usar a mesma máquina e tudo. Aí acontecia às vezes, mas só assim entre eles e com o INCRA.²²⁰

É interessante como na narrativa da senhora Claudete o debate aparece bastante reivindicado e explorado nas conversas entre a sua família. Ao dizer: “meu pai sempre conta que era por sorteio”, não está falando isso apenas para o entrevistador. Antes de qualquer coisa, está mostrando o quanto o assunto ainda está ativo nas memórias dessas pessoas, com questões e dúvidas que ainda não foram resolvidas.

²¹⁹ Entrevista concedida pela senhora Irma Sauzen, Eugênio Sauzen e Claudete Terezinha Sauzen ao autor, em São Miguel do Iguaçu, em 17 de fevereiro de 2009.

²²⁰ Id.

Com relação aos acordos que as famílias buscavam realizar junto ao setor que se ocupava por esta responsabilidade no interior do INCRA, revelam mais do que meras negociações motivadas pelo uso de benfeitorias. Segundo a senhora Claudete, muitas famílias, sob a justificativa de uso comum de certos maquinários, reivindicavam a transferência para propriedades que não viessem a prejudicar aquela organização social existente.

Além de narrar certa flexibilidade do órgão responsável pelo reassentamento, sem dúvida o relato revela que muitas delas utilizavam as benfeitorias em conjunto como uma espécie de sociedade, motivadas por relações de reciprocidade horizontais, que contribuíam para a sobrevivência. Neste caso, nada mais justo do que continuarem suas formas de subsistência em conjunto no novo espaço ocupado.

Por outro lado, o que chama atenção e levanta questões é o fato de que esta justificativa poderia também ser usada como estratégia para manter as relações de vizinhança. Ou seja, será que muitas destas famílias não utilizavam estes argumentos para continuarem vivendo perto daquelas, a quem já depositavam confiança ou compartilhavam uma pertença social comum? A questão não deve ser deixada de lado, pois sobre este pretexto muitas famílias conseguiram ser reassentadas próximas daqueles que eram seus vizinhos no PNI.

Nas palavras do senhor Severino fica mais fácil compreender a questão. Para ele: “Isso era a grande vantagem quando nós começamos a comunidade, quanto mais gente do mesmo lugar, já se conhecendo que nem naquela época, mais fácil as coisas vão”.²²¹ Pode-se, assim, entender a necessidade sentida por estas pessoas para reconstituírem suas vidas, levando-os a realizar acordos com o INCRA para manter a quem confiavam próximos de si.

A fala do senhor Severino, além de trazer este universo experimentado da desapropriação, revela algo que indenização alguma pode pagar. De certa forma, as benfeitorias e as propriedades podem ser reavidas pelo pagamento de indenizações. Entretanto, as relações entre os sujeitos não são passíveis de reposições financeiras. Uma vez imposto este rompimento e reassentados em lugares distintos, cada família precisava reconstruir os laços com os vizinhos e assim, construir novas relações sociais.

Como já visto anteriormente, a experiência da desapropriação durante os primeiros meses dividiu as famílias que se desdobravam para obter subsistência nas propriedades que estavam sendo expropriadas e tentando, ao mesmo tempo, preparar o novo espaço para ocupação. Uma fase importante que foi marcada pelos acampamentos e que, de

²²¹ Entrevista concedida pelo senhor Severino Berres ao autor em São Miguel do Iguazu, em 29 de janeiro de 2009.

certa forma, aparecem nas memórias através dos gestos de reciprocidade que as famílias constituíram.

Todavia, cabe entender como foi a chegada dos moradores no PIC- OCOÍ. Que estrutura o INCRA ofereceu? O que estas famílias encontraram quando saíram de mudança do PNI? Apesar destas experiências terem sido vividas por muitas pessoas, as memórias dialogadas versam de diferentes concepções e formas de aceitação do processo. Uma experiência em comum, mas que foi sentida e rememorada de diferentes formas.

Para o senhor Alfredo, o qual foi reassentado na “comunidade” Santa Cruz do Ocoí, as lembranças rememoram o INCRA bastante presente na elaboração do projeto. Mesmo assim, a memória narrada traz marcas do descontentamento pelo ato de terem que “começar suas vidas duas vezes” em tão pouco espaço de tempo. Em suas palavras:

Aqui era puro mato, puro mato mesmo. E daí aqui tinha que fazer tudo, tudo, tudo, desde a primeira árvore até... Até as casas, galpão, tudo, tudo. Tivemos que começar tudo de novo e com pouco recurso de dinheiro. Eles abriram a estrada, fizeram o projeto, abriram as estradas, demarcaram as terras, e abriram um lote assim pra construir casa, galpão, essas coisas. Eles faziam isso. Depois, fizeram os poço artesiano, a água. Fizeram os poço, colocaram as caixas, essas caixas que tem ali que tu viu. Isso eles fizeram, daí fizeram o encanamento, por tudo eles fizeram o encanamento.²²²

A menção a “eles” aparece na fala do senhor Alfredo referindo-se ao INCRA. Para o entrevistado, este órgão do governo federal aparece enquanto uma instituição ativa no processo e cumpridora de seu papel, ainda que o tenha feito de forma limitada. Apesar disso, enquanto muitas famílias estavam sendo reassentadas com alguma parte de infraestrutura, outras não vivenciaram a mesma realidade. É o caso do senhor Severino e da senhora Reni. Para o senhor Severino o sentimento de revolta com a transferência emerge com força em seu relato.

Mas com isso a gente começou duas vezes no meio do mato. Saímos. Lá tinha roça tudo pronta, terra com escritura, pro governo tirar e jogar aqui no mato de novo. Quando fomos conhecer essa propriedade ali, aqui não tinha estrada pra nós chegar também naquela época. Não, não tava aberta ainda. Tinha as picadas só.²²³

²²² Entrevista concedida pelo senhor Alfredo Matte ao autor em São Miguel do Iguazu, 28 de fevereiro de 2009.

²²³ Entrevista concedida pelo senhor Severino Berres ao autor em São Miguel do Iguazu em 29 de janeiro de 2009.

Chama-me atenção as trajetórias vividas pelo senhor Severino, que muito bem expressam o que outras tantas famílias viveram neste movimento de ocupação do Oeste do Paraná. Entretanto, para o depoente este movimento migratório aparece em sua fala de forma relacional e contestadora ao ato de expropriação. Começar duas vezes no meio do mato expressa o sentimento de indignação às perdas que tiveram.

Outra questão é a semelhança vivida por ele e sua família entre o ocupar o PNI na década de 1960 e ocupar o Projeto Ocoí, nos anos 1970. No primeiro sua narrativa apresenta-se da seguinte forma: “Quando viemos morar aqui no Paraná não tinha nada aberto ainda”.²²⁴ Quanto ao segundo, na sua fala anterior, a ausência de estradas para chegar até sua propriedade também se fez presente. Para o senhor Severino, estas marcas da ocupação de ambos os espaços se entrelaçam em sua memória, tendo em vista as semelhanças e o curto espaço de tempo em que ocorreram.

Tanto o sentimento do senhor Severino quanto o do senhor Alfredo devem ser interpretados levando em consideração o tempo e o espaço de onde narraram suas histórias de vida. Ao olhar para esse elemento crucial na análise histórica, fica mais fácil de entender as distintas lembranças. O senhor Alfredo, filho de dono de uma serraria, migrou do Rio Grande do Sul para o Paraná e realizava junto com o pai a mesma atividade. Constituíam-se numa família que possuía maior poder aquisitivo. Quando foram desapropriados do PNI e reassentados no PIC-OCOÍ, continuaram com a mesma atividade e, ao passar dos anos, com o poder econômico ainda mais elevado, foram lentamente comprando outras terras, que somam atualmente um total de 80 hectares.

Já no caso do senhor Severino, sua família era de arrendatários no Rio Grande do Sul. Quando migraram para o Paraná, na ocasião compraram cerca de 20 hectares no PNI. Possuíam poucas economias e bens, vivendo exclusivamente do trabalho que realizavam em suas terras. Quando foram desapropriados, reassentaram-se em uma pequena propriedade com cerca de 20 hectares a qual, na década de 1980, perderam uma pequena parte devido à formação do Lago de Itaipu e o assentamento do aldeamento indígena *Nhandéva*, assunto que discutirei adiante.

O senhor Bruno também traz para a reflexão sua experiência, que ajuda a compreender as dificuldades encontradas para ocupar o então novo espaço. Segundo o próprio:

²²⁴ Id.

Era tudo mato. Era só as ruas aberta no meio do mato e eu peguei uma chácara lá onde você viu lá embaixo. Lá era mato, mato mesmo! No meio do mato derrubei uns pedacinho lá, pra mim construir um racho lá. Mas, como não queimou no meio do mato, umidade e tudo mais. Aí veio o INCRA. Aí com uma esteira e abriram um buraco lá no meio e aí construí uma casinha no meio do mato. Tudo pessoal tiveram que começar tudo de novo. Teve uns que pegaram, a maioria, quase todos, pegaram a terra toda em mato. Só a estrada perto da terra dali pra frente: se vira.²²⁵

A forma como o senhor Bruno concluiu o relato é o que mais chama a atenção. Ao encerrar este trecho da entrevista, além de trazer à tona as dificuldades por quais passaram, assim como a situação em que lhes foram entregues as terras, de alguma maneira também está reivindicando o papel de agente naquele processo vivido no passado e recontado no presente. Um papel ativo de construção da atual “comunidade”.

Ainda com o senhor Bruno, este continua narrando o processo de ocupação das novas terras no espaço do PIC-OCOÍ. Porém, sua fala revela algo mais inquietante. Em suas palavras:

Tudo mato! O INCRA tinha máquinas esteira e tudo. Aí abriam um pedacinho pra construir um barraco ou qualquer coisa e só isso. Depois a mecanização, tudo isso tinha que fazer tudo por conta. Não, eu não lembro mais certo quantos anos, mas isso não era propriamente pagar a terra. Era pra pagar a infraestrutura, estrada, medição da terra e tudo, era um precinho de, não era aquele preço de terra, bem baratinho.²²⁶

É seguro afirmar, por meio das narrativas, que o INCRA desenvolveu tal projeto de reassentamento e esteve ativo durante todo o processo de desapropriação. Dividiu as terras e construiu estradas. Porém, algo que foi insuficiente no período, pois houve maior número de famílias se deslocando, como no caso do senhor Severino, que para chegar à sua propriedade tiveram que fazer caminhos por meio de picadas abertas no mato.

Todavia, a narrativa do senhor Bruno traz à tona uma outra questão. Estas famílias não receberam a assistência gratuitamente, como era de ser a obrigação do Estado. Isto é, elas tiveram que pagar por estes serviços. Possuírem terras escrituradas, serem desapropriados, terem o trabalho de entrar num novo espaço e fazê-lo produzir para sobreviver. Isso teve custos financeiros para estes colonos.

Porém, o que chama atenção no relato não é apenas o fato da cobrança realizada pelo INCRA sobre os agricultores colonos para o desenvolvimento de tal projeto. O que

²²⁵ Entrevista concedida pelo senhor Bruno Alfredo Bonflewer ao autor, em São Miguel, em 08 de setembro de 2008.

²²⁶ Id.

motiva outros olhares é a forma como o senhor Bruno e outros entrevistados teriam se conformado com a situação. Para muitos deles, pagar o preço do reassentamento não foi algo tão ruim. Cabe, portanto, entender a produção desses sentimentos.

Ainda sobre a organização do novo espaço pelo INCRA, que realizou a abertura de estradas, a construção de poços artesianos e a abertura de pequenas áreas no interior de cada propriedade para que os agricultores pudessem construir suas casas e galpões, gostaria de refletir a partir de outros elementos presentes na narrativa do senhor Eugênio:

Então, um bom quadrado assim eles, não sei não dava um hectare eu acho, um pedacinho assim pra colocar a casa e o galpão. Daí, as madeireira, isso era muitas madeireiras, que vinham e compravam. As madeiras só que levavam, compravam só a madeira mais a de melhor valor, que tinha um valor comercial, então aquelas que tinha menos valor comercial o pessoal tocava queimar. Mas era o sistema. Era assim. Não tinha valor comercial e tinha que limpar pra fazer a lavoura que era na verdade o objetivo do próprio INCRA, era colonizar. Aí a mecanização daí os primeiros, primeiras areazinha que eram destocadas não tinham título. Então não tinha financiamento. Primeiro ano, primeira areazinha que o pai mecanizou não tinha financiamento. Aí um ano, dois anos depois, o INCRA dava uma, tinha uma carta, uma carta recomendando ao Banco do Brasil em Foz, que financiasse, que mais pra frente iria sair os títulos. Era um documento de que a colonização era legal.²²⁷

A primeira questão a chamar a atenção é o processo de retirada de madeira das terras. Enquanto modo de vida destes agricultores, este é um processo quase “naturalizado”, que se constitui uma das “etapas” a ser realizada para preparar a terra e fazê-la produzir. Segundo o senhor Eugênio, a madeira retirada das propriedades era aproveitada como forma de obtenção de renda e, em outros casos, como foi revelado em outras entrevistas, utilizada para a construção de benfeitorias, como casas, galpões, entre outras. Ao restante da madeira retirada e não aproveitada, restava apenas a sua incineração.

Segundo o senhor Eugênio, “mas era o sistema [...]”, o trabalho na terra instituí o modo de vida destes agricultores e “limpar” estes espaços era a garantia de uma forma de sobrevivência, que tinha a convivência e até estímulo do INCRA. Como ele mesmo atentou, “[...] tinha que limpar pra fazer a lavoura que era na verdade o objetivo, o próprio INCRA, era colonizar.”.

Apesar de se valer de justificativas, algumas questões emergem da análise. Mas estes agricultores colonos não foram desapropriados para a constituição de espaços para uma

²²⁷ Entrevista concedida pela senhora Irma Sauzen, Eugênio Sauzen e Claudete Terezinha Sauzen ao autor em São Miguel do Iguaçu, em 17 de fevereiro de 2009.

reserva ambiental, no caso o PNI? Na década de 1970, a legislação ambiental já não apresentava preocupações entre a relação homem e natureza? E os ideais de natureza e cultura como realidades distintas, discurso tão bem empregado para a constituição do PNI? Como ficava a questão do desmatamento em relação ao reassentamento desencadeado noutra lugar?

Vejo na narrativa do senhor Eugênio a explicitação de uma grande contradição das ações do governo federal da época. De um lado, desapropriava estas famílias, pois estavam ocupando uma área demarcada enquanto reserva ambiental e, assim, o PNI deveria estar isolado da presença humana, vista como destruidora do espaço tomado enquanto natural. De outro lado, o mesmo governo incentivava a ocupação e colonização de outras áreas, e contraditoriamente, financiava através do Banco do Brasil a derrubada e a mecanização da terra.

Deve-se levar em consideração a política do Estado de ocupação das fronteiras, citada anteriormente. Esta, por sua vez, preocupada com as áreas demarcadas enquanto espaços de segurança nacional. Para isso, “integrar para não entregar” ou “ocupar para não perder” foram as justificativas encontradas para legitimar os assentamentos populacionais motivados pelo Estado.

Entretanto, por que desmatar o espaço do Projeto Ocoí não era visto enquanto devastação e viver dentro do PNI fora tomado como uma atitude destruidora? Que critérios o governo que desapropriava utilizava para valorizar uma área e demarcá-la como reserva ambiental e, ao mesmo tempo, uma área próxima a esse local, ou seja, o PIC-OCOÍ, ser tomada enquanto espaço para “ocupação/colonização”? De qualquer forma, mesmo sem respostas é com clareza que se apresenta a contradição entre ação e discurso por parte do Estado, que articula formas contraditórias na formulação da política, atendendo a diferentes interesses numa mesma conjuntura.

A senhora Claudete rememora esse processo de “limpeza” da terra, ou a fase em que os entrevistados nomeiam como destoca. Para a entrevistada, enquanto ainda era adolescente, restava-lhe a tarefa de recolher as raízes das árvores e atear-las fogo. Uma das atividades mais difíceis, segundo ela, de ser desempenhada. Um trabalho que seguia noite adentro:

O que era sofrido era catar raiz, catar aquilo meu Deus! Daí tinha que levar nos montinhos e a tardinha tacava fogo, com tocha assim. Sempre a tardezinha porque não tinha como durante o dia porque catava e a tardinha fazia o fogo e assim que abaixa ia queimado a gente retocava então. Às vezes ia noite a dentro. É, retocava o fogo pra queimar tudo. Aí

no outro dia passava onde tava o restinho, levava pra outro lugar aonde já ia catando tudo.²²⁸

A dificuldade do reassentar-se ganha sentidos na memória narrada. Uma lembrança que não traz apenas o trabalho da senhora Claudete, mas também, o papel da família no reassentamento. Segundo a entrevistada, durante a fase de preparação da terra para o cultivo, passava-se o dia todo recolhendo raízes que eram arrancadas do solo. Quando a tarde caía, ateavam fogo nos montes formados e assim permaneciam observando a madeira queimar.

As lembranças do trabalho familiar ganham força nas narrativas. Um processo que foi vivido e lido pelos entrevistados como superado. Porém, a superação sempre é colocada e relacionada com a união da família, e de uma maneira geral, com as reciprocidades entres os demais envolvidos. Tais reciprocidades não devem ser entendidas enquanto destituídas de disputas. Elas denotam também, relações de poder, podendo existir de formas horizontais e/ou verticais. É certo dizer que o recíproco não significa igualdade, mas acordos flexíveis no espaço e tempo na relação entre os sujeitos.²²⁹

Entretanto, assim como no PNI, as famílias não constituíram seus modos de vida apenas relacionados ao trabalho na terra. A construção de sociabilidade aconteceu em ambos os espaços. Como nesse momento o objetivo é compreender o reassentamento, algumas narrativas dão margem para interlocução e permitem entender a construção das “comunidades” desses agricultores colonos. Assim, nas palavras do senhor Bruno:

O que chamou atenção foi a vontade do pessoal trabalhar. O progresso tudo mais, que graças a Deus, teve muita união de grupos de pessoas e tudo. Que nem vê essa avenida, os meio fio, os canteiro no meio, a praça, os canteiro tudo mato. Quem fez isso não foi nem o governo nem o INCRA, foi a comunidade.²³⁰

O senhor Bruno narra a construção do atual distrito de Santa Rosa do Ocoí, onde ainda reside. Porém, apesar de versar sobre algo que contou com a sua participação, chama a atenção à forma como o fez. Não reivindica apenas o seu papel de protagonista, mas também dá grande ênfase no trabalho realizado na e pela coletividade. A construção dos espaços de uso comum esboça, também, a necessidade de reconstrução de outros modos de viver. O viver em “comunidade”, que haviam perdido.

²²⁸ Id.

²²⁹ Ver SCHREINER, 2002.

²³⁰ Entrevista concedida por Bruno Alfredo Bonflewer ao autor, em São Miguel, no dia 8 de setembro de 2008.

Outro fator que instiga olhar para o relato é que muitos entrevistados rememoraram o trabalho realizado pelo INCRA, enquanto bem sucedido. No entanto, essa é a grande diferença em lidar com fontes orais. Na medida em que a entrevista acontece e a confiança entre entrevistado e entrevistador aumenta, as memórias vão dando lugar a outros rumos ou enredos.

Assim, ao trazer para as narrativas os sentidos compartilhados em relação ao trabalho e à união das pessoas de forma contundente, a fala do senhor Bruno ao mesmo tempo critica a ausência do Estado no reassentamento. Para ele, o governo simplesmente colocou-os num novo espaço e abriu estradas. O restante do processo foram “eles” que construíram. Ao dizer: “quem fez isso não foi nem o governo e nem o INCRA, foi a comunidade”,²³¹ está reivindicando o lugar destes sujeitos na história da ocupação e ao mesmo tempo demonstra-se descontente com a forma com que o reassentamento lhes foi instituído.

No processo de rememoração, as lembranças trazidas pelo senhor Bruno são imbuídas de olhares reflexivos do presente. Enquanto narra, olha para o passado e analisa o desempenho vivido pelo grupo. Para o depoente, é possível, em suas palavras, ficar contente e deslumbrado com aquilo que construíram: “hoje ainda a gente enxerga o que a gente fez e que valeu a pena”.²³² Ainda em suas palavras:

Nós juntávamos pra fazer aqueles canteiros no meio da avenida. Os moradores então [...] Tinha um rapaz que tinha uma carroça com vaca, trazia tijolos lá do INCRA pra cá e o pessoal trabalhando. A praça era tudo em mato. Aí insistimos com o INCRA até que eles vieram e destocaram. Aí a praça, eu peguei um papel, fiz o desenho da praça. Eu fiz! Aí pegamos um pedreiro e demarcou certinho os canteiros como são hoje e a comunidade se juntava um contribuição manual, trabalhando, ninguém ligava. E graças a Deus hoje ainda a gente enxerga o que a gente fez e que valeu a pena.²³³

De qualquer forma deve-se levar em consideração as informações que a narrativa do senhor Bruno trouxera. A partir do narrado é possível compreender como se processou a construção dos atuais distritos de Santa Rosa do Ocoí, Santa Cruz do Ocoí e São José do Ocoí. Uma construção que foi marcada por laços de reciprocidade, contando com a participação de muitos para a constituição daquilo que passou a ser chamado de “comunidade”.

²³¹ Id.

²³² Id.

²³³ Id.

Para construir estes espaços, cada família ajudava de diferentes formas. Alguns doavam madeira, outros a força dos braços, criando também as associações e a formação de clubes comunitários, tais como: Esporte Clube 25 de Julho, localizado em Santa Rosa do Ocoí, e Associação Santa Cruz do Ocoí, localizado no distrito de mesmo nome. Para estes, também recolhiam um valor para a realização das obras. Certamente, trata-se de uma forma de organização coletiva que não deve deixar de ser expressa.

Cabe lembrar que quando o Estado desapropriou as terras para a formação do PNI, preocupou-se apenas em reassentar aqueles que tinham títulos de terras selecionando, assim, as pessoas que constituiriam o novo espaço a ser ocupado. Porém, o Estado não se preocupou com os sujeitos. Retirar as pessoas de um lugar e ceder outro para ocuparem não é o suficiente. E quanto aos lugares de sociabilidade que possuíam no PNI? Clubes, igrejas, campos de futebol, espaços importantes para a vida social, o que o Estado fez em relação a isso?

O senhor Bruno mostrou outros elementos da vida cotidiana destes sujeitos, momentos de descontração construídos nas relações sociais do viver em “comunidade”. Reproduzir os modos de vida significa também recriar os espaços capazes de amenizar o cotidiano constituído através do trabalho. Como expressa: “Então o pessoal se reunia fim de semana, sábado e domingo era no clube, jogar baralho, jogar bolão”.²³⁴

À medida que o senhor Bruno narrava o processo de formação da “comunidade”, cabe dizer que é impressionante a organização social estabelecida por estes sujeitos na tentativa de reproduzir seus modos de vida. Pelo menos no modo como contou. Uma organização que, segundo ele, ocorreu de maneira detalhada e com tarefas definidas para os participantes:

Tudo em comunidade! Porque em primeiro, bom, quando você chegou lá não tinha mais um pavilhão grande que tinha ali. Esse pavilhão foi desmanchado e foi construído aquela churrasqueira enorme que tem ali no clube. A construção desse pavilhão *nós o construímos* que era de madeira. Mas o *construímos* e no dia da inauguração desse pavilhão que era grande, era enorme aquilo, foi feito uma festa e foi pago tudo as despesas, *ficamos sem dívidas*. A igreja depois *construímos*, até *nós fomos* lá, eu o presidente e o tesoureiro fomos lá, em Dois Irmãos, *fomos* que essa igreja mais ou menos que nem a de Dois Irmãos, *nós fomos* olhar um modelo de igreja pra fazer uma igreja aqui também. E o mesmo que fez aquela, construiu aquela igreja em Dois Irmãos, construiu essa aqui também. E no dia da inauguração dessa igreja aqui, *fizemos* a festa e na segunda feira *pagamos nossas dívidas*. De novo *ficamos* sem dívida *de tanto que deu a*

²³⁴ Id.

*colaboração do pessoal. Cada um colaborou com soja, com milho, como podia colaborar cada um colaborava.*²³⁵ [grifos meus]

É interessante observar no relato o quanto algumas palavras se repetem. “Fomos”; “nós”; “construímos”. Isso não acontece por acaso. Ao olhar para o emprego das palavras e analisá-las no conjunto do relato, é possível ponderar que esta memória narrada ficou marcada por laços de reciprocidade que se constituíram durante o período do reassentamento. Valores e sentidos, que para o senhor Bruno fluem de maneira quase naturalizada.

Por outro lado, é preciso olhar para o relato e entender que o senhor Bruno não está falando sobre isso para um velho amigo. Está sentado à frente de alguém que não o conhece e assim, tenta trazer aquilo que considera mais significativo. Rememorando desta maneira, está também recriando sentidos para a experiência vivida de forma coletiva.

Com este processo em movimento, no final da década de 1970, a grande maioria das famílias já estava reassentada e suas propriedades produzindo. Alguns espaços de sociabilidades também já estavam construídos e, de uma maneira geral, lentamente cada família buscava se adaptar ao novo lugar. Talvez caiba agora dizer que finalmente este período árduo passou. Porém, as trajetórias destes colonos podem até ser comparadas a uma epopeia. Viver da terra e na terra parecia se tornar cada vez mais uma utopia em suas vidas.

O cenário é o final da década de 1970 e início dos anos 1980, um espaço localizado no Oeste do Paraná, lugar onde a maior usina hidrelétrica da história brasileira estava sendo planejada e pouco tempo depois, foi executada. É certo dizer que não era o momento que muitas dessas famílias repousariam tranquilas e seguras em seu lar. Nas palavras do senhor Vitorino: “[...] depois veio a Itaipu e recuou nós um pouquinho pra cima. Nós ia ganhar mais terra mas naquele intervalo, a Itaipu entro no meio. Ali, fizeram aquela barragem, ali em [19]74 por aí. Vieram alí, daí recuaram nós mais pra cima.”²³⁶

O recuar para cima, narrado pelo senhor Vitorino, traz uma lembrança do movimento causado pelo fechamento das comportas de Itaipu. O avanço das águas sobre as propriedades foi também o avanço de novas desapropriações e a destituição de relações sociais e modos de vida.

3.2 “ERA UMA COMUNIDADE FORTE MAS POR CAUSA DA CRIAÇÃO DO LAGO DE ITAIPU, TEVE QUE SAIR TODO MUNDO.”

²³⁵ Id.

²³⁶ Entrevista concedida pelo senhor Vitorino Kuhn ao autor em São Miguel do Iguçu, 12 de fevereiro de 2009.

O final da década de 1970 significou outro marco na vida de muitas pessoas no Oeste do Paraná. O começo das atividades da construção da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional foi também o início de mudanças drásticas para muitos agricultores colonos neste espaço fronteiriço nas cercanias do Ocoí. Mais uma vez, a vida destes sujeitos estava prestes a sofrer outro processo de desapropriação.

Por meio do trabalho de Maria de Fátima Bento Ribeiro, intitulado: *Memórias do concreto: vozes na construção de Itaipu*, foi possível trazer para a análise um pouco deste processo de construção da usina e dos embates que passaram a se estender no espaço Oeste.

Segundo a autora, o clima de insegurança e angústia que se estendeu no final da década de 1970 foi ocasionado a partir do momento que os funcionários de Itaipu passaram a visitar as terras que seriam desapropriadas para efetuarem as medições necessárias para o cálculo das indenizações.²³⁷ Para Maria F. B. Ribeiro, o que mais preocupava os moradores da área a ser atingida pelo reservatório, agricultores e pequenos comerciantes, era o fato de não saberem quando as indenizações iriam acontecer nem quanto receberiam por suas propriedades.²³⁸

Ao mesmo tempo em que a desapropriação dos colonos do PNI foi realizada e justificada através de ideais de construção de Unidades de Conservação, separando o homem da natureza, para que esta última não deixasse de existir, o Estado pleiteava uma política de desenvolvimento que acabou gerando uma das maiores catástrofes ambientais e sociais, com a construção da usina de Itaipu.

Em meio a políticas de preservação, políticas de ocupação/colonização de fronteiras nacionais e de desenvolvimento energético, quem pagou o preço dessa movimentação foram aqueles que menos tinham a ver com as decisões tomadas pelo Estado. Estes colonos, imbricados nestes três movimentos, trazem para este trabalho as marcas que ficaram em suas memórias.

Assim, em 1974 iniciaram-se os estudos para construção de Itaipu, que afetaram diretamente os municípios da região Oeste do Paraná. Foz do Iguaçu, São Miguel, Medianeira, Matelândia, Santa Helena, Marechal Cândido Rondon, Terra Roxa e Guaíra são

²³⁷ A Usina Hidrelétrica de Itaipu foi construída no leito do Rio Paraná, no Oeste do Paraná, um espaço de fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Para Maria de Fátima Ribeiro, além do gigantismo físico da obra, o que mais chama atenção foram os gigantescos problemas sociais causados pela Itaipu. Segundo a autora, o projeto de Itaipu contribuiu para uma orientação política, que havia decidido pelo aproveitamento máximo dos recursos hídricos na produção de energia. Neste caso, a Itaipu foi uma ferramenta indispensável para promover o desenvolvimento e o progresso, num período marcado pelo regime militar.

²³⁸ RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. *Memórias do concreto: vozes na construção de Itaipu*. Cascavel: Edunioeste: 2002. p. 21.

exemplos daqueles que sofreram este processo. Para que o projeto fosse realizado, seria necessário desapropriar uma área de 1.350 km², sendo 780 km² no Brasil e 570 km² no Paraguai, espaço este que ficaria submerso.²³⁹

O programa de desapropriação se estendeu por um período de quatro anos e enquanto a Itaipu não necessitava das terras para o alagamento foi permitido aos colonos as utilizarem.²⁴⁰ Para isso, ofereceu-se aos agricultores uma carta de anuência junto aos estabelecimentos bancários, para fins de financiamento e custeio para o plantio, chegando a um total de 2.146 cartas. Entretanto, segundo Maria de Fátima Ribeiro, os acordos com os colonos foram realizados de uma maneira que causou desorganização social, pois, primeiramente foram indenizadas lojas, farmácias, oficinas, ocasionando a dificuldade de permanência dos agricultores nestes espaços, visto que ficaram sem um mínimo de infraestrutura. Além disso, de uma maneira geral, o preço pago por Itaipu foi muito menor do que o valor de mercado.²⁴¹

Juntamente com esse conglomerado de famílias que passaram a receber as notícias da expropriação, estavam também as centenas de famílias recém reassentadas no projeto PIC-OCOÍ. Um projeto de reassentamento elaborado pelo governo federal que parecia ser seguro acabou sendo assolado por outro projeto de âmbito nacional. Desta forma, boa parte das famílias reassentadas, mais uma vez, começaram a preparar suas malas para a insegurança da mudança.

Como citado anteriormente, o PIC-OCOÍ tinha como soma total cerca de 12.500 hectares, distribuídos entre os municípios de Foz do Iguaçu até São Miguel do Iguaçu, compreendendo uma faixa horizontal no sentido Leste e Oeste desde a margem do Rio Paraná. O total dessa área foi planejado tendo em vista a área desapropriada do PNI, objetivando o reassentamento daqueles que possuíam títulos de terras.

Após o fechamento das comportas de Itaipu na década de 1980, e posterior alagamento das terras, o PIC-OCOÍ passou a compreender apenas cerca de 4.500 hectares, ficando estreitamente localizado no município de São Miguel do Iguaçu. Com este novo processo de desapropriação em menos de 10 anos, a busca por novos viveres encaminhou estes sujeitos para o Centro Oeste e Norte do País e até mesmo para o Paraguai.

²³⁹ Ibid., 2002, p. 25.

²⁴⁰ Segundo o trabalho de Maria Ribeiro, “[...] o programa de desapropriação foi executado no período compreendido entre 1978 e setembro de 1982, e somente do lado brasileiro afetou uma população estimada em 40 mil pessoas.” Ainda em Maria Ribeiro, as desapropriações realizadas nos oito municípios que seriam afetados pelo alagamento causaram grandes problemas, pois os núcleos comunitários passaram a ser desfeitos e as famílias tomaram diferentes caminhos.

²⁴¹ Ibid., 2002, p. 29.

Dos três distritos atuais que se formaram a partir do Projeto Integrado de Colonização Ocoí, o que mais sofreu com o alagamento foi São José do Ocoí, que conta atualmente com cerca de 17 famílias.²⁴² De qualquer forma, todo o projeto Ocoí sofreu de alguma maneira com o alagamento e as memórias narradas daqueles que viveram este processo podem e contribuem para a discussão.

Chama atenção, pois, mesmo com os problemas causados no Projeto Ocoí, com o alagamento cogitou-se, por volta de 1976, o abastecimento do canteiro de obras de Itaipu com produção agrícola do PIC-OCOÍ.

O abastecimento de toda a região com horticulturas produzidas no Ocoí é um dos objetivos que serão levados a cabo, pelos órgãos, desenvolvendo essa atividade e solucionando problemas de ambas as partes. Inicialmente será realizado um curso de preparação para os técnicos que acompanharão os colonos do PIC-OCOÍ, dando-lhes assistência contínua, já que a horticultura envolve um risco bastante elevado e requer conhecimento específico.²⁴³

Ao mesmo tempo que os órgãos responsáveis pensavam em estratégias de abastecer a região e, principalmente, o canteiro de obras que passaria a receber milhares de trabalhadores, as faziam olhando para os colonos do Ocoí, os quais há pouco haviam e muitos ainda estavam sendo reassentados. Buscavam solucionar os problemas de ambas as partes, ou seja, o suprimento de uma grande mão-de-obra que estava para chegar no espaço Oeste e a construção do próprio Projeto Ocoí.

Durante o trabalho de campo, perguntei de maneira geral para os entrevistados sobre o processo de alagamento das terras, pagamento das indenizações e como atravessaram esta nova fase. Em geral, muitas foram as memórias contadas sobre este novo episódio em suas vidas. O mais interessante é o fato de que ainda hoje muitas destas pessoas sofrem as consequências causadas neste período em que Itaipu fechou suas comportas.

Importa ressaltar que no interior de todo o projeto Ocoí, realizado pelo INCRA, foi destinada uma área demarcada enquanto reserva coletiva, uma espécie de “área verde”. Esta área consistia em torno de 20% do total das terras destinadas pelo INCRA, dentro das quais ninguém deveria tocar. Um espaço resguardado como área de preservação para todos aqueles que estavam inseridos no projeto e, desta forma, os colonos tinham carta branca para desmatar suas propriedades.

²⁴² Levantamento realizado em 23 de março de 2009, junto aos moradores do distrito.

²⁴³ JORNAL A VOZ DO OESTE, *Ocoí abastecerá Itaipu?*. n° 262, Toledo, 07 de agosto de 1976.

Destaco esta questão neste momento, pois com o alagamento das terras, a reserva coletiva ou área verde sofreu modificações. É a partir e com estas modificações que nos dias de hoje estão inseridos alguns dos debates e dilemas mais complicados na vida daqueles que lá ainda vivem. Conflitos que se engendraram em outra temporalidade, mas que ganham força na contemporaneidade. Um espaço que se tornou também um campo de disputa simbólica.

O senhor Alfredo ajuda a compreender o processo vivido:

São José era uma vila diferente, porque tinha muita área que foi alagada. Então o INCRA sabia que tinha gente que tinha que se alojar em algum lugar e não era pra construir naquelas áreas que foi alagada. Não era pra construir. Daí eles pegaram uma área de terra ali no, em São José e dividiram tudo em lotes de meio hectare. E daí deram pra aquele povo. Esses lotes eram definitivos, só que as áreas que eles receberam que foram alagadas, era definitiva também. Só que o que ele recebia ele sabia que no futuro ele ia ser indenizado pela Itaipu. E também não demorou muito. Até, [19]81 eu acho todos foram indenizados.²⁴⁴

Chamo atenção primeiramente para o fato de que o senhor Alfredo não está narrando um processo que ele experimentou. Mas sim, vivido por outros, tais como, parentes e amigos. Suas terras não foram alagadas e desta forma, talvez a revolta ou outro sentimento de desprezo estivessem ausentes da narrativa. Sua memória apresenta um processo vivido de forma tranquila, pois perderam suas terras, mas foram indenizados.

Ao analisar o relato acima, dá-se a entender que o INCRA, enquanto executor do reassentamento, tinha conhecimento de que muitas das terras que estavam sendo distribuídas seriam alagadas e mesmo assim, reassentaram estas pessoas. Talvez pela questão burocrática, muitas destas famílias tiveram que se contentar com aquelas terras sem poder criar laços e deveriam estar prontas para sair. Um viver provisório, que além de destituir os modos de vida, deixou estes sujeitos à mercê da insegurança e da própria realidade de mais uma desapropriação.

Outra observação que pude fazer a partir do apresentado pelos entrevistados foi a distribuição de terras feita pelo INCRA durante a desapropriação do PNI. Em geral, o projeto Ocoí estava dividido em pequenas propriedades, de 10 a 20 hectares. Porém, para aqueles que tinham mais do que esta quantia no PNI, eram concedidos dois espaços: uma área dentro de um dos distritos, que não seria alagada, e outra área no espaço que mais tarde ficaria submerso. Assim, o agricultor colono poderia usufruir da terra até o alagamento, e num futuro próximo, a Itaipu se responsabilizaria pelo pagamento das indenizações.

²⁴⁴ Entrevista concedida pelo senhor Alfredo Matte ao autor em São Miguel do Iguçu, 28 de fevereiro de 2009.

Se o INCRA já possuía informações do alagamento ou não, isso é uma questão ainda em aberto, pois as narrativas analisadas nesta pesquisa muitas vezes se colocam de forma ambígua em relação a esse assunto. Porém, ao observar o conjunto dos relatos e as práticas dos órgãos responsáveis envolvidos, seria um descaso deixar de mencionar esse fato. Talvez no início das desapropriações, 1972, o INCRA não soubesse das áreas que seriam alagadas, tendo em vista que os estudos de Itaipu iniciaram-se em 1974. Entretanto, a partir desse período o reassentamento em áreas de alagamento deve ser olhado de outra forma.

Eugenio – Não, logo não, mas um ano depois já, tanto é que o INCRA não deu o título definitivo daquela terra. Me parece que só se chamava título provisório.

Rudy – Então provavelmente o INCRA já sabia?

Eugenio – Já sabia sim! Já sabia.

A senhora Irma e sua família são exemplos de outras mais que viveram esta realidade de possuírem duas propriedades ao mesmo tempo e, com isso, tiveram que adaptar suas vidas para administrar estes espaços longínquos. Nas palavras dela,

Lá nós fomos indenizado. Mas aqui nós tinha que pagar um pouco, um tanto ainda pra essa terra aqui. E depois recebemos mais 20 hectares lá aonde a Itaipu pegou e ali nós também fomos indenizados. Mas uma mixaria! E daí o pai comprou outra terra ali, como é que se chamava? Ocoí 2.²⁴⁵

Estas famílias, para manterem sua subsistência, tinham que se deslocar de suas propriedades “definitivas” ou onde tinham as benfeitorias, para as terras no então Ocoí 2, distribuídas para uso programado até o alagamento. Assim, suas vidas também ficaram divididas, pois algumas famílias se direcionavam para estes espaços e lá permaneciam durante a semana, enquanto que o restante ficava na outra propriedade.

Dois lugares ao mesmo tempo, tema discutido no segundo capítulo, parece na trajetória de vida destas pessoas uma constante. Por mais que estes agricultores colonos lutassem e tentassem constituir suas propriedades desde a década de 1960, quando saíram do Rio Grande do Sul ou de Santa Catarina, essa realidade da fixação na terra parece estar sempre fugindo de duas mãos.

O senhor Eugênio, filho da senhora Irma, continua, a partir da fala de sua mãe:

²⁴⁵ Entrevista concedida pela senhora Irma Sauzen, Eugênio Sauzen e Claudete Terezinha Sauzen ao autor em São Miguel do Iguçu, em 17 de fevereiro de 2009.

Pegamos aqui 26 hectares e mais 20 hectares próximo ao... A estrada se chamava Estrada Guaíra. É uma estrada que tinha costeando o rio Paraná que ia de Guaíra a Foz . Então era 20 hectares. Esse foi os 20 hectares que alagou. Eu desconfio que hoje seja uma ilhazinha a nossa terra lá porque era bem alto assim.²⁴⁶

Os 26 hectares mencionados pelo senhor Eugênio tratam-se da atual propriedade da família situada no distrito de Santa Cruz do Ocoí. Com relação aos demais 20 hectares, está exatamente se referindo a uma outra propriedade que receberam como compensação pela desapropriação. Uma área de terra que fica próxima ao rio Paraná no denominado PIC-2, ou também chamado pelos depoentes de Ocoí 2, espaço este que foi destinado para ser submerso.

Porém, apesar da narrativa ser importante, o que mais chama atenção na fala do senhor Eugênio são os sentidos e valores marcados em sua memória. Ao narrar este fato em sua vida, ao mesmo tempo o senhor Eugênio está rememorando e avaliando o passado, enchendo-se de sentimentos sobre qual destino suas terras teriam recebido.

Ao encerrar a sua fala “Eu desconfio que hoje seja uma ilhazinha [...]”, está também refletindo sobre o processo de alagamento que viveu e a perda daquela terra. Sem deixar de ter esperanças de que a sua propriedade não tivera o mesmo destino que as demais. A esperança é o elemento que mais me chamou atenção nesta fala do senhor Eugênio, uma rememoração que olha para o passado e não se deixa vencer. Há um sentimento intrínseco de que a terra que perdera, a despeito da indenização, não foi submersa. Não há como não considerar que essa é uma forma de resistência produzida como memória.

Além disso, esta narrativa traz para a análise aspectos físicos da região Oeste que deixaram de existir depois da construção do Itaipu. Um espaço que foi construído e que hoje existe apenas nas memórias daqueles que viveram por tais caminhos. A “Estrada Guaíra”, referida na narrativa acima, é um exemplo daquilo que, assim como muitas outras coisas, ficou debaixo d’água e que só retorna à superfície através da memória investigada pelos *mergulhadores do passado*, um retorno que muitas vezes reestrutura sentidos dentro de cada temporalidade.

Viver mais uma desapropriação foi certamente um processo penoso para estas famílias e o senhor Severino traz um relato que ajuda a compreender essas dificuldades:

Por causa da Itaipu. Se não hoje nós não estaríamos aqui. Ou quem sabe, estaria morando aqui, mas com terra lá. Daí o INCRA indenizou uma parte. Falavam o INCRA, primeiro tempo era o IBRA mas depois veio o INCRA. Indenizou as parte lá, as lavouras que tinha, as frutas lá, todo mundo já tinha

²⁴⁶Idem.

fruta à vontade, as lavoura tudo já podia pegar o trator pra lavrar. Não tinha toco, não tinha mais nada. E daí indenizou aquilo ali. As casas, galpão, chiqueiro de porco, podia levar pra cá [*Ocoí*]. Essa casa, agora tamos reformando um pouco, essas madeiras era tudo de lá [*PNI*]. Tudo de lá. Desmontava e trazia.²⁴⁷

Apesar de em alguns relatos o PIC-2 aparecer enquanto um espaço provisório, percebe-se na fala do senhor Severino que ele não era visto enquanto tal. Cultivar frutas, construir chiqueiros de porcos, casas, galpões não apresenta uma vida provisória. É importante lembrar que as benfeitorias que possuíam no PNI foram trazidas para o PIC-OCOÍ, e desta forma, fica difícil pensar em um reassentamento provisório. Se muitas famílias por volta de 1978 já sabiam que teriam suas terras alagadas, mesmo assim ainda precisavam sobreviver naquele espaço sendo impossível fazê-lo sem as benfeitorias necessárias. O trabalho de construir, desmanchar e reconstruir em outro lugar tornou-se uma constante nas narrativas.

Ao trazer para os relatos o movimento de reconstrução de benfeitorias o senhor Severino rememora, analisa, reflete sobre o passado vivido imerso nas questões do presente. A sua atual moradia aparece contada como eixo da reflexão. Uma residência que, por ter sido construída pela família com o material proveniente do PNI, representa as marcas desse passado. Um símbolo de luta e superação das diversas mudanças vividas em tão pouco tempo.

As madeiras da casa antiga do senhor Severino certamente possuem marcas das vezes em que passou por reconstruções. Marcas causadas pelos pregos que atravessaram, foram retirados e depois atravessados novamente. Assim como estas madeiras também é a memória do senhor Severino. Dele e de muitas outras pessoas que vivenciaram esse processo de lutas desempenhadas nas décadas de 1960-1970 pela posse da terra e a sobrevivência nela.

Além das desapropriações causadas por Itaipu, isso não se restringiu apenas aos moradores do PIC-OCOÍ. Outra questão que provocou tensões mais tarde nas “comunidades” emergiu no início da década de 1980. Com o fechamento das comportas, não só agricultores e comerciantes perderam suas terras, mas também, um aldeamento indígena *Guarani*, situado próximo ao rio Paraná foi atingido.

Assim, com o alagamento de terras foi transferida para o município de São Miguel do Iguazu e reassentada à margem do Lago de Itaipu, que estava prestes a se formar, a aldeia indígena *Nhandéva*. Esta área foi demarcada pela FUNAI em 1982 como compensação pela inundação da antiga aldeia *Jacutinga*, que se localizava às margens do rio Paraná, contando

²⁴⁷ Entrevista concedida pelo senhor Severino Berres, ao autor em São Miguel do Iguazu, 29 de janeiro de 2009.

nos dias de hoje com um posto da FUNAI, uma escola de ensino fundamental e médio e um posto de saúde. Uma reserva que abrange aproximadamente 231 hectares e possui cerca de 620 pessoas.²⁴⁸

O que este reassentamento indígena tem em comum com a problemática desta pesquisa? Num primeiro olhar pode parecer que as questões entre aldeia e os desapropriados do PNI não estão relacionadas. Entretanto, os indígenas foram reassentados dentro do Projeto Ocoí. Desta forma, isso é relevante pois, a partir desse processo, outros problemas passaram a fazer parte daquela área, tais como: sentimentos de pertença, luta pelo espaço, questões de identidades.

Para lançar olhares sobre o reassentamento indígena no projeto Ocoí, inicio fazendo uso das memórias do senhor Vitorino. Assim como para os outros entrevistados, solicitei ao senhor Vitorino que versasse sobre as experiências que teve a partir de Itaipu, na década de 1980. Suas lembranças relacionaram-se com questões ambientais e tensões entre indígenas e não indígenas que emergem no presente. Assim, em suas palavras:

Os índios vieram depois em [19]82, 83 por aí. Que é a hora que a Itaipu trancou lá embaixo. Aí eles tiveram que tirar. Porque, foi o seguinte: O INCRA deixou a reserva, 20% que eles estão falando hoje aquela história aí. Deixou ali. Aí, até aí tudo bem. Ali pra baixo onde eles [...] Eram também uns lote grande. Era tudo reserva que o INCRA deixou. Daí nós podia derrubar tudo o nosso mato, Depois tinha os índios lá embaixo que moravam perto do Paranazão [*rio Paraná*]. Lá também eles não tinha onde colocar. Aí trouxeram os índio ali. Então, nós tinha nossa reserva, os 20% legal que eles falam, só que agora com esse ali fiquemo [...] Só que não tem nada documentado. Porque isso pra valer tinha que tá na nossa escritura, averbado, então tá nessa.²⁴⁹

De certa forma, o início da década de 1980 no Oeste do Paraná está marcado pelo alagamento causado por Itaipu seguido das desapropriações que foram realizadas. Dentre elas, as famílias do projeto Ocoí e o aldeamento indígena. Com a formação do lago, a solução encontrada para reassentar o aldeamento foi transferir os índios para o Projeto Ocoí, tendo em vista que existia neste espaço uma grande área de terras constituídas por floresta. Uma “reserva verde”. Surgem nesse momento, segundo os moradores, problemas que passarão a emergir na década de 1990.

²⁴⁸ SILVA, Evaldo Mendes. Folhas ao vento: a micromobilidade de grupos Mbya e Nhandéva (Guarani) na Tríplice Fronteira Rio de Janeiro, UFRJ, Tese (doutorado em Antropologia), 2007. p.58. Cabe ressaltar que os números demográficos são flexíveis, tendo em vista a mobilidade realizada pelos integrantes desse grupo nesse espaço de fronteiras nacionais, os quais possuem como prática, o deslocamento para outros aldeamentos localizados no Paraguai e Argentina.

²⁴⁹ Entrevista concedida pelo senhor Vitorino Kuhn, ao autor em São Miguel do Iguazu, 12 de fevereiro de 2009.

O problema do reassentamento indígena, aos olhos dos membros do Projeto Ocoí, é que a aldeia foi afixada em um espaço tomado deles, os agricultores. A área de terra formada por mata, nada mais era do que a “reserva verde” ou, reserva coletiva destinada pelo INCRA ao projeto. Algo que garantia aos agricultores realizar total desmatamento de suas propriedades. Neste sentido, quando a reserva passa a ser ocupada pelos índios, as preocupações de perda deste espaço e com isso de num futuro terem que reflorestar parte de suas propriedades, passou a perturbar os agricultores.

Ao trazer em sua fala “nossa reserva”, a memória do senhor Vitorino traz consigo sentimentos de medo e revolta pela perda daquilo que era tomado enquanto dele e dos demais que haviam sido reassentados naquele espaço num primeiro momento. Uma luta pelo espaço ocupado que se constitui nas memórias e que ao longo da década de 1990 vai motivar tensões entre colonos e indígenas.

Tratam-se de elementos que na própria narrativa podem ser apreendidos pois, além de estar falando para um pesquisador, está também questionando o que ele e outras famílias vivem atualmente. Ao dizer, “20% que eles estão falando hoje” e encerrar com “então tá nessa”, o senhor Vitorino expressa problemas que não estão resolvidos devido ao desmatamento que realizaram em suas propriedades, que era justificado e garantido através da reserva coletiva. Porém, com a transferência dos indígenas, o Projeto Ocoí acabou perdendo este área de reserva e as famílias dos agricultores passaram a sofrer pressões de órgãos como o Instituto Ambiental do Paraná – IAP, que passou a exigir o reflorestamento de algumas propriedades.

Para o senhor Alfredo, as marcas do processo não se colocam tão diferentes das apresentadas pelo senhor Vitorino. Para ele, o grande causador destes problemas foi a Itaipu, pois sem o alagamento não teriam vivido novas desapropriações e o reassentamento indígena não teria acontecido. Como o próprio depoente diz, uma espécie de acidente, “Essa área indígena aí, isso é um acidente de percurso. Acidente, tu viaja e de repente acontece um acidente, ou estraga o carro ou alguma coisa enguiça ali, um acidente”.²⁵⁰

É interessante observar a analogia que o senhor Alfredo utiliza para tratar do ocorrido. Certamente acidentes são inesperados e as consequências podem ser graves ou não. Para ele, o acidente, como assim o chama, custou-lhe a perda de terras e a divisão do espaço que antes era apenas tomado enquanto campo. No seu caso em específico, passou a ter como

²⁵⁰ Entrevista concedida pelo senhor Alfredo Matte, ao autor em São Miguel do Iguaçu, 28 de fevereiro de 2009.

vizinhos sujeitos que não participavam de seus modos de vida e daquela comunidade em construção.

Um acidente justificado por meio da ação causada pela Itaipu, a qual tentou em um curto espaço de tempo resolver o problema do reassentamento do aldeamento indígena. Com isso, acabou transferindo-a para uma área provisória que se tornou definitiva, um espaço com poucos recursos para sobrevivência. Porém, o que mais chama atenção nas palavras do senhor Alfredo são os problemas que o tema traz à tona, relacionados, segundo ele, aos erros de planejamento do alagamento:

Só que dessas áreas, os índios tão ocupando uma grande parte. E além disso o INCRA deixou área beirando o Lago [*Lago de Itaipu*]. Deixou, outras áreas que eles se enganaram por erro de medições. Daí depois a Itaipu desapropriou. E tem áreas que o INCRA deixou que era reserva permanente do projeto também foi alagada. O Jacob que era o executor do projeto Ocoí, ele disse que recebeu em [19]78, 79, de repente ele recebeu um ofício de Brasília: oh você tem tantos meses pra você encerrar o projeto, você tem tanto tempo pra encerrar o projeto e o INCRA se retirar de lá. E daí era um prazo muito curto. Ele disse que tinha muito problema pra resolver e ele tentou resolver alguns e outros não conseguiu.²⁵¹

Pela grandiosidade de Itaipu, também foram grandes os problemas ambientais e sociais causados. Muitas famílias viram suas terras serem cobertas por água. Com isso, o Projeto Ocoí, que fora criado na tentativa de sanar os problemas causados pela formação do PNI, acabou inserindo-se no processo de constituição de Itaipu, tornando-se passivo de novos problemas sociais.

Sobre os problemas de reflorestamento causados pela transferência dos indígenas à reserva permanente, cabe ainda as palavras do senhor Alfredo que ajudam a pensar: “Deve ter alguma pendência ainda. Mas a medida que surge os problemas, o INCRA vem e resolve. E essa é uma pendência que ficou. É uma pendência grave, não foi resolvida ainda”.²⁵²

3.3 “POR ENQUANTO NÃO TÔ INCOMODANDO VOCÊS, VAMOS VER O QUE VAI ACONTECER NO FUTURO”: OS EMBATES DO PRESENTE

Durante a feitura desta dissertação, trouxe para a análise não apenas o passado vivido por muitas famílias e que pouco aparece na historiografia regional. Procurei perceber o

²⁵¹ Id.

²⁵² Id.

quanto estas narrativas analisadas reivindicam o passado a partir das questões que emergem no presente.

Entretanto, no meio deste percurso de reflexão histórica, algumas questões aparecem não resolvidas. Questões que se encontram imbricadas no passado, que, devido às complexidades experimentadas neste movimento de desapropriação e reassentamento, acabaram proporcionando tensões e gerando novas apreensões. Assim, a tentativa é a de discutir o quanto este processo se encontra ativo não apenas na memória, mas também, nas práticas sociais destes sujeitos.

Para isso encontrei em Raymond Williams, em sua obra *Marxismo e Literatura*, elementos importantes para entender o quanto estas práticas tomadas como formas de vida no campo podem ser consideradas resíduos desse passado. Para o autor, “residual” é aquilo que foi formado no passado, mas ainda está ativo no processo cultural não apenas como elemento deste passado, mas como algo efetivo do presente.²⁵³

Ainda assim é importante lembrar que mesmo com o residual presente, novos significados e valores, novas práticas, novas relações e tipos de relações podem e são continuamente criados e recriados. Aquilo que Williams chamou de “emergente” dentro da cultura dos diferentes grupos, reestrutura o presente no próprio movimento de análise do passado.²⁵⁴

Como citado, a transferência dos indígenas para o espaço do Projeto Ocoí, além de gerar problemas referentes à posse das terras, estimulou “conflitos” entre colonos e indígenas. Antes da transferência indígena, os colonos olhavam para a reserva permanente enquanto detentores do direito sobre aquele espaço. Depois que a transferência foi efetivada, aparece nas narrativas um sentimento de perda. Esse sentimento e, mais tarde, a própria cobrança do IBAMA e do IAP pelo reflorestamento são elementos construtores dessas relações carregadas de tensão.

O senhor Alfredo traz significados importantes para essa análise. Nas palavras do depoente:

Esse chefe do IAP, em Foz do Iguaçu, ele disse: “por enquanto não tô incomodando vocês, vamos ver o que vai acontecer no futuro”. O IBAMA veio uma vez, teve uma reunião ali em Santa Rosa. Ele queria que todos os moradores de Santa Rosa, Santa Cruz, reflorestassem 20% beirando a área indígena. Só que não foi discutido. Andaram discutindo, queriam brigar. Daí nós, não. Nós não fizemos aquilo ali acabou. Nós não fizemos. Nós

²⁵³ WILLIAMS, op. cit. 1979.

²⁵⁴ Ibid., 1979. p. 19.

temos a área de preservação permanente que o INCRA deixou e nós queremos que seja respeitado. E nós não vamos reflorestar na beira dos índios porque daí eles também vão ocupar aquelas áreas.²⁵⁵

Chamo atenção não apenas pelas informações colocadas na narrativa sobre a pressão instituída pelos órgãos do IBAMA e IAP. Mas, também para a justificativa de que os colonos, enquanto movimento organizado, apresentam. Neste caso, o passado de reassentamento planejado garantido pelo Governo Federal através do projeto criado pelo INCRA é o argumento que utilizam para negarem as exigências de reflorestamento.

Ao trazer em sua narrativa a palavra “nós”, além de estar evidenciando para o entrevistador a imagem de uma organização enquanto “comunidade” e uma identidade que busca diferenciar-se do outro, do indígena, está também reivindicando posse sobre a reserva permanente. Para estes colonos, a reserva permanente lhes garantiria o desmatamento de suas propriedades e com isso ela não era apenas parte do projeto, mas também parte de suas terras.

Olhando por este ângulo, é passível de compreensão a revolta destas pessoas ao receberem em suas comunidades membros do IBAMA impondo tais propostas. Depois de sofrerem uma desapropriação, um reassentamento, alguns uma nova desapropriação, agora passam a ser informados que muitos terão de reflorestar suas propriedades e, com isso, perder parte de suas terras produtivas. Além desse problema, outro que não deve ser esquecido é que, em meio a estas questões, muitos colonos passaram a ver na figura do indígena o motivo de seus embates atuais, acirrando tensões nas relações sociais com estes.

Para o senhor Alfredo, assim como para os demais entrevistados da pesquisa, os indígenas ocupam uma área irregular que, além de não lhes proporcionar espaço suficiente para sobrevivência, constitui parte das terras que deveriam ficar ausentes da presença humana como garantia do desmatamento das demais propriedades. Nas palavras do senhor Alfredo,

Então os índios, na verdade eles estão ali numa área completamente irregular, totalmente irregular. E é numa baixada, é beira de lago, lugar baixo, imagina quando o povo que tem as terras no alto passam inseticida. Isso durante a noite no outro dia de manhã todo aquele inseticida baixou lá. É sério, o problema deles ali é sério. É tudo arezinha estreita. Daí uma vez andaram mecanizando, queriam mecanizar até na beira do lago. Aí veio o IAP proibiu. Multou Itaipu, multou prefeitura, FUNAI, multou todo mundo e tiveram que abandonar. Não podem até na beira do lago. Não podiam mecanizar essa área. Por causa dessa área indígena nós vamos ter uma briga pesada ainda. Nós vamos ter uma briga pesada.²⁵⁶

²⁵⁵ Entrevista concedida pelo senhor Alfredo Matte, ao autor em São Miguel do Iguacu, 28 de fevereiro de 2009.

²⁵⁶ Id.

É interessante observar, pois, as discordâncias que existem entre as ações dos diferentes órgãos do governo estadual ou federal são evidenciadas na fala do senhor Alfredo. Enquanto Itaipu tenta sanar os problemas causados por ela mesma estimulando a mecanização, demonstra uma política totalmente contraditória com as discussões ambientais que promove atualmente, que busca preservar os leitos de rios e bacias hidrográficas reconstituindo matas ciliares.

Todavia, assim como o senhor Alfredo explicita, o aldeamento acabou sendo fixado em uma estreita faixa de terra beirando o lago de Itaipu. Para sobreviverem precisam plantar. Porém, não é permitido desmatar próximo ao lago e assim, ficam à mercê da assistência do Estado e dos projetos que Itaipu ao longo dos anos passou a desenvolver. Um deles, a implantação de tanques redes no lago para a criação de peixes como forma de obtenção de subsistência.

Ao encerrar sua narrativa, o senhor Alfredo deixou claro que este embate não está resolvido e mais cedo ou mais tarde, sofrerão as consequências dos problemas acumulados ao longo dos anos. Mesmo que a Itaipu apareça nas narrativas como a principal culpada, a aldeia ainda é o elemento mais referenciado quando se trata de possíveis problemas no futuro e carrega consigo um forte estigma dentro das comunidades do Projeto Ocoí.

Durante o trabalho de campo percebi que ao questionar os entrevistados sobre tais questões, primeiramente havia uma espécie de receio. Enquanto pesquisador, não apresentava uma postura que defendesse nenhum dos lados, e com o tempo, as narrativas foram apresentando outros aspectos, os quais confesso que muitas vezes me deixaram chocado pela carga de estigmas criados sobre a figura do indígena.

É possível através desses relatos compreender como a vida hoje no espaço Ocoí está organizada e carregada de tensões. Para a senhora Irma, os indígenas não ocupam uma área de terra que lhes proporciona sobrevivência. No entanto, a forma como ela olha para o modo de viver indígena traz consigo uma ideia estigmatizada de um sujeito que deve viver da caça e pesca. Nas suas palavras:

Os índios, os índios pegaram uma área. Como o meu cunhado ali. Ele mora ali. Daí ele tinha que entregar as terras dele porque ia até na sanga. Ele perdeu, porque os índios, foi colocado os índios naquela terrinha ali. Aquilo não é lugar pra índio. Mas o índio tinha que morar aonde tinha caça e pesca essas coisa, não aqui, onde não fazem nada. E eles ganham de tudo.²⁵⁷

²⁵⁷ Entrevista concedida pela senhora Irma Sauzen, Eugênio Sauzen e Claudete Terezinha Sauzen ao autor em São Miguel, do Iguaçu em 17 de fevereiro de 2009.

Este olhar lançado pela senhora Irma, que ao mesmo tempo narra e também analisa o presente, não está ausente de revolta ou preconceitos. Ao encerrar sua fala com as seguintes frases: “[...] onde não fazem nada. E eles ganham de tudo.”, não olha para aquele aldeamento de maneira que lhe agrada. Uma revolta que pode estar relacionada com o fato da perda de terras de alguns colonos e a cobrança atual pelo reflorestamento ou apenas sentimentos que estigmatizam os diferentes modos de viver do indígena.

O cunhado que a senhora Irma referencia em sua fala é o senhor Severino Berres, já citado nesse trabalho. Pude compreender melhor o que ela dizia depois que estive em sua casa, que hoje sofre um dilema de ter que vender suas vacas de leite, pois se o reflorestamento for efetivado não terá espaço para criá-las. Confesso que depois de fazer esta visita e ver como é sobreviver a partir de uma pequena propriedade, ficou mais fácil compreender as manifestações destas memórias. Ao mesmo tempo, sem deixar de considerar a própria problemática da presença indígena naquele lugar, que de igual forma encontra-se permanentemente ameaçada na constituição de seus modos de vida.

O que chama atenção no relato da senhora Irma é a sua última frase, que versa sobre a assistência que a aldeia recebe das instâncias governamentais. Logo em seguida o seu filho Eugênio complementa a fala da mãe e apresenta a sua visão, que acredito não ser apenas sua, mas de outros agricultores colonos que dividem espaço com o aldeamento indígena. Para o senhor Eugênio, os indígenas hoje ali presentes encontram-se dependentes do Estado, pois não conseguem sobreviver sozinhos naquela pequena faixa de terra que para eles foi dedicada:

Mas como é que eles iam ter sobrevivência, eles não tem sobrevivência. A não ser receber digamos assim, um sistema bem paternalista. É que esse sistema ele é bastante paternalista, não é que a gente é contra, é o próprio sistema, a própria área de terra e as condições, não existe outra forma, é um paternalismo do Estado.²⁵⁸

Ao mesmo tempo em que não concordam com a forma de viver dos indígenas vizinhos, em alguns momentos entendem esse processo como culpa dos órgãos responsáveis pelas desapropriações e a própria construção de Itaipu. Acredito que hoje este seja um dos maiores problemas no interior do Projeto Ocoí. Ou seja, diferenças étnicas e preconceitos presentes e vividos na fronteira do e com o “outro”.

²⁵⁸ Id.

À medida que a entrevista seguiu seu movimento, pareceu não haver mais barreiras para falar do “outro”. Continuo ainda pensando na fala do senhor Eugênio, que segue da seguinte forma:

As crianças dos índios elas também tem que acompanhar não podem ficar naquela [...] Eu, pelo menos eu penso. Sim, preservar a cultura deles sim, mas adicionar outra cultura também. Não pode dizer não, se é índio tem que permanecer naquele estágio lá. Não! Eles têm o direito de adquirir conhecimento e alguma coisa tá sendo feita, não sei se é muita, mas se tem uma coisinha aqui, senão vai ficar daqui mais 500 anos, não sei quanto tempo lá vão ter que viver sempre daquela esmola do Estado e não é o correto. Hoje no momento não tem outra alternativa. Talvez num futuro, ao menos essa tribo aí, que tá aí perto da gente, a gente vê, não tem sobrevivência. A não ser assim da esmola do Estado pra dizer a verdade. E eles têm que evoluir, têm que adquirir conhecimento, tecnologias. Então, não vou dizer que é essas tecnologias que nós usamos, que é usar a química pra produzir. Mas não podem viver eternamente do paternalismo. Ou melhor, paternalismo nem é. É esmola do Estado.²⁵⁹

“Têm que evoluir, têm que adquirir conhecimento”, “preservar a cultura, mas adicionar outra cultura também”. De certa forma, o modo de viver dos indígenas do aldeamento *Nhandéva* no Projeto Ocoí é visto como uma espécie de atraso cultural. A cultura do camponês, ou as práticas de vida no campo, são colocadas como dominantes e sugerem mudanças à cultura do outro. Um campo de disputas que também são simbólicas, em que os envolvidos se enfrentam numa disputa por identidades.

A necessidade de apreender os modos de vida do “outro”, apresentada no relato acima, sugere aos indígenas uma saída para que não dependam eternamente do Estado. Um olhar que talvez o senhor Eugênio faça pensando no seu próprio modo de viver, enquanto pequeno proprietário. As formas de viver do “outro” não são contrabalanceadas na reflexão. E por mais que isso não apareça de forma tão explícita, ao sugerir uma mudança cultural está automaticamente negando as diferenças.

Estas marcas parecem se repetir em outros relatos. Porém, um dos aspectos que mais chamou atenção foi relatado por Claudete, esposa do senhor Eugênio. Ela menciona as relações que existem entre os filhos dela e de outros colonos com outras crianças indígenas que frequentavam até o ano de 2008 a mesma escola.

Pra conviver olha realmente eles chegavam do colégio e chegavam em casa, realmente tinha que lavar roupa. E se queixavam muito porque eles não têm o capricho que tem o branco. Daí o ônibus, eles entravam no ônibus sujo,

²⁵⁹ Id.

aquilo era muita queixa. Meu Deus, realmente eles vinham em casa a gente mesmo sentia e agora do ano passado pra cá eles estão mais felizes. Eles tem um ônibus separado. Isso ajuda muito.²⁶⁰

A palavra “conviver”, que traz o sentido de vida em comum, é interessante neste relato. Neste caso, dividir o mesmo espaço, seja o da escola ou no ônibus de transporte dos alunos, é a grande dificuldade apresentada por Claudete. Mas ao trazer esta fala, não está apenas baseando-se nas experiências apresentadas pelas crianças. Está também refletindo sobre as relações sociais que foram construídas no Projeto Ocoí a partir do reassentamento da aldeia indígena naquele espaço.²⁶¹

“Eles não têm o capricho que tem o branco”.²⁶² Esta frase é capaz de expressar a grandiosidade dos conflitos étnicos que ocorrem dentro do Projeto Ocoí. Os modos de viver no campo não se identificam com as práticas existentes no aldeamento indígena. As formas de se relacionar com o meio em que vivem constituem entre estes dois grupos relações sociais carregadas de tensão dentro daquele espaço.

Mesmo com as disputas étnicas e os problemas de reflorestamento que muitos colonos estão tendo que enfrentar, sem contar todo o processo de desapropriação ocorrido praticamente duas vezes, há memórias que olham para este passado enquanto glorioso. Ou, pelo menos, tentam trazer para o momento da entrevista este movimento enquanto carregado de benefícios.

É claro que as narrativas trabalhadas nesta pesquisa não se apresentam de forma unânime. Antes de um simples “revelar”, estão disputando sentidos, de forma que ao mesmo tempo, são constitutivas e constituintes destes sujeitos. Apesar de muitos analisarem este passado com olhares revoltosos, há quem expresse o contrário. Segue a fala com o senhor Alfredo:

Alfredo - Mas no final da história, analisando friamente, conscientemente: essa mudança pra nós ela trouxe grande vantagens. Nós tivemos grandes perdas, muita perda, mas muita vantagem.

Rudy – Que tipo de vantagem assim?

Alfredo – O aprendizado, isso foi uma, foi uma escola muito grande pra nós. Um ponto muito positivo, muito útil. Depois aqui também nós tivemos muito, muita, muita palestra, muita instrução. O pessoal dali, que tinha ali os técnicos, os agrônomos, os veterinários, eles acompanhavam de perto, toda propriedade eles acompanhavam de perto, tudo. Sempre tinha gente de

²⁶⁰ Id.

²⁶¹ Chamo atenção para a questão do ônibus separado citado na entrevista. Isso não se trata de política de nenhum órgão. No ano de 2008, o aldeamento passou a ter uma escola com ensino fundamental de 5ª a 8ª e desta forma, os indígenas não precisam mais sair da aldeia para cumprir esta etapa escolar.

²⁶² Entrevista concedida pela senhora Irma Sauzen, Eugênio Sauzen e Claudete Terezinha Sauzen ao autor em São Miguel, do Iguazu em 17 de fevereiro de 2009.

fora, sempre, sempre tinha gente. Tinha agrônomo, veterinário, assistente social. Isso eles acompanhavam de perto, arquiteto, engenheiro. Isso vinha gente de Brasília ali dar palestra. Visitar todas as propriedades. Então isso foi muito positivo pra gente. Por isso que eu digo que nós perdemos a [inaudível] A transferência do parque pra cá nós perdemos muito. Mas nós ganhamos num outro lado. Nós perdemos bens materiais mas nós ganhamos em aprendizado. Em cultura nós ganhamos muito.²⁶³

Atualmente, o senhor Alfredo possui mais de 80 hectares de terras que como afirmou, comprou ao longo dos anos com o seu trabalho. Apesar de nos dias de hoje viver da produção agrícola destas propriedades, nem sempre foi assim. A situação econômica do senhor Alfredo foi diferente de muitos outros colonos envolvidos neste processo. Estes fatores devem ser levados em consideração para o entendimento desta narrativa.

Como já citado, o senhor Alfredo, na época da transferência, era dono de serraria juntamente com o seu pai. Não tinha os mesmos laços com a terra como outros colonos. Por isso ao falar das perdas, se refere apenas aos bens materiais. O modo de relacionar-se com a terra, os sentidos e valores, sem falar da sobrevivência, são questões que na sua fala não emergem. Mas e as relações de reciprocidades construídas? Para o senhor Alfredo sua memória parece buscar as justificativas daquilo que ele deixou para trás. O abandono na luta pela permanência no PNI aparece agora justificado em sua fala através do ganho de conhecimento que esta experiência lhe proporcionou.

Cultura, na concepção do senhor Alfredo, resume-se aos conhecimentos produzidos dentro do universo acadêmico. Para ele, a desapropriação proporcionou aos colonos adquirir um aprendizado através de pessoas com as quais não faziam parte do seu meio. Os profissionais que passaram a visitar as propriedades do Projeto Ocoí, para o senhor Alfredo, passam a ser os detentores de conhecimento científico e capazes de refinar a intelectualidade destes colonos. Continua em suas palavras:

É que nem eu te falei: nós perdemos em bens materiais na época mas nós ganhamos em outro lado e talvez foi muito melhor. Talvez se nós estivéssemos lá hoje nós estava, nós estaríamos uma porção de anos atrás ainda. Porque uma coisa que a gente aprendeu, a cultura ela te ajuda muito. Ajuda demais, por isso os dois filhos que nós temos, fiz questão que eles fizessem uma faculdade pra ter uma cultura um pouquinho melhor. Os dois em faculdades particulares e isso custa. Então só que a cultura da pessoa muda.²⁶⁴

²⁶³ Entrevista concedida pelo senhor Alfredo Matte ao autor em São Miguel do Iguaçu, 28 de fevereiro de 2009.

²⁶⁴ Id.

Para o senhor Alfredo, a vida no campo significa atraso. Mesmo vivendo no e do campo, o conhecimento produzido na academia aparece enquanto solução para melhoria de vida. Deve-se levar em consideração as interpretações que o entrevistado faz atualmente, de toda uma construção e valorização realizada pelo Estado e apropriado pelo poder privado via o ensino. O ensino, e neste caso de nível superior, é a busca do sucesso profissional e consequentemente, melhores condições de vida.

Entretanto, apesar destas memórias versarem sobre situações vividas em comum, o fazem de diferentes formas e olhares. Há aqueles que ainda assim olham com sentimentos angustiados para este passado. Para a senhora Ana, esposa do senhor Anairo, as lembranças dos tempos em que viveram no PNI são marcadas por sentimentos de bons momentos que se foram. Nas palavras dela:

A gente tem saudade, nós pelo menos tinha muita fruta, todo tempo. Tinha fruta de tudo que era tipo. Tem saudade porque é o começo da vida. Começar a fazer mudança, não faz futuro. Sempre fica ali. Começa e termina, começa e termina. Não tem um futuro certo. Mas a gente tem saudade. Eu tenho saudade pelo menos. A vizinhança também. Nossa! A vizinhança também, se dava bem com os vizinhos.²⁶⁵

A visão da senhora Ana sobre a incerteza da mudança mais uma vez só pode ser compreendida se levarmos em consideração sua trajetória de vida. Juntamente com a do seu esposo, formam praticamente vidas itinerantes. A migração para o Oeste do Paraná nos anos 1960 marca o início deste processo. Logo em seguida ocorre a desapropriação e reassentamento no Projeto Ocoí. Como se não bastasse, surge em seu caminho mais uma desapropriação, agora causada por Itaipu. Com isso, emigram para o Paraguai, no ano de 1982. Por volta dos anos 1995, retornam e novamente recomeçam suas vidas em Santa Cruz do Ocoí, nas terras onde sua filha e genro viviam.

Uma vida marcada por mudanças. Recomeçar é o sentimento que emerge nas memórias da senhora Ana. Frente a tantas experiências de ocupação e colonização, suas lembranças não deixam de esboçar o quanto este processo foi penoso. A insegurança e incerteza trazidas pelas diversas vezes em que teve que refazer sua vida são relacionadas com a desapropriação do PNI. Para ela, diferente do senhor Alfredo, a expropriação é vista como marco inicial de uma vida de deslocamentos. Em sua análise, por meio das memórias, se a desapropriação não tivesse acontecido talvez sua vida não teria tantos (re)começos.

²⁶⁵ Entrevista concedida pelo senhor Anairo Ferreira ao autor, em São Miguel do Iguacu, em 12 de fevereiro de 2009.

Um processo vivido que além de evidenciar múltiplas experiências é capaz de demonstrar os sentidos compartilhados. Nesse refazer-se, a luta pela pertença e construção de identidades aparece intrínseca nos relatos. Reconstituir e recriar os modos de vida e acima de tudo as relações de pertencimento foram aspectos importantes durante as primeiras décadas do reassentamento. Entretanto, estas memórias são heterogêneas e também renegociam o passado imbricadas num presente constituído por tensões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Problematizar historicamente a desapropriação de agricultores colonos, na década de 1970, para a constituição do PNI, orientou o objetivo central desse trabalho. De maneira específica, procurei dialogar com as memórias daqueles que viveram esse processo. Uma trajetória de luta pela pertença na e da terra.

Dialogar com tais experiências possibilitou perceber que as relações e significados atribuídos aos espaços referenciados na pesquisa, ao longo do tempo sofreram modificações. A natureza, atualmente tomada enquanto um esfera dicotômica em relação à cultura, teve seus valores e significados construídos em tempos e espaços distintos. Aprender estas modificações foi a premissa inicial da pesquisa.

Ao analisar o processo de formação do PNI, acabei deparando-me com algo mais complexo. A constituição de Unidades de Conservação teve suas raízes em tempos distintos. De uma maneira geral, as questões que delimitaram a construção de reservas ambientais pelo mundo estiveram ligadas a dois movimentos importantes de legitimação. O primeiro deles, de um preservacionismo mitificador que reverenciou a natureza enquanto selvagem e que deveria se manter intocada. No segundo momento, moldada por ideias conservacionistas, a natureza passou a ser vislumbrada enquanto possibilidade para manter o desenvolvimento sustentável. Ideais estes que definiram também a natureza como mercadoria.

Nesse processo de construção de sentidos a natureza passou a ser entendida enquanto áreas que deveriam estar ausentes da presença humana. Só assim poderiam continuar a existir. Desta forma, ainda no século XIX, iniciou-se um movimento de cunho institucional para legitimar tais ações. A criação do primeiro parque nacional do mundo nos Estados Unidos da América, o parque de Yellowstone, foi o precursor de uma nova forma de olhar para estes espaços.

O modelo de reserva ambiental rapidamente se espalhou pelo mundo. Com isso, as populações que viviam em outras espacialidades e possuíam relações diversas com a natureza passaram a ser julgadas todas sobre um único olhar: “o de ameaçadoras da vida selvagem”. A partir disso, iniciaram-se diferentes processos de expropriações das populações que viviam em áreas que passaram a ser demarcadas para a formação de Unidades de Conservação.

No caso do Brasil, esta não foi uma realidade distinta. Foi na década de 1930 que o primeiro parque nacional foi instituído. Rapidamente, estes debates de cunho internacional

acabaram também influenciando e moldando as políticas ambientais do país. Foi principalmente durante a segunda metade do século XX que a Legislação Ambiental Brasileira ganhou força e estabeleceu critérios significativos para o controle e manejo destas áreas.

Lidar com este movimento de cunho intelectual e legal possibilitou apreender os diferentes interesses que esses espaços de conservação ambiental instigaram na prática social e política. O controle da fronteira nacional através da criação de reservas ambientais, que passaram a garantir um vazio demográfico, foi uma das estratégias que a pesquisa incitou a pensar. Por outro lado, manter áreas de preservação também passou a ser entendida como uma possibilidade de entrada de capital externo, uma estratégia nas mãos das elites políticas da época.

Essa investigação possibilitou perceber também o universo vivido de diferentes atores sociais no processo de ocupação/colonização do Oeste do Paraná. Discutir com essas memórias trouxe à tona um processo de expropriação silenciado na memória social pública difundida na região. As narrativas incitaram repensar os processos de construção de áreas de preservação ambiental e, acima de tudo, analisar as diferentes concepções sobre a natureza desenvolvidas em tempos e espaços distintos.

Por meio da História Oral percebi como a desapropriação foi um processo rico de experiências. A organização necessária para a sobrevivência, a preparação das novas terras, a preocupação com o espaço em que ainda viviam e que mais tarde teriam que deixar são diferentes situações que refletem uma fase que dividiu a vida e as trajetórias familiares dos desapropriados. Os agricultores colonos precisavam preparar a terra, desmatar, destocar, construir o galpão e plantar novas mudas. Mas, ao mesmo tempo não podiam deixar de lado suas propriedades onde ainda viviam. Desta forma, as famílias eram divididas para administrar os dois espaços e quando isso não era possível, entrava em cena a figura do “vizinho”, estabelecendo, assim, relações de reciprocidades horizontais.

Lidar com tais narrativas foi uma experiência interessante, pois, além de discutir e analisar o movimento da desapropriação, possibilitou ainda perceber múltiplas vivências inseridas neste processo. A cada experiência referenciada novas questões surgiam, ligadas a uma rede de acontecimentos que instigou e estimulou a pesquisa. Enquanto historiador não pude dar conta de todos os embates presentes neste processo, dado os limites de análise que as fontes orais proporcionam.

A luta pela terra e permanência nela demonstrou-se como uma constância na vida desses agricultores colonos. A migração para o Paraná; a desapropriação do PNI; o

reassentamento no Projeto Ocoí; as novas desapropriações causadas pela Itaipu; o reassentamento indígena e a perda da reserva permanente; a presença do IBAMA e a exigência do reflorestamento de parte de suas propriedades são as marcas construídas nesse processo. Viver no campo e sobreviver a partir dele tornou-se, na vida desses sujeitos, uma parte árdua. Um processo que referencia a criminalização e, sobretudo, as distintas formas de violência, que vão além de conflitos físicos, empregadas na imposição do reassentamento.

O padrão de vida no campo desses pequenos agricultores colonos constituído por unidades familiares de produção foi, durante os últimos 30 anos, assombrado pelos infortúnios da desapropriação. Uma vida de itinerâncias que não possibilitava a fixação permanente. As mudanças trouxeram insegurança e medo para quem as vivenciou.

Investigar tal processo, até então pouco discutido pela historiografia de âmbito regional e até mesmo silenciado na memória social da região, prega certas peças em quem o faz. Não foi diferente neste trabalho. As preocupações em compreender o universo da desapropriação acabaram por alguns momentos esmaecendo outras questões. Todavia, na pesquisa cabe ao historiador tomar decisões frente às adversidades ou necessidade de amadurecimento de determinadas questões.

É certo que muitas questões ficaram em aberto. Outras, porém, receberam olhares mais atentos. Neste caso, longe de buscar apenas respostas, procurei acima de tudo formular questões que instiguem novos olhares. Espero que este trabalho possibilite e estimule novas pesquisas, para que outras memórias sejam incorporadas ao processo de análise histórica dessa região.

O *Projeto Comunidade* constituído pela Escola Santa Rosa do Ocoí foi uma das discussões que ficou à mercê de fôlego. De uma maneira geral, o objetivo do projeto foi a construção de uma memória da desapropriação que pudesse ser utilizada como instrumento didático nas séries iniciais. Como parte do projeto, o muro da escola foi pintado com imagens que representaram as experiências da desapropriação e a construção das comunidades no reassentamento. Pela ampliação da discussão teórica na análise das pinturas que isso possibilitou, e uma restrição de tempo, estas questões permaneceram para um desenvolvimento futuro.

Acredito que somente as imagens que foram pintadas pelos alunos no muro da escola possibilitariam ótimas discussões no campo de disputa das memórias. Entender os motivos que levaram estas pessoas a construir tais desenhos neste tempo presente desabrocharia um leque de possibilidades para compreender, também, o processo de reconstrução dos laços de permanência e das relações de pertencimento.

Por outro lado, lidar com narrativas orais permitiu compreender que os sujeitos interpretam suas ações passadas a partir de um presente instigado por novas perguntas. A desapropriação do PNI foi repensada como precursora de problemas que ainda hoje envolvem suas vidas. Nesse tempo presente, muitos estão sendo obrigados a reflorestar parte de suas propriedades para amenizar os percalços do passado. Situações que instigam esses colonos a refletir o passado vivido e até mesmo lutar a partir daquilo que suas memórias reivindicam.

Longe de sintetizar este processo, procurei analisá-lo a partir das memórias daqueles que o viveram. Narrativas que, apesar de expressas de forma individual, vislumbraram sentidos compartilhados, possibilitando perceber as relações de reciprocidades e os conflitos que também constituíram a ocupação do Oeste do Paraná. Nesse jogo de relações, ao mesmo tempo em que os colonos transformaram o espaço vivido, foram também transformados pelas ações e políticas no tempo e no espaço.

FONTES

ORAIS

Entrevista de Alfredo Matte, mais de 60, gravada em 28 de fevereiro de 2009. Casado e atualmente aposentado, nasceu no Rio Grande do Sul. Migrou ao Paraná em 1964 e ocupou/colonizou Santo Alberto, dentro do PNI. Em 1974 foi desapropriado e reside atualmente no distrito de Santa Cruz do Ocoí, no município de São Miguel do Iguaçu –PR.

Entrevista de Anairo Ferreira e Ana Regina Ferreira [esposa], gravada em 12 de fevereiro de 2009. Ambos do Rio Grande do Sul, migraram em 1962 já casados. Atualmente residem no distrito de Santa Cruz do Ocoí, no município de São Miguel do Iguaçu – PR.

Entrevista de Bruno Alfredo Bowfler, mais de 60. Casado, migrou ainda jovem do Rio Grande do Sul para o Paraná por volta de 1964 e ocupou/colonizou São José do Iguaçu, dentro do PNI. Atualmente está aposentado como professor.

Entrevista de Irma Sauzen, Eugênio Sauzen [filho] e Claudete Terezinha Sauzen [nora e esposa], gravada em 17 de fevereiro de 2009. Senhora Irma migrou do Rio Grande do Sul para o Paraná com 38 anos de idade e 8 filhos, entre eles, o senhor Eugênio. Ocuparam/colonizaram São José do Iguaçu dentro do PNI.

Entrevista de Otásio Knapp, gravada em 17 de fevereiro de 2009. Natural de Campinas das Missões, Rio Grande do Sul, reside atualmente em Santa Cruz do Ocoí. Foram desapropriados em 1972.

Entrevista de Reni Mallman, em 29 de janeiro de 2009. Migrou em 1962 com 24 anos e juntamente com sua família ocupou/colonizou São José do Iguaçu dentro do PNI. Foram desapropriados em 1978. Reside atualmente em Santa Rosa do Ocoí, no município de São Miguel do Iguaçu – PR.

Entrevista de Severino Berres, gravada em 29 de janeiro de 2009. Migrou do Rio Grande do Sul com a família em 1965 e ocupou/colonizou Santo Albert, dentro do PNI. Foram desapropriados em 1975. Reside atualmente em Santa Rosa do Ocoí, no município de São Miguel do Iguaçu – PR.

Entrevista de Vitorino Kuhn, gravada em 12 de fevereiro de 2009. Natural de Porto Lucena, Rio Grande do Sul, migrou solteiro, em 1969. Em 1974, casado, foi desapropriado. Reside atualmente em Santa Rosa do Ocoí, no município de São Miguel do Iguaçu – PR.

ESCRITAS

Decreto nº 1035 de 10 de janeiro de 1939. Delimita a criação do PNI.

Decreto nº 6.505 de 17 de maio de 1944; nº 6.587 de 14 de junho de 1944 e nº 6.664 de 7 de julho de 1944. Definem ampliações da área de abrangência do PNI.

Decreto Lei nº 289 de 28 de fevereiro de 1967. Cria o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal e dá outras providências.

Lei nº 4771 - de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal.

Lei nº 5.197 de 03 de janeiro de 1967. Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências.

Lei nº 6634, de 02/05/79 e Decreto nº 85.064, de 26/08/80, que dispõem sobre a Faixa de Fronteira

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. *Agitação de Colonos do Parque Nacional do Iguaçu*. Difusão: ASI/INCRA – SSP/PR, 10 de setembro de 1974. CISEP, nº1429, 17 de setembro de 1974.

DELEGACIA ESTADUAL DO PARANÁ - IBDF. *Relatório de 1975*. Arquivo do Parque Nacional do Iguaçu.

MINISTÉRIO DA FAZENDA, SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL. *Declaração de Rendimentos Pessoa Física: Roberto Berres. Ano Base 1969*. Concedida pelo senhor Severino Berres, em Santa Rosa do Ocoí, São Miguel do Iguaçu em 29 de janeiro de 2009. Acervo do autor

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. *Segurança e Desenvolvimento: Conceito de Segurança Nacional*. Aula inaugural dos cursos de 1967. Mal. Humberto de Alencar Castello Branco, Presidente da República. 1967.

ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA. *Outorgante: Paulo da Cunha Mattos e sua mulher. Outorgado: Otásio José Knapp*. República dos Estados Unidos do Brasil. Comarca de Foz do Iguaçu, município de São Miguel do Iguaçu. Escritura pública de compra e venda lavrada em 16 de julho de 1966, nas notas do Tabelião, Sr. Limirio Martins da Silva.

GAZETA DO PARANÁ. *Semana de tensão para os Guaranis*. Domingo, 25 de setembro de 2005. p.8. Arquivo da Biblioteca Municipal de Foz do Iguaçu.

INVENTÁRIO DE RECONHECIMENTO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU. Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal e Centro de Pesquisas Florestais da Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 1968. Arquivo do Parque Nacional do Iguaçu.

JORNAL A VOZ DO OESTE, *Juiz denegou Hábeas Corpus preventivo a colono do Parque Nacional do Iguaçu*. nº 264, Museu Willy Barth. Toledo, 21 de agosto de 1976.

_____ *Ocoí abastecerá Itaipu?*. nº 262, Museu Willy Barth. Toledo, 07 de agosto de 1976.

JORNAL BINACIONAL VEÍCULO DA REGIÃO DE ITAIPU PARA O BRASIL E PARAGUAI. *Expropriados pedem Sindicância Federal*. Diretor: Waldomiro de Deus Pereira. Editora Lítero Técnica. Foz do Iguaçu, 1974.

JORNAL MENSAGEIRO. *Audiência sobre Estrada do Colono traz esperança*. Medianeira, 12 de dezembro de 2009.

KNAPP, Magnus. *Narrativa escrita: desenho das áreas habitadas no Parque Nacional do Iguaçu*. Trabalho realizado na 6ª série da Escola Santa Rosa do Ocoí. São Miguel do Iguaçu, setembro de 2008.

MINISTÉRIO DA POLÍTICA FUNDIÁRIA E DA AGRICULTURA FAMILIAR; INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. *O livro branco das superindenizações. Como dar o fim a essa “indústria”*. 1999.

PLANO DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU. Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza. Brasília. 1981.

PLANO DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Brasília, agosto de 2000.

FILME: PROJETO COMUNIDADE. Escola Rural Municipal La Salle. Distrito Santa Rosa do Ocoí, São Miguel do Iguaçu – PR, 2001.

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA, TERRAS E COLONIZAÇÃO. Conjunto de terras entre os Rios Paraná e Iguaçu. 1966. [Mapa alterado]

BIBLIOGRAFIA

ABDALA, Guilherme Cardoso. *Uma abordagem socioecológica do Parque Nacional de Brasília – estudo de caso*. Cadernos UNESCO Brasil. Série Meio Ambiente; 4 Brasília : UNESCO, 2002. 82p.

ALEGRETTI, Mary. *A construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros*. In: Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 18, p. 39-59, jul./dez. 2008. Editora UFPR.

ALMEIDA, Paulo R.. “*Cada um tem um sonho diferente*”. *História e narrativas de trabalhadores no movimento de luta pela terra*. In: ALMEIDA, Paulo R.; KHOURY, Yara A.; MACIEL, Laura A. (orgs). *Outras histórias memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d’Água, 2006. p. 44-60.

ARAÚJO, Hermetes Reis. *Da Mecânica ao Motor: a idéia de natureza no Brasil no final do século XIX*. *Projeto História*, São Paulo, (23), p.151-168, nov. 2001.

ARRUDA, Gilmar. *Frutos da terra: os trabalhadores da Mate Laranjeira*. Londrina: Ed. Da UEL, 1997.

ARSEGO, Ângela Marina; KONJUNSKI, Erica Natalia; SANTANA, Afonso Bueno. *Regularização Fundiária na Faixa de Fronteira do Estado do Paraná*. Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário – UFSC Florianópolis. 2002.

BARBOSA, Ivone Cordeiro. *A experiência humana e o ato de narrar: Ricoeur e o lugar da interpretação*. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 17, n. 33. 1997. p. 293-303.

BARBOSA, Marta E. J.. *Sobre História: imprensa e memória*. In: KHOURY, Yara Aun. (org.); *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d’Água, 2006. p.262-272.

BONASSA, Tânia L. *Estrada do Colono, ações e práticas discursivas na relação do homem com a natureza no Parque Nacional do Iguaçu*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal do Paraná - UFPR, Curitiba, 2004.

BURIAN, Paulo Procópio. *Do estudo de impacto ambiental à avaliação ambiental estratégica – ambivalências do processo de licenciamento ambiental do setor elétrico*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais); Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Campinas, 2006.

CASTRO, C. F. de A. *Gestão Florestal no Brasil Colônia*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável – Gestão Ambiental) Brasília: Universidade de Brasília – UnB, 2002.

DIAS, Edson dos Santos. *Desenvolvimento regional e conservação ambiental: a “Estrada do Colono” como via de (des)integração do oeste-sudoeste paranaense*. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP, Presidente Prudente, 2006.

_____. *O Parque Nacional do Iguaçu e a Estrada do Colono no processo de ocupação do Oeste-Sudoeste paranaense*. In: Anais eletrônico do IV Congresso Internacional de História, UEM, Maringá, 2009. DOI: 10.4025/4CIH.PPHUEM.383.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. *O mito moderno da natureza intocada*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec / Núcleo de Apoio à pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000.

DRUMMOND, José Augusto. A legislação ambiental brasileira de 1934 a 1988: comentários de um cientista ambiental simpático ao conservacionismo. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v.2, n.3 e 4, p.127-48, jul./dez. 1998 e jan./jun. 1999.

_____. *A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991. p. 177-197.

FORTKAMP, Cristiane. *Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (pest): história e conflito sócio-ambiental (1975-2007)*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, 2008.

KHOURY, Yara Aun. *O historiador, as fontes orais e a escrita da História*. In: Outras histórias: memórias e linguagens. São Paulo: Olho d'Água, 2006. p. 22-43.

LATOUR, Bruno. *A ecologia política sem a natureza?* In: Projeto História, São Paulo, (23), p. 31-44, nov. 2001.

LAVERDI, Robson. *Tempos Diversos: trajetórias itinerantes de vidas entrelaçadas. Trabalhadores no extremo oeste do Paraná*. Curitiba: Aos quatro ventos, 2005, 341p.

_____. *Sentidos Políticos de ser pescador no Lago de Itaipu*. In: KHOURY, Yara Aun. (org.); Outras histórias: memórias e linguagens. São Paulo: Olho d'Água, 2006. p.136-155.

LEUZINGER, Márcia Dieguez. *Natureza e Cultura: direito ao meio ambiente equilibrado e direitos culturais diante da criação de unidades de conservação de proteção integral e domínio público habitadas por populações tradicionais*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável – Gestão Ambiental) Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília – UnB; Brasília – DF, 2007. 358 p.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira. A degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____ *Sociologia da Fotografia e da Imagem*. São Paulo: Contexto, 2008.

MIRANDA, E. E.; GAMBARINI, A. *Natureza, Conservação e Cultura. Ensaio sobre a relação do homem com a natureza no Brasil*. São Paulo: Metalivros, 2003. 179 p.

MONTYSUMA, Marcos Fábio Freire. *Um encontro com as fontes em História Oral*. In: Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v.XXXII, n.1, jun 2006. p.117-125.

MONTYSUMA, Marcos; CRUZ, Tereza Almeida. *Perspectivas de gênero à cerca de experiências cotidianas no seringal Cachoeiro – Acre (1964-2006)*. In: História UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. V.4, n.2. jul.-dez.; São Leopoldo, 2000. p. 219-236.

MURARI, Luciana. *Natureza e Cultura no Brasil (1870-1922)*. São Paulo: Alameda, 2009.

PERLIN, J. *História das Florestas: a importância da madeira no desenvolvimento da civilização*. Rio de Janeiro: Imago, Ed. 1992. 489 p.

POLLAK, Michel. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3 1989, p. 3-15.

_____ *Memória e Identidade Social*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992. p. 200-210.

PORTELLI, Alessandro. *O que faz a história oral diferente*. In: Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC – SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). São Paulo, 1981. p. 25-39.

_____ *Forma e significado na História Oral*. A pesquisa como um experimento em igualdade. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Puc-SP. São Paulo – Brasil, 1997, p. 7-24.

_____ *A Filosofia e os Fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais*. Tempos, Rio de Janeiro, vol. 1 nº 2, 1996, p. 59-72.

RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. *Memórias do concreto: vozes na construção de Itaipu*. Cascavel: Edunioeste: 2002.

RICOBOM, Arnaldo Eugenio. *O Parque do Iguaçu como Unidade de Conservação da Natureza no âmbito do Mercosul: os problemas decorrentes da degradação ambiental*. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, 2001.

SAMUEL, Raphael. *História local e história oral*. In: Revista Brasileira de História, v. 9, n. 19. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, 1990. p. 219-243

SANTANA, Ricardo Felix. *Valor de existência, uma ferramenta para a gestão de políticas públicas: o caso do Parque Nacional do Jaú/AM*. Dissertação (Mestrado em Economia dos Recursos Naturais); Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília – UnB, Brasília – DF, 2003.

SANTOS, Cláudia de Souza. *A indústria cerâmica em Barra Bonita (SP) e suas relações com uma Usina Hidrelétrica de Beriri: Panorama e Perspectivas*. Dissertação (Mestrado em Geociências) Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2003.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo, Hucitec. 1978.

SARLO, Beatriz. *Paisagens Imaginárias*. São Paulo: Edusp. 1997.

_____ *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Cia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHREINER, Davi Félix. *Entre a Exclusão e a Utopia: Um Estudo Sobre os Processos de Organização da Vida Cotidiana nos Assentamentos Rurais (Região Sudoeste/Oeste do Paraná)*. Tese (Doutorado em História) Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2002.

SEIXAS, Jacy Alves. *Tênues Fronteiras de Memórias e Esquecimentos. A imagem do brasileiro Jecamacunaímico*. In: GUTIÉRREZ, Horácio; NAXARA, Márcia R.C.; LOPES, Maria Aparecida de S.; (orgs). *Fronteiras: paisagens, personagens, identidades*. Franca: UNESP, São Paulo: Olho d'Água, 2003. p. 161-181.

SIQUEIRA, J.D.P. *Os conflitos institucionais da gestão florestal no Brasil: um benchmarking entre os principais produtores florestais internacionais*. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, 2003. 176 p.

THOMPSON, E. P.. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

_____ *A peculiaridade dos ingleses e outros escritos*. Campinas: Editora Unicamp, 2001.

WESTPHALEN, Cecília Maria. [et. al]. *Nota Prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno*. Boletim do Departamento de História – UFPR, v. 7, p. 1-52, 1968.

WEY DE BRITO, Maria Cecília. *Unidades de Conservação: intenções e resultados*. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental), Universidade de São Paulo – USP, 1995.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura y sociedad. 1780-1950. De Colerige a Orwell* 1ª ed. Buenos Aires: Nueva Visión, 2001.

_____ *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

_____ *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WUNDER, Roni. *O Grupo de Estudos Multidisciplinares da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias: uma avaliação institucional do Setor Elétrico Brasileiro e da Legislação Ambiental no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal do Paraná - UFPR, Curitiba, 2003.

VIANA, M. B. *Contribuição Parlamentar para a Política Florestal no Brasil*. Brasília: Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. 2004. 34 p.

ZAGO, Luciana Grespan. *Fronteira e Segurança Nacional no Extremo Oeste Paranaense: um estudo do município de Marechal Cândido Rondon*. Dissertação (Mestrado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo – UPF, Passo Fundo, 2007.